

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**TIAGO MORAES SILVA**

**DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E OCUPACIONAIS E A REPRODUÇÃO SOCIAL  
DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SC**

**PORTO ALEGRE**

**2011**

**TIAGO MORAES SILVA**

**DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E OCUPACIONAIS E A REPRODUÇÃO SOCIAL  
DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

SÉRIE PGDR DISSERTAÇÃO Nº 140

PORTO ALEGRE

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S586d Silva, Tiago Moraes

Dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar : um estudo de caso no município de Praia Grande – SC / Tiago Moraes Silva. – Porto Alegre, 2011.  
218 f. : il.

Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto.

Co-orientador: Leonardo Xavier da Silva.

(Série PGDR – Dissertação, n. 140).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mercado de trabalho.  
4. Ruralidade. I. Mielitz Netto, Carlos Guilherme Adalberto. II. Silva, Leonardo Xavier da. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.115

**TIAGO MORAES SILVA**

**DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E OCUPACIONAIS E A REPRODUÇÃO SOCIAL  
DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE – SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

---

Prof. PhD. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (Presidente da banca)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/PGDR

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. PhD. Flávio Sacco dos Anjos  
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

---

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

*Dedico esta dissertação ao meu pai, a minha mãe (em memória),  
as minhas irmãs, Tainara e Vanessa, e a minha namorada Edna.  
Sem vocês, esta não seria possível*

## AGRADECIMENTOS

Este momento é uma conjunção de alegria, satisfação e um misto de sentimentos. Momento que culmina com a realização deste trabalho e que simboliza o fechamento de um ciclo de vida acadêmica e de uma trajetória de vida pessoal e profissional. Ao mesmo tempo, recomeço de um outro, diante dos desafios que virão. Anos de estudos, conhecimentos adquiridos, trocas de experiências, relações sociais e familiares, indiretamente estão depositados aqui. É desta forma que encaro a realização desta dissertação.

Sempre muito penoso o momento de mencionar as pessoas que tiveram participação neste percurso pelo fato de cometerem-se algumas injustiças. Contudo, não posso me furtar de fazê-los.

À minha família, meu pai, minha saudosa mãe querida, pessoas que sempre me deram muito amor e carinho e apoiaram minhas escolhas. Vocês são os grandes responsáveis por eu ter conseguido mais este objetivo.

À minhas irmãs Tainara e Vanessa pelo convívio, companheirismo e ajuda na superação dos momentos difíceis. Guardo vocês no coração.

À minha namorada Edna, pelo carinho, compreensão e por todos os momentos vividos juntos ao longo desta etapa. Saiba que foi muitas vezes fonte de inspiração para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos demais familiares. Em especial a minha prima e “irmã” Adriane, pelo incentivo determinante ao início dos estudos na universidade, que me proporcionaram esta caminhada.

Agradeço também ao amigo e professor Sandro Grisa pelas suas contribuições neste estudo.

Aos professores orientadores Carlos Mielitz e Leonardo Xavier. Obrigado pela orientação e pelos conhecimentos transmitidos. Agradeço ao companheirismo e o incentivo. E parabéns pelo comprometimento com a docência no ato de ensinar.

A todos os colegas da turma de mestrado e doutorado 2009, pela amizade e pelo compartilhamento de experiências. Em especial, sem ordem de importância aos amigos: Fabiano, Daniele, Luciana, Monique, Andressa, Márcia, Felipe, Fernanda, Igor, Joana Bassi, Joana Cicconeto, Maurício, Alejandra, Cíntia, Eduardo, Marcela, Mariana, Mirta, Moisés, Otávio, Jaqueline, Camila, Carolina, Clério, Décio e Gazolla. Também aos colegas de outras turmas, em especial: Armando, Chaiane, Márcio Neske, Angelica, Remy e Ieda.

Não posso deixar de pontuar um agradecimento especial ao economista e agora mestre, colega Fabiano Escher pela nossa troca de conhecimentos no decorrer do curso e pelas contribuições para esta dissertação.

À UFRGS, pela oportunidade e particularmente ao PGDR, professores e funcionários. Em especial aos professores Eduardo Filippi e Sérgio Schneider.

À EPAGRI de Praia Grande, pelo apoio à pesquisa. Meu agradecimento especial ao Sílvio e a Bernadete pela atenção e dedicação dada à pesquisa de campo.

À associação de agricultores (ACEVAM) por terem contribuído à realização deste trabalho. Em particular ao Paulo Selau pela receptividade e apoio dado ao estudo.

Às demais instituições e organizações que diretamente estiveram envolvidas na pesquisa. Obrigado aos informantes pelo interesse e atenção despendidos nas entrevistas.

Enfim, aos agricultores familiares de Praia Grande que muito bem me receberam em suas casas, pelo aprendizado e pela acolhida. Guardarei na minha memória esta experiência de vida com vocês.

## RESUMO

Esta dissertação trata da reprodução social dos agricultores familiares do município de Praia Grande, região do Extremo-Sul Catarinense, diante do avanço da mercantilização da agricultura familiar e as transformações socioeconômicas derivadas. Foca-se à queda de renda e emprego agrícola, conformadas principalmente a partir de meados da década de 1980, dentro da concepção do que nos estudos rurais denomina-se Nova Ruralidade ou “Novo Rural”. Caracteriza-se por uma agropecuária baseada em *commodities* ligada às agroindústrias, um conjunto de atividades não agrícolas e “novas” atividades/ocupações localizadas em nichos de mercados. Quadro que reduziu a mão-de-obra ocupada no campo e faz os agricultores familiares depender cada vez menos da renda proveniente da agricultura, bem como despende menos tempo ocupados nestas atividades. Há um novo leque de fontes de rendas como aposentadorias e outras rendas não-agrícolas que consolidam a pluriatividade como estratégia entre os membros das famílias rurais. Dinâmicas estas determinadas por uma nova configuração do espaço rural/urbano onde cresce a urbanização em municípios como Praia Grande eminentemente rurais no passado. O corte temporal da pesquisa parte da década de 1970 aos dias de hoje, correspondendo ao período marcado pela modernização conservadora da agricultura no Brasil às novas dinâmicas atualmente gestadas. Modernização esta que afetou o modo de produzir e viver destes agricultores familiares, pois se aumentou os vínculos mercantis, afetando o mercado de trabalho, modificando as atividades/ocupações exercidas e, sobretudo, suas estratégias de reprodução. Mercantilização neste estudo define-se como o processo de redução de autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente, em circuitos que predominam as trocas mercantis. Nesse processo, as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes, ampliando-se a interação mercantil de acordo com as características do ambiente social e econômico externo. Nesse sentido, em Praia Grande gerou-se intenso êxodo rural entre as décadas de 1970 e 1990 que tinha a característica de expulsar toda família, dada a queda crescente de emprego rural, dinamizadas por uma especialização produtiva, principalmente na formação da cadeia produtiva baseada no cultivo de arroz. Já nas últimas décadas, (1990 a 2010) traz consigo novos arranjos em busca de emprego e renda. Gera-se um êxodo “seletivo” que remete às cidades a população mais jovem (idade ativa), prevalecendo a feminina, gerando-se os fenômenos da masculinização, envelhecimento no campo, e individualização do processo produtivo. Neste escopo se enquadra a contribuição deste trabalho a fim de compreender a reprodução social destes agricultores familiares neste padrão de desenvolvimento. Tanto numa perspectiva estrutural a partir das tendências impostas por esse ambiente mercantilizado, e na perspectiva orientada aos atores, identificando-se as reações engendradas por estes, dada a diversidade da agricultura familiar e seu repertório de estratégias. Além disso, pretende-se, deste estudo, fornecer subsídios para implementação de políticas públicas para o desenvolvimento desta região.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Nova Ruralidade. Mercados. Tendências e estratégias. Praia Grande (SC).

## ABSTRACT

This dissertation covers the social reproduction of family farmers in the community of Praia Grande, Southern region of Santa Catarina, facing the trade expansion of family agriculture and the socioeconomic transformations derived. Focus is given on the fall in income and agricultural employment, shaped mainly from mid-1980 on, within the concept that in rural studies it is called "New Rural" or "New Countryside". It is characterized by an agriculture based in commodities linked to agribusiness, a set of non-agricultural activities and "new" activities / occupations located in niche markets. A framework which reduced the manpower employed in the field and makes the farmers less dependent on income from agriculture, as well as spending less time engaged in these activities. There is a wide range of new income sources, such as pension and other non-agricultural sources that consolidate multi-activity as a strategy among members of rural families. Such dynamics are determined by a new configuration of rural / urban space, where urbanization grows in cities such as Playa Grande, predominantly rural in the past. The starting point of the research is in the 1970s to today, corresponding to the period marked by conservative modernization of agriculture in Brazil to the new dynamics carried currently. That modernization affected the way those farmers lived and worked, because there was an increase on the commercial ties, affecting the labor market, changing activities / occupations performed, and, especially, their reproductive strategies. Commodification in this study is defined as the process of reducing the autonomy of rural families and increasing their insertion in circuits that deal with commercial exchanges. In this process, the strategies of social reproduction have become increasingly dependent and subordinate, expanding commercial interaction according to the characteristics of the social and external economic environment. Thus, in Praia Grande, an intense rural exodus was generated between 1970 and 1990 which presented the feature of expelling entire families, given the increasing fall of rural employment, empowered by a specialization production, especially in the formation of supply chain based on rice cultivation. Yet, in recent decades (1990 to 2010), new arrangements are made in search of employment and income. This has generated a "selective" exodus which sends to towns the younger population (working age), favoring the female ones, generating the phenomena of masculinization, aging in the field, and individualization of the production process. In this scope, the contribution of this work fits in order to understand the social reproduction of family farmers, in this pattern of development. Both from a structural perspective of the trends imposed by this environment commodified, and of goal-oriented actors, identifying the reactions engendered by them, given the diversity of family farming and its repertoire of strategies. In addition, this study aims to provide support for implementation of public policies for the development of this region.

**Keywords:** Family farming. Rural development. New countryside. Markets. Tendencies and strategies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos no município de Praia Grande - SC.....	135
Quadro 2: Número de estabelecimentos agropecuários e condição produtor em relação às terras no município de Praia Grande - SC.....	136
Quadro 3: Atividades agrícolas, de extração vegetal e silvicultura em Praia Grande - SC...	136
Quadro 4: Atividades Pecuárias em Praia Grande – SC.....	137
Quadro 5: Evolução da população no município de Praia Grande – SC por residência em zona rural e zona urbana de 1970 a 2010. ....	140
Quadro 6: Ocupação da população economicamente ativa em Praia Grande em termos percentuais no período 1970 – 1991.....	142
Quadro 7: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Praia Grande – SC, de acordo com Censos Agropecuários 1985, 1995 e 2006 – IBGE.....	143
Quadro 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, sexo e seção de atividade do trabalho principal no ano 2000, em Praia Grande – SC. ....	144
Quadro 9: Participação da área plantada em hectares (ha) da lavoura de arroz em relação à área total da lavoura temporária (ha) do município, para o período de 1994 a 2008.....	145
Quadro 10: Participação da área plantada em hectares (ha) da lavoura de banana em relação à área total (ha) da lavoura permanente do município de Praia Grande/SC, para o período de 1994 a 2008.....	146
Quadro 11: Área plantada da lavoura de fumo (em folha) no município de Praia Grande – SC..	146
Quadro 12: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários em Praia Grande e a área total ocupada, segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006.....	146
Quadro 13: Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais (%) – Praia grande: 1970 – 1995/1996.....	147
Quadro 14: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos no município de Praia Grande - SC.....	148
Quadro 15: Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006. ....	149
Quadro 16: Amostra de informantes-chaves do município de Praia Grande.....	151

Quadro 17: Número de estabelecimentos agropecuários e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento no ano de 2006. ....	159
Quadro 18: Percepção Frente ao Êxodo Rural dos Agricultores Familiares de Praia Grande - SC..	161
Quadro 19: Quantidade produzida e destino da produção de banana nos estabelecimentos agropecuários de Praia Grande - SC .....	169
Quadro 20: Questão nº 3a (Apêndice B) - Como está a questão da mão-de-obra na sua propriedade hoje em dia? .....	174
Quadro 21: Questão nº 3b (Apêndice B) - O senhor necessita contratar mão-de-obra para as atividades? .....	174
Quadro 22: Percepção dos Informantes-chaves diante da Pluriatividade como Inibidora do Êxodo Rural.....	177
Quadro 23: Participação da pluriatividade entre os agricultores familiares de Praia Grande - SC....	177
Quadro 24: Motivações para a busca de atividades não-agrícolas entre os membros das famílias de agricultores de Praia Grande - SC .....	178
Quadro 25: Distribuição em ocupações não-agrícolas dos membros das famílias de agricultores, inclusive chefes, no município de Praia Grande - SC.....	180
Quadro 26: Percepção da Necessidade da Prática da Pluriatividade entre os Agricultores...	181
Quadro 27: Estratégias produtivas dos agricultores PraiaGrandenses.....	185
Quadro 28: Principais dificuldades atuais para a família exercer somente atividades agropecuárias em Praia Grande – SC.....	189
Fotografia 1: Rural como um “continuum” do urbano – O “Novo Rural” .....	153
Fotografia 2: O envelhecimento e a masculinização na agricultura familiar de Praia Grande/SC .....	156
Fotografia 3: As estratégias produtivas de “des-mercantilização” – a produção agroecológica (Foto consórcio de lavoura de arroz orgânico e piscicultura/carpas) .....	185

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Alguns indicadores da evolução da agricultura brasileira, 1970/85.....	50
Tabela 2: PEA Ocupada segundo o domicilio e atividade: Brasil, 1981, 1986 e 1990.....	71
Tabela 3: Taxas de crescimento (% a.a.) da PEA rural segundo os principais ramos de atividade: Brasil e grandes regiões 1981/1990.....	75
Tabela 4: População ocupada (1) em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil (2) 1992-99 (1.000 Pessoas).....	76
Tabela 5: População ocupada (1) em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil (2) 1992-1999 (1000 pessoas).....	77
Tabela 6: Brasil, Região Sul, Santa Catarina. Taxas de crescimento da PEA ocupada, segundo o setor de atividade e a situação do domicílio, 1981 e 1997(1.000 pessoas).....	81
Tabela 7: Brasil – População Rural.....	85
Tabela 8: Distribuição percentual da população rural, segundo grupos de idade, do Brasil, do Rio Grande do Sul e Paraná e da Região do Sul – 1980 a 2000.....	89
Tabela 9: Índice de masculinização segundo categorias de idade das pessoas, na população urbana e rural do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná – 2000 (mulheres/100 varões).....	93
Tabela 10: Distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, o total de habitantes, de mulheres e de homens e o índice de masculinização, em Santa Catarina – 2000.....	94
Tabela 11: Produto Interno Bruto 2008 – Praia Grande – SC.....	133
<b>Tabela 12:</b> População residente por sexo, situação e grupos de idade em Praia Grande – SC – 1970 a 2010.....	149
<b>Tabela 13:</b> Amostragem de agricultores familiares de Praia Grande - Santa Catarina.....	151
<b>Tabela 14:</b> Idade do chefe do estabelecimento no município de Praia Grande.....	155
<b>Tabela 15:</b> Número de pessoas residentes por estabelecimento no município de Praia Grande - SC.....	156
<b>Tabela 16:</b> Média de moradores por domicílio por situação em Praia Grande - SC.....	157
<b>Tabela 17:</b> Escolaridade do chefe do estabelecimento no município de Praia Grande - SC.....	158
Tabela 18: Estrutura fundiária dos estabelecimentos (amostra) de Praia Grande - SC.....	164
Tabela 19: Principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares para comercialização no ano agrícola Julho de 2010 à Junho de 2011.....	166
Tabela 20: Participação de produtos agropecuários para autoconsumo entre os <i>tipos de</i> agricultores familiares de Praia Grande – SC.....	167

Tabela 21: Experiência (perfil) do agricultor Praia Grandense.....	170
Tabela 22: Principais indicadores da base tecnológica de Praia Grande no período 1970 - 2006..	172
Tabela 23: Utilização de crédito rural entre os agricultores familiares de Praia Grande - SC .....	173

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CAIs – Complexos Agroindustriais

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG's – Organizações Não-Governamentais

PNSG – Parque Nacional da Serra Geral

PNAS – Parque Nacional dos Aparados da Serra

PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílios

PAC – Política Agrícola Comum

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVARZEA– Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais das Várzeas

SAU – Superfície Agrícola Útil

ST – Superfície Total

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UCs – Unidades de Conservação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 PADRÃO E CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL .....</b>	<b>25</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO, PADRÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O PAPEL DA AGRICULTURA .....	27
2.1.1 Desenvolvimento: algumas contribuições.....	27
2.1.2 O Projeto Nacional Desenvolvimentista e o Papel do Estado: breve síntese.....	30
2.1.3 Considerações Gerais: padrão de desenvolvimento e o “lugar” da agricultura no Brasil .....	34
2.2 OS CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: DOS COMPLEXOS RURAIS À MODERNIZAÇÃO DA CONSERVADORA DA DÉCADA DE 1970.....	39
2.2.1 Dos Complexos Rurais à Fase da Modernização da Agricultura (Pós-1945).....	39
2.2.2 A Industrialização da Agricultura (De 1965 em Diante) .....	42
2.2.3 A Constituição dos Complexos Agroindustriais (Pós-1975) .....	45
2.3 OS CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL NA “DÉCADA PERDIDA” (1980).....	49
2.3.1 Crise e Consolidação dos Complexos: o contexto político-econômico e o setor agropecuário na década de 1980 .....	49
2.3.2 O Final dos Anos 80 e as Contestações do Modelo de Desenvolvimento.....	55
<b>3 O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS “FACES” DO NOVO RURAL NA DÉCADA DE 90.....</b>	<b>57</b>
3.1 A EMERGENCIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990.....	58
3.1.1 O Contexto da Década de 1990 e o Ressurgimento do Desenvolvimento Rural .....	58
3.1.2 O Desenvolvimento Rural: conceitos e derivações.....	62
3.1.3 O Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: uma rota possível? .....	68
3.2 “DESVENDANDO” O “NOVO RURAL” .....	71
3.2.1 Características do “Novo Rural” .....	71
3.2.2 Ocupações e Rendas no “Novo Rural” .....	75

3.3 NOVAS DINAMICAS DEMOGRÁFICAS E TRANSFORMAÇÕES NO “NOVO RURAL” .....	84
<b>3.3.1 Concentração Urbana e Êxodo Rural Seletivo.....</b>	<b>84</b>
<b>3.3.2 Tendências da População Rural: masculinização e envelhecimento .....</b>	<b>87</b>
<b>4 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO – DIVERSIDADE, ESTRATÉGIA DA PLURIATIVIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA .....</b>	<b>96</b>
4.1 TEORIA SOCIAL: ESCOLHAS E IMPASSES TEÓRICOS – AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E A MERCANTILIZAÇÃO .....	97
<b>4.1.1 As Perspectivas Teóricas: <i>estrutura x atores</i>.....</b>	<b>97</b>
<b>4.1.2 A Teoria Social - os mercados e atores .....</b>	<b>100</b>
<b>4.1.3 As Perspectivas Neomarxistas e a Mercantilização .....</b>	<b>104</b>
<b>4.1.4 As Perspectivas Orientadas aos Atores e a Mercantilização .....</b>	<b>107</b>
<b>4.1.5 Outras Perspectivas - a mercantilização e o conceito “alargado” .....</b>	<b>109</b>
<b>4.1.6 A Atual Necessidade de um Novo Enquadramento Teórico dos Camponeses: “a condição camponesa” e o enfoque da autonomia.....</b>	<b>110</b>
4.2 MERCANTILIZAÇÃO E A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR – A ESTRATÉGIA DA PLURIATIVIDADE E OS ESTILOS DE AGRICULTURA.....	114
<b>4.2.1 A Mercantilização do Espaço Rural .....</b>	<b>114</b>
<b>4.2.2 Transformações Recentes no Mercado de Trabalho: a consolidação da pluriatividade .....</b>	<b>117</b>
<b>4.2.3 Diversidade da Agricultura Familiar, a Estratégia da Pluriatividade e os Estilos de Agricultura.....</b>	<b>121</b>
<b>5 TENDÊNCIAS E REAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR: O AVANÇO DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS EM PRAIA GRANDE.....</b>	<b>126</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO .....	127
<b>5.1.1 Características Físico-Geográficas do Extremo-Sul de Santa Catarina e do Município de Praia Grande-SC.....</b>	<b>127</b>
<b>5.1.2 Aspectos Gerais de Povoamento, Colonização e a Formação Histórico-Econômica da Região.....</b>	<b>130</b>
<b>5.1.3 O Município de Praia Grande no Contexto Atual .....</b>	<b>132</b>
5.2 AS TENDÊNCIAS E REAÇÕES OBSERVADAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL DE PRAIA GRANDE.....	140

<b>5.2.1 A Inserção de Praia Grande no Padrão de Desenvolvimento Agrícola Brasileiro: dinâmicas demográficas e de ocupações e a especialização produtiva.....</b>	<b>140</b>
<b>5.2.2 A Metodologia da Pesquisa de Campo .....</b>	<b>150</b>
<b>5.2.3 Evolução e Caracterização Sócio-Demográfica de Praia Grande .....</b>	<b>155</b>
<b>5.2.4 Evolução e Caracterização da Estrutura Fundiária: acesso, área e uso da terra em Praia Grande.....</b>	<b>163</b>
<b>5.2.5 Evolução das Principais Atividades de Produção Vegetal, Animal e Agroindústrias ..</b>	<b>165</b>
<b>5.2.6 Evolução da Base Tecnológica (Máquinas e Equipamentos) e a Utilização do Crédito Rural .....</b>	<b>172</b>
<b>5.2.7 A Redução do Emprego Agrícola e a Questão da Mão-de-Obra.....</b>	<b>174</b>
<b>5.2.8 A Tendência de Crescimento da Pluriatividade em Praia Grande .....</b>	<b>176</b>
<b>5.2.9 As Estratégias Reprodutivas do Agricultor Familiar PraiaGrandense .....</b>	<b>180</b>
<b>5.2.10 As Rendas do Agricultor Familiar PraiaGrandense.....</b>	<b>187</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA APLICAÇÃO AOS INFORMANTES-CHAVES .....</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA APLICAÇÃO AOS AGRICULTORES FAMILIARES .....</b>	<b>214</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no meio rural brasileiro acompanha-se com preocupação as tendências de queda do emprego e da renda agrícola. Cada vez mais se consolida como um dos problemas agrários herdados da modernização do campo seguida no país e do avanço da mercantilização da agricultura familiar. E se reflete diretamente na reprodução social dos agricultores familiares de muitas regiões rurais do Brasil.

Esse processo tem conformado uma nova ruralidade onde crescem as ocupações não agrícolas e essas famílias rurais dependem cada vez menos da renda proveniente da agricultura. Há ainda um leque de fontes de rendas provenientes de aposentadorias rurais, bem como outras ocupações/atividades que complementam sua renda total. Além de uma nova configuração de espaço entre rural e urbano nos municípios eminentemente rurais do passado.

Mais recentemente, ao contrário do êxodo rural tradicional vivenciado no Brasil, especialmente entre a década de 70 e 90 que expulsava toda família, na região sul do país, novas dinâmicas demográficas se consolidam nessa busca por emprego e renda, dada a dificuldade de “viver” somente com a renda na agricultura. Novos estudos rurais nestes últimos anos vêm alertando para o aparecimento de um êxodo rural mais “seletivo”, onde se remete as cidades à população mais jovem (idade ativa) e, em alguns casos, preferencialmente mão-de-obra feminina, gerando-se os fenômenos da masculinização e envelhecimento da população rural.

A presente pesquisa se filia aos estudos que têm estas temáticas como foco e pretende-se trazer novas contribuições, a fim de melhor compreender a reprodução social destas populações, tentando interpretar o desenvolvimento rural a partir do estudo de caso no município de Praia Grande – Santa Catarina, ao longo das últimas décadas, a partir da década de 1970, auge da modernização agrícola no país, até os dias de hoje, bem como verificar os novos arranjos formados e principalmente as novas estratégias das famílias rurais, em busca de emprego e renda.

O referencial teórico utilizado teve a pretensão de combinar o enfoque nas estruturas sociais (perspectiva estruturalista) que se impõe diante dos atores através do processo de mercantilização, de forma a determinar a reprodução social destes, com a perspectiva orientada aos atores que explora o conjunto de estratégias e projetos conscientemente construídos por estes, na sua interação com o ambiente externo, que permitiria caminhos e alternativas à sua reprodução.

A modernização e a penetração do capitalismo no campo fizeram avançar a mercantilização da agricultura familiar, e alterando profundamente o modo de viver e produzir destes agricultores; aumentaram-se os vínculos mercantis que impactaram o mercado de trabalho, modificando as atividades/ocupações exercidas e, sobretudo suas estratégias de reprodução. Por mercantilização entenda-se aqui: o processo de redução de autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente, em circuitos que predominam as trocas mercantis. Nesse processo, as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes, ampliando-se a interação mercantil de acordo com as características do ambiente social e econômico externo.

Ocorre na interpretação de Marsden (1989), numa dimensão mais geral, uma reestruturação produtiva do sistema capitalista no século XX que vêm modificando as relações de trabalho e que no âmbito rural gera-se uma reestruturação do seu território. Há um crescimento da mercantilização deste espaço rural, como resultado das atividades de novas formas de capital, do redirecionamento das ações estatais e das mudanças nos interesses dos consumidores, além das disputas entre as forças de mercado e de alguns atores impondo-se como novos representantes do meio rural.

Dentro deste quadro, algumas transformações se destacam: a) aumento da produtividade do trabalho, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda família passaram a ter caráter mais individualizado; b) integração da unidade produtiva às redes de produção; c) emergência de empresas prestadoras de serviços como preparo do solo, colheita, pulverizações, etc., que antigamente faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais.

Estas transformações estão conformadas dentro daquilo que a literatura convencionou chamar de “Revolução Verde”, com alteração na estrutura da agricultura e na vida social do mundo rural como um todo em diversos países, a qual se incorporam os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial, como a mecanização e a utilização de insumos e defensivos agroquímicos conjuntamente com a articulação de um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças de animais, entre outros.

Pode-se ainda, deste movimento nos valer do conceito de “Império” (PLOEG, 2008, p.255), “[...] a essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas específicas”, “[...] o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e auto-governados”.

Para Graziano (1999), um dos principais estudiosos das questões rurais no Brasil, a explicação viria atrelada ao fato de que a modernização conservadora da agricultura teria resolvido o problema agrícola através do incremento tecnológico e produtivo e que restaria o problema agrário de cunho social e demográfico e da incapacidade do setor agropecuário moderno (agronegócio) de sua absorção através dos processos de produção. Disto, nos anos mais recentes, diminuiriam as diferenças entre o urbano e o rural, principalmente no tocante ao mercado de trabalho, com queda de renda e emprego agrícola e aumento das ocupações não-agrícolas.

Especificamente desde a década de 1990, muitas pesquisas em estudos rurais têm se dedicado a essa problemática. Em especial, destaca-se o projeto Rurbano<sup>1</sup>, coordenado pelo próprio Graziano (2011) e uma série de pesquisadores comprovando este cenário rural recente em várias regiões do país. Três características seriam formadoras do que tem sido chamado de “Novo Rural” como consequência dos caminhos seguidos pelo desenvolvimento agrícola nacional, as quais sobressaem: a) uma agropecuária baseada em *commodities* ligada às agroindústrias; b) um conjunto de ocupações não-agrícolas; e c) “novas” atividades localizadas em nichos de mercados.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e de renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural neste final de século XX (GRAZIANO, 1999).

Para um melhor entendimento, a dissertação se propõe a compreender estas transformações a partir do estudo de caso no município de Praia Grande. Tem-se que o município inserido na região do extremo Sul de Santa Catarina teve a partir de 1970 uma dinâmica de desenvolvimento amplamente dependente do setor primário agroindustrial exportador. Fundamentalmente no cultivo de arroz, com apoio de políticas públicas que criaram programas de desenvolvimento como o Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVARZEA). Este consistiu em todo um pacote tecnológico com altos investimentos em tecnologia agropecuária (sistematização das várzeas, mecanização, uso intensivo de fertilizantes e outros insumos químicos e toda uma infra-estrutura, através de estradas, rede elétrica, telefonia, etc., além de toda uma integração às cooperativas de comercialização).

---

<sup>1</sup> No segundo capítulo deste estudo, caracteriza-se com mais detalhes o projeto e seus enfoques.

Enfim, gerou-se um quadro onde predominou a especialização produtiva neste cultivo, chegando-se a praticamente 80% da lavoura temporária ( área plantada) do município. Mesmo que ainda outros cultivos tenham representatividade importante para muitas comunidades rurais da região, como a banana nas zonas da encosta e também o fumo sendo presente em muitas unidades produtivas. Estas as três principais culturas no município, que ainda conta com o milho nos seus atuais 481 estabelecimentos agropecuários, basicamente com pequenas propriedades, concentradas na faixa de 10 a 50 ha, onde prevalece a agricultura familiar.

Desse desenvolvimento se observa um êxodo rural intenso desde a década de 1970 até o ano 2000, reduzindo-se nesta última década e uma queda acentuada da mão-de-obra nas atividades agropecuárias que acompanha este movimento populacional. Ou seja, corroborando-se com o referencial teórico discutido anteriormente, tem-se redução de emprego e renda agrícola aliado a mais recentemente sinais de novas dinâmicas demográficas e de ocupações da sua população rural.

Em relação às migrações rurais-urbanas<sup>2</sup>, em 1970 Praia Grande contava-se com 6.674 pessoas residindo na zona rural representando 82% da população e apenas 1.466 pessoas na zona urbana, correspondendo a 18% da população total de 8.140 habitantes. Ou seja, a grande maioria da sua população vivia no meio rural. Já no ano 2000, (30 anos depois), a população urbana ultrapassa a zona rural. São 3.349 pessoas residindo na zona rural (45,96%) e 3.937 pessoas na zona urbana (54,04%). Demonstra-se todo o processo de êxodo rural no município. Todavia, esta última década (2000 a 2010) as migrações rurais-urbanas continuam, mas em ritmo bem menor que nas últimas décadas.

Já, em relação à redução da mão-de-obra no meio rural, analisam-se os dados extraídos dos três últimos Censos Agropecuários<sup>3</sup> que enfatizam a brusca queda do pessoal ocupado em atividades agropecuárias no município, que de forma geral, tem sido consequência do avanço da modernização agrícola. Eram 3.734 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários em 1985 no município, chegando-se a somente 1.272 pessoas ocupadas no meio rural de Praia Grande em 2006.

Revelam-se destes dados até 2006 o grave contexto de queda de emprego e renda agrícola no município em questão. Tendência esta que as pesquisas do projeto Rurbano confirmam desde a década de 1990 em diversas regiões do país.

---

<sup>2</sup> Estes dados foram retirados dos Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010 – IBGE.

<sup>3</sup> Dados conforme Censos Agropecuários 1985; 1995/1996 e 2006 – IBGE.

Diante desse quadro geral esta pesquisa a partir de um estudo de caso – o município de Praia Grande/SC, região Sul do país, pretende responder a seguinte questão: **quais os fatores determinantes que explicam a redução da mão-de-obra nas atividades agropecuárias e a diminuição da população rural ao longo das últimas décadas e quais as novas dinâmicas demográficas e de ocupações conformadas mais recentemente neste município?**

Diante do exposto, a dissertação tem como objetivo geral: **analisar a reprodução social dos agricultores familiares de Praia Grande, através das dinâmicas demográficas e de ocupações e suas estratégias em busca de emprego e renda, a partir da década de 1970 aos dias de hoje.**

E ainda, cinco objetivos específicos delimitam o problema de pesquisa proposto:

- a) analisar a relação entre diversificação produtiva com a redução do emprego agrícola, da década de 1970 aos dias de hoje;
- b) examinar as dinâmicas demográficas do período de 1970 a 2000 e as tendências desta última década;
- c) verificar como se comporta nos últimos anos da estratégia da pluriatividade entre os agricultores familiares, e qual a participação desta para a redução da mão-de-obra nas atividades agropecuárias e da população rural;
- d) analisar a composição familiar (tamanho das famílias, envelhecimento, etc.) e relacionar com a força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas e com as migrações rurais-urbanas;
- e) identificar e relacionar tendências de novas estratégias reprodutivas, que possam vir a recuperar a mão-de-obra ocupada em atividades agropecuárias, bem como estancar o êxodo rural.

A dissertação está estruturada em seis capítulos incluindo esta primeira seção introdutória. No **segundo** capítulo, revisita-se a modernização agrícola no país desde a década de 1940 a 1980 e discute-se o padrão de desenvolvimento seguido que teve em sua essência a defesa de estratégias industrializantes, forte intervenção estatal procurando-se verificar qual o papel da agricultura neste período. Além disso, retoma-se a perspectiva histórica que debatia o lugar da agricultura no desenvolvimento econômico nacional, naquilo que ficou conhecido como questão agrária brasileira. Privilegia-se o período desde meados da década 1960, a fim de analisar o contexto geral da modernização agrícola durante a década de 1970, período que

compreende o auge da modernização, industrialização e a formação dos complexos agroindustriais. E, ainda, o estudo dedica-se à década de 1980, conhecida como a década perdida e que no final do período se fortalece o questionamento deste modelo, decorrente da “Revolução verde”.

A questão central deste capítulo é mostrar que a concepção de desenvolvimento agrícola modernizante do país, evidenciado através das políticas públicas pela forma de atuação do Estado, provocou em muitos municípios rurais do país, assim como em Praia Grande: aumento na produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no campo e o crescimento extraordinário dos volumes de produção. Enfim, gerou-se uma pequena diversificação das atividades econômicas que reduziram emprego e renda agrícola e determinaram nova distribuição de suas populações.

No **terceiro** capítulo, adentra-se a década de 1990, cujo período foi marcado pela estabilização macroeconômica, um ambiente jurídico e institucional renovado e pela descentralização do poder político do Estado. Salientam-se as causas que fizeram emergir o debate do desenvolvimento rural no país, diferentemente da concepção que se tinha nas décadas anteriores do seu conceito, fundamentalmente no fortalecimento da sociedade civil e mudança de foco do papel do Estado de um caráter setorial ao enfoque territorial.

O estudo filia-se aquilo que Graziano denomina de “Novo Rural” decorrente da modernização conservadora, gerando-se queda de emprego e renda agrícola e o aumento das ocupações não-agrícolas, conforme atestam as pesquisas do projeto Rurbano. Com base em recentes pesquisas na região sul do país aponta-se novos arranjos demográficos trazendo consigo o aparecimento de fenômenos como êxodo rural “seletivo”, a masculinização e envelhecimento da população rural. Nesses arranjos desta Nova Ruralidade a construção do capítulo se propôs a trazer contribuições a fim de identificar se estas tendências se enquadram no desenvolvimento rural do município de Praia Grande.

Já, no **quarto** capítulo trabalha-se a relação entre agricultura familiar e os mercados, através do processo de mercantilização, principalmente dos últimos 30 a 40 anos, correspondendo ao mesmo período que se consubstanciou a modernização da agricultura brasileira. Resgata-se a contribuição clássica dos mercados e apresenta-se a perspectiva contemporânea orientada aos atores. Enfatiza-se as transformações no mercado de trabalho, o crescimento das ocupações não-agrícolas e a estratégia da pluriatividade. Encerra-se com as estratégias produtivas, trazendo elementos da diversidade da agricultura familiar que

culminam com a abordagem dos estilos de agricultura, a fim de se entender melhor nesta relação a reprodução social dos agricultores familiares de Praia Grande.

No **quinto**, faz-se uma caracterização geral do município do estudo quanto aos aspectos físicos geográficos, de povoamento, formação histórico-econômica. Além de um panorama do contexto atual de Praia Grande e sua inserção no padrão de desenvolvimento agrícola, através de suas dinâmicas demográficas e de ocupações. Apresentam-se as tendências e reações que correspondem à pesquisa de campo propriamente dita. E, para finalizar, nas **considerações finais** interpretam-se os resultados da pesquisa, relacionando-se as contribuições teóricas dos capítulos precedentes.

A metodologia da pesquisa utiliza-se da *abordagem quantitativa* e da *abordagem qualitativa*. O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso, pois conforme Yin (2005), este facilita a compreensão de fenômenos sociais complexos, ou ainda, ele consiste num método abrangente que permite se chegar a generalizações amplas, baseadas em evidências e que facilita a compreensão da realidade.

As técnicas de pesquisas utilizadas para coleta de dados foram basicamente de duas formas:

- a) fontes secundárias: apuração, análise e compilação de dados estatísticos obtidos junto: aos Censos Agropecuários e Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e documentais (filme/documentário, livros) que permitiram fornecer informações históricas do município;
- b) pesquisa de campo através de: entrevistas semi-abertas e questionários semi-estruturados, aplicada aos informantes-chaves<sup>4</sup> e aos agricultores familiares pelo processo de amostragem.

A pesquisa de campo dividiu-se em 03(três) etapas, com os seguintes interlocutores:

- a) 1ª etapa: Pesquisa de campo exploratória aplicada *com informantes-chaves e agricultores familiares* – entrevistas semi-abertas - junho/2010;

---

<sup>4</sup> O conceito de informante chave adotada neste estudo, baseou-se nas idéias formuladas por Minayo que os considera como "informantes particularmente estratégicos para revelar os segredos do grupo" (MINAYO, 1992, p.118). Ou seja, pessoas, que por sua inserção na comunidade, sejam capazes de representar os pontos de vista da coletividade.

- b) 2ª etapa: Pesquisa de campo aplicada somente com *informantes-chaves* - questionários semi-estruturados - fevereiro/2011;
- c) 3ª etapa: Pesquisa de campo aplicada somente com *agricultores familiares* - questionários semi-estruturados - abril/2011.

A escolha do município de Praia Grande derivou-se de “saída à campo”<sup>5</sup> no ano de 2009, a qual se possibilitou conhecer a realidade da agricultura familiar daquela região. Após esta visita, e a definição de que a mesma seria o objeto da pesquisa, inicialmente passou-se à análise de dados secundários principalmente do IBGE, tais como: Censos Agropecuários e Censos Demográficos.

Na primeira etapa, realizou-se a pesquisa de campo exploratória, através de entrevistas semi-abertas as quais se direcionou as conversas para o objetivo do estudo. Questionaram-se os informantes sobre dados previamente colhidos do IBGE, através da montagem de planilhas os quais se demonstravam: o êxodo rural intenso desde a década de 1970 com redução na última década; a brusca queda de pessoal ocupado revelada pelos últimos Censos Agropecuários e a tendência de especialização produtiva (pequena diversificação das atividades econômicas) ao longo dos últimos anos. A técnica permitiu a flexibilidade para adentrar a um diagnóstico geral das questões rurais do município, proporcionando uma visão geral da formação e desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Num segundo momento, após uma revisão teórica, elegeram-se os principais temas que seriam utilizados na 2ª etapa da pesquisa de campo, assim descritos: êxodo rural, especialização produtiva, emprego rural, masculinização e envelhecimento da população rural, pluriatividade, estratégias e sucessão familiar. Elaboraram-se os questionários semi-estruturados (ver Apêndice A) que seriam aplicados a um conjunto de informantes-chaves<sup>6</sup>.

Passada a 2ª etapa da pesquisa de campo e de posse das informações coletadas através dos questionários semi-estruturados compilou-se as respostas e apresentou-se aos professores orientadores. Após a discussão dos resultados chegou-se conjuntamente à conclusão de que se deveria elaborar uma amostra de agricultores familiares do município a qual seria aplicado outro questionário específico (ver Apêndice B).

---

<sup>5</sup> Refere-se a uma saída de campo organizada pela turma de alunos do Mestrado 2009, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) com o objetivo de conhecer as belezas naturais dos canyons e de algumas experiências de agroecologia praticada por agricultores familiares da região.

<sup>6</sup> No quarto capítulo no tópico 4.2.2 – *A metodologia da pesquisa de campo* reproduz-se a tabela onde consta a relação dos informantes-chaves.

O passo seguinte constitui-se na busca de informações fidedignas da quantidade de agricultores familiares do município e por comunidade rural, excluindo demais residentes no meio rural, a fim de se calcular a partir destes dados uma amostra. Esta informação foi obtida através dos técnicos da EPAGRI local, enquanto que o número de residentes total por comunidade rural foi conseguido através da Secretaria da Saúde de Praia Grande por seus agentes de saúde<sup>7</sup>.

A amostra abrangeu um percentual de 10% de estabelecimentos a serem realizados os questionários. Foram calculados 43 estabelecimentos para a pesquisa nas 22 comunidades rurais do município. O método empregado foi a Amostragem Sistemática por comunidade. A vantagem deste método é que ele necessariamente abrange todas as comunidades do município, pois são calculados percentuais sobre a população de cada uma que irá compor a amostra total, evitando-se assim de alguma comunidade ficar de fora o que incorreria em problemas de validação da mesma, pois a pesquisa de campo almeja representar o município como um todo. Cabe salientar que este parâmetro foi utilizado com base em outras pesquisas estatísticas e também em função de custos e pela dificuldade de tempo para visitar todos os estabelecimentos do município.

No quinto capítulo – item 5.2.2 - será detalhada a metodologia da pesquisa de campo. O estudo apresentará a relação de informantes-chaves (quadro 16) e as instituições/organizações a que estão vinculados. Contempla-se também a amostra de agricultores familiares de Praia Grande (tabela 13), contendo: identificação das comunidades, número de famílias de agricultores, cálculo da amostra, entre outras.

---

<sup>7</sup> No quarto capítulo, no tópico 4.2.2 – *A metodologia da pesquisa de campo*, reproduz-se a tabela onde consta a formação e cálculo da amostra dos agricultores familiares por comunidade.

## **2 PADRÃO E CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL**

Este capítulo pretende discutir o papel que coube à agricultura dentro do projeto nacional desenvolvimentista brasileiro. Se aceita neste trabalho a periodização convencional que identifica o nacional desenvolvimentismo ao período que se estende dos anos 40 aos anos 80, cujas linhas características foram a defesa da industrialização e o caráter intervencionista do Estado.

Esta periodização tem o propósito de facilitar o entendimento do processo histórico de nossa formação. Objetiva-se mostrar os principais aspectos que se relacionam com o enfoque da dissertação, e os desdobramentos que se gestaram, os quais se refletiram diretamente no tipo de desenvolvimento rural seguido.

O capítulo está subdividido em três seções. Na primeira, apresenta-se a concepção de desenvolvimento que se tinha à época e para que objetivos esta era formulada. Nisto, antes de tudo, resgatam-se algumas contribuições clássicas a respeito do tema *desenvolvimento*, a partir da abordagem do desenvolvimento como processos econômicos e sociais. Posteriormente, discorre-se sobre o Projeto Nacional Desenvolvimentista para fundamentalmente mostrar que a agricultura ficara subordinada às estratégias industrializantes, aliada a uma rápida alteração no quadro demográfico do país como um todo. Dedicam-se primordialmente a análise do papel do Estado nesta condução.

Ainda nesta seção, define-se o padrão de desenvolvimento como um conjunto de relações entre os agentes econômicos e sociais que garante, ao longo de um período de tempo, a manutenção dos processos de acumulação de capital e de preservação do poder político, assim como faz pensar Erber (1992), a fim de compreender a relação entre a agricultura e o desenvolvimento econômico.

No último tópico desta primeira seção, retoma-se o papel da agricultura no que concerne especialmente ao padrão de desenvolvimento brasileiro, valendo-se substancialmente da perspectiva histórica, na qual se apresenta a interpretação dos principais autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, entre outros. Além disso, trazem-se as contribuições das teorias do desenvolvimento, principalmente da CEPAL<sup>1</sup>, na figura do seu

---

<sup>1</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é

principal autor Celso Furtado, para compreender-se a funcionalidade da agricultura neste modelo.

Os “caminhos” percorridos pela modernização da agricultura no Brasil focando-se prioritariamente a década de 1970 compreendem a temática retratada na segunda seção. Procura-se mostrar como se deu a passagem do Complexo rural à fase de consolidação da modernização conservadora da agricultura.

Basicamente, utiliza-se da periodização proposta por Kageyama, trabalha-se o conceito de modernização da agricultura no período pós 1945, expõem-se a fase compreendida como industrialização da agricultura (de 1965 em diante), finalizando-se com a constituição dos Complexos Agroindustriais (pós- 1975), no último item. A essência na construção desta seção foi revisitar o processo de modernização do campo, que teve como protagonista a intervenção efetiva do Estado e que contou com pesados custos sociais, beneficiando apenas uma elite agrária brasileira.

Temos que ter em mente que neste período, mais especificamente de 1965-1979, as políticas de Estado foram altamente ativas. Para isso, já temos na literatura a denominação de *modernização conservadora*, frequentemente usada para retratar o perfil das políticas públicas voltadas para ao meio rural brasileiro, sobretudo no período 1965-1979, privilegiando:

[...] apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades), nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida por meio dos pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado (GRAZIANO, 1982, p. 40).

Na última seção proposta deste capítulo, procura-se seguir a cronologia dos acontecimentos, diretamente ligados ao modelo de modernização agrícola brasileira e adentra-se aos anos 80, período conhecido na literatura como “década perdida<sup>2</sup>”. Retrata-se o contexto

---

uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (Fonte: Escritório da CEPAL em Brasília - Disponível em: <www. Eclac.org>).

<sup>2</sup> Esta expressão serve como referência para interpretar a estagnação econômica vivenciada pela América Latina e inclusive o Brasil durante a década de 1980. Predominou nestes países uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Crises econômicas, endividamentos elevados e pífio crescimento do PIB acompanharam estes países nesta fase.

político e econômico da época e destaca-se as transformações que se gestaram na estrutura da agricultura.

Procura-se demonstrar que este período serve de referência para a trajetória que o desenvolvimento rural iria seguir, dado que cresce a insatisfação com o modelo pautado na “Revolução Verde” que tem no aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no campo e o crescimento extraordinário dos volumes de produção.

Finaliza-se o capítulo com as questões de ordem política e social que fazem a questão agrária tornar-se a “ordem do dia” pela ascensão dos movimentos sociais que reascendem novas possibilidades de construção de um novo rumo para o desenvolvimento rural no país.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO, PADRÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O PAPEL DA AGRICULTURA

### 2.1.1 Desenvolvimento: algumas contribuições

Não é propósito neste item dissecar o amplo debate acerca do desenvolvimento e suas abordagens. O enfoque é a discussão da relação entre desenvolvimento e agricultura. E para isso, o estudo apresenta algumas perspectivas acerca do tema. Também não cabe aqui discutir a teoria do desenvolvimento na ciência econômica<sup>3</sup>, a partir das três principais correntes de pensamento: concepção dos clássicos, o pensamento marxista e a perspectiva keynesiana, dado que a complexidade desta discussão fugir-se-ia aos objetivos deste estudo.

Grosso modo, pode-se dizer que a teoria do desenvolvimento econômico numa perspectiva macroeconômica procura explicar as causas e os mecanismos do aumento persistente da produtividade do fator trabalho, e suas repercussões na organização da produção, e na forma como se distribui e se utiliza o produto social. Resgatam-se estas contribuições a fim de que se interprete estes arranjos no desenvolvimento no âmbito do município de Praia Grande, foco deste estudo.

Retomando-se as contribuições clássicas de Schumpeter (1988), ele entendia o desenvolvimento apenas nas mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. E justifica-se, ao concluir, que não

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento ver Furtado (1986) – Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.

há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então, diria-se que não há nenhum desenvolvimento econômico.

Em resumo, ele defende que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1988, p. 47).

Já na concepção de Polanyi (2000), o processo econômico é entendido como processo social, onde Leite (2005) interpreta-o dizendo que a racionalidade não se refere exclusivamente aos meios empregados e finalidades esperadas, mas justamente à relação entre eles, transcendendo seu significado formal e respectivas tentativas de aplicá-lo à realidade social (LEITE, 2005, p. 19). Em síntese, Polanyi (2000) se utiliza da análise institucional, na qual aparecem as formas de comércio, aos usos do dinheiro e os elementos de mercado, ou seja, suas relações, como chaves para o entendimento do processo de desenvolvimento.

Polanyi (2000) preconiza que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de *reciprocidade ou redistribuição*. Ele lança mão disto para defender que estes princípios são institucionalizados através de uma organização social e que isso gerava padrões de simetria, centralidade e autarquia.

Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E o lucro não era uma motivação proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 75).

Esta passagem sintetiza um pouco a concepção do autor:

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade

despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 65).

Outra abordagem fundamenta-se no desenvolvimento como liberdade, aprofundada na perspectiva de Amartya Sen (2000), a qual desenvolve a idéia de que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. Neste sentido, os papéis da liberdade incluem vários componentes distintos, porém inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Estes componentes segundo o autor possuem inter-relações o que influenciaria o processo de desenvolvimento. Em síntese, tem-se a necessidade de desenvolver uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação, etc. Ainda, nesta perspectiva, as pessoas são vistas como ativamente envolvidas na conformação do seu próprio destino e não apenas beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. Já o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas.

Esta abordagem permite refletir sobre a influência das políticas públicas na conformação do desenvolvimento das regiões rurais. E permite questionar-se qual fora o papel dos agricultores de Praia Grande diante do processo de modernização da agricultura?

Na linha de pensamento de Hirschman (1961), o desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e aptidões, que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados. Ele utiliza este argumento para mostrar como numa economia subdesenvolvida pode se mobilizar, no que ele chama de vastas reservas ocultas de mão-de-obra não especializada da superabundância de seus elementos humanos rústicos, assim também é capaz de atrelar inesperadamente o capital, a atividade empreendedora e todos os outros pré-requisitos à locomotiva do desenvolvimento econômico, uma vez que se ponha em marcha (HIRSCHMAN, 1961, p. 19-20).

Para Furtado (1974), o entendimento de desenvolvimento, é a de que o aumento da renda de uma comunidade pode resultar pelo menos três processos diferentes:

- a) o desenvolvimento econômico; isto é acumulação do capital e adoção de processos produtivos mais eficientes;
- b) a exploração de recursos naturais não renováveis; e
- c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho.

O aumento da renda implica em diversificação do consumo, introdução de novos produtos, etc. Assim, esse aumento pode ocorrer numa comunidade sem desenvolvimento econômico, isto é, sem acumulação de capital e introdução de processos produtivos mais eficientes. Ele pode representar simplesmente um incremento devido aos itens b) e/ou c), acima mencionados. Nisto, o autor os diferencia, dizendo que *modernização* define-se como este processo de adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974).

Em síntese, estas contribuições da teoria do desenvolvimento econômico destes autores clássicos ainda que numa perspectiva macroeconômica serve-se aqui a interpretação e busca de elementos explicativos do desenvolvimento de Praia Grande, a fim de verificar como se repercutiu na organização da produção, na distribuição e utilização do produto social, as quais influem diretamente nos movimentos de sua população e no seu mercado de trabalho.

### **2.1.2 O Projeto Nacional Desenvolvimentista e o Papel do Estado: breve síntese**

Para analisar o padrão de desenvolvimento brasileiro, detêm-se ao que se convencionou chamar de *projeto nacional desenvolvimentista*, período compreendido entre meados da década de 1940 e o início dos anos 1980. Neste modelo adotado, figurou predominantemente a participação do Estado, ou seja, foi este o responsável pela promoção do crescimento e administração do ciclo econômico, pela forma de distribuição da renda e da riqueza em geral, e pelo controle dos interesses multinacionais em âmbito doméstico.

Deste projeto, muitas interpretações surgem, quanto à estrutura sobre a qual se consolidou um regime político e econômico, o seu caráter excludente e a incapacidade de se construir uma Nação. Ilustrativo disto, nesta passagem de Martins<sup>4</sup> (1991):

---

<sup>4</sup> MARTINS, L. A crise do nacional-desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1-3, 29/12/1991.

Fazendo uma simplificação extrema, é possível dizer que o que prevaleceu no Brasil dos anos 30 até o início da década de 80 [...] foi a idéia de construção da nação, baseada na industrialização via substituições de importações, tendo o Estado como demiurgo, vários matizes de nacionalismo como ideologia e o populismo sob suas diferentes formas como sustentação política. Foi a isso que se convencionou chamar 'nacional-desenvolvimentismo', que não chega a ser um conceito, mas descreve e sintetiza um projeto político e um estilo de ação (MARTINS, 1991 apud LEITE, 2005, p. 3).

Já, para Fonseca (2004), o chamado “desenvolvimentismo” pode ser compreendido como de imediato às teorias cepalinas e como fenômeno histórico em geral está associado no Brasil aos governos a partir de 1950, como de Vargas e Juscelino Kubitschek. No entendimento deste autor, até mesmo os militares com o rompimento político de 1964 continuaram a implementar políticas desenvolvimentistas.

Contudo, o autor alerta que na falta de uma definição mais precisa o desenvolvimentismo é muitas vezes confundido com outros fenômenos associados a ele em experiências históricas mais típicas: defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e a presença do nacionalismo. Isto vai desde políticas econômicas expansionistas pró-crescimento até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas.

Em relação à agricultura, tem-se que esta ficou subordinada às estratégias industrializantes, aliada a uma rápida alteração no quadro demográfico que em 50 anos inverteu as participações da população rural e urbana no país (70% de habitantes residentes no meio rural em 1930 para pouco menos que um terço da população total em 1980).

Nisto, de antemão pode-se inferir que Praia Grande assim como muitos pequenos municípios rurais do país estiveram atrelados a este movimento de perda de população rural que também se fez reduzir sua mão-de-obra na agricultura.

No Brasil e na América Latina de uma maneira geral preponderou a proposta cepalina<sup>5</sup> de desenvolvimento através de um crescimento periférico e retardatário. O Estado atuava na linha de frente do processo de industrialização. Tem que ter presente também que o desenvolvimentismo tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos ia além de um simples ideário, pois como faz crer Fonseca (2004)<sup>6</sup>, emergia como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes.

---

<sup>5</sup> No decorrer deste capítulo me dedicarei mais a esta corrente teórica.

<sup>6</sup> Para um detalhamento maior ver Fonseca (2004). Nesta análise chega-se a um corpo de idéias, precisamente quatro correntes que antecedem o desenvolvimentismo: a dos nacionalistas; a dos defensores da industrialização; a dos intervencionistas pró-crescimento e ao positivismo. Sendo que este último veio

Em relação à intervenção estatal, a contribuição de Bresser Pereira (1989) indica o caráter cíclico da mesma se opondo às teses neoliberais de cunho exclusivamente privatista quanto ao receituário estatista. Para este autor, o caráter dessa intervenção se altera durante as diferentes fases dos ciclos econômicos e políticos.

Para uma melhor compreensão, reproduz-se abaixo o entendimento do autor:

No primeiro estágio a intervenção estatal é orientada para a acumulação primitiva, para a obtenção forçada de poupança necessária para o início da industrialização; no segundo, o *welfare state* é instaurado; no terceiro, o apoio ao desenvolvimento científico e ao progresso tecnológico torna-se o principal aspecto da intervenção estatal (BRESSER PEREIRA, 1989, p.127).

Observa-se na interpretação de Bresser Pereira (1989) que esta intervenção do Estado aparenta ser programática, respeitando certa cronologia, onde primeiro se geraria uma acumulação de capital que propiciaria a industrialização, esta, propicia o Estado de bem-estar social, para por último gerar desenvolvimento científico e progresso tecnológico, enfim, a modernização.

Diferentemente de Bresser Pereira (1989), outras abordagens destacam as relações de poder, ou seja, enfatizam a dinâmica política conflitiva. Tanto Nogueira (1993), como Fiori (1995), se inserem nesta linha de argumentação. O primeiro fala que a condução do projeto modernizador-industrializante teve o Estado como sujeito ativo e sustentou os limites dos pactos políticos entre as classes dominantes e sobre a progressiva capacidade de intervenção sobre a economia que os novos instrumentos de gestão, as inovações políticas e o processo de centralização lhe deram.

Já, para Fiori (1995), a ação do Estado esteve sempre submetida a limites impostos por uma luta política extremamente limitada, mas intensa entre interesses de capitais e blocos de poder regional, incapazes de impor, por meio de uma clara supremacia, a hierarquização política da heterogeneidade socioeconômica.

Um diagnóstico aprofundado do papel do Estado, no caso brasileiro, pode ser visualizado do período que vai pós-crise de 1929 e que se encerra com os anos 1980 no Brasil, conforme análise de Fiori (1995). Para ele, o Brasil realizou sua segunda revolução

---

contribuir para formação do desenvolvimentismo associado as três correntes anteriores, permitindo a construção de um fenômeno historicamente novo. E neste ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc.

industrial tardia depois da Segunda Guerra Mundial, comandada por um Estado que foi radicalmente reorganizado após a crise de 1929. Razão pela quais muitos consideram que o país percorreu, na mesma época do fordismo ou do capitalismo administrado ocorrido em alguns países de velha industrialização, um ciclo desenvolvimentista que se encerrou com a crise dos anos 80.

Um ciclo orientado pelo paradigma industrial norte-americano, mas que não logrou articular os seus mercados e a sua institucionalidade sócio-política segundo o modo de regulação fordista. Ao mesmo tempo, não foi uma industrialização liberal do tipo anglo-saxão, nem do tipo nacional, como a europeia ou a japonesa (FIORI, 1995, p. 349).

E o autor defende que também não foi um caso típico de substituição de importações, em particular depois dos anos 70. Não teve um Estado fordista, mas tampouco teve um Estado que se possa chamar de Keynesiano ou de bem-estar social (FIORI, 1995). E neste balanço, ele ainda ressalta que a instabilidade política e econômica foram as marcas deste período conhecido como paradigma desenvolvimentista.

No plano político houve mudanças constantes das regras jurídicas, da sua convivência com três regimes distintos e de vários governos inconclusos. E no plano econômico, a instabilidade manifestou-se através de crises periódicas de estabilização associadas a estreitamentos fiscais e a problemas de financiamento, em geral resolvidas através de recentralizações políticas autoritárias e de uma permanente “fuga pra frente”, onde os setores produtivo e financeiro estatais cumpriram papel decisivo (FIORI, 1995, p. 349).

Entre várias abordagens, resumidamente Nogueira (1993) aponta as disputas intra-bloco no poder e sua quase impossibilidade de traçar e redefinir estratégias que desembocaram em crises políticas e logo desencadearam em crises institucionais. Explicativo disto, a constituição do Estado moderno no Brasil que exprimiria a dificuldade de conduzir as mudanças pela via institucional.

Estas abordagens são importantes dentro do escopo deste estudo para discutir-se a concepção do Estado intervencionista, na implementação de programas de desenvolvimento que em muitos casos dinamizaram-se ao propósito da industrialização, muitas regiões rurais do país submetendo-se o desenvolvimento da agricultura a este preceito. Isto se alinha às novas configurações do espaço rural-urbano, em municípios como Praia Grande, que

redistribuiu suas populações em novos locais de moradia, dada a urbanização crescente, e as novas oportunidades de empregos urbanos gerados que transformaram seu mercado de trabalho.

### 2.1.3 Considerações Gerais: padrão de desenvolvimento e o “lugar” da agricultura no Brasil

A fim de uma melhor sistematização acerca das relações entre desenvolvimento econômico e agricultura, cabem-se aqui algumas considerações acerca do que se convencionou chamar de *padrão de desenvolvimento*, priorizando uma abordagem histórica. Uma definição refere-se a “[...] um conjunto de relações entre os agentes econômicos e sociais que garante, ao longo de um período de tempo, a manutenção dos processos de acumulação de capital e de preservação do poder político” (ERBER, 1992, p. 9).

Estas relações<sup>7</sup> constituem-se historicamente em cada formação nacional e estão inseridas na lógica do sistema como um todo, ou seja, há a imposição de limites e que em nível internacional é dado pela formação hegemônica, política e econômica que determina traço comum em todos os países.

Ainda em relação a estas normas, o autor advoga que há uma solidariedade entre elas onde existe complementaridade, mútuo apoio, os quais garantem a estabilidade do padrão de desenvolvimento. Mesmo assim alerta-se que esta estabilidade está sempre sujeita a crises.

---

<sup>7</sup> As relações a que se refere o autor são em âmbito econômico são: “a) **normas de acumulação**, dadas pelas relações intersetoriais e intra-setoriais de compras, progresso técnico e preços [...], pelo padrão de concorrência, pelas relações de produção, pela introdução de progresso técnico e pela criação de novos setores ou mercados; b) **normas de produção**, dadas pelo grau de automação e escalas mínimas de produção, padronização dos produtos, relação produtividade/salário, formas mais ou menos hierarquizadas e rígidas de controle do processo de trabalho, fragmentação das atividades de concepção e execução, caráter coletivo ou individual do contrato de trabalho; c) **normas de consumo**, composição da cesta básica dos consumidores e formas de suprimento dessa cesta [...]; d) **normas de financiamento** dos setores privado e público, relações entre autofinanciamento, crédito interno, transferências involuntárias (por exemplo, via inflação), taxação e recursos externos, relações de propriedade e de preços entre o sistema financeiro e demais setores; e) **normas de inovação e difusão do progresso técnico**, relações entre progresso técnico e desenvolvimento científico, tipos de conhecimentos científicos e tecnológicos (inclusive organizacionais), participação de vários agentes [...] na introdução e na difusão de conhecimentos, diferenças setoriais nesses processos, ritmo de introdução e difusão; f) **normas de intervenção do Estado**, atuação do Estado como agente de resolução de conflitos políticos e de manutenção da estrutura do poder, como regulador da atividade ao nível macroeconômico, como regulador, fomentador ou estruturador de atividades, setores ou empresas específicas e como supridor direto de bens e serviços; g) **normas de inserção internacional**, participação nos fluxos internacionais de comércio, financiamento, investimento e tecnologia; participação de empresas e instituições estrangeiras nas demais relações estruturais do padrão de desenvolvimento” (ERBER, 1992, p. 10).

A fim de exemplificar, ele defende que a crise de uma das normas como a redução do ritmo de acumulação devido a reduções nos aumentos de produtividade, pode ser compensada pela ação de outras normas como a busca de inovações que aumentem a produtividade. A crise se daria quando esses movimentos compensatórios não seriam suficientes e várias normas entrariam em crise quase que ao mesmo tempo, configurando uma crise do padrão de desenvolvimento como um todo.

Erber (1992) chega à idéia central de sua argumentação quando diz que é a indústria de transformação que define a dinâmica de acumulação do padrão de desenvolvimento capitalista, notadamente através dos seus encadeamentos intra e intersetoriais e pela criação de novos espaços econômicos de acumulação. Pois, para ele, é a indústria que origina o progresso técnico e dinamiza os demais setores.

Enfim, o padrão de desenvolvimento confunde-se com o padrão de industrialização, ou seja, este é que tem a função central na dinâmica de acumulação capitalista. Isto quer dizer que o autor se insere na corrente centrada no processo de industrialização como motor dinâmico do desenvolvimento da qual emerge a noção da “industrialização da agricultura” que o desenvolvimento agrícola aparece condicionado ao desenvolvimento industrial.

Para compreender a função do setor rural no processo de desenvolvimento, pode-se valer da interpretação de Leite (2005), quando este traz sinteticamente duas perspectivas que ilustram bem o debate a respeito do tema, a partir de visões que opõem.

Entre estas, a contribuição de Throsby (1986) fala que a relação entre agricultura e desenvolvimento econômico abrange cinco áreas inter-relacionadas, a saber:

a) a agricultura está diretamente associada ao setor alimentar, o qual por sua vez, está no centro do processo do desenvolvimento; b) o setor agropecuário está diretamente envolvido nas questões atinentes à distribuição da riqueza, especificamente ao tema da segurança alimentar e da exclusão social, o que, por sua vez, associa esse debate principalmente ao ambiente socioeconômico do que necessariamente tecnológico; c) na seqüência, as relações entre agricultura e distribuição de renda ou mais propriamente equidade social, são também exploradas; d) para os países em desenvolvimento são essenciais os aspectos que dizem respeito aos mecanismos de mudança estrutural (propriedade da terra, por exemplo), ao papel do progresso técnico e da alteração na intensidade do uso dos diversos fatores produtivos e à incorporação de variáveis sociais, políticas e institucionais; e) finalmente, e com igual ênfase no caso dos países em desenvolvimento, são destacadas as políticas direcionadas à infra-estrutura voltada ao setor, como o melhor uso e acesso aos ativos fundiários (LEITE, 2005, p. 25).

Ainda, conforme Leite (2005), divergente da posição de Throsby<sup>8</sup> (1986 apud LEITE, 2005), a corrente da economia ortodoxa<sup>9</sup> defende que o processo agrícola deve ser pensado a partir de si mesmo, com ênfase numa perspectiva microeconômica. Desta, destaca-se Hayami e Ruttan (1988), os quais defendem que o desenvolvimento pode ser dividido em três abordagens distintas: os estágios/etapas de crescimento; a economia dual e a economia estruturalista.

Tratando-se especificamente do modelo brasileiro, Furtado (1974) afirmava que durante um longo período, os aumentos da renda (produtividade econômica) foram basicamente o resultado de uma simples realocação de recursos visando à maximização de vantagens comparativas estáticas no comércio exterior. Completava este argumento dizendo que a passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial não pressupõe necessariamente uma mudança da agricultura tradicional para a moderna.

Quando gerada pelo comércio exterior, porém, tal passagem acarreta um crescimento significativo da produtividade econômica, e pode iniciar um processo de modernização. E finalizava que a importância deste processo dependia da matriz institucional pré-existente. Observa-se o seu entendimento ao caso brasileiro:

No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização (FURTADO, 1974, p. 98).

Nas chamadas perspectivas cepalinas<sup>10</sup> de desenvolvimento, seu enfoque transbordava a dimensão nacional e preocupava-se com a problemática das relações internacionais. Basicamente, resume-se em duas proposições: a primeira dizia que as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da

---

<sup>8</sup> THROSBY, C. D. Agriculture in the economy: the evolution of economists' perceptions over three centuries. *Review of Marketing and Agricultural Economics*, v. 54, n. 3, p. 5-48, dec., 1986.

<sup>9</sup> Para maior aprofundamento ver Rostow, Ruy Muller Paiva, Hayami e Ruttan, entre outros.

<sup>10</sup> A perspectiva cepalina refere-se às proposições teóricas e de políticas econômicas elaboradas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina – órgão da ONU), a qual reunia um grupo de economistas e cientistas sociais a partir do final da década de 1940 em Santiago do Chile, os quais preocupados com o desenvolvimento dos países da América Latina propunham teses que defendiam a industrialização apoiada pelo Estado como forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano.

economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais.

Ao contrário do que pregava a doutrina do livre-comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida como a principal responsável pela absorção de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico, pelo menos desde a Revolução Industrial britânica.

Já, a segunda defendia que o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável as primeiras (COLISTETE, 2001).

Da primeira proposição emerge o fundamental da teoria desenvolvimentista que se pretende retomar, ou seja, significa dizer que os efeitos dinâmicos da especialização primário-exportadora sobre o conjunto da economia periférica seriam necessariamente limitados, de modo que somente a industrialização poderia dar origem a um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, do emprego e da renda.

E a diversificação industrial constituiria o principal meio através do que seria possível a reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportadora da América Latina. E que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor do progresso técnico e produtividade.

Ainda acerca da perspectiva cepalina, entenda-se também relevante para os propósitos deste estudo as suas contribuições no pensamento econômico no Brasil, que davam ênfase nas “estruturas”. O que significa dizer que isto fez com que se herdassem correntes teóricas posteriores, cujo mote baseia-se no: reduzido papel de atores sociais, a perspectiva macro que tende a excluir unidades e processos importantes na esfera microeconômica e, por fim, uma análise histórica basicamente formal.

Dentro da perspectiva histórica, várias contribuições foram importantes para compreender as relações entre agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil, e a funcionalidade da agricultura.

Entre tantos autores, Caio Prado (1966), argumentava que a economia colonial era funcional à consolidação do sistema capitalista, ou seja, a agricultura estava inserida no jogo da acumulação capitalista. No centro das questões estavam as relações sociais de trabalho e

produção predominantes na agricultura brasileira, por ele consideradas não como resquícios feudais<sup>11</sup>, mas como sobrevivência do sistema escravista, existente no Brasil até 1888.

Ele combatia as teses feudalistas, principalmente do Partido Comunista Brasileiro, pois no seu entendimento estes chamados restos feudais estavam longe de se constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo e sim eram altamente favoráveis, pois contribuía para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia e favorecendo a acumulação capitalista.

O capitalismo que se reproduz no Brasil tem particularidades, que decorrem de sua condição colonial original, da significação estrutural do sistema de escravidão e da importância histórica da concentração da terra, como elemento central de controle do poder político.

Estas particularidades se expressam no fato de que, em muitas circunstâncias, as relações de trabalho e de produção, até então predominantes no meio rural brasileiro, não correspondiam às relações capital-trabalho, próprias do capitalismo, mas reproduzia um trabalhador, sob muitas formas, responsável direto pela sua própria subsistência. O que até então era interpretado como relações não-capitalistas, que geravam uma sociedade também não-capitalista passa a ser compreendido como a forma mesma do capitalismo na agricultura brasileira (WANDERLEY, 2009b, p.3).

Sob outro enfoque, Florestan Fernandes (1973), argumentava que o capitalismo agrário no Brasil assumia a hegemonia da economia urbano-industrial, que ele denominava de “a dependência dentro da dependência”. O mote da sua defesa advinha do fato de que o setor rural gerava excedentes que eram canalizados e apropriados pelos setores urbanos hegemônicos. Essa dinâmica das relações de produção e trabalho entre estas economias era então denominada pelo autor de “atrofia do padrão de desenvolvimento capitalista da economia agrária”.

Disto, chega-se a pontos importantes aqui reforçados por estas abordagens para a compreensão do padrão de desenvolvimento brasileiro seguido. Tem-se claramente o caráter funcional da agricultura nacional neste padrão que determinou o desenvolvimento agrícola de muitos municípios brasileiros também observados no caso do município deste estudo. O que influenciou as dinâmicas demográficas (êxodo rural) e redução do emprego agrícola nestas

---

<sup>11</sup> O autor refere-se nesta expressão as relações sociais que estariam ainda presentes no sistema capitalista típicas do Feudalismo, ou seja, o modo de organização social e política que tinha relações de trabalho com um caráter servil.

regiões, fundamentalmente a partir da década de 1970, com mais proeminência na década de 1980.

## 2.2 OS CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: DOS COMPLEXOS RURAIS À MODERNIZAÇÃO DA CONSERVADORA DA DÉCADA DE 1970

### 2.2.1 Dos Complexos Rurais à Fase da Modernização da Agricultura (Pós-1945)

Inicia-se, antes de tudo, retomando-se rapidamente o período de crise do “complexo rural” (1850-1945). Sinteticamente, a dinâmica do complexo rural era determinada pelo comércio exterior, dado que o mercado interno praticamente não existia. Havia geralmente um produto destinado ao mercado externo que dependia fundamentalmente de seu preço.

Quando este era favorável (“preço bom”) todos os recursos da fazenda eram alocados de modo a incrementar a produção para a exportação. Já, quando o preço caía os recursos eram destinados para atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. Pode-se dizer que o fato determinante que desencadeia a crise do complexo rural é a transição para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro pós-1850.

Contudo, o que houve na verdade foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850 e acelerou-se com a crise de 1929, mas, para os propósitos deste estudo, como fundamento central tem-se o processo histórico de passagem do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAIs)<sup>12</sup>.

Esse processo envolveu a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA et al., 1990, p. 116).

---

<sup>12</sup> A abordagem do termo, Complexos Agroindustriais (CAIs), que será utilizada neste trabalho é aquela derivada do conceito de complexo rural, ou seja, refere-se aos vários complexos agroindustriais, os CAIs. Em síntese, consiste na mudança nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia.

Tendo como fonte de pesquisa o trabalho de um grupo de pesquisadores com a coordenação de Kageyama et al. (1990), procura-se seguir com os conceitos nele apresentados e sua periodização. Mesmo sabendo-se das dificuldades e problemas de se definir fases ou períodos, para efeitos didáticos, utiliza-se conforme este trabalho, mas pontuada com outras contribuições que divergem um pouco desta cronologia.

Compreende-se então o período de transição do pós-guerra (1945) como o início da “modernização da agricultura”; de 1965 em diante como a “industrialização da agricultura” e aproximadamente pós-1975, temos a constituição dos “Complexos Agroindustriais”.

Delgado (2009) traz uma boa síntese do papel do Estado neste modelo, a saber:

- a) foi agente produtivo, através da criação, expansão e consolidação de um importante setor produtivo estatal (que seria privatizado, em parte, na década de 1990);
- b) foi agente financeiro, responsável pela criação, captação e centralização dos créditos de longo prazo necessários à transformação da estrutura produtiva industrial, principalmente através do atual BNDES;
- c) foi articulador dos capitais privados nacionais e internacionais que participaram do processo de acumulação industrial e transplantaram, de forma incompleta e deformada, a estrutura industrial prevalecente nos países capitalistas centrais;
- d) foi expressão e sustentáculo de um pacto de poder autoritário e excludente das camadas populares, especialmente do meio rural, que, ao mesmo tempo em que tornava hegemônico o projeto industrializante, mantinha intocada a estrutura de poder no campo e garantia mecanismos de valorização especulativa dos capitais (na época, em grande parte nacionais) instalados nas órbitas bancária, imobiliária e comercial; e
- e) foi formulador e executor de políticas públicas, tanto no nível macroeconômico como setorial, que privilegiaram a constituição de uma economia urbano-industrial, protegendo a produção, subsidiando investimentos, criando mercados, mantendo os preços dos alimentos controlados e os salários reduzidos, elevando os lucros industriais, expandindo a infra-estrutura de energia e transportes etc. (DELGADO, 2009, p. 7-8).

Por modernização da agricultura, entenda-se a mudança de base técnica da produção agrícola, processo esse que ganha dimensão nacional no pós-guerra (1945) com a introdução

de máquinas na agricultura (tratores importados) de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades.

Um dos indicadores deste processo pode ser visualizado pela elevação do consumo intermediário<sup>13</sup> na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias (KAGEYAMA, 1990).

Obviamente que neste processo de modernização da agricultura teve como fundamental a iniciativa do Estado assim como faz crer Wanderley (2009b):

[...] trata-se de um vasto programa, realizado por iniciativa do Estado, que visava modificar os processos de produção tradicionais, pelo aumento do uso de insumos de origem industrial. O próprio Estado se modificou, criando ou redefinindo instituições aptas a prestar assistência necessária aos “empresários” rurais convidados a se modernizarem (WANDERLEY, 2009b, p. 6).

Estas mudanças na base técnica geraram como resultados positivos a consolidação de mercado de produtos agrícolas, orientados para o consumo urbano e de insumos industriais à destinação das empresas agropecuárias. Além disso, estas mudanças são dadas pelo incremento do uso de máquinas e equipamentos, bem como de insumos produtivos de origem industrial. Pode-se dizer que a modernização produziu um padrão de viabilidade econômica que passou a ser referência a todos os estabelecimentos agrícolas que o tenham ou não atingido.

Em compensação, o lado negativo é que o processo se mostrou fortemente seletivo, atingindo diretamente apenas certo tipo de unidades produtivas que realizavam determinadas culturas ou criações, em algumas áreas específicas do país e transformando desigualmente as diversas fases do processo produtivo.

Isto era demonstrado em nível nacional, pois as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Graziano (1982) a esse respeito argumentava que a produção de alimentos ficava relegada aos estabelecimentos que estavam naturalmente impossibilitados de assumir um

---

<sup>13</sup> Consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que produziam a sua própria subsistência, gerando um pequeno excedente para o mercado.

Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final.

Contudo, o autor alerta para a distribuição regressiva de renda (do lado da demanda) e a estrutura de posse da terra conjugada à estrutura de intermediação (do lado da oferta).

Provêm-se condições para que o comportamento dos preços deixe de ser um estímulo aos produtores, via modernização das unidades de produção e/ou incorporação de nova tecnologia, para ser ao contrário, um estímulo à manutenção (e mesmo à proliferação) de formas pré-capitalistas para atender o aumento da demanda de alimentos do setor urbano, decorrente do processo de urbanização (GRAZIANO; QUEDA, 1975 apud GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 31).

Depreende-se principalmente do exposto neste tópico que a modernização da agricultura constitui-se inicialmente na formação dos Complexos Agroindustriais baseados em determinados cultivos para exportação que no caso do município de Praia Grande compôs-se na cadeia produtiva do arroz que acarretou uma especialização produtiva generalizada que reduziu o mão-de-obra no campo e gerou movimentos da população rural em busca de novas fontes de emprego, renda e moradia.

### **2.2.2 A Industrialização da Agricultura (De 1965 em Diante)**

O longo processo de transformação da base técnica citado acima, a modernização da agricultura, culmina na própria industrialização da agricultura. Ocorrem três transformações básicas, a saber: nas relações de trabalho, na mecanização e na internalização do D1<sup>14</sup> e, conforme a periodização proposta, pós-1965.

---

<sup>14</sup> Refere-se à internalização (ou instalação) no país, dos setores industriais mais importantes no fornecimento de bens de produção e insumos para a agricultura (fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos).

No início da década de 1960, este padrão de industrialização da década anterior entra em crise, principalmente pela aceleração da inflação e pela perda de capacidade do Estado de manter a articulação do pacto de poder político que o sustentava.

As críticas a este modelo aumentaram, tanto entre intelectuais, partidos de esquerda, além de movimentos populares. Lutava-se por nacionalismo, reforma agrária, fortalecimento dos salários e mercado interno.

A resposta a estes movimentos veio com o golpe de 1964, o que consolidou a recomposição do pacto político dominante e a continuação do modelo de industrialização anterior. Mas, com alguns elementos novos, os quais se destacam os mecanismos de financiamento e retomada da acumulação industrial por meio do aumento da participação das empresas multinacionais, da contenção dos salários reais, e da expansão do setor produtivo estatal e dos setores de bens de consumo duráveis, viabilizado pelo aumento do crédito para o consumo da classe média.

Mas, foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, o instrumento mais importante da política de modernização agrícola da época, baseado numa oferta de crédito rural abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola sempre esteve elevada. Além disso, houve a criação do Banco Central, da Embrapa, Embrater e reforma do sistema financeiro nacional, aliada a uma conjuntura mundial favorável de grande disponibilidade de recursos financeiros.

Foi também um período de grande crescimento do comércio internacional com a economia voltada para o crescimento das exportações agrícolas, principalmente na expansão do cultivo da soja na região sul.

Paradoxalmente, a década de 1960 ainda contou em 1964 com a criação do Estatuto da Terra, ou seja, uma indicação de uma possível alteração da estrutura fundiária no país, mas que o Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968 o impediu, juntamente com a proposta de transformar o latifúndio numa grande empresa capitalista. Era esta a tônica do final da década de 1960 que ditava o início da modernização conservadora da agricultura na década de 1970.

Quanto às relações de trabalho diminuiu-se a pequena produção independente onde o proprietário (parceiro ou arrendatário) mesmo com a modernização utilizava insumos modernos e seguia com a produção artesanal. Ou seja, ele modernizava seu processo de produção e estabelecia uma nova divisão de trabalho dentro da família.

Com o advento da agricultura industrializada a relação de trabalho passa a ser coletiva, há um conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente numa determinada atividade.

A segunda transformação refere-se à mecanização que pode ser resumida no trator, que passa de substituto da força animal para substituto da mão do homem, da força de trabalho. Há claramente a mecanização não mais em função da substituição da força física, mas substituição da habilidade manual do trabalhador. Pode-se dizer que é nesse período (anos 60) que se introduz a mecanização de todo o processo produtivo, do plantio à colheita (inclusive carregamento e transporte) e à mecanização dos tratamentos culturais se soma a quimificação.

A chamada internalização do D1 (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura) é reconhecida como a terceira transformação, pois há a criação no país dos setores “chaves” para a agricultura que são: os produtores de insumos e máquinas e equipamentos.

Isso viabilizava o processo, pois ainda no período da modernização a economia dependia da capacidade de importar visto que não havia estas indústrias de base em território nacional. Para tanto, a industrialização da agricultura supõe, além da existência do D1 (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna.

Pelo aprofundamento da divisão do trabalho, a agricultura se converte assim num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. A produção agrícola passou então a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural anteriormente descrito.

Pode-se exemplificar entre tantas transformações advindas da industrialização da agricultura para o município deste estudo como toda a rede de comercialização de insumos industriais ligando indústria e comércio à agricultura. Além disso, a mecanização de todo processo produtivo (no caso específico mecanização do plantio à colheita do principal produto – arroz irrigado), alterando-se as práticas agropecuárias e, sobretudo, modificando o mercado de trabalho da região.

### 2.2.3 A Constituição dos Complexos Agroindustriais (Pós-1975)

Finalmente, conforme periodização proposta, no período pós-75 são constituídos os complexos agroindustriais, onde a atividade agrícola se especializa continuamente. Contudo, a partir disso não existe mais uma agricultura como grande setor na clássica divisão tradicional agricultura-indústria-serviços, e sim que existem vários complexos agroindustriais e a dinâmica desses segmentos da agricultura é a dos complexos.

Com isso, o desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria, porque grande parte das atividades agrícolas integrou-se na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta. Enfim, não há mais uma dinâmica geral da agricultura, mas agora têm lugar várias dinâmicas, próprias de cada um dos complexos particulares.

Deste padrão formado pode-se dizer conforme apontado no trabalho coordenado por Kageyama et al. (1990), três resultados gerais:

- a) do ângulo do CAI, tem-se um estreitamento das relações intersetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre as atividades agrícolas e as industriais e um crescente movimento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial;
- b) do ângulo da industrialização da agricultura o resultado mais visível é que a mudança da base técnica torna-se irreversível, tanto do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho (em nível das unidades produtivas pela divisão técnica e especialização e, a nível social, pela criação de um proletariado rural desqualificado, como do ponto de vista da base técnica (em que não é mais possível manter uma escala mínima viável de produção sem recorrer ao uso de insumos industriais); e
- c) finalmente, do ângulo da integração de capitais constitui-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que viria a formar o elo do capital financeiro com a agricultura.

Destes pontos levantados por Kageyama et al. (1990), refletindo-se para o estudo de caso aqui proposto, importa-se investigar quanto às mudanças da base técnica, a necessidade de uma escala mínima de produção e a utilização de insumos industriais, dado que na estrutura fundiária de Praia Grande predominam os estratos de pequena propriedade de 10 a

30 ha, que indica uma dificuldade na reprodução dos seus agricultores ante ao obstáculo da falta de terra para acompanhar este padrão de desenvolvimento. E também da necessidade recorrente de crédito rural para acompanhar o progresso tecnológico.

Para muitos estudiosos das questões rurais se consolida uma nova fase do desenvolvimento da agricultura, que se caracteriza pela constituição destes complexos agroindustriais e pela emergência do capital financeiro, como uma nova forma de organização dos mercados rurais e de comando de acumulação de capital na agricultura.

Observa-se isto, nos trabalhos de Delgado (1985) acerca das transformações ocorridas na agricultura sob o comando do capital financeiro.

A reunião desse conjunto de mudanças e inovações sintetizadas pelo desenvolvimento do sistema de crédito, consolidação do Complexo Agroindustrial, surgimento das formas específicas de conglomeração de capitais na agricultura e, finalmente, a transformação do mercado de terras num ramo específico do mercado financeiro estão fortemente imbricadas com o desenvolvimento da regulação estatal da economia rural. Tudo isso faz com que se perceba a emergência do capital financeiro, como uma nova forma de organização dos mercados rurais e de comando da acumulação de capital na agricultura (DELGADO, 1985, p. 112).

Ainda como síntese da modernização conservadora (década de 1970), os estudos de Delgado (2009) apontam: o crédito agrícola subsidiado concentrado nas regiões sul e sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; os privilégios principalmente aos grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária<sup>15</sup>; o favorecimento aos produtos agrícolas destinados à exportação com a conseqüente piora na distribuição de renda no meio rural; ao que ele chama de “onda de internalização” (complexo agroindustrial), a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais; a conjuntura internacional extremamente favorável tanto do ponto de vista da demanda para exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial.

E, por último, talvez pela proposta da dissertação a mais importante para ao que se propõe, o processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o sudeste e o sul foram os responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas no meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

---

<sup>15</sup> Essa concentração fundiária e seu caráter excludente gerou aumento da demanda por terra por parte do movimento sindical remanescente apoiada por setores da Igreja Católica como a CPT criada em 1975, que foi abafada e reprimida pela repressão política dominante, mas que se manteve espalhada por todo o país e enraizada nas experiências cotidianas dos trabalhadores.

Quanto a esta última característica, o emprego no campo, Martine e Garcia (1987), defende que na década de 1970 as ocupações estáveis e permanentes foram em grande parte desestruturadas devido: à adoção de escalas de produção maior que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas que expulsou a mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários; finalmente, à especulação fundiária que também expulsou todo tipo de trabalhador rural, mesmo em circunstâncias em que não houve mudanças efetivas no processo de produção (MARTINE; GARCIA, 1987).

E, ainda, esses mesmos processos segundo os autores, levaram a um crescente desairragamento do trabalho agrícola, na medida em que acentuaram a instabilidade do trabalho, multiplicando o número de empregados temporários.

Esses processos também transformaram em assalariados grande número de pequenos produtores e deslocaram para as regiões de fronteira (novas ou antigas, interiores ou internas) contingentes significativos de famílias; transformaram trabalhadores residentes nos estabelecimentos em “rurbanos”, volantes, etc.; aumentaram muito a participação da força de trabalho secundária em tarefas esporádicas; seja na unidade de produção familiar, seja como assalariado temporário na unidade de produção capitalista (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 55).

No tocante ao local de domicílio dos trabalhadores rurais, já era significativa a informação de que uma proporção crescente da força de trabalho agrícola residia fora do estabelecimento agrícola. De acordo com o Censo Demográfico de 1980, 2,1 milhões de pessoas – ou 18% do total da PEA<sup>16</sup> agrícola<sup>17</sup> – residiam em localidades urbanas, contra 12% em 1970. As mulheres e crianças tiveram uma participação crescente na PEA na qualidade de trabalhadores volantes. Como resultado, a modernização já vinha separando o trabalhador dos seus meios de produção, levando-o a vender sua força de trabalho como volante ou bóia-fria e aumentando a necessidade de mulheres e crianças trabalharem fora para suplementar à renda familiar (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 54).

---

<sup>16</sup> População Economicamente Ativa deriva do conceito de população em idade ativa que se subdivide em **população economicamente ativa** e a **população não economicamente ativa**. A PEA, portanto engloba o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: **população ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As ocupadas compõem-se dos: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Já a **população desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). FONTE: IBGE – Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

<sup>17</sup> Refere-se à população economicamente ativa ocupada e não-ocupada em atividades agropecuárias, conforme metodologia do IBGE.

Ou seja, os indícios ou indicações do que as décadas posteriores iriam consolidar como a pluriatividade no meio rural, redução do emprego rural para as mulheres, dificuldades de geração de emprego rural para os jovens. Nesse sentido, o município de Praia Grande pode enquadrar-se na interpretação de Martine e Garcia (1987), onde estas dinâmicas demográficas e de ocupações podem revelar estas tendências, o que se pretende investigar.

Em relação à estrutura fundiária e o caráter excludente da modernização conservadora, os instrumentos e a forma da modernização proporcionaram uma elevação na escala de produção e/ou uma majoração do preço da terra, que redundaram no aumento do grau de concentração da propriedade da terra<sup>18</sup>.

Isto equivale a dizer que a modernização agrícola e suas seqüelas terminaram por reduzir drasticamente o acesso à terra pela pequena produção. Outro fato também alertado por Martine e Garcia (1987) é que os estabelecimentos beneficiados pelo processo de concentração da terra foi o das maiores propriedades e de que a ociosidade tendeu a aumentar em plena época de modernização agrícola.

Enfim, neste período, é quase um consenso, que para os atores governamentais empresariais, rural era sinônimo de agrícola e desenvolvimento rural era igual a desenvolvimento agrícola que, por sua vez, era identificado com modernização agrícola, assim como afirma Delgado (2009).

E as populações excluídas do processo de modernização eram consideradas pelo governo militar e por organismos internacionais como populações de “baixa renda”, para os quais eram destinados, especialmente no Nordeste, os chamados “projetos de desenvolvimento rural integrado”<sup>19</sup> difundido pelo Banco Mundial por toda a América Latina.

Já, para Navarro (2001), ele chama de “noção de desenvolvimento rural”, quando atribui que na década de 1970, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientava-se ações em nome do desenvolvimento rural através de um conjunto de programas que foram implementados nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural, pois para o autor, nas outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola”.

Para finalizar este tópico, no tocante as questões ambientais, que apesar de iniciativas e de reflexões existentes no âmbito mundial e doméstico, não se existia ainda como uma questão central das agendas nacional e internacional.

---

<sup>18</sup> No quarto capítulo a pesquisa analisará a evolução da estrutura fundiária do município de Praia Grande.

<sup>19</sup> Constituíam-se de projetos de desenvolvimento rural implantados pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) basicamente durante a década de 70 no país.

## 2.3 OS CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL NA “DÉCADA PERDIDA” (1980)

### 2.3.1 Crise e Consolidação dos Complexos: o contexto político-econômico e o setor agropecuário na década de 1980

Na década de 1980 teve-se um rompimento do padrão de crescimento industrial que vinha desde o pós-guerra. Basicamente como consequência da crise da dívida externa, manifestada pela impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito combinada com a elevação brusca da remessa de juros por conta do enorme aumento das taxas internacionais; a profunda crise institucional e financeira do Estado nacional e a aceleração vertiginosa da inflação.

Isso tudo fez com que a política macroeconômica (monetária, fiscal e comercial) tivesse que operar de forma restritiva, a fim de gerar saldos para o pagamento do serviço desta dívida, afetando com isso todas as ações políticas do governo, retirando sua margem de manobra.

Em relação à agricultura e ao setor rural como um todo, o Estado esteve condicionado a esta forma de atuação. Esta conjuntura condicionou o crescimento econômico, a ficar atrelado ao comportamento do mercado externo, minando fortemente o mercado interno. Para se ter uma noção maior, os dados mostram: um crescimento da dívida externa da ordem de 60%, aliada a um crescimento dos juros pagos pelo Brasil em torno de 282%. Temos que ter presente também que a moratória do México<sup>20</sup> em 1982 acarretou uma vasta restrição da liquidez internacional.

Já em termos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), se comparar as décadas de 1970 e 1980, os resultados são muito díspares e impressionam. Se a década de 1970, (milagre econômico)<sup>21</sup>, esbanjava um crescimento médio de 8,7% a.a. no PIB, a década de 1980 tinha o crescimento de 1,7% a.a.

---

<sup>20</sup> Corresponde a interrupção do pagamento das dívidas por parte do México no mês de setembro de 1982, por força da crise do petróleo que fizeram os Estados Unidos aumentar muito suas taxas de juros, criando problemas de solvência no México devido à alta dependência econômica deste, frente aquele. Disto resultou em contágio para a maioria dos países da América Latina, visto que gerou restrição do crédito internacional provocando graves crises de liquidez neste países.

<sup>21</sup> Esta expressão ficou conhecida e refere-se às altas taxas de crescimento econômico do País durante a década de 1970, ou seja, o “milagre” econômico.

Em termos gerais, em relação à agricultura, Graziano (1998) defendia que o processo de transformação da base técnica continuou no período 1980/85, mas que seu ritmo era significativamente mais lento quando comparado ao dos quinquênios anteriores. Vejamos na tabela abaixo alguns indicadores que demonstram esta afirmação:

**Tabela 1:** Alguns indicadores da evolução da agricultura brasileira, 1970/85

<b>Indicador</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Milhões de hectares de área total	294	323	370	376
Mil tratores	166	323	545	652
Milhões de hectares de lavouras	34	40	49	52
Número de estabelecimentos com trator (%)	2,4	4,3	7,0	7,2
Pessoas ocupadas/trator	10,6	63	39	36
Áreas lavouras/total (%)	11,6	12,3	13,5	13,9
Pastos plantados/total (%)	10,1	12,3	16,6	19,2
Crédito investimento(índice)	23	100	51	19
Crédito custeio (índice)	28	100	136	95
PIB agrícola(índice)	81	100	128	126

**Fonte:** Censos Agropecuários e Coordenadoria de Agricultura/IPEA (GRAZIANO, 1998, p. 123)

Observa-se na tabela acima que o número de tratores quase dobrou no decênio 1975/85, incorporando mais de 300.000 novas unidades, só que dois terços no primeiro quinquênio. Além disso, uma observação, a proporção de estabelecimentos com trator manteve-se aproximadamente ao mesmo nível de 1980 (7%), mostrando que ainda vigora no processo de modernização da agricultura brasileira, iniciado no pós-guerra, um aspecto fundamental: seu caráter excludente.

Em relação aos outros indicadores, pode-se constatar que a área de lavouras também registrou um crescimento muito mais lento nos anos 80 em relação ao final da década anterior. Já, a expansão da fronteira agrícola perdeu força da segunda metade dos anos 70. A modernização da pecuária que tinha tomado forte impulso na década passada parece ter continuado nos anos 80, embora num ritmo menor.

Ainda detendo-se na análise de Graziano (1998), no que ele classificava que estava havendo na década de 80 um arrefecimento da modernização, apontando-se para isso quatro razões básicas, a saber:

- a) A primeira seria a própria recessão que se abateu como um todo na economia brasileira a partir do final dos anos 70, como já enfatizado acima;
- b) A segunda caracterizava-se pela redução explícita dos incentivos creditícios à modernização traduzida não apenas pela eliminação das taxas de juros reais negativos do crédito rural, mas principalmente pela redução drástica dos recursos

- para os financiamentos agropecuários, especialmente para investimentos, conforme indica a tabela acima.
- c) Na terceira razão ele retoma o caráter profundamente desigual e excludente anteriormente já mencionado do processo de modernização da agricultura brasileira. A argumentação que advém agora se deve pelo fato de que o arrefecimento ocorre porque a região Centro-Sul já havia obtido níveis de crescimento mais elevado e, portanto, a tendência do ritmo posterior ser menor. Significava dizer que a modernização já tinha incorporado aqueles “mais aptos”, os quais ele queria referir-se às modernas empresas agropecuárias capitalistas do Centro-Sul, excluindo os “demais”.
  - d) E a última tratava-se de uma mudança no padrão de modernização da agricultura que estava se gestando em âmbito mundial. Os anos 80 mostraram que a agricultura dos países desenvolvidos passou a incorporar de forma crescente as chamadas “novas tecnologias”, quais sejam, a informática, a microeletrônica e as biotecnologias. E isto queria dizer que o parque de máquinas não cresceria mais significativamente em termos numéricos, mas as “novas” máquinas e os “novos” equipamentos trazem embutidos novos componentes como a microeletrônica – que melhoram a performance dos tratores e colheitadeiras, bem como permitem automatizar algumas operações, como é o caso da irrigação, para ficar na prática mais difundida. Da mesma forma, o consumo de químicos chega até mesmo a se reduzir quando da introdução dos “novos seres vivos”, filhos da engenharia genética que têm menor necessidade de defensivos e/ou maior resposta aos fertilizantes.

Contudo, inicia-se nesta época esta difusão dessas novas tecnologias, em face da “revolução verde” baseada na mecanização, na genética e nos químicos. Quanto a essa constatação já se falava em “terceira revolução agrícola”, do microcomputador, banco de dados, telecomunicações, robótica, transferência de embrião, engenharia genética e cultivo hidropônico. Entretanto, a sua difusão tal como ocorria nos países desenvolvidos – restringia-se a um grupo seletivo de “inovadores” – em geral, grandes grupos econômicos de porte internacional, que tiveram acesso a essas novas tecnologias em outros ramos da produção e tratavam de aplicá-las na agropecuária.

Mas, paradoxalmente considera-se que o desempenho da agricultura nesta década, mesmo dentro de um cenário de inflação alta, colapso financeiro do Estado e de sua perda

progressiva de implementar políticas econômicas setoriais, obteve um crescimento mais favorável que o setor industrial e mesmo da economia como um todo.

Mesmo considerando que no período 1980-84, houve uma grave crise no mercado agrícola mundial, caracterizada por uma substancial queda dos preços internacionais das commodities agrícolas.

No padrão de desenvolvimento agropecuário da década chega-se a um fato novo e importante se compararmos aos anos anteriores, o crescimento da produtividade da terra. Ou seja, na década de 1980 inicia-se um crescimento “vertical”<sup>22</sup>, diferentemente do crescimento “horizontal”<sup>23</sup> das décadas anteriores. Exemplo disto nos trabalhos de Pinazza (1990) demonstra o crescimento do grupo cereais e oleaginosas de 5,8% a.a. do período de 1980/89, deveu-se principalmente ao aumento da produtividade (+4,6% a.a.) enquanto a área plantada cresceu apenas 1,2% a.a. Em contrapartida aos anos 70, quando estes valores foram de 0,2% e 3,9% a.a., respectivamente.

Muitos pesquisadores, tais como Gasques e Villa Verde (1990) e Dias (1988), confirmam o entendimento deste novo padrão. Pois segundo eles, ocorreria um processo generalizado e não especificamente associado a uma inovação tecnológica em determinada cultura e na verdade era um processo de ajustamento com métodos de racionalização da produção, produtividade crescente, e por fim, competitividade nos mercados internacionais.

Esse padrão também condiz com a hipótese de que o crescimento potencial está sendo restrito pela escassez de investimento, a qual não é peculiar ao setor rural, estendendo-se a toda economia (GRAZIANO, 1998, p. 125).

Graziano (1998), na sua análise da relação entre o PIB agropecuário e o PIB total ao longo da década de 80, alertava que esta relação se mantinha estável em torno de 10% de participação demonstrando um desempenho favorável do setor agropecuário.

Mas que esta participação do setor agropecuário caíra no final da década, a partir de 1986, até ficar abaixo de 7%, o que para o autor já era mostra dos efeitos da abertura para o exterior de uma agricultura que se industrializa. Ou seja, os complexos agroindustriais da década anterior mostravam-se sua força e não se reeditava um modelo de crescimento assentado no setor agrícola (GRAZIANO, 1998).

Ressalva-se também de acordo com o mesmo autor que este “novo padrão de crescimento”, gestado ao longo dos anos 70 e ajustado pela crise do início dos anos 80, não

---

<sup>22</sup> Termo refere-se ao crescimento da produtividade da terra.

<sup>23</sup> Termo refere-se ao crescimento via expansão da área plantada na agricultura.

estaria consolidado e na dinâmica dos Complexos industriais necessitava-se a regulação efetiva do poder público. Talvez esta afirmação sirva-se para analisar como se processaram estes arranjos nas próximas décadas, a partir do estudo de caso proposto.

Analisando-se as causas do desempenho da agricultura ao longo da década de 80, têm-se alguns fatos importantes. Primeiro ponto, uma prioridade à agricultura dada pelo Governo Figueiredo (1979), o qual tinha na figura do ministro Delfim Netto, o propósito de reagir a uma crise de abastecimento de alimentos, devido ao fraco desempenho de sua produção na década anterior (que privilegiou culturas de exportação).

Isto se refletiu numa mudança de política agrícola em favor do fortalecimento de políticas de preços mínimos e da diminuição da importância de políticas de crédito rural. Além disso, a política de desvalorização da taxa de câmbio foi capaz de compensar, em moeda nacional, as perdas de receitas em dólares dos exportadores brasileiros devido à queda dos preços internacionais das commodities agrícolas, garantindo a continuidade de sua produção.

Analisando-se mais detalhadamente, a primeira causa dada, a preocupação do governo na década a uma crise de abastecimento de alimentos, cujo foco da política agrícola teve como nome conhecido de “encher a panela do povo”, tratava-se de uma tendência maior que vinha se desenhando desde a implantação do modelo de modernização conservadora.

Martine e Garcia (1987) falavam que o êxito deste modelo para com o que eles chamavam de “culturas dinâmicas”<sup>24</sup> verificável, sobretudo em períodos de conjuntura externa favorável não transbordava para o setor de alimentos. E, um dos resultados, é que estas políticas em prol de uma “agricultura dinâmica” geravam um descompasso em que a disponibilidade de alimentos básicos não acompanhava o crescimento da população.

Em síntese, podemos dizer que o favorecimento a estas culturas “dinâmicas” para a exportação e/ou para as agroindústrias relegou a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, particularmente feijão, mandioca e arroz (de sequeiro), essenciais à sobrevivência dos estratos de renda mais baixa, a uma condição secundária. Concretamente, o posicionamento inferiorizado dos alimentos básicos se refletiu no acesso à terra e ao crédito, na forma de produção e no desenvolvimento tecnológico.

No tocante ao acesso à terra, a valorização e concentração da terra provocada pelas novas políticas de crédito subsidiado e de investimento público em infra-estrutura relegaram a

---

<sup>24</sup> O autor referia-se as culturas de exportação, ou seja, culturas que tinham grande participação na pauta de exportação nacional como arroz, soja, etc, dinamizadas pela modernização conservadora.

produção de alguns alimentos a um segundo plano e, simultaneamente, incentivaram a apropriação das áreas novas por grandes empresas e latifúndios.

Disso tudo se depreende, partindo da análise de Martine e Garcia (1987), que a política de modernização conservadora da agricultura vinha favorecendo culturas “dinâmicas” em que a combinação de subsídios-preços provocava mudanças na forma técnica e social da produção, gerando uma espécie de divisão do trabalho, na qual os produtores capitalistas com maior acesso à terra e crédito e tecnologia produzem basicamente para o mercado externo, e os pequenos produtores respondiam pela alimentação das massas urbanas. Enquanto os preços da produção dinâmica tinham sido garantidos pelo mercado externo e pelos reajustes cambiais, os preços dos produtos básicos, em nível dos produtores, têm se mantido relativamente baixos.

Aproximando-se este cenário macroeconômico à região do Extremo Sul Catarinense, localização do município de Praia Grande, entende-se a abrangência destas políticas em favorecimento destas culturas dinâmicas como o cultivo de arroz irrigado. Exemplo disto pode ser buscado na implantação do Programa de Desenvolvimento PROVÁRZEA que disseminou este produto na agricultura de toda região.

Ainda naquela época (final da década de 70 e início da década de 80), nessa preocupação com a produção de alimentos, os autores já viam sinais do avanço do crédito e da tecnologia mais moderna em estabelecimentos agrícolas menores. Enquanto para eles, estabelecimentos maiores e modernos podiam eventualmente se interessar-se pela produção de alimentos básicos, embora não se pudesse julgar ainda a qualidade relativa dessa penetração. Pois, nesse período a grande maioria dos alimentos básicos continuava sendo produzida em estabelecimentos pequenos que dispunham de recursos técnicos mínimos.

Considerando-se toda a conjuntura de crise da década de 80 se comparada à década de 70, a agricultura familiar saiu mais beneficiada. Dado esse desempenho relativo dos produtos de alimentação, assim como identificou Delgado (2009), através de:

a) um maior crescimento do número de estabelecimentos de até 20 ha (o número de estabelecimentos rurais com menos de 10 ha aumentou quase 20% entre 1980/1985, segundo estudos de Gasques e Vila Verde, (1990); e

b) uma maior estabilidade do emprego agrícola como proporção do emprego total e a redução da intensidade das migrações rurais-urbanas, inclusive devido à diminuição do crescimento industrial e queda relativa do preço da terra, em relação à sua substancial elevação na década de 1970.

Deste contexto extrai-se que a crise da década de 1980 e este novo padrão de desenvolvimento nacional atingiram o município de Praia Grande, diferentemente do levantado por Delgado em termos nacionais, em relação ao emprego agrícola. Pois a tendência de queda foi bem acentuada, passando-se de 3.734 pessoas ocupadas em 1985 para 10 anos mais tarde, chegar-se a 2.258 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários<sup>25</sup> do município.

Em relação às migrações rurais-urbanas também a evolução dos indicadores de Praia Grande mostraram-se contrários aos resultados nacionais encontrados por Delgado, pois na década de 1980 consolidou-se no município um êxodo rural quantitativamente superior, em relação à década de 1970.

### **2.3.2 O Final dos Anos 80 e as Contestações do Modelo de Desenvolvimento**

Tratando-se especificamente das questões de ordem política temos que no início dos anos 1980 aprofundou-se a crise de poder e de legitimidade da ditadura militar, culminando na redemocratização do país em 1985. Importante também é a convocação de uma assembléia nacional constituinte em 1987, a fim de elaborar uma nova constituição que seria promulgada em 1988.

Nesse processo de abertura política, ganha espaço a questão agrária no país. Ou seja, reacende-se a discussão pública sobre os custos e benefícios das transformações ocorridas no meio rural, de modo que a reforma agrária passa a assumir uma importância política central através de demanda oriundas da diversidade de grupos e atores sociais e de lutas existentes no meio rural.

Assim como faz pensar Delgado (2009):

[...] como consequência da gradual afirmação social desses novos personagens, atores e reivindicações, a questão agrária passou progressivamente a ganhar uma visibilidade política sem precedentes na história do país. Tornando-se tematicamente mais complexa e diversificada e abrindo caminho para a futura implosão da identidade entre o rural e o agrícola e entre desenvolvimento e modernização, esta ganharia maior vigor e substância conceitual e política, a partir da década de 1990 (DELGADO, 2009, p. 16).

---

<sup>25</sup> Dados conforme Censos Agropecuários 1985 e 1995 – IBGE.

Para o autor, esse processo ganhou força pela visibilidade tanto nacional e internacional, pela crítica contundente ao caráter excludente e aos nefastos efeitos ambientais, culturais, econômicos e sociais do processo de modernização agrícola da revolução verde implantado no Brasil e em outros países do então chamado Terceiro Mundo a partir da década de 1970.

Ressalta-se que a discussão internacional iniciada ainda na década de 70 avançou como uma preocupação planetária com a preservação do meio ambiente e com a concepção do que poderia ser um “desenvolvimento sustentável” para a humanidade na década de 80, como um marco representativo para o que viria nas décadas seguintes.

No Brasil, esta crítica teve como precursores basicamente associações de agrônomos e ONGs, até chegar aos movimentos sociais rurais num debate em torno das “tecnologias alternativas”. Desta discussão chegou-se a uma diretriz de que a luta deveria centrar-se na construção e na implementação de outro modelo de desenvolvimento rural, cujas conseqüências ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas fossem benéficas aos pequenos produtores e às populações rurais e não tentar reivindicar a democratização da revolução verde, o que seria uma estratégia equivocada.

Destas reflexões da configuração das possibilidades de um novo modelo trazendo-se a discussão para a região de estudo tem-se neste período a influência para criarem-se anos mais tarde, já na década de 1990, movimentos sociais (organizações), como exemplo as Associações em torno da Agroecologia, que lutariam por novas práticas agrícolas, melhores condições de produção, novas redes de comercialização, enfim, buscando-se também combater o êxodo rural, bem como recuperar o emprego agrícola, conforme mais detalhadamente no quarto capítulo, a pesquisa pretende mostrar.

### **3 O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS “FACES” DO NOVO RURAL NA DÉCADA DE 90**

Neste segundo capítulo, trata-se mais especificadamente do contexto presente na década de 1990, aceitando a argumentação de que este período constituiu-se num marco para o desenvolvimento rural no País. Esta década foi marcada pela estabilização macroeconômica e um ambiente jurídico e institucional renovado, que preconizava um ordenamento assentado na maior descentralização do poder político do Estado.

Na primeira seção são buscadas as principais causas que fizeram emergir a volta ao debate do desenvolvimento rural no País, trazendo-se algumas contribuições que ajudam a compreender o conceito do que se entende por desenvolvimento rural na atualidade, mas também admitindo a sua constante reconceituação ao longo do tempo. Caracteriza-se a mudança de foco no papel do Estado, aliada ao fortalecimento da Sociedade Civil, e discute-se a abordagem territorial do desenvolvimento como uma possibilidade.

Já na segunda seção, o estudo filia-se ao referencial teórico que postula o desenvolvimento de um “Novo Rural” no País, alicerçado na mesma linha dos estudos de Graziano (1999). Sendo este novo quadro resultado da modernização conservadora da agricultura brasileira (conforme descrita no segundo capítulo). Este teria resolvido o problema agrícola através do incremento tecnológico e produtivo na agropecuária nacional. E que modernizada, teria eliminado os problemas da oferta de produtos, e restaria resolver o problema agrário, fundamentalmente de natureza social e demográfica, ainda existente no campo, e a incapacidade do setor agrícola moderno (agronegócio) de promover a sua absorção, através do processo de produção.

Com isso, mais recentemente, ocorreria redução das diferenças entre o urbano e o rural, principalmente em relação ao mercado de trabalho, com queda de renda e emprego agrícola e aumento de ocupações em atividades não-agrícolas.

Na última seção, discorre-se sobre as novas dinâmicas e transformações demográficas que se conformam neste “Novo Rural”. Primeiramente quanto aos movimentos populacionais, retoma-se o fenômeno da concentração urbana, e discute-se a nova roupagem do êxodo rural no campo brasileiro, êxodo mais “seletivo” que tem enviado às cidades o grosso da mão-de-obra jovem e com a predominância feminina. Desse processo, resultam tendências de masculinização e envelhecimento da população rural no País, principalmente na região Sul,

com peso importante para o Estado de Santa Catarina. Inferindo-se a partir daí indicativos destes fenômenos no município de Praia Grande.

### 3.1 A EMERGENCIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

#### **3.1.1 O Contexto da Década de 1990 e o Ressurgimento do Desenvolvimento Rural**

A fim de melhor entender a conjuntura econômica da época, deve-se atentar para três elementos fundamentais: o momento do ciclo internacional, a política estrutural, bem como, a política de desenvolvimento em execução. Assim como argumentava Amitrano (2006), a economia brasileira desta época seguia um modelo de crescimento instável de baixo dinamismo, caracterizado pela liberalização comercial e financeira, pela reestruturação produtiva e pela política de estabilização.

O período é marcado pelo plano real (1994), que teve fundamentalmente o objetivo do controle da inflação, que ao longo dos anos 1980 demonstrava-se como o um problema insolúvel a ser enfrentado pelo governo. A partir de 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, adotam-se medidas de política monetária restritivas e inicia-se um processo de privatização e abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, a fim de enxugar as contas públicas.

O objetivo do governo era a estabilização monetária, em detrimento do crescimento econômico. Contudo, as mudanças nas formas de ação do Estado passam a preconizar um papel mais regulatório do que intervencionista, caracterizado pelo surgimento das agências de regulação (telefonia, energia e transportes), entre outras características.

Importante também são as entradas em vigor das muitas regulamentações estabelecidas pela nova constituição de 1988. Como exemplo, para o que se propõe neste estudo, pode-se citar: a maior autonomia dos municípios em termos de responsabilidade pelas políticas públicas nas áreas de saúde, educação e segurança.

Nesse ponto em particular em muitos municípios tipicamente rurais como Praia Grande com a urbanização crescente gerou-se uma concentração urbana e de infra-estrutura, desencadeando-se o direcionamento por parte destes governos principalmente de escolas e

órgãos de saúde para o centro da cidade, deixando-se carente destes serviços a zona rural. Aliada ainda à geração de oportunidades de emprego somente na área urbana.

Além disso, há um avanço no que concerne aos direitos sociais dos brasileiros garantidos nesta constituição, que passam a ser colocados em prática, como a regulamentação da aposentadoria aos trabalhadores rurais (mulheres aos 55 e homens aos 60 anos de idade), a demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas, a regulamentação do uso de terras públicas para atividades extrativistas, o combate ao trabalho infantil, entre outras.

Atenta-se em especial às aposentadorias rurais que vem tendo forte impacto nas mais diversas regiões rurais do país, propiciando-se uma renda mínima contribuindo-se para modificar as estratégias destas famílias. Enfoque este segundo o qual este estudo visa investigar para o município de Praia Grande na pesquisa de campo no quarto capítulo.

Resumidamente, estabilização macroeconômica, um ambiente jurídico e institucional renovado e a maior descentralização do poder político do Estado, são as marcas desta década.

Depreende-se disto que estas condições de estabilidade da economia reascendem o debate acerca dos condicionantes e possibilidades do desenvolvimento do país e nisto enquadra-se também propostas no âmbito do desenvolvimento rural.

Além disso, esta década contempla importantes mudanças na própria sociedade civil como um todo. Como já referido no final do primeiro capítulo, a década de 1980 fez ressurgir com força os movimentos e organizações sociais do campo. Mas a novidade desta década de 90 são as mudanças na sua forma de atuação, passando de um papel reivindicatório e contestatório para um de caráter mais proativo e propositivo. Foi neste período a maior proliferação de Organizações Não-Governamentais (ONG's), associações, cooperativas, entre outras.

Este crescimento surge inclusive pelo espaço deixado pelo próprio Estado, cujas funções nas áreas de prestação de serviços em educação, saúde, assistência social, etc, foram realocadas para estas organizações. Estes atores inclusive passaram a ter funções de gestão e governança de políticas públicas, vigiando e controlando as ações do Estado.

Outro fator relevante que impulsiona a discussão de desenvolvimento rural no Brasil nesta década está relacionado com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. O impulsionador deste processo adveio da realização da ECO 1992<sup>26</sup> no Rio de

---

<sup>26</sup> Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, que teve como pauta principal a discussão do desenvolvimento sócio-econômico e a conservação do meio ambiente em nível mundial.

Janeiro, que trouxe toda uma mobilização política que norteou as atuações das instituições, do Estado, além de intelectuais e mediadores políticos.

Nesse sentido, a década de 90 traz consigo a criação nas diferentes esferas de governo, de linha de ações para tratar das questões do meio ambiente, tanto em termos de regulamentações e formas de controle da atividade econômica.

Schneider (2007), acerca do ressurgimento das discussões do desenvolvimento rural no Brasil, destaca os seguintes fatores:

a) A trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, se afirmando mesmo a outras noções de envergadura como o agronegócio. Essa legitimação se dá pelo crescimento da agricultura familiar como uma categoria política, fortemente ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais da década de 90. Além disso, contribuíram para este ressurgimento a produção de estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar, principalmente nos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992), entre outros, mostrando a importância desta para o desenvolvimento econômico.

b) Crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se dá tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. Corrobora-se para isso a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este em 1996, que passou a ser a principal política destinada aos pequenos agricultores no Brasil, entre outras. Ademais, cresce, expande-se e diversifica-se o papel do Estado, tais como, as políticas de segurança alimentar<sup>27</sup> e de afirmação de direitos sociais como: políticas de combate ao trabalho escravo, regularização de terras quilombolas, seguridade social para aposentados rurais, ação de desenvolvimento de territórios rurais, entre outras.

c) Mudanças no âmbito político e ideológico. Tanto em termos da mudança de posição das elites agrárias frente às políticas sociais e de caráter compensatório, pelo aumento da força

---

<sup>27</sup> Este tema especificamente nesta década foi reascendido por campanhas de combate à fome, criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (1993), estudos do mapa da fome pelo IPEA, etc, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir de então no Governo posterior de Lula, viria a tornar-se em programas de transferência de renda como o bolsa escola, vale gás, que seriam unificados mais tarde no Bolsa família, o que para muitos consistiu na principal política social do governo Lula. Já em 2004, no que se refere mais especificamente ao desenvolvimento rural foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar com o propósito de fazer a intermediação, com instrumentos financeiros e de mercado, entre a produção e o consumo de alimentos.

política das organizações do campo, como pelo enfraquecimento destas elites, através de condições econômicas (preço baixo das commodities no mercado internacional e queda no valor de suas terras). Além disso, temos ainda o fato de que a década de 90 trouxe à tona uma visão mais clara das diferenças fundamentais entre duas formas de produzir na agricultura brasileira; a do agronegócio (baseada em commodities para exportação); e agricultura familiar (baseada na produção de produtos do mercado interno). Isto se gerou uma polarização entre duas visões que de alguma forma dinamizou a alternativa do desenvolvimento rural em oposição ao agronegócio.

d) Por último, estaria o tema da sustentabilidade contribuindo para as discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil. Na verdade, o tema ambiental é anterior, mas se enquadra no debate sobre o desenvolvimento rural na década de 90. Ou seja, alinham-se as críticas aos resultados da “revolução verde” e há uma tentativa de internalizar a questão ambiental em modelos alternativos de desenvolvimento através de produção orgânica, ecológica, etc. Cresceu com isso o interesse de estudiosos em converter a noção de sustentabilidade em referencial teórico e modelo de desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar que a orientação pela agroecologia passou a nortear assistência técnica e extensão rural, tornando-se uma política estratégica do próprio MDA em 2004.

Ainda na concepção da década de 90 como um marco do desenvolvimento rural no país, Navarro (2001) trata a questão como uma “segunda noção” do reaparecimento do debate sobre o tema, dado segundo ele pelas “impossibilidades do desenvolvimento”, ou pelo menos pelas suas imensas dificuldades de materialização.

Já a “primeira noção” estaria relacionada ao Brasil nos anos 70 no governo militar, na qual o desenvolvimento rural era o conceito as políticas direcionadas ao Nordeste brasileiro e nas outras regiões era o da “modernização agrícola”, conforme exposto no capítulo anterior.

No contexto da década de 70, a transformação social e econômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres foram entendidas como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando-se aumentos de produção e de produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos da renda familiar, portando “desenvolvimento rural”.

Nesse sentido, do exposto neste item dessa revitalização das possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento rural, aliado às novas políticas públicas com um caráter diferenciado podem indicar a formação de novos rumos a muitos municípios rurais. Em

especial, em relação à recuperação do emprego e renda agrícola, bem como a recuperação de suas populações, diminuída pelo êxodo rural intenso das décadas anteriores.

Passa-se agora, a algumas contribuições do que se entende por desenvolvimento rural.

### **3.1.2 O Desenvolvimento Rural: conceitos e derivações**

Primeiramente derivam-se muitas expressões que muitas vezes podem ser confundidas com a definição de desenvolvimento rural. Um delas, *desenvolvimento agrícola*, refere-se exclusivamente às condições de produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando-se suas tendências num período de tempo dado. Por exemplo: área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

Outra adjetivação ao desenvolvimento, bem mais ampla que inclusive engloba a primeira acima, seria *desenvolvimento agrário*, referindo-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo.

Em síntese, esta estuda as mudanças sociais e econômicas no longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões, centrando-se na análise das instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, entre outras (NAVARRO, 2002).

Já a expressão *desenvolvimento rural*, engendra um conceito de derivadas interpretações. Segundo Navarro (2002), trata-se de uma ação articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural.

O autor argumenta que por ser o Estado nacional a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural.

Schneider (2007) defende que a discussão atual sobre o desenvolvimento rural é de certa forma complexa, ou nas palavras do autor, o quadro atual é difuso e polissêmico. Veja-se sua argumentação:

[...] a discussão atual sobre o desenvolvimento rural é diferente daquela que enfatizava as políticas compensatórias da década de 1970, mas ainda assim, fortemente informada pelas ações e intervenções governamentais que marcam o cenário político recente (tais como a política de reforma agrária, crédito para agricultura familiar, apoio aos territórios rurais, estímulo a ações afirmativas para mulheres, aposentados, negros, etc.).

Sustenta-se que a agenda do desenvolvimento rural no Brasil, da qual comungam e participam ativamente estudiosos, organizações e instituições, tem sido formulada pelo Estado e pelas políticas públicas implementadas desde a década de 1990. Em decorrência disso, postula-se, o quadro analítico e interpretativo que vem sendo utilizado é relativamente difuso e polissêmico, não obstante tenha sido capaz de influenciar e desempenhar um papel importante na própria elaboração da agenda temática (SCHNEIDER, 2007, p. 2).

Diante da necessidade de um melhor entendimento do desenvolvimento rural, no período recente, os estudiosos do tema começam a repensar as abordagens analíticas e seus enfoques. O debate segundo alguns autores pode resumidamente assim ser ditado: pela erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

Fazendo-se uma síntese, a partir dos temas dominantes que articulam as práticas de desenvolvimento rural ao longo dos anos, os estudos de Ellis e Biggs (2001), assim os classificam: foca-se a “modernização” nos anos 60, para a “intervenção do Estado” nos anos 70, a privatização nos anos 80, até chegar às idéias populares de “participação e empoderamento” dos anos 90.

Ainda utilizando-se do esquema analítico proposto pelos autores acima, ressalta-se o problema específico da pobreza, como recorrente ao longo das últimas décadas, como foco do desenvolvimento rural.

Dada a difícil tarefa de conceituar desenvolvimento rural, há sempre nas abordagens um deslocamento de enfoques, assim como faz crer Schneider (2004, p. 94), enfatizando tais deslocamentos: “[...] quer seja do produtor/agricultor para as redes de atores (*actor-network*), do setor agrícola (ou da agricultura) para o espaço rural alargado, das ações tipo *blueprint* ou *top-down* para as de *bottom-up*, *grassroots*, *abajo-arriba*, entre outros”.

Frank Ellis (2001; 1998) trabalha com as estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vidas rurais (*household strategies and rural livelihood diversification*). Mostra que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações, e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica, estão na maioria das vezes nas próprias localidades e territórios onde vivem.

Já, a abordagem do holandês Jan Douwe Van Der Ploeg (2000) é definida como *teoria empiricamente fundamentada* (empirically grounded theory) e contém elementos similares ao Frank Ellis, mas baseados no contexto dos países desenvolvidos. Para uma definição do desenvolvimento rural a partir das práticas e ações empíricas, Ploeg et al. (2000, p. 391 apud SCHNEIDER, 2004, p. 95) “[...] indicam a necessidade de reconhecê-lo como um processo de múltiplos níveis, assentado na tradição histórica”.

Nesse sentido, segundo Ploeg et al. (2000, p. 395 apud SCHNEIDER, 2004, p. 96), “[...] o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista”.

Como dispositivo heurístico, o desenvolvimento rural representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução (PLOEG et al., 2000, p. 396 apud SCHNEIDER, 2004, p. 96).

Entre os autores brasileiros, destacam-se os trabalhos de Veiga (2001), o qual vê a necessidade de conceber o desenvolvimento rural e urbano de forma interconectada. Aponta-se como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Em relação aos agricultores familiares, Veiga (2002b) e Abramovay et al. (2003), consideram-os como empreendedores, sendo uma capacidade de inovação herdada de seu passado camponês. Ainda entendem que a reprodução dos agricultores familiares depende de

sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades em face aos desafios que lhe são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem. E que neste ambiente eles são obrigados a inovar constantemente (através do *treadmill* tecnológico e da interação territorial) e a se tornarem pluriativos.

Ainda, os principais trabalhos de Veiga individualmente têm o tema da sustentabilidade como foco central e já Abramovay (2004) tem buscado discutir o desenvolvimento através das contribuições da chamada sociologia econômica,<sup>28</sup> numa discussão da construção social dos mercados como instituições socialmente enraizadas (*embeddedness*)<sup>29</sup>.

Já, Navarro (2002), como Jose de Souza Martins, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, as possibilidades dos processos de desenvolvimento são limitadas em face das características das relações de poder e dos modos de dominação tradicionais existentes nos espaços rurais.

Ambos defendem a tese de que as possibilidades de desenvolvimento e alteração nas condições de vida das populações rurais são impedidas por mecanismos de dominação social e cultural mantidos pelas elites locais. Estes foram construídos historicamente e legitimam seu poder e seus privilégios. Contudo estes autores têm contribuído para a disseminação das noções de empoderamento, capital social, governança democrática para o desenvolvimento de uma forma geral<sup>30</sup>.

Há ainda outras adjetivações ao desenvolvimento rural que se proliferam cada vez mais na atualidade, como o desenvolvimento rural sustentável. Esta expressão, segundo Navarro (2002), surgiu em meados dos anos 80, a partir da crescente discussão mais geral da expressão “desenvolvimento sustentável”.

O autor alerta que embora se tente atribuir um sentido às noções de equidade social, chegando até mesmo às formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto da conscientização, o componente “sustentável” da expressão, refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando as necessidades de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem as chamadas “dimensões ambientais”.

---

<sup>28</sup> Para maior aprofundamento ver trabalhos de Granoveter e Fligstein.

<sup>29</sup> Termo refere-se a como os comportamentos e as instituições são afetadas pelas relações sociais, ou seja, até que ponto a ação econômica está imersa na estrutura das relações sociais na moderna sociedade industrial.

<sup>30</sup> Há ainda outros enfoques sobre o desenvolvimento rural no Brasil que merecem ser aqui relatados. Como o agroalimentar, onde grosso modo, os autores analisam as formas de integração dos pequenos produtores nas cadeias agroindústrias ou agroalimentares, revelando uma preocupação conseqüente com os aspectos sociais deste processo.

Obviamente que se gera muito debate em torno dessa questão, respeito do tema da sustentabilidade. Vejamos a contribuição de Redclift (2002) sobre os novos discursos de sustentabilidade. Para este autor:

[...] a “sustentabilidade” tem, até os dias atuais, sido uma propriedade de diferentes discursos que têm se enfrentado na arena dos interesses internacionais. Para nós, somente a exposição dos pressupostos e das conclusões desses discursos podem nos ajudar a clarear as escolhas e compromissos que envolvem a política ambiental e a abordagem das ciências sociais ambientais. Com as mudanças na materialidade e na consciência, começamos a entrar num mundo no qual a “sustentabilidade” significa novas realidades materiais, bem como novas posições epistemológicas. O desafio das ciências sociais é, portanto, identificar as maneiras pelas quais as mudanças materiais – no meio ambiente físico, nas tecnologias de informação e no corpo humano – requerem que refaçamos a idéia de sustentabilidade. São essas mudanças que futuras pesquisas devem focalizar (REDCLIFT, 2002, p. 135).

O documento oficial de autoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) propunha uma nova proposta de desenvolvimento rural com enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). Coloca-se o rural como um espaço que deve diversificar e multiplicar a pluralidade, tanto dos sistemas de produção (não os uniformizando), quanto das atividades rurais não-agrícolas; viabilizando-se novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção sustentável; promovendo-se e estimulando-se dinâmicas de inclusão social e promoção da igualdade; e gerando-se alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa de produtores(as) familiares.(CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2006).

Em síntese, as diretrizes das políticas públicas defendem um rural que assegure a existência da diversidade dos agroecossistemas, com valorização das atividades agroecológicas, orgânicas e agrofloretais; a integração de diferentes setores econômicos; o resgate e a valorização das formas tradicionais de fortalecimento das formas de organização comunitária; e a valorização e recriação das identidades coletivas.

Conclui-se que o desenvolvimento rural é complexo e multifacetado, passível de ser abordado por várias perspectivas teóricas. Assim, utilizando-se da definição de Schneider (2004, p.98), como:

[...] um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas às especificidades e particularidades dos espaços rurais determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Voltando-se ao trabalho já referido anteriormente, por Ellis e Biggs (2001), pode-se visualizar um redirecionamento nas últimas duas décadas do século XX nas concepções acerca do desenvolvimento rural que ressalta a importância crescente da abordagem endógena em detrimento da exógena. De um tempo de forte intervenção externa, passou-se paulatinamente para a defesa da mobilização social endógena às áreas rurais.

Disto chega-se ao conceito de *desenvolvimento local*. Uma expressão recente e deriva de duas grandes mudanças importantes no período atual. A da multiplicação das ONGs, que atuam em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município), criando uma estratégia de ação local que se tornou ainda mais acentuada por oposição aos impactos da globalização.

E outra que se refere aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina e o Brasil como exemplo. Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o local, no caso brasileiro, o município. Ou seja, é o crescimento do desenvolvimento local que passa a orientar diversas iniciativas, governamentais ou não.

Do referencial teórico exposto neste item, observam-se mudanças importantes do que se consolidou como desenvolvimento rural a partir desta década em relação ao seu entendimento nas décadas anteriores. Importa agora verificar o seu alcance para trazer novos arranjos que resultem em ações para melhorar as condições de emprego, renda, qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Mesmo sabendo-se da complexidade de todo este processo, indiretamente neste estudo, verifica-se se este novo foco das políticas públicas já vem produzindo resultados para o município de Praia Grande, como valorização da produção agroecológica, fortalecimento das formas de organização comunitária, etc.

### 3.1.3 O Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: uma rota possível?

Segundo Vasquez Barquero (2001), o surgimento das novas formas de organização da produção e das novas formas de regulação propiciou a redução dos níveis de instabilidade do sistema econômico e, por outro lado, permitiu contextualizar os processos de globalização no marco do desenvolvimento territorial.

A principal idéia do novo paradigma do desenvolvimento endógeno é de que o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local.

Podemos acerca dessa idéia inferir que a investigação rural pode se dar assim como faz crer Norman Long (1996): “podemos ver claramente, entonces, como los procesos de globalización generan toda una nueva gama de condiciones y reacciones socio-políticas a niveles locales, regionales y nacionales. Estos cambios, sin embargo, no son dictados por poderes hegemónicos supranacionales o simplemente impulsados por intereses capitalistas internacionales. Las condiciones globales cambiantes – sean económicas, políticas, culturales o ecológicas – son relocalizadas en el contexto de marcos de conocimiento y organización locales, nacionales o regionales los cuales, a su vez, son constantemente retrabajados en la interacción con los contextos más amplios. Es por esta razón que necesitamos estudiar en detalle los procesos de internalización y relocalización de condiciones y tendencias globales (Van Der Ploeg, 1992). Estos procesos implican el surgimiento de nuevas identidades, alianzas y luchas por el espacio y por el poder en poblaciones específicas (LONG, 1996, p.6).

Ainda, segundo Marsden, Lowe e Whatmore (1990), as transformações estruturais do capitalismo, com início na década de 1970 nos países capitalistas desenvolvidos e que se internacionalizaram com mais intensidade a partir da década de 1990, após os eventos políticos da queda do Muro de Berlim, seriam a expressão do recuo do regime fordista, modelo até então vigente, baseado na ampliação da produtividade dos fatores de produção (via aprofundamento do progresso técnico) e no papel regulatório do Estado e dos organismos multinacionais (HARVEY, 1993).

A nova fase, conforme esse autor, seria caracterizada pela flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das unidades de produção e pela informalização das relações de trabalho, reduzindo-se substancialmente o papel do Estado e das instituições regulatórias.

Quanto ao impacto ao mundo rural desta reestruturação, pode-se destacar: a abertura dos mercados e o acirramento da competitividade, fazendo a monopolização da produção e o comércio, através das grandes cadeias agroalimentares; o processo contínuo de aprofundamento do progresso tecnológico; as modificações nos processos de produção (mais flexíveis e descentralizados); modifica-se o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais, o centralismo cede espaço à parceria e à participação da sociedade (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais deixam de ser vistas como um aspecto secundário e um argumento de minorias e passam a ser um fator de competitividade, um elemento de estímulo à ampliação do consumo, uma vantagem econômica comparativa e um pré-requisito para obtenção de créditos e acesso a fundos de investimento, especialmente os de fontes públicas (PLOEG, 2000).

A emergência da abordagem territorial, de acordo com Schneider (2003), traz dois fatores ou processos distintos que explicam este redirecionamento. Um deles se dá pelo esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que tornam evidentes os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural.

Este enfoque da abordagem regional norteou a atuação e o planejamento do Estado, visando o crescimento das diferentes regiões, privilegiando especialmente as áreas urbanas pela simples razão de que, nestas, as respostas dos agentes econômicos aos estímulos externos eram mais favoráveis e se traduziam mais rapidamente em incremento nas taxas de crescimento.

Já, em meados da década de 70 e durante a década de 80, novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser desenvolvimento, como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, geraram mudanças na noção de região. Com isso, a referência teórica e conceitual tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos. Dadas essas condições ganha importância o “território”, a fim de superar os limites do aporte regional.

O segundo fator apontado por Schneider (2003) à emergência da abordagem territorial está baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica, que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala.

Vázquez Barquero (2001) indica que a partir da década de 80 confluíram duas vertentes do pensamento econômico que hoje formam a base do que ele denomina *paradigma do desenvolvimento territorial endógeno*. Desta, derivam-se duas vertentes: uma de perspectiva neoclássica (Robert Lucas, Paul Krugman, etc.), onde se buscava uma maneira de incorporar a noção de espaço ao desenvolvimento econômico e explicar o papel das externalidades (inovação tecnológica, papel das instituições, educação, etc.) para compreender as razões que levam à evolução ou atraso das regiões.

E outra vertente, mais empírica, surge a partir dos trabalhos de cientistas sociais italianos (Becattini, Bagnasco, Garofoli, etc.), economistas que queriam entender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália. Dessas vertentes se desdobram todo um aprofundamento que não será explorado aqui, dada a ramificação das questões. Mas em resumo, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou o campo versus cidade.

Das contribuições acerca dessa abordagem territorial para os objetivos deste estudo, surgem questionamentos diante do enfoque desta recente política pública na implementação de programas de desenvolvimento. Inseridas neste recorte a partir do conceito de território e dessa nova institucionalidade, com fortalecimento da sociedade civil e empoderamento destes novos atores na construção destas políticas, que avanços estes novos arranjos tem conseguido?

Diferentemente de décadas anteriores onde no município implantaram-se programas de desenvolvimentos setoriais como o PROVÁRZEA<sup>31</sup> que exerceram forte impacto na criação da cadeia produtiva do arroz. Que resultados pode se esperar dessas políticas territoriais para a geração de emprego no meio rural em municípios como Praia Grande?

---

<sup>31</sup> Este projeto de desenvolvimento será caracterizado no quinto capítulo.

### 3.2 “DESVENDANDO” O “NOVO RURAL”

#### 3.2.1 Características do “Novo Rural”

A partir deste tópico, apresenta-se a idéia central do que autores como principalmente Graziano (1999) defende, a partir das pesquisas como coordenador do Projeto Rurbano<sup>32</sup>, ou seja, o chamado “Novo Rural”. O projeto Rurbano, vem demonstrando a partir dos dados da PNAD<sup>33</sup> que desde a década de 1980, ocorria no Brasil uma queda constante na população economicamente ativa ocupada nas atividades agrícolas.

À medida que o progresso tecnológico avança na agricultura sob o capitalismo, é inútil esperar pela elevação dos níveis de emprego e ocupação. Neste sentido, a perspectiva aqui é a defesa como solução viável o incentivo as atividades não-agrícolas ou quando não for possível as políticas sociais compensatórias.

Elencam-se abaixo dados que reforçam este entendimento:

**Tabela 2:** PEA Ocupada segundo o domicilio e atividade: Brasil, 1981, 1986 e 1990

PEA (1000 pessoas)	Taxa de Crescimento (% a.a.)					
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90
Urbana	31.669	40.266	43.351	4,9	1,9	3,6
Rural	13.797	15.170	16.321	1,9	1,8	1,9
Agrícola	13.300	14.331	13.998	1,5	-0,6	0,6
Não-agrícola	32.165	41.105	45.676	5,0	2,7	4,0
TOTAL	45.465	55.436	59.673	4,0	1,9	3,1

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Graziano (1999)<sup>34</sup>

Os dados acima chamavam a atenção para um ponto chave já neste período, o crescimento da PEA rural era muito maior do que a PEA agrícola, especialmente na segunda

<sup>32</sup> O Projeto Rurbano já resultou em 6 livros, diversas teses e dissertações e compõem-se de 25 pesquisadores de 11 estados brasileiros, desde 1996. Esses pesquisadores estão dedicados à análise das novas relações entre o rural e o urbano, fundamentalmente nas dinâmicas recentes no campo brasileiro. O projeto está dividido em fases e atualmente está na fase IV. Ver referências bibliográficas no final deste estudo em UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINAS (UNICAMP).

<sup>33</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente, em todo o território nacional pelo IBGE.

<sup>34</sup> PNADs 1981 e 1986: dados publicados; dados revisados. Retirado de Texto Novo Rural.

metade URda década de 80, quando a taxa de crescimento desta foi negativa. Em 1990, a PEA rural já superava a PEA agrícola em mais de 2,3 milhões de pessoas. A estratégia de desenvolvimento rural defendida por Graziano (1999) compor-se-ia de: um conjunto de políticas sociais e compensatórias, destinadas a amplos contingentes de população rural que vivem em condições de pobreza e vulnerabilidade social, somado às políticas para o novo rural brasileiro que incluem políticas de habitação, de turismo rural, valorização das amenidades, de regularização das relações trabalhistas e de urbanização do rural (serviços, infraestrutura e planejamento).

Para Graziano (1997), está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. No entendimento do autor este tema que poderia ser relevante, mas atualmente está perdendo a sua importância. O rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Sinteticamente, ele aponta como causa para este processo que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural<sup>35</sup>.

Apenas em 1991, o IBGE criou um parâmetro que definiu três categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não-urbanizadas e urbanas-isoladas) e quatro tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros). Só que mesmo assim essa nova convenção considera toda sede de município é necessariamente espaço urbano.

E isto conforme Veiga (2003), não teria muita importância se fossem poucos os casos de sedes municipais que exercem irrisória pressão antrópica sobre ecossistemas pouco artificializados. Para se ter uma idéia disso em nível nacional, 70% dos municípios brasileiros tem densidades demográficas inferiores a 40 hab/Km<sup>2</sup>, enquanto o parâmetro da OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – para que uma localidade

---

<sup>35</sup> Um ponto importante que é preciso ressaltar nesta discussão rural x urbano, em termos conceituais, pode ser encontrado nos estudos de Veiga (2003), onde este aponta que a metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização no País está obsoleta, a partir da definição de cidade. A vigente definição desta, é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais. Não somente as dos períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, mas também as que estão sendo introduzidas pelo novíssimo Estatuto da Cidade. Por exemplo, neste último caso, dispensa-se da exigência de Plano Diretor quase todas as “cidades” com menos de 20 mil habitantes.

seja considerada urbana, é de 150 hab/Km<sup>2</sup>. Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000, seriam considerados urbanos.

Retomando-se o duplo processo de transformação: industrialização da agricultura e transbordamento do mundo urbano no espaço rural tem-se, que este gerou a consolidação dos chamados “complexos agroindustriais”, que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas.

Isto reforça e está alinhado com o descrito no primeiro capítulo onde se pode observar o desenvolvimento destes Complexos (CAI's), que nesta década passam a definir a dinâmica do desenvolvimento no meio rural.

Exemplificador destas mudanças observa-se por esta passagem de Graziano (1997):

Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação. Hoje as dimensões do estilo e qualidade de vida ganharam importância dentro do “status profissional”; e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções físicas até então conhecidas (GRAZIANO, 1997, p. 2).

Para Marsden (1989), é preciso reconceituar o agrário<sup>36</sup>, pois neste final de século XX, as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade sai dos padrões fordistas. Tais desenvolvimentos pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem estar social, de desenvolvimento rural, etc.

Nesse sentido, ainda nesta Nova Ruralidade, também surge à abordagem que figura idéia da *multifuncionalidade* do rural. E, como faz crer, Carneiro e Maluf (2006), essa noção tem de ser entendida no âmbito dos valores que mobilizam atividades e atribuem outros sentidos a diversas práticas que até então não eram percebidas dentro da ótica de função pública porque não estavam inseridas no contexto do que já chamamos ruralidade

---

<sup>36</sup> Marsden aponta três pontos fundamentais neste reconceito do agrário: a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou consumo; b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das “novas formas, mais especificamente, o capital financeiro; c) o significado do atual processo de “commoditization” é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como, laser, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.

contemporânea. Talvez o fortalecimento deste fenômeno fortaleça a permanência do agricultor no campo e arrefeça o êxodo contemporâneo.

Para se entender melhor quais as características que identificam esse “Novo Rural”, argumenta-se que emerge uma nova conformação no meio rural brasileiro, a exemplo do que ocorre a tempo nos países desenvolvidos. Estas se compõem basicamente por três grandes grupos de atividades:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas; ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercados.

Graziano (1999) assevera que este “Novo Rural” contempla um espaço rural penetrado pelo mundo urbano, o qual ele atribui a presença do que ele chama de “neururais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo), assentados (ex- sem terra) e do que denominou “sem-sem” (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização).

Antes de encerrar este tópico cabe aqui uma ressalva no que concerne às críticas que podem advir frente a essa abordagem centrada na idéia do “Novo” adjetivando-se o rural.

Em primeiro lugar, vale dizer que esta expansão de novas formas de ocupação no meio rural não significa atestar um fenômeno novo. O próprio Kautsky (1986), no seu livro clássico – “A questão agrária” – já falava das ocupações não-agrícolas no meio rural, associadas à expansão da indústria rural e do setor de serviços. Além disso também não é novo o fato de ocupações periurbanas serem impulsionadas por atividades urbanas. Com certeza isso é comum para toda agricultura que produz insumos e bens finais e responde a demanda e dinâmica do mundo urbano.

Apenas assinala-se que os processos históricos do desenvolvimento rural têm mostrado que existe uma dinâmica nova, ainda limitada do ponto de vista geográfico, dada a dimensão e a diversidade do meio rural, mas que tende a crescer no campo como um todo. A partir disso, pretende-se analisar como estas três características centrais (elencadas acima) comportam-se no âmbito do município de Praia Grande, ou seja, verificar seus impactos na conformação do mercado de trabalho e os movimentos da sua população.

### 3.2.2 Ocupações e Rendas no “Novo Rural”

Passa-se essencialmente agora aos dados à luz do Projeto Rurbano. Em primeiro lugar, quando se depara com as taxas de crescimento da população economicamente ativa rural (PEA rural) entre os ramos de atividades, conforme demonstram os resultados do Projeto Rurbano nas fases I e II<sup>37</sup> referente ao período 1981-1999, ou seja, para as décadas de 80 e 90, tem-se uma noção dessas novas dinâmicas, em termos nacionais.

**Tabela 3:** Taxas de crescimento (% a.a.) da PEA rural segundo os principais ramos de atividade: Brasil e grandes regiões 1981/1990

Atividade	CO	NE	SE	SU	BR
Agrícola	2,2	1,8	-0,3	-0,6	0,7
Ind. Transf.	10,3	6,9	7,7	4,4	6,7
Ind. Const.	13,0	-10,6	9,5	3,5	-3,5
Outras ind.	11,2	2,5	2,7	1,8	3,2
Comércio	14,0	7,5	9,2	6,3	8,2
Serv.Pessoais	12,8	8,1	9,8	9,3	9,4
Serv. Aux.	3,8	11,4	7,7	1,0	6,8
Transp/Comun	18,1	6,0	9,7	7,6	8,3
Social	12,4	8,8	9,2	3,1	7,9
Adm. Publica	11,3	11,7	9,8	9,8	10,7
OutrasN-Agro	3,2	1,0	8,6	6,3	5,5
Desemprego	7,8	1,0	4,1	10,7	4,1
TOTAL	5,0	2,2	2,5	0,8	2,1

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Graziano (1999)<sup>38</sup>

Observam-se nos dados acima, para a década de 80, com exceção da construção civil no Nordeste<sup>39</sup>, que todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas regiões. Além disso, ressalta-se o crescimento das pessoas com domicílio rural ocupadas na indústria de transformação, no comércio e, de modo muito especial, nos serviços, tanto pessoais, como nos auxiliares da produção e públicos.

Interessante observar também que é na região Sul, onde este processo é mais intenso tendo nas atividades agrícolas a taxa negativa de 0,6% a.a.

<sup>37</sup> O projeto Rurbano está dividido em fases. Nestas fases I e II – denomina-se Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural brasileiro.

<sup>38</sup> PNADs 1981 e 1990 (não revisado) reprocessados a partir das fitas originais Mauro Del Grossi.

<sup>39</sup> A PNAD de 1981 incluiu no ramo da construção civil as pessoas contratadas nas frentes de trabalho da região Nordeste, o que inflou artificialmente os dados da ocupação naquele ano.

Já para a década de 90, especificamente para o período de 1992 a 1999<sup>40</sup>, temos o seguinte quadro para o País como um todo:

**Tabela 4:** População ocupada (1) em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil  
(2) 1992-99 (1.000 Pessoas)

Ramos de atividades	1992	1995	1997	1999	1992/1999
<b>Rural não-agrícola</b>	3.497	3.883	4.087	4.620	3,7
Indústria	1.200	1.306	1.337	1.555	3,0
Indústria de transformação	773	791	780	809	0,4
Indústria da construção	312	396	446	631	8,2
Outras atividades industriais	115	119	111	115	0,6
<b>Serviços</b>	2.297	2.577	2.752	3.065	4,1
Comércio de mercadorias	452	517	532	579	4,1
Prestação de serviços	975	1.106	1.207	1.277	3,9
Serviços auxiliares	55	64	75	122	13,6
Transporte ou comunicação	146	147	173	199	5,8
Serviços sociais	469	507	506	588	2,5
Administração pública	162	199	212	239	3,7
Outras atividades	38	37	47	61	7,7

(1) Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

(2) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002)<sup>41</sup>

Destaca-se na tabela acima o ramo da prestação de serviços, ocupando quase 1,3 milhões de pessoas em todo o País, em 1999. Em segundo, a indústria de transformação, que ocupava 800 mil pessoas, seguida da Indústria da Construção Civil, com pouco mais de 600 mil pessoas, além do Comércio de Mercadorias e Serviços Sociais, com cerca de 500 mil pessoas cada.

Detalhando-se mais os setores de ocupação de cada ramo de atividade econômica, tem-se a dinâmica econômica que se destaca ainda dentro do plano nacional.

<sup>40</sup> Importante alertar que os dados das PNADs de 1992 em diante não são diretamente comparáveis com os dados das PNADs anteriores, inclusive 1990, devido a mudanças no critério de enumeração das pessoas de 10 anos e mais economicamente ativas (PEA) que passaram a incluir aqueles que declararam não receber nenhuma remuneração (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios e trabalhar:

a) 1 hora e mais (antes eram 15 horas e mais); b) na produção agropecuária apenas para o próprio consumo e/ou na construção para o próprio uso (antes não eram considerados parte da PEA).

<sup>41</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-1999) e Projeto Rurbano (2000) *O que há de realmente novo no rural brasileiro*.

**Tabela 5:** População ocupada (1) em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil  
(2) 1992-1999 (1000 pessoas)

Setores de atividades	1992	1995	1997	1999	1992/99 % a.a.
Rural não-agrícola					
Emprego doméstico	508	620	680	702	4,8
Construção civil	312	396	446	631	8,2
Estab. Ensino público	348	353	347	393	0,7
Comércio de alimentos	181	223	203	208	1,6
Restaurantes	125	132	171	197	6,9
Indústria de transformação	154	154	153	167	-1,2
Indústria de alimentos	173	174	165	158	0,5
Administração municipal	94	119	141	158	4,9
Comércio ambulante	92	117	106	138	7,5
Alfaiataria	143	127	122	119	-3,4
Transporte público	45	45	65	79	10,6
Transporte de carga	71	70	71	78	2,6
Indústria de madeiras	76	89	75	78	-1,2
Assist. técnica - veículos	43	64	57	66	5,3
Indústria de calçados	37	31	36	48	1,9
Subtotal	2.402	2.715	2.837	3.219	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>3.497</b>	<b>3.883</b>	<b>4.087</b>	<b>4.620</b>	<b>3,7</b>

(1) Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

(2) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002)<sup>42</sup>

Em ordem crescente na tabela acima, vimos que o setor de emprego doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não-agrícolas no meio rural brasileiro, seguido pela construção civil, e em terceiro lugar aparecem os estabelecimentos de ensino público, do Ramo Serviços Sociais, e assim seguem os demais setores que ocupam mais de dois terços da mão-de-obra rural não-agrícola.

Estas ocupações geralmente exigem baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional. Quanto ao gênero das pessoas envolvidas nestas ocupações, o Projeto Rurbano apontou que entre as mulheres destacam-se as ocupações de serviços domésticos, professoras de primeiro grau e costureiras, ao passo que entre os homens sobressaem-se as ocupações de pedreiros, motoristas ou serventes de pedreiros. Já as ocupações de balconistas atendentes, ambulantes e diversos tem participação mais ou menos equilibrada de homens e mulheres. Na

<sup>42</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-1999) e Projeto Rurbano (2000) texto *O que há de realmente novo no rural brasileiro*.

média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há distribuição diferenciada de profissões entre os gêneros.

Sintetizando-se a relação entre PEA agrícola e PEA rural, constatou-se que nos anos 80 a PEA agrícola cresceu significativamente apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola. E nos anos 90 há uma queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do País, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais e da colheita.

Esta constatação corrobora com os dados levantados para o município de Praia Grande a partir dos Censos Agropecuários do IBGE, que indica no ano de 1985, 3.734 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias reduzindo-se para 2.258 pessoas no ano de 1995.

Destaca-se também que a redução no emprego agrícola é sempre muito mais acentuada que a redução da PEA Rural ocupada. Isso porque houve em todas as regiões do País elevado crescimento das atividades rurais não-agrícolas e dos aposentados, nos anos 90.

A evolução deste quadro mostra que já em 1999, para o Brasil (exceto a região Norte), o número de famílias de empregados na zona rural que tinha pelo menos um de seus membros ocupados em atividades não-agrícolas já era superior ao número de famílias que se dedicavam exclusivamente às atividades agrícolas.

O avanço do progresso técnico na produção agropecuária tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas. As mudanças que se processam levam os estabelecimentos agropecuários a uma necessidade de cada vez menos pessoas para as atividades agrícolas, contrastando com anos atrás onde se precisava de famílias numerosas para estas atividades rotineiramente. Isto faz com que surjam novas atividades agrícolas no meio rural, mas principalmente atividades não-agrícolas, que acabam absorvendo a mão-de-obra excedente da agricultura modernizada.

Além disso, têm-se como parte integrante dentro dessa nova ruralidade as questões do espaço rural. Exemplifica-se no foco de valorização para fins não-agrícolas, tanto as indústrias como uma nova onda de valorização do espaço rural capitaneado por questões ecológicas, cultura “country”; turismo rural, o espaço rural como lugar de lazer; espaço rural como moradia pela crescente dificuldade de se ingressar no mercado de trabalho urbano.

Em síntese, conforme aponta Graziano (1997), o espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Tem-se que ter em mente que o processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90, conforme discorrido no capítulo

precedente. Explica-se este processo através do impulso das políticas Keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo mundo. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou acréscimo, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda família passaram a ter caráter mais individualizado.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural neste final de século (GRAZIANO, 1999, p. 171).

O aparecimento de “novas” atividades no espaço rural estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.

A propósito disto o tema da *pluriatividade* será apresentado com maior aprofundamento no terceiro capítulo, a qual se focará estas famílias e suas estratégias.

Os pesquisadores do projeto Rurbano têm indicado três causas principais para a emergência das atividades não agrícolas no meio rural. Em primeiro estaria o próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, muitas vezes através de atividades que pouco ou nada tem a ver com a produção agropecuária diretamente. Entre as ocupações, aparecem às ligadas ao lazer, como os pesque-pague, chácaras de recreio, etc. Além destas, o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, etc.) e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços, conforme aponta Graziano (1997).

A segunda explicação decorreria da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos 90. Como já referido anteriormente neste estudo, essa crise está associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela modernização conservadora e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da

presente década (entre outros, mudanças no financiamento da produção, política de abertura comercial e acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial com estímulo às importações).

Gerou-se entre outras conseqüências a queda da rentabilidade dos principais produtos da agricultura brasileira. Essa diminuição da renda refletiu-se também nos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra.

Já, a última causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira. Estudos vêm demonstrando que se houvesse uma disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, como em muitos desses já era praticado em São Paulo haveria redução de 45% na demanda por força de trabalho agrícola no nível do Brasil. O estudo de Kageyama (1997) estimou, com base nos dados das PNADs de 1992-95, que haveria 35,3% de pessoas sub-ocupadas em atividades agrícolas no Brasil (sendo 34% na região Sul) que poderiam ser consideradas sub-empregadas, definindo-se essa situação como aquela pessoa ocupada menos de 15 horas por semana e cujo rendimento é inferior ao valor de um salário mínimo (KAGEYAMA, 1997).

Em termos de composição de renda no meio rural as informações das PNADs vêm demonstrando para as famílias de regiões não metropolitanas, e residentes em áreas rurais agropecuárias, as famílias mais pobres ligadas que vivem exclusivamente das atividades agrícolas, em geral, tem forte presença dos rendimentos de aposentadorias e ou programas governamentais (18% a 33% da renda destas famílias). E ainda assim sempre possuem renda média inferior a das pluriativas e não-agrícolas, conforme demonstram as pesquisas mais recentes do projeto Rurbano baseadas na PNAD de 2004<sup>43</sup>.

Cabe ressaltar que estas transferências da Previdência Pública, juntamente com os programas sociais, desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais, seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo em que podem funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

A esse respeito, na pesquisa de campo (capítulo 5) contemplam-se questões que tem o intuito de investigar a importância destas fontes de renda na consecução das estratégias dos

---

<sup>43</sup> Nesta pesquisa o projeto Rurbano já incluiu a região Norte do País.

agricultores familiares. Verificar o impacto disto nas migrações destas famílias, bem como na decisão de exercer atividades agropecuárias entre seus membros.

Para análise da evolução da renda na década de 90, os trabalhos de Graziano e Del Grossi (1999) mostram que houve uma queda acentuada das rendas agrícolas, vis-à-vis aquelas obtidas pelas pessoas ocupadas, com domicílio rural, em atividades não-agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria<sup>44</sup>, ou seja, os agricultores familiares.

Passa-se agora aos dados regionalizados, com o intuito de aproximar mais a região de estudo da pesquisa. Analisam-se então as tendências observadas no Estado de Santa Catarina.

Na tabela abaixo, constata-se que houve uma redução da população rural ocupada em atividades agrícolas, que no Brasil como um todo foi da ordem de 2,2% a.a., 4,1% a.a. na Região Sul e 4,5% a.a. em Santa Catarina (a mais alta proporção), entre 1992 e 1997.

**Tabela 6:** Brasil, Região Sul, Santa Catarina. Taxas de crescimento da PEA ocupada, segundo o setor de atividade e a situação do domicílio, 1981 e 1997(1.000 pessoas)

Taxa de crescimento	AGRÍCOLA			NÃO AGRÍCOLA			TOTAL		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
<b>BRASIL</b>									
(% a.a. 81/92 <sup>a</sup> )	0,4***	3,3***	1,0***	1,2***	3,6***	3,4***	0,6***	3,6***	2,7
(% a.a. 92/97b)	-2,2***	-1,7**	-2,1***	2,5**	2,3***	2,3***	-1,0**	2,3***	2,3***
<b>REGIÃO SUL</b>									
(% a.a. 81/92 <sup>a</sup> )	-1,5***	2,0***	-1,0***	0,4	4,3***	3,9***	-1,2***	4,1	2,1***
(% a.a. 92/97b)	-4,1***	-1,7***	-3,6***	3,9***	2,4***	2,6***	-2,3***	2,6***	2,1***
<b>SANTA CATARINA</b>									
(% a.a. 81/92 <sup>a</sup> )	0,4	4,0***	0,8	0,5	5,4***	4,6	0,4	5,3	3,2
(% a.a. 92/97b)	-4,5***	-0,1	-0,5	5,6**	3,3***	4,3***	-1,7***	3,2***	1,3***

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Schneider (1999)<sup>45</sup>

- a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.  
 b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.  
 (\*\*\*) , (\*\*) e (\*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Como um compensador desta perda é que nestas mesmas unidades houve um aumento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, destacando-se também o Estado de Santa Catarina, com incremento de 5,6% a.a., o que para os propósitos deste estudo revela-se

<sup>44</sup> Para maiores detalhes da metodologia de classificação dos agricultores familiares guiar-se pelo Projeto Rurbano que pode ser encontrado no site do Instituto de Economia da UNICAMP, no núcleo de Economia Agrícola e Ambiental no endereço (Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/nea>>).

<sup>45</sup> Núcleo de Economia Agrícola do I.E./UNICAMP, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

importante, dado que o estudo de caso a ser tratado no capítulo posterior, o município de Praia Grande localiza-se neste Estado<sup>46</sup>.

Outras razões também são apontadas pela emergência das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Entre elas, o processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias. Exemplo disto, na região Sul, são indústrias de bens de consumo não duráveis, como têxteis, vestuário e calçados, especialmente no Rio Grande do Sul<sup>47</sup> e Santa Catarina.

Sabe-se que a produtividade do trabalho tem crescido espetacularmente ao longo do tempo, acompanhando a experiência internacional, mas vem ocorrendo uma retração significativa de emprego na agricultura. Este contínuo declínio das rendas agrárias obriga os produtores a um permanente estado de renovação tecnológica para aumentar a produtividade dos fatores<sup>48</sup>.

Contudo, há uma diminuição da importância da agricultura se comparada com anos atrás que se observa, por exemplo, quando nos anos 60 em torno de 45% da população total (70 milhões de pessoas) viviam nas cidades, em 2000 essa proporção já alcançava 81,2% de um total de 170 milhões. Além disso, é significativa a redução da participação nas exportações brasileiras que em meados dos anos 50 faziam da agricultura dois terços das exportações brasileiras, para nos anos 90 chegar a apenas 35%. Já em relação à participação no Produto Interno Bruto de mais de 20% nos anos 60 para apenas 11% nos anos 90.

Disto, infere-se que está havendo o que Anjos e Caldas (2005) denominam “desagrarização” da sociedade brasileira, entendida enquanto declínio da agricultura na economia nacional, na geração de renda, e na ocupação para a população rural.

---

<sup>46</sup> Importa frisar que isto obviamente não signifique afirmar que estas tendências serão seguidas pelo município em questão. Apenas que sirva como um indicativo, devido ao fato dos processos econômicos sociais engendram uma complexidade bem maior. No capítulo 4 tratarei mais especificadamente disto, a partir da pesquisa de campo propriamente dita.

<sup>47</sup> Para maior aprofundamento sobre este processo de descentralização industrial ou interiorização, Schneider (2004) desenvolveu um estudo a esse respeito no setor coureiro calçadista no Rio Grande do Sul, onde o autor observa este deslocamento de partes dos processos produtivos ou unidades fabris inteiras para as zonas mais afastadas das cidades como uma estratégia empresarial para assalariar os indivíduos residentes no meio rural, através de interesse por força de trabalho por baixo custo representada pelos jovens colonos de origem alemã residentes nestas áreas rurais principalmente da região do Vale dos Sinos (RS), e de outro lado o interesse das empresas é o de afastar-se da institucionalização das relações de trabalho nos centros urbanos, estimulada pela sindicalização crescente dos operários que lutavam por aumento de salários. Contudo ainda a estratégia opera no sentido de descentralizar somente fases do processo de produção mostrando-se altamente funcional à flexibilização das relações de produção e com isso estas empresas reduzem as despesas com a modernização tecnológica das plantas industriais e mantêm uma elevada capacidade de atendimento às demandas do mercado mundial.

<sup>48</sup> Cochrane (1979) a esse respeito utiliza o termo *treadmill* (esteira rolante) para expressar a dinâmica sobre o conjunto da produção agropecuária que reduz os agricultores à dependência de inovações que lhes garantam aumentos progressivos no rendimento de suas atividades.

Os autores fundamentam seu argumento com base nos desdobramentos causados pela modernização conservadora, assim explorada no primeiro capítulo deste estudo, que teve o seu auge entre as décadas de 60 e 80 do século XX, os quais não só fizeram importantes transformações na base técnica da produção agropecuária, mas importantes vetores de mudança social. Relaciona também ao intenso êxodo rural deste período que remeteu às cidades 30 milhões de pessoas no País, mas também a todo um processo de ampliação do comércio mundial, à liberalização dos mercados e à internacionalização da produção agrícola, no qual drasticamente reduziu o caráter agrário e rural de nossa sociedade.

A desagrarização dos espaços rurais é resultante tanto da queda na importância da agricultura *stricto sensu* na formação da riqueza econômica quanto no que afeta à capacidade dessa agricultura, cada vez mais produtiva e integrada aos grandes mercados nacionais e estrangeiros, no sentido de ocupar satisfatoriamente a população residente nos espaços rurais (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005).

A “desagrarização”, finalmente, exprime a capacidade declinante da agricultura no sentido de ocupar a população economicamente ativa do campo brasileiro, vis-à-vis o crescimento do número de pessoas absorvidas em atividades extra-agrícolas, tal como evidencia a evolução das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs).

Estudos mais recentes (SCHNEIDER, 2003; ANJOS, 2003; SILVA, 1999) vêm corroborando com esse entendimento, baseados nas estatísticas das PNADs. Estes confirmam que está havendo um arrefecimento na migração rural-urbana nos últimos 10 anos, chamando-se atenção para o declínio na proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, mas ao passo que se incrementa o universo de pessoas absorvidas em atividades não agrícolas. Somado a isso cresce significativamente a população não ocupada (aposentados, desempregados e pensionistas) residentes no meio rural.

Finalizando-se este tópico registra-se que atualmente o projeto Rurbano está na fase IV, seu objetivo basicamente consiste na avaliação da situação do emprego e renda nos domicílios rurais e urbanos com pessoal ocupado na agropecuária à luz da PNAD 2004. O estudo ainda envolve a análise da evolução dos indicadores de desigualdade e as suas interfaces com a educação, posse de bens, acesso aos serviços públicos, além dos impactos dos programas governamentais de transferência de rendas, na segurança alimentar das famílias.

### 3.3 NOVAS DINAMICAS DEMOGRÁFICAS E TRANSFORMAÇÕES NO “NOVO RURAL”

#### 3.3.1 Concentração Urbana e Êxodo Rural Seletivo

Nos últimos anos o tema do êxodo rural fora esquecido das agendas dos estudiosos das questões rurais, mas também por força do surgimento de novos temas, ou também pela concepção de que o esvaziamento social, demográfico e econômico do campo fosse uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento, ou até mesmo pela perda da importância quantitativa do fenômeno.

O êxodo rural como um todo teve certo arrefecimento no país, talvez isso já seja suficiente para que se perca na agenda de pesquisas e também saia da listas das maiores preocupações quando se fala das questões rurais. Mas no cenário atual aparece marcado em algumas regiões, por dinâmicas que somente eram vistas nos países industrializados, das quais aparecem transformações demográficas importantes com o crescimento de um êxodo com um caráter mais seletivo. Este remete às cidades cada vez mais a população jovem e predominantemente feminina, gerando os fenômenos da masculinização e o envelhecimento da população do campo, o que tem revigorado o tema novamente.

Revisitando-se o tema do êxodo rural, observa-se que o Brasil compartilhou de situação mundial de perda de população rural para as cidades (urbanização e modernização da agricultura), com números estratosféricos. Em torno de 44% população do país vivia no meio rural em 1970, eram 41 milhões de habitantes. Ao passo que, em 1996 eram apenas 22% da população total que permanecia no campo, ou seja, em torno de 33,8 milhões de habitantes. A redução da importância da população rural deve-se fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mas mais recentemente, a queda da fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população.

Veja-se na tabela abaixo a evolução do êxodo no Brasil como um todo:

Tabela 7: Brasil – População Rural

Anos	Total da População	Participação da População Rural no Total da População (%)	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22,0	

Fonte: Abramovay e Camarano (1999, p.03)

A modernização agrícola gerou intensa evasão da população rural, o que fez surgir outro fenômeno importante no caso brasileiro, a concentração urbana. Foi a partir do deslocamento de trabalhadores desqualificados do campo, sobretudo a partir dos anos 60, que a ocupação territorial tornou-se desequilibrada. O que significa dizer que uma proporção elevada de pessoas passou a viver em municípios de mais de 100.000 habitantes.

Muitos estudos confirmam essa tendência do que se chama *metropolização*, na qual, grandes cidades e pequenas localidades periféricas existentes em seu entorno, se convertem em um imenso aglomerado urbano sustentado pela alta densidade das atividades econômicas. Em resumo, pode-se dizer que o padrão desenvolvimentista do país, assim como explorado no primeiro capítulo deste estudo trouxe o efeito da *concentração urbana* como consequência numa clara associação entre *modernização* e *êxodo*.

O deslocamento de vastos contingentes humanos no sentido campo – cidade, como este que ocorreu no Brasil nos anos 70 – quase 16 milhões de pessoas – não pode ser explicado como resultante de um somatório de opções de indivíduos ou de famílias. A opção por migrar é reflexo de transformações na esfera da organização da produção e da realocação espacial dos recursos econômicos num dado momento histórico. O êxodo rural revela “[...] descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo” (MARTINE; ARIAS, 1987, p. 59).

Em nível internacional, um marco importante pode ser o exemplo da França, naquilo que ficou conhecido como “desertificação rural” correspondendo ao intenso êxodo rural. A União Européia em 1992 agia através de políticas agrícolas, a fim de conter o fenômeno. Nos países desenvolvidos, cerca de um quarto da população vive no meio rural, embora seja muito minoritária a parcela deste total que exerce atividades agrícolas.

No Brasil, país de grandes dimensões territoriais e com tamanha heterogeneidade entre as regiões, o êxodo rural apresentou-se sob diferentes formas. Em estudo realizado<sup>49</sup> em 1999, Camarano e Abramovay retomam este tema mostrando as migrações entre as regiões dos últimos 50 anos no Brasil, bem como tentando redefinir as novas características do êxodo rural na atualidade, assim como outros autores seguem nesta mesma linha de interpretação.

Até a década de 80 no Brasil, embora o êxodo rural fosse mais intenso, era mais homogêneo quanto ao sexo e idade. Toda família deixava o meio rural, ou melhor, era “expulsa” pelas condições adversas do campo num contexto de modernização conservadora da agricultura conjugada com o acelerado processo de industrialização do país, demandante de mão-de-obra barata. Enquanto atualmente, alguns autores estão fazendo diferenciações na concepção deste êxodo, denominando-o de *êxodo agrícola* e não de *êxodo rural* como o já experimentado em nosso País, com o auge na década de 70.

Analisando-se a evolução da população rural e urbana no País ao longo das décadas de 80 e 90, observa-se que nos anos de 1981 a 1992, o crescimento da população foi da ordem de 1,8% a.a., com um acentuado êxodo rural, fazendo com que a população rural decrescesse à taxa de 0,7% a.a.. Importante também ressaltar que nesse período a taxa de crescimento do emprego rural agrícola, ainda que pequena mostrava-se positiva: + 0,4% a.a..

Já a novidade aparece na década de 90, onde se constata que no período de 1992 a 1999 a população rural deixa de cair, embora o emprego rural agrícola passe a diminuir rapidamente. A explicação dessa contradição neste período era o crescimento do emprego rural não-agrícola, dos desempregados e dos inativos (especialmente os aposentados) residentes nas áreas rurais. Em outras palavras, o êxodo continua, mas agora este fenômeno passa a ser muito mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural.

A segunda metade dos anos 90, ainda, trouxera um cenário completamente diferente da década anterior, o êxodo rural perderia força e a população rural brasileira voltaria a crescer, o que não ocorria desde 1970. Alguns fatores explicam esta dinâmica: a) um crescimento vertiginoso das ocupações rurais não-agrícolas que passam a crescer a uma taxa de 6,1% no período 1996/99; b) um crescimento cada vez mais rápido dos desempregados rurais que crescem à incrível taxa de 15,2% a.a. no período 1996/99; c) uma manutenção do crescimento dos aposentados rurais; d) uma pequena recuperação da ocupação agrícola conjuntural;

---

<sup>49</sup> Neste trabalho de Camarano e Abramovay (1999), os autores caracterizam o êxodo rural no país diferenciando-o por décadas e apontando as características do fenômeno entre as regiões do país. Como exemplo, os anos 70, aparece as migrações da região Sul em busca do Norte, entre outras.

Considerando-se as diferenças regionais no País, o fato mais curioso e que sirva melhor para os propósitos deste estudo seja o de verificar que somente a região Sul ainda manteve taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90, ao passo que em todas as outras regiões, as taxas de crescimento da população rural foram positivas.

Dessa afirmação vale complementar que o município de Praia Grande acompanha este movimento da região Sul como um todo, cuja população rural somava 4.258 pessoas em 1991 e decresce para 3.349 pessoas no ano 2000.

Conclui-se através destes dados que a população rural vinha crescendo nas diferentes regiões do País, grosso modo, pela soma de três grupos de pessoas: os ocupados em atividades rurais não-agrícolas, os desempregados e os inativos, neste caso os aposentados rurais em particular, enquanto o emprego agrícola caía nos anos 90 na maior parte do país.

De forma paralela ao êxodo rural aparecem outros fatores que também atuam na transformação da população rural brasileira, como a diminuição das taxas de natalidade e o aumento da longevidade. Estas mudanças demográficas na constituição familiar, (redução no número de filhos), “naturais” sucessores da propriedade familiar rural, os futuros agricultores, têm gerado grande preocupação pelo poder público e também revigora-se nas agendas recentes de pesquisa dos estudiosos do desenvolvimento rural. Entre os argumentos, é que o alto número de filhos por mulher, contrabalançava de certa forma, a perda populacional do êxodo rural.

### **3.3.2 Tendências da População Rural: masculinização e envelhecimento**

Uma das novidades que se tem dentro dos movimentos migratórios rurais com certa envergadura vem tendo como conseqüência o *envelhecimento da população rural*, bem como da *masculinização* da população que vive no campo.

A masculinização e o envelhecimento decorrem do impacto de um êxodo rural cada vez mais seletivo, conforme já descrito anteriormente, operado nas duas últimas décadas, cujos estudos recentes estão propondo demonstrar, o qual remete às cidades o grosso da mão-de-obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer, no longo prazo, a própria renovação da força de trabalho rural. O envelhecimento por outro lado, é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem.

Quanto ao envelhecimento da população rural destacam-se como fatores:

- a) a redução da participação da população jovem no campo;
- b) o retorno da população aposentada do meio urbano ao campo;
- c) a redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa do brasileiro.

Para Beltrão, Camarano e Kanso (2004), o envelhecimento de uma população, considerado sob o ponto de vista demográfico, é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem.

No caso brasileiro, isso foi resultado da rápida queda da fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 1960, que foi precedida em pelo menos 30 anos por altos níveis de fecundidade concomitante a uma queda gradual da mortalidade. A queda da fecundidade gerou uma modificação nos pesos relativos dos diversos grupos etários, levando a um processo conhecido como envelhecimento pela base. A redução da mortalidade, especialmente nas idades mais avançadas, leva a que esse segmento populacional que passa a ser mais representativo no total da população sobreviva por períodos mais longos, resultando no envelhecimento pelo topo. Esse processo é mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, uma vez que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade, etc. Altera também a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004, p. 17-18).

Entre os indicativos que provam o envelhecimento que o setor rural vem sofrendo nos últimos anos, conforme Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), é de que a inserção dos idosos nos domicílios rurais aumentou 2% no período de 1988 a 1996. Aliados a isso, dados da Previdência Social<sup>50</sup> para o período de 1992 a 1994 revelam que 88% das concessões de benefícios rurais foram para as aposentadorias por idade. As concessões de aposentadorias por idade aumentaram em mais de 400% (de 129 mil para 670 mil aposentadorias) no período de 1991 a 1992, período em que as mulheres rurais entraram no sistema previdenciário.

---

<sup>50</sup> Importante marco na história brasileira foi o resgate dos novos fundamentos pela Constituição de 1988, na qual a Previdência Social faz parte da Seguridade Social Brasileira, conforme artigo 194 da mesma, assegurando direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com isso foram criadas condições orçamentárias de forma a garantir a Seguridade Social nos seus subsistemas, das quais foram contempladas duas fontes de recursos: contribuições sobre o faturamento e sobre o lucro líquido das empresas. Com a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de produção familiar no plano dos benefícios normais do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), foram instituídos novos critérios para este público alvo: a idade de acesso à aposentadoria (reduzida em 5 anos); o valor do benefício (igual ao do salário mínimo); as formas de comprovação de atividade rural; o acesso de mulheres à aposentadoria e; as formas de contribuição do segurado.

Os anos de 1992 e 1993 apresentaram números recordes para o setor rural (919 mil aposentadorias), quando as mulheres se destacam ao longo do período de análise. Sem dúvidas que houve a partir de 1991 no Brasil, uma ampliação da cobertura previdenciária que teve e está tendo um impacto muito grande para a população do campo, visto que um enorme contingente residente no meio rural conseguiu o benefício de aposentadoria equivalente a um salário mínimo. Para Brandt (2001), os benefícios do setor representam um autêntico programa de renda mínima para os idosos residentes na área rural, pois no ano de 2000, a Previdência Social manteve sete milhões de benefícios rurais.

A década de 90, mais precisamente o período de 1990 a 2001 traz números no aumento de benefícios previdenciários, da ordem de 52,93%, melhorando-se sensivelmente as condições de vida de milhares de domicílios rurais. Conforme dados da PNAD de 1999, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), em torno de 56,6% dos domicílios com presença de pelo menos um idoso aposentado, este é responsável pelo sustento da família (BRANDT, 2001).

Com base nas pesquisas de Anjos e Caldas (2005), para o fenômeno do envelhecimento, observa-se que esse processo mostra-se mais intenso na região Sul do país, (especialmente no ambiente rural) quando comparado ao conjunto do país.

**Tabela 8:** Distribuição percentual da população rural, segundo grupos de idade, do Brasil, do Rio Grande do Sul e Paraná e da Região do Sul – 1980 a 2000

Discriminação	RURAL					
	De 0 a 14 anos		De 15 a 64 anos		Maior de 65 anos	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Brasil	44,16	35,02	52,05	59,26	3,79	5,72
RS	35,15	25,80	60,04	65,53	4,80	8,67
SC	40,52	29,52	56,05	64,12	3,43	6,36
PR	43,48	30,99	53,75	63,30	2,77	5,71
Região Sul	39,93	28,61	56,44	64,37	3,62	7,02

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Anjos e Caldas (2005)<sup>51</sup>

Analisando-se a tabela acima temos que no Brasil, a proporção de jovens e crianças rurais (idade igual ou inferior a 14 anos) caiu de 44,16% para 35,02% entre 1980 e 2000, ao passo que para a região Sul que já possuía uma população jovem em proporção muito inferior em 1980, teve uma queda mais drástica de 39,93% para 28,61%. Se tomarmos como base os

<sup>51</sup> Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico 1980: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. IBGE. Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

estados isoladamente, vamos obter quedas percentuais para esta mesma faixa respectivamente de 9,35%, 11,0% e 12,49% nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No estudo de Sacco dos Anjos e Caldas (2005), ainda avaliou-se as populações masculina e feminina, segundo a condição de residência (urbana e rural) e as categorias de idade. Partiu-se da referência do grupo de pessoas com idade compreendida entre 10 e 49 anos (a maior parte da população ativa).

Os resultados foram 65%, 67% e 65,4% da população masculina urbana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, encontram-se respectivamente neste intervalo de idade. E já no âmbito rural, os percentuais são consideravelmente inferiores (61,2%, 63,6% e 62,7%). À medida que se eleva a idade (mais de 50 anos), inverte-se a situação; e é no meio rural que a população masculina, nos três estados, supera significativamente a correspondente no ambiente urbano.

Detendo-se à população feminina, as diferenças são mais significativas. No mesmo intervalo (10 a 49 anos), encontram-se 63,3%, 66, 6% e 65,1% das mulheres urbanas, respectivamente para os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E no âmbito rural, a mesma faixa etária concentra 59,1%, 61,9% e 62,6% das mulheres. A partir dos 50 anos de idade, identifica-se que o mesmo ocorre no caso dos homens, ou seja, uma superioridade percentual no âmbito rural, se confrontado com o ambiente urbano.

Esses dados permitem supor que a dinâmica tem conduzido às cidades as camadas mais importantes da População Economicamente Ativa, fazendo com que a renovação da força de trabalho urbana se concretize a custa do desequilíbrio etário e de gênero no meio rural brasileiro e como visto com maior intensidade na região Sul do Brasil.

Baseado nesta tendência apontada pelo estudo de Anjos e Caldas (2005), na pesquisa de campo (quarto capítulo), analisa-se a composição familiar e as ocupações dos membros destas famílias em Praia Grande, a fim de perceber se confirma este prognóstico de baixo emprego de jovens em atividades agropecuárias. Além de verificar qual o gênero predominante, bem como, identificar a participação destes fenômenos para explicar a queda de pessoas empregadas nos estabelecimentos agropecuários do município.

Importante ter presente, que estes dois fenômenos: masculinização e envelhecimento rural já são preocupações internacionais antigas nos países europeus, visto que, já na década de 1960 na França, já aparecia à problemática do celibato camponês.

Da temática muitas abordagens surgem. Para Camarano e Abramovay (1999), o maior êxodo feminino é explicado pela expansão do setor de serviços urbanos; pela desvalorização

do trabalho pela família rural; e pela relação com a formação educacional. Já, Bourdieu (1979) defende que a jovem rural é mais apta para a adoção dos modelos culturais urbanos que o rapaz.

Ainda em relação à masculinização, Anjos e Caldas (2005) entendem-na como consequência da modernização da agricultura, inserida num amplo processo de “desagravização” do rural brasileiro, onde há um crescente masculinização nos processos de trabalho. Disto, argumenta-se que diminuiu o papel das mulheres nas atividades produtivas no meio rural e estas passam a ter maior escolaridade que os rapazes, sendo então escolhidas pela família para o “desapego” à realidade rural em uma preparação à vida e ao matrimônio urbano.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), há diferenças importantes do período atual em relação ao que ocorria no passado, quando as mulheres tinham escolaridade menor e, por consequência, menores oportunidades de emprego, permanecendo no campo. Com isto, a grande ausência de jovens do sexo feminino pode estar contribuindo para um baixo nível de fecundidade no campo e conseqüentemente o envelhecimento da população rural.

Em termos de organização da unidade familiar de produção, houve transformações das atividades produtivas. Entre elas, uma diminuição generalizada dos requerimentos de mão-de-obra, que expressa a vulgarização dos insumos modernos (adubos, herbicidas, inseticidas, equipamentos, etc). E, por outro lado uma masculinização crescente do processo de trabalho, que retirou a mulher rural das atividades agrícolas em muitos casos para somente ocupações de dona de casa, tais como: cuidado dos filhos, preparo da comida, cuidados com horta familiar, etc.

Um dos exemplos de atividades que a mão-de-obra feminina costuma ser importante e em muitos casos preponderante trata-se da fumicultura, que, aliás, será analisada com maior detalhamento no capítulo 4, devido ao fato de que este cultivo se consolidou como um dos principais do desenvolvimento recente do município de Praia Grande. Além deste, a produção leiteira também tem importante participação da mão-de-obra da mulher como um todo, apesar de no município em questão ter baixa representatividade.

Dentre algumas interpretações de estudos rurais recentes, defende-se que a masculinização do campo vêm com a masculinização da agricultura, ou seja, a modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos devem ser entendidos como o aprofundamento da expulsão feminina do meio rural.

Henri Mendras (1976) cita inúmeros exemplos históricos a partir do século XVIII, quando na Europa o êxodo rural ainda era um movimento fundamentalmente masculino. Já, Durston<sup>52</sup> (1996 apud CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) afirma que num primeiro estágio de transição demográfica ocupacional, jovens rapazes pouco qualificados emigram em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família. No estágio seguinte, as moças estão mais expostas à alternativa à vida e com mais anos de educação formal estão mais aptas a migrarem. Disto depreende-se, na concepção de Durston (1996 apud CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999), que o meio rural brasileiro encontra-se na segunda fase dos processos migratórios: os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças.

Quando se discute estes fenômenos e as características do êxodo rural, deve-se saber diferenciá-los de outros conceitos derivados, tais como: migração e mobilidade, tão intensamente explorados nos estudos rurais<sup>53</sup>.

De acordo com Woortman (1990), os agricultores podem realizar três modalidades de migração: a migração sazonal do pai; a migração definitiva e a migração sazonal pré-matrimonial do filho. Para autora, a migração também se constitui em espaço de aprendizado para o agricultor, pois permite o intercâmbio de conhecimentos de outras regiões com os saberes locais.

Outro conceito derivado é a mobilidade. Alguns a interpretam como constituída do próprio campesinato. Basta por exemplo, analisar as ocupações das fronteiras agrícolas pelos camponeses de áreas rurais do Nordeste. Ao longo da história a mobilidade se configurou como estratégia de renda monetária para garantir a reprodução social dos camponeses.

O exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rural-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60, para quando se estimou uma sobremigração masculina de aproximadamente 1.200 homens. Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina, mas em magnitude diferenciada. A maior sobremigração feminina nos fluxos migratórios foi verificada nas décadas de 50 e 80. Nos anos 50, aproximadamente 1,2 milhão a mais de mulheres, ou seja, uma sobremigração de 19% deixou as áreas rurais. Nos anos 80, este diferencial absoluto foi de 1,5 milhões de pessoas e o relativo de 22% (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 4).

---

<sup>52</sup> DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales em América Latina. In: CEPAL. *Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina*. Santiago do Chile, p. 57-80, 1996.

<sup>53</sup> Deve-se ter presente que as motivações para as migrações podem ter varias causas tais como: a busca de renda, ocupação (emprego), meios de vida, a busca por melhores condições do meio ambiente para as atividades agropecuárias, busca de melhores terras, etc.

Observam-se agora dados do fenômeno da masculinização, novamente para a região Sul<sup>54</sup> do Brasil, conforme estudo de Anjos e Caldas (2005), demonstrando-se tais tendências no meio rural destes Estados, que tem forte expressão da agricultura familiar do país. Atenta-se para o foco aos dados do Estado de Santa Catarina, a fim de que se possa compará-los com as tendências a serem observadas no município catarinense objeto da pesquisa de campo, posteriormente no capítulo 4.

**Tabela 9:** Índice de masculinização segundo categorias de idade das pessoas, na população urbana e rural do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná – 2000 (mulheres/100 varões)

Idade	RS		SC		PR	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
De 10 a 14 anos ..	97,4	92,4	<b>97,5</b>	<b>93,3</b>	97,8	93,7
De 15 a 19 anos ..	98,9	88,8	<b>99,4</b>	<b>88,0</b>	100,5	86,8
De 20 a 24 anos ..	101,3	86,5	<b>101,3</b>	<b>87,6</b>	102,7	87,4
De 25 a 29 anos ..	103,7	87,8	<b>102,6</b>	<b>91,2</b>	105,7	91,6
De 30 a 34 anos ..	107,1	89,3	<b>103,9</b>	<b>88,7</b>	107,5	92,2
De 35 a 39 anos	109,4	86,3	<b>105,1</b>	<b>87,8</b>	109,8	89,6
De 40 a 44 anos ..	109,0	87,1	<b>104,4</b>	<b>87,7</b>	110,4	87,9
De 45 a 49 anos ..	110,4	88,6	<b>104,5</b>	<b>90,1</b>	110,5	87,9
De 50 a 54 anos ..	111,4	89,5	<b>105,5</b>	<b>91,9</b>	108,6	87,9
De 55 a 59 anos ..	116,9	91,6	<b>109,0</b>	<b>92,7</b>	112,2	85,6
De 60 a 64 anos ..	125,1	89,6	<b>115,7</b>	<b>93,1</b>	113,0	79,9
De 65 a 69 anos ..	136,2	97,1	<b>123,3</b>	<b>99,5</b>	118,8	81,2
De 70 a 74 anos ..	150,6	103,8	<b>134,5</b>	<b>100,7</b>	120,3	82,5
75 anos e mais ..	186,3	131,1	<b>156,7</b>	<b>114,7</b>	135,5	95,2

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Anjos e Caldas (2005)<sup>55</sup>

A primeira constatação importante é que ocorre simultaneamente a masculinização da população rural e a feminização da população urbana e que o comportamento entre os gêneros é bastante semelhante nos três estados.

As situações sul-riograndense e catarinense aproximam-se bastante, coincidindo-se no fato de que é justamente nos intervalos mais jovens da população rural adulta (15 aos 44 anos de idade) que a desproporção dos sexos é máxima. Ou seja, comprova-se uma maior presença de homens na idade mais ativa para o trabalho agrícola, comprovando a masculinização no

<sup>54</sup> A região Sul referida compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que conta com uma população de 25.107.616 habitantes segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2001), sendo que desta 19% vive no âmbito rural e que tem uma representação econômica importante, pois responde por 22% do Produto Interno Bruto nacional e por cerca de 30% das exportações do País.

<sup>55</sup> IBGE: Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

campo. Observa-se também que somente nos dois últimos intervalos de idade (70 a 74 anos e 75 anos e mais), a situação no âmbito rural inverte-se, por força da conhecida superioridade feminina quanto à longevidade.

Relevante também seja estratificar melhor onde o fenômeno da masculinização se mostra mais intenso. Para tanto, conforme tabela abaixo se observa para o estado de Santa Catarina que foi nas pequenas cidades (de até 5.000 habitantes) que a masculinização é mais incisiva, na qual mostra que há 94 mulheres para cada 100 homens.

Cabe dizer que conforme estudo de Anjos e Caldas (2005), nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná este comportamento também foi semelhante, mas que Santa Catarina contou com um processo ainda mais forte.

**Tabela 10:** Distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, o total de habitantes, de mulheres e de homens e o índice de masculinização, em Santa Catarina – 2000

Número de habitantes	Número de Municípios	Homens	Mulheres	Total	Índice de Masculinização <sup>(1)</sup>
Até 5.000	106	172.427	162.331	334.758	94,1
<b>De 5.001 a 8.000</b>	<b>51</b>	<b>164.479</b>	<b>157.571</b>	<b>322.050</b>	<b>95,8</b>
De 8.000 a 10.000	25	111.969	107.417	219.386	95,9
De 10.001 a 15.000	42	254.830	249.102	503.932	97,8
De 15.001 a 20.000	19	167.663	165.579	333.242	98,8
De 20.001 a 30.000	14	166.986	167.633	334.619	100,4
De 30.000 a 50.000	17	338.018	341.488	679.506	101,0
De 50.001 a 100.000	9	289.151	298.636	587.787	103,3
100.000 e mais	10	1.003.788	1.037.292	2.041.080	103,3
<b>TOTAL</b>	<b>293</b>	<b>2.660.311</b>	<b>2.687.049</b>	<b>5.356.360</b>	<b>100,7</b>

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Anjos e Caldas (2005)<sup>56</sup>

Comprova-se na tabela acima que os pequenos municípios apresentam o maior índice de masculinização. Praia Grande enquadra-se no estrato dos municípios com elevado índice de masculinização, (95,8 mulheres para cada 100 homens), visto que o mesmo encontra-se nesta faixa de 5.000 a 8.000 habitantes, conforme classificação proposta, para o ano 2000.

Decorrente do envelhecimento e da masculinização chega-se aos impactos no processo de a sucessão na agricultura familiar e a questão da herança.

A sucessão, formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna, a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio (ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005). Para Anjos e Caldas (2005), a sucessão é um verdadeiro código cultural que orienta as escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores passa a reproduzir a situação original.

<sup>56</sup> Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (1) Mulheres/100 varões.

Entre as mudanças gestadas no espaço rural, a profissão de agricultor vem perdendo o caráter moral que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras. Extingue-se a fusão que existia entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. Inserido nesta preocupação contempla-se na pesquisa de campo questões que visam perceber indiretamente a influência deste comportamento nas migrações e na caracterização do mercado de trabalho em Praia Grande.

Comprova-se uma “ruptura” nos acordos familiares diminuindo o caráter familiar na tomada de decisões no meio rural substituído pelo individualismo dos tempos contemporâneos. Carneiro (2002, p. 9), expressa esse entendimento neste trecho: “O papel da família como instância privilegiada de mediação entre o indivíduo e a sociedade é neutralizado, abrindo espaço para estratégias concorrentes e antagônicas entre o indivíduo e a família”.

Evidencia-se que há inúmeras mudanças incidentes sobre o meio rural, as quais, de alguma ou de outra forma, podem estar afetando os procedimentos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades, conforme faz pensar Anjos e Caldas (2005).

Em síntese, constata-se que a partir de 1990 os estabelecimentos familiares estão perdendo os sucessores com a saída de jovens do meio rural e o abandono das unidades de produção. Pesquisas de campo recente apontam como causa para este esvaziamento a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola.

#### **4 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO – DIVERSIDADE, ESTRATÉGIA DA PLURIATIVIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA**

Pode se dizer que uma das novidades no período recente, dentro dessa nova ruralidade é a força que agricultura familiar ganha, através do reconhecimento político, institucional e acadêmico, iniciada como mostrado, fundamentalmente no início dos anos 1990.

Inseridos neste grande tema – agricultura familiar – discute-se neste capítulo as relações entre os agricultores familiares e os mercados, através do processo de mercantilização. Obviamente que dentro dessa abordagem derivam-se muitas outras, dada a amplitude do tema e suas implicações.

Nesse sentido, a análise parte do processo de mercantilização da agricultura dinamizado pelos últimos 30 ou 40 anos, mesmo período que corresponde ao auge da modernização da agricultura (retratado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação). Neste, essas mudanças foram mais intensas, alterando-se sobremaneira o modo de produzir e viver dos agricultores, pelo aumento dos vínculos mercantis e seus reflexos do mercado de trabalho e, nas atividades/ocupações exercidas por estes atores que modificam suas estratégias de reprodução.

De um modo geral, retomam-se as contribuições clássicas sobre os mercados e as visões mais contemporâneas. Discute-se a perspectiva orientada ao ator e suas contribuições. Salientam-se as transformações no mercado de trabalho e o crescimento das ocupações não-agrícolas e da pluriatividade. Apresentam-se as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares e a importância da compreensão da diversidade da agricultura familiar, culminando-se com o aporte da abordagem recente, dos *estilos de agricultura*.

Resumidamente, o capítulo está assim estruturado: na primeira seção, pretende-se discorrer acerca do processo de mercantilização<sup>57</sup>, e suas vertentes teóricas, procurando trazer à tona os impasses teóricos e os caminhos percorridos pela teoria social. São expostas as duas perspectivas fundamentais - a *perspectiva estrutural* que enfatiza os macros processos e possui um caráter determinista, linear e externalista das mudanças sociais, e a *perspectiva*

---

<sup>57</sup> Caracterizado pelas alterações das práticas agrícolas, formas de organização do trabalho, modelos de gestão da produção, padrões de consumo, instituições, princípios de sociabilidade, representações sociais, e, especialmente, os diferentes conjuntos de idéias normativas, percepções e estratégias que os agricultores desenvolvem para organizar suas unidades de produção e o fluxo da vida cotidiana.

*orientada aos atores*, que foca nos micro processos com a visão nos atores sociais, e suas contribuições para analisar o processo de mercantilização da agricultura.

Ainda nesta seção, contemplam-se os postulados fundamentais da perspectiva orientada aos atores, bem como seus elementos, e por fim, o debate de um novo enquadramento teórico aos camponeses preferencialmente dos estudos de Ploeg (2008) e Long (1985).

Já na segunda seção, discute-se o processo de mercantilização através do pressuposto de mercantilização do espaço rural, filiando-se aos estudos de Marsden (1995). Enfatizam-se as mudanças no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere à emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural. Caracteriza-se o fenômeno da pluriatividade e as causas do seu crescimento.

Para finalizar a segunda seção e também o capítulo, apresenta-se a pluriatividade como estratégia, e discute-se como se dão as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, resgatando o tema da diversidade da agricultura familiar, desdobrando-se na abordagem dos estilos de agricultura.

#### 4.1 TEORIA SOCIAL: ESCOLHAS E IMPASSES TEÓRICOS – AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E A MERCANTILIZAÇÃO

##### 4.1.1 As Perspectivas Teóricas: *estrutura x atores*

A teoria social contemporânea tem buscado a partir do período recente, da consolidação e afirmação da agricultura familiar, a superação dos impasses teóricos, a fim de melhor contribuir acerca dos caminhos a serem seguidos, como respostas aos anseios desta categoria social tão importante na sociedade. Em termos teóricos, desdobram-se as contribuições da teoria social marxista e neomarxista, sintetizadas nas perspectivas da economia política da agricultura e da teoria orientada aos atores.

Antes de adentrar as definições dos mercados e o entrelaçamento entre as teorias com o foco na “estrutura<sup>58</sup>” e a “perspectiva orientada aos atores<sup>59</sup>”, deve-se lançar mão do

---

<sup>58</sup> Perspectiva teórica marxista que analisa as transformações sociais com a visão nos macroprocessos (Estado, Mercado).

entendimento acerca dos modelos estruturais de desenvolvimento dominantes, a fim de contribuir para melhor compreensão dos impasses teóricos, que se conformam nos estudos rurais.

São dois os modelos estruturais de desenvolvimento dominantes: a teoria da modernização e as teorias neomarxistas. A teoria da modernização concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas da “sociedade moderna”. Esse processo é desenvolvido e mantido através de um envolvimento crescente em mercados de commodities e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas. Dessa forma, a sociedade tradicional é impulsionada para o mundo moderno e, gradualmente, ainda que com algumas crises institucionais (que são normalmente referidas como obstáculos sociais e cultura à mudança), sua economia e estruturação social adquirem os ornamentos da modernidade (LONG; PLOEG, 2009).

Já, as teorias neomarxistas acentuam a natureza espoliativa desses processos, atribuindo-os à tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial, e à sua constante necessidade de abrir novos mercados, aumentar o nível de obtenção de excedentes e de acumular capital. Aqui a imagem é de interesses capitalistas, estrangeiros e nacionais, modos de relações de produção subordinativas não-capitalistas (e provavelmente destrutivas em longo prazo) e da vinculação dos países em uma rede de dependências econômicas e políticas. (LONG; PLOEG, 2009).

Claramente essas duas perspectivas se situam ideologicamente em campos opostos, a teoria da modernização, provém da corrente liberal e acredita nos benefícios do gradualismo e no chamado *efeito de transbordamento*, radicalmente diferente do que pensam os neomarxistas, os quais entendem o desenvolvimento como um processo inerentemente desigual, envolvendo a exploração continuada das sociedades periféricas.

Para os propósitos deste estudo, aqui foram arrolados essas concepções de forma simplificada. Mostra-se que esses dois modelos possuem semelhanças, no que concerne a forma que concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais, ou seja, assim como faz crer Long e Ploeg (2009, p.3):

---

<sup>59</sup> Perspectiva contemporânea que analisa as transformações sociais com o enfoque nos atores sociais e seus microprocessos.

[...] como emergindo primeiramente dos centros de poder sob a forma de intervenções pelo estado ou por interesses internacionais, e, seguindo um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes.

Essas forças externas restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas.

Grosso modo, na perspectiva da estrutura, ou estrutural, a visão enfatiza os macro processos, e no entendimento de Ploeg (2009) e Long (2009), esta, possui um caráter determinista, linear e externalista das mudanças sociais.

Opondo-se a esta perspectiva estes mesmos autores têm disseminado seus estudos partindo de outro referencial, a perspectiva orientada aos atores. Resumidamente, segundo eles, nesta, busca-se superar os impasses da perspectiva estrutural. O direcionamento parte da insatisfação em fundamentar a análise no conceito de determinação externa (estado, mercado). E o enfoque passa a ser os atores sociais, visto que, todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos de vida dos indivíduos e grupos sociais, portanto elas são mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais.

Nesta passagem, pode-se verificar a defesa da argumentação por Long (1998, p.3):

*Sostengo que una perspectiva centrada en el actor social proporciona una comprensión mais enraizada de las dinámicas de cambio social y de intervención - en este caso, de ciertos patrones de desarrollo agrario - mientras que, simultaneamente, sigue reconociendo la importancia del cambio 'global', tanto tecnológico como institucional, político-económico y cultural para la poblaciones rurales.*

Ainda pode-se dizer, que a perspectiva orientada aos atores, guia-se por três questões, de acordo com Long (1994): na explicação da heterogeneidade e seu significado social; na análise das situações de interface de onde os modos de vida dos atores se entrelaçam, se acomodam e se chocam entre si; e no delineamento das capacidades que manifestam as práticas organizativas particulares para efetuar as trocas.

Estas contribuições, mesmo que partem de pressupostos diferentes tem o intuito de neste estudo ajudar a explicar as dinâmicas demográficas e de ocupações sob as duas perspectivas no âmbito da região de estudo.

#### **4.1.2 A Teoria Social - os mercados e atores**

Os mercados assumem várias conceituações, antes mesmo da hegemonia do sistema capitalista. Temos que ter em mente a importância dos mercados como estruturas sociais na transformação do conjunto de relações sociais e humanas.

Na vasta discussão que permeia o tema, parte-se neste estudo, das contribuições dos principais autores, os clássicos: Marx, Weber e Polanyi, os quais, grosso modo, postulam uma visão dos mercados como estruturas rígidas. E, de outra vertente, mais contemporânea, que redefine os mercados a partir da idéia da construção social das estruturas (mercados), nos trabalhos de Giddens (1989); Bourdieu (1996), entre outros, além de autores mais contemporâneos, como: Sabourin (2003); Scott (1976); Long (2001); Ploeg (2006); Martins (1990); Woortmann (1990). Para aqueles, os clássicos, o ponto central é a autonomização dos mercados em relação às demais estruturas sociais. A fim de melhor compreender tal afirmação, vale-se do que Polanyi (2000, p. 77) denominou “padrão de mercado”:

[...] relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, sendo capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado.

Um ponto chave na argumentação do autor é muito bem exemplificado na seguinte frase: “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p.77).

Na concepção de Polanyi, a chave para o sistema institucional do século XIX estava nas leis que governam a economia de mercado. Com o padrão-ouro internacional, foi posto o mais ambicioso esquema de mercado, implicando a independência absoluta dos mercados às autoridades nacionais. Com isso o comércio internacional significava a organização da vida no planeta sob um mercado auto-regulável, que compreendia o trabalho, a terra e o dinheiro,

sendo o padrão-ouro o guardião desse gigantesco autômato. Nações e povos eram apenas bonecos num espetáculo inteiramente fora do seu controle. Eles se protegiam do desemprego e da instabilidade com a ajuda dos bancos centrais e das tarifas aduaneiras, suplementadas por leis de migração. Esses artifícios se destinavam a neutralizar os efeitos destrutivos do comércio livre mais moedas determinadas e, na medida em que alcançava esse propósito, eles interferiam no desempenho desses mecanismos.

Ainda no século XIX, período de vigência do padrão-ouro, tem o que Polanyi identificou como sendo o chamado “duplo-movimento”, ou seja, uma defesa a fim de conter a ação global de mercado imposta pelo aumento do padrão de comércio internacional. Essas intervenções no mercado mundial, como exemplo; as tarifas de importação dificultavam as exportações de outros, e provocavam a se procurar mercados em regiões politicamente desprotegidas. Essa pressão exportadora foi reforçada pela disputa de suprimentos de matérias-primas causada pela febre manufatureira. Uma das conseqüências foi que o protecionismo transformou mercados competitivos em mercados monopolistas. Em síntese a auto-regulação dos mercados foi atingida. Isso tudo gerava desajuste dos preços e custos, implicando as depressões. E toda essa estrutura tinha que ser mantida por meios políticos.

Na concepção de Marx, na análise do modo de produção capitalista, nas relações sociais de trabalho e produção, o excedente econômico produzido por uma classe é apropriado por outra. Este processo ocorre nos mercados e é mediatizado pela forma social da mercadoria. Pois para Marx, nenhum produtor isolado é capaz de produzir mercadorias, ou seja, o produto de seu trabalho assume essa forma social e, assim, valor de troca, sob definidas relações sociais que se encontram nos mercados.

Neste sentido, o significado do processo de mercantilização pode ser compreendido pelo papel que o mercado assume em transformar todas as coisas em mercadorias, e em sua tarefa de tornar independente das pessoas o resultado de seu trabalho, fazendo dos vínculos humanos unicamente possíveis mediatizados pela forma social da mercadoria e do dinheiro. Com efeito, as “[...] relações mercantis para ele, serão sempre e necessariamente alienantes: a solidariedade social só pode ser encontrada na supressão das relações humanas que dependem de mercados” (ABRAMOVAY, 2004, p.46).

Já para Weber, a construção teórica está diretamente vinculada à idéia de mercado enquanto lugar da ação social orientada para o lucro, sendo o mercado capitalista aquele que comporta a ação especificamente racional ajustada para o cálculo em termos de capital.

A visão que se pretende através deste referencial teórico, alerta para a compreensão de que os mercados afetam as demais estruturas da vida social e, neste sentido, as suas perspectivas vêem a disseminação das relações mercantis como destruidoras das demais dimensões sociais.

Para a abordagem contemporânea que redefine os mercados a partir da idéia da construção social das estruturas (mercados), nos trabalhos de Giddens (1989), Bourdieu (1996), entre outros, traz-se a idéia de “dualidade da estrutura” – “[...] a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo -, mas representam uma dualidade [...]” (GIDDENS, 1989, p. 20), onde a estrutura é tanto o meio como o resultado da reprodução das práticas. Ou assim conforme Long (2001), “[...] as estruturas refletem a contínua interação entre os atores sociais, sendo resultantes dos conflitos e das transformações sociais e, ao invés de regras do jogo, fazem parte do próprio jogo”.

Ploeg (2006) argumenta, se utilizando do processo de mercantilização, como o resultado de relações sociais que expressam a luta entre diferentes atores pelo controle de recursos e processos e que esta carrega para o interior das relações sociais a “lógica do mercado”. Já, para Sabourin (2003) a lógica do mercado, encontra espaços como “*arenas sociais*”, os mercados representam o resultado do conflito de racionalidades, valores, normas e códigos dos próprios atores. Mesmo aceitando a idéia do cálculo racional de intercâmbio mercantil, o autor alerta que os mercados estão repletos de “lógicas de reciprocidade”, ou conforme Scott (1976), de “elementos de uma economia moral”.

Sob outro enfoque, os trabalhos de Martins (1990) e Woortmann (1990), ressaltam que a inserção nos mercados não pode ser definida previamente, e que depende muito do tipo de mercado e da importância que assumem os diferentes agentes que nele atuam, ou seja, da mesma forma que a crescente inserção nos mercados pode significar transformações radicais nos processos produtivos e na vida social, ela também pode resultar na reprodução da dominação e do tradicionalismo.

Nesta passagem evidencia-se o posicionamento de Martins (1990):

[...] o mercado não atua socialmente (e politicamente) numa única direção, como se poderia presumir a partir de uma concepção meramente evolucionista das relações sociais e sua história (e, por isso, quando falo de relações tradicionais, não estou falando necessariamente do passado. O mercado (de modo intenso nos países capitalistas pobres) funciona contraditoriamente – cria, mas também recria relações sociais (MARTINS, 1990, p. 9-10).

Já mais numa análise de mercados e instituições as contribuições de Fligstein (2001), assevera a organização social como um produto humano. Ilustrativo disso pode-se observar neste trecho, Fligstein (1997, p.29): “*Modern governments, social movements, democratic politics, firms, and markets were invented by people collectively attempting to find ways to attain their ends*”.

Na compreensão do papel dos atores frente ao processo de mercantilização, chega-se ao conceito de *agência*. A mercantilização reflete a pressão que as estruturas de mercados exercem sobre os atores, mas que também esta pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores.

*Agência humana*, conforme Long (2001, p. 16) refere-se: “[...] ao ator individual a capacidade de processar experiência social e inventar maneiras de ordená-las com a vida social, inclusive sob as formas mais extremas de coerção”. Nesta passagem denota-se a defesa do autor:

*En esta coyuntura es importante enfatizar que cuando hablamos de agencia queremos ir más all de la mera capacidad de actores individuales particulares de monitorear, evaluar y llegar a una comprensión cognoscitiva de sus mundos sociales. La capacidad para actuar también implica la disposición de otros para apoyar, acceder, o cuando menos seguir la corriente a los modos particulares de acción (LONG, 1998, p. 13-14).*

Depreende-se que mesmo num cenário de incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. “Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstancias inesperadas” (GIDDENS, 1984<sup>60</sup> apud LONG; PLOEG, 2009, p. 7). Ainda, conforme enfatizam Ploeg e Long (2009, p. 7),

[...] a agencia não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta, quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas.

---

<sup>60</sup> GIDDENS A. (1984) The constitution of society: na outline of the theory of structuration. Cambridge, Polity Press.

Como exemplo do conceito de agência humana, reporta-se a pesquisa de Scott (2002), onde se relata que os agricultores mesmo inseridos num cenário desfavorável, estes empregam o que ele denomina - *formas cotidianas de resistência camponesa* – referindo-se a luta prosaica, mas constante entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. Neste estudo, investigam-se os camponeses em uma vila na Malásia, em um trabalho de campo no período entre 1978 e 1980, numa região produtora de arroz.

Aproxima-se da perspectiva orientada aos atores, a teoria do ator-rede (*actor-network*). De acordo com Long (2001), a compreensão das estratégias dos atores está condicionada ao entendimento da dinâmica das redes as quais se vinculam. E é de um complexo conjunto de redes sociais e sócio-técnicas, as quais representam espaços de relações manifestadamente desiguais e parciais, que comportam modelos de centralização e hierarquização fundados na assimetria de recursos e poderes, que se originam diferentes estilos de agricultura e múltiplas estratégias reprodutivas.

Trazendo-se o referencial teórico deste item ao que se propõe esta dissertação, o que se quer vai ao encontro entre outras contribuições, da capacidade do conceito de *agência humana*, em ajudar a explicar as reações e estratégias dos agricultores de Praia Grande frente ao avanço do processo de mercantilização da agricultura que entre várias conseqüências fez-se reduzir o emprego no meio rural.

Agora, após estas considerações que procuraram dar as dimensões teóricas dos mercados e a relação destes, com os atores sociais (agricultores familiares) passa-se a análise mais específica do processo de mercantilização que pelo foco deste estudo, servirá para compreender melhor essa relação do modo que as unidades familiares lidam com os fatores de produção, terra, trabalho e capital.

#### **4.1.3 As Perspectivas Neomarxistas e a Mercantilização**

Para a compreensão desta relação entre os agricultores familiares e os mercados, através do processo de mercantilização, apresenta-se neste item a discussão conforme tem sido construída pela suas correntes teóricas.

A Sociologia da Agricultura, caracterizada como uma das principais correntes de pensamento de estudos rurais contemporâneos, se fundamenta nas perspectivas marxistas

clássicas, neomarxistas e neweberianas, desde meados da década de 70, primeiramente nos EUA e depois na Europa. Esta escola tornou-se a principal expressão de oposição e negação dos pressupostos da *rural sociology* e do funcionalismo dos estudos agrários. Sem um arcabouço teórico bem delimitado e marcado por uma ampla diversidade teórica, sua unidade deve-se às novas proposições para os estudos agrários onde, em comum, estão a prioridade às questões estruturais e um “[...] interesse em examinar os processos pelos quais o capitalismo penetra à economia rural e reestrutura a vida socioeconômica” (LONG, 1986, p.8).

Sem dúvida, a permanência das formas familiares de produção nas sociedades capitalistas de hoje têm ocupado a agenda de pesquisas em estudos rurais e revela-se num dilema que impulsiona a academia a re-construção de um novo referencial analítico com o intuito de avançar a teoria social.

Numa divisão proposta por Schneider (1997), duas linhas de argumentação estão sendo seguidas: de um lado, autores como – Mann e Dickinson (1987), Friedmann (1978), Goodman e Redcliff (1985)<sup>61</sup>, buscando diretamente em Marx os argumentos referentes às particularidades de agricultura como um setor de produção, onde o desenvolvimento capitalista se dá de forma mais lenta e desigual que nos demais.

E, de outro lado, nos trabalhos de Friedland (1982) e de Janvry (1981)<sup>62</sup>, que trazem a idéia que o capitalismo tende a industrializar a agricultura, tornando-o como um processo de produção de mercadorias como outro qualquer. Basicamente, o referencial marxista da sociologia da agricultura mantém a análise centrada em modelos estruturais e lineares, onde a mudança social é vista a partir da intervenção de forças externas, através do Estado ou do capital.

Ainda, dentro da sociologia da agricultura, constitui-se aquele que os estudos conhecem como o “*commoditization debate*”, que teve como objetivo solucionar o impasse marxista da manutenção das formas familiares e da generalização das relações mercantis.

As tentativas de achar soluções para este impasse permaneceram fiéis ao arcabouço marxista clássico nos estudos de Bernstein (1979) e Friedmann (1978), através dos conceitos de “produção simples de mercadoria” e de “pequena produção de mercadorias”, e que entendem os mercados enquanto estruturas rígidas e externas aos atores, os quais viram reflexos de sistemas totalizantes e constituem um entendimento objetivista da mercantilização.

---

<sup>61</sup> Autores consultados na obra de Schneider (1997).

<sup>62</sup> Autores consultados na obra de Schneider (1997).

Já, outras perspectivas criticam a compreensão mecânica dos mercados, entendendo-os como estruturas duais, conforme visto nos itens anteriores, as quais procuram incorporar os atores sociais e a agência humana.

Uma das perspectivas que trabalha no restabelecimento da sociologia crítica, e que se mantém dentro da tradição marxista, acrescentando as noções centrais de Weber e ainda com elementos fortes de Chayanov, são os estudos de Ploeg (1990; 1992; 2003) e Long (2001), os quais serão apresentados ainda nesta seção a fim de melhor caracterizar o processo de mercantilização.

O conceito *de produção simples de mercadorias*, cunhado por Marx, tinha por finalidade caracterizar aquelas formas pré-capitalistas que não estavam completamente inseridas nos processos de reprodução ampliada, fruto de uma integração parcial à divisão social do trabalho, formas estas que seriam suplantadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Friedmann (1978), inspirada no conceito marxiano, agrega as variáveis como ciclo demográfico e as relações de parentesco, tiradas de Chayanov. A busca da autora com esse ferramental traz elementos para diferenciar os produtores simples de mercadorias daquelas unidades essencialmente capitalistas. Na produção simples de mercadorias, o produtor vende a mercadoria produzida com seu trabalho e consegue o dinheiro para repor o estritamente necessário para renovar o processo produtivo, do que consta inclusive reproduzir a força de trabalho, no caso, comprar os meios de vida indispensáveis à sua família. O fato de não haver expropriação e excedente torna esta forma de produção completamente diferente da produção capitalista.

Quanto à relação entre estes agricultores e o mercado neste sistema, não significa que exista autonomia em relação a este, e sim conforme aponta Friedmann (1978, p. 73), as relações sociais e técnicas que se estabelecem na produção simples requerem “[...] condições de mercados completamente desenvolvidos, não somente para as mercadorias produzidas pelo trabalho familiar, mas também pela terra, meios de produção, artigos de consumo pessoal, dinheiro e, mais importante, a própria força de trabalho”. Já, Bernstein (1986) advoga que este modelo sugere a completa integração aos mercados, o que juntamente com as diferentes relações de trabalho, distingue produtores simples de mercadorias de produtores domésticos e empresários capitalistas.

Um ponto que chama a atenção na argumentação destes autores é as diferenças assumidas entre as unidades domésticas (camponesas) e nos produtores simples de

mercadorias. Para Friedmann (1978), os camponeses produzem uma diversidade de artigos para consumo direto e meios de produção, bem como excedente para a venda, enquanto os produtores simples de mercadorias são essencialmente especializados e inseridos em mercados competitivos.

Uma perspectiva um pouco diferenciada, das até aqui expostas, é a de Bernstein (1986), segundo a qual os camponeses se transformam em pequenos produtores de mercadorias (*petty commodity production*) em decorrência das condições do ambiente externo, ou seja, do nível da economia nacional, o qual determina as relações entre o capital e o trabalho.

Em resumo, Bernstein (1986) defende que os camponeses, uma vez que produzem sistematicamente mercadorias, são totalmente controlados pelo mercado e que existem somente dois graus de mercantilização: produção sistemática de mercadorias ou generalizada, e que o processo de mercantilização não é uniforme nem completo, não se refere aos graus diferenciados de inserção das unidades de produção nos circuitos mercantis, mas ao fato do desenvolvimento capitalista ainda não ter solapado a “economia natural” em todos os locais. Ainda, segundo Bernstein, três características são fundamentais no que ele denomina vantagens competitivas sobre a produção capitalista, em função de:

- a) Do não requerimento estrutural de lucro para garantir a reprodução simples.
- b) Da flexibilidade de consumo pessoal.
- c) Da auto-exploração pela intensificação do trabalho familiar, redução dos níveis de consumo, endividamento ou entrega dos meios de produção.

Do referencial teórico apresentado neste item trazem-se elementos importantes para se compreender, na perspectiva neomarxista, como se configuram as relações entre o mercado e os agricultores, as quais são base para entender como, por exemplo, ocorrem as transformações no mercado de trabalho, foco deste estudo.

#### **4.1.4 As Perspectivas Orientadas aos Atores e a Mercantilização**

Neste tópico pretende-se avançar um pouco nas questões que esta perspectiva tem acerca do processo de mercantilização da agricultura e obviamente no papel dos atores na conformação dessas transformações. Como já dito, ao longo desta seção, esta visão tem como

premissa básica que os agricultores familiares são agentes ativos e com saberes, capazes de desenvolver estilos de agricultura, os quais possibilitam a sua reprodução frente às tendências excludentes e homogeneizadoras do capitalismo atual.

Esta perspectiva sustenta características marxistas, mas acrescenta noções chayanovianas, baseadas na concepção de interfaces dos produtores com as estruturas e dispositivos das sociedades dominadas pelas regras impostas pelo mercado. Buscam-se reconceituar as categorias que sustentam o enfoque da produção simples das mercadorias. Passa-se a entender os mercados como *arenas sociais*, resultantes das interações entre os próprios agricultores e outros atores. E a mercantilização torna-se o resultado de um amplo processo de negociação e disputa entre os atores sociais (individuais e coletivos; locais e externos) que envolve o controle dos recursos utilizados nos processos produtivos e, desta forma, o domínio dos mercados.

Segundo Ploeg (2003), cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias<sup>63</sup> para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. Trata-se de um processo não-linear, com avanços e reveses e, fundamentalmente, expresso na inserção diferencial das unidades de produção dos mercados. Desse modo, o fato de os agricultores mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados cria “espaços de manobra” e estratégias para manter e ampliar sua autonomia. Por conseguinte, é equivocada tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia<sup>64</sup> quanto de que este processo esteja concluído.

Na análise do processo de mercantilização, focando-se as relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares, chega-se ao que Ploeg (1990) denomina: *mercantilização diferencial* entre as unidades produtivas, entendida enquanto a proporção entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis e aqueles valores de uso reproduzidos no ciclo de produção anterior (PLOEG, 1990).

Também relacionada à mercantilização da agricultura, os trabalhos de Long (2001), identificaram um amplo processo do que ele chama *incorporação institucional*, dos quais derivam outros, como: a *cientificação* (geração de tecnologias que aumentam o controle de

---

<sup>63</sup> Posteriormente na próxima seção o estudo tratará das estratégias de forma mais aprofundada, pois este tema servirá também como referência teórica à pesquisa de campo constante no capítulo 5.

<sup>64</sup> No último item desta seção discuti-se mais especificadamente o conceito de autonomia vinculado a proposta de Ploeg(2008) de um novo enquadramento teórico para o campesinato.

atores externos – empresas, bancos, Estado, etc. – sobre o processo de trabalho agrícola e sobre a natureza); *centralização estatal* (coordenação estatal das inter-relações entre várias instituições e atores para resolução de conflitos) e, principalmente, *externalização*, que faz referência à gradual, ou às vezes abrupta, transferência do controle de recursos produtivos e tarefas para atores externos.

Nas palavras de Ploeg (1992), referindo-se a *externalização* como consequência do desenvolvimento agrícola:

*[...] el desarrollo agrícola suele implicar un proceso de externalización que genera una multiplicación de las relaciones mercantiles. Las tareas que fueron organizadas y coordinadas inicialmente, bajo el mandado del mismo agricultor, han de ser coordinadas ahora mediante el intercambio mercantil y por medio del sistema recién establecido de las relaciones técnicos-administrativas. Esta externalización creciente no solo afecta las actividades de producción sino que resulta también en una transformación completa del proceso de reproducción (PLOEG, 1992, p. 169-170).*

Esta perspectiva apresentada neste item servirá de base compreender as estratégias dos agricultores familiares de Praia Grande, principalmente as conformadas no âmbito do mercado de trabalho, como busca de emprego e renda.

#### **4.1.5 Outras Perspectivas - a mercantilização e o conceito “alargado”**

O que é denominado aqui, neste tópico de alargamento do que se entende por mercantilização é apenas para deixar claro ao leitor a amplitude que este processo deriva. Pois segundo Ploeg (1990), a *mercantilização diferencial* compreende os distintos graus de inserção das unidades de produção, os quais são mensurados a partir da proporção fixada entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis vis-à-vis aqueles valores de uso reproduzidos internamente.

Nisto, entende-se a compra de insumos produtivos e ainda outros que não se relacionam diretamente ao processo produtivo, como a comercialização de produtos gerados na unidade de produção. Exemplifica-se também: a compra de máquinas, a contratação de mão-de-obra, a venda da produção agropecuária até a venda da própria força de trabalho familiar e a obtenção de financiamentos nos mercados de crédito.

Pretende-se a partir destes elementos que compõem a *mercantilização diferencial*, investigar como, por exemplo, qual a abrangência do crédito rural na entre as unidades produtivas de Praia Grande e qual a influência disso na escolha pelas atividades e ocupações agropecuárias, ou seja, como se relaciona com o emprego rural no município.

Além disso, o processo de mercantilização assume outras dimensões, como sustenta Marsden (1995), como um amplo processo social que invade as mais diferentes esferas das relações sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores mercantis que passam a regular as práticas sociais dos agricultores.

Ou seja, os espaços rurais não necessariamente produtivos têm sido mercantilizados. São as novas funções do meio rural, como um conjunto de bens materiais e simbólicos como a paisagem, o folclore e a gastronomia, os quais os agricultores passaram a atribuir valor de troca em virtude da venda aos consumidores urbanos.

Isto posto, chega-se próximo a definição de mercados como instituições sociais envolvidos num amplo processo de novas relações sociais.

#### **4.1.6 A Atual Necessidade de um Novo Enquadramento Teórico dos Camponeses: “a condição camponesa” e o enfoque da autonomia**

A proposta deste item traz as contribuições recentes dos trabalhos de Ploeg (2008), o qual defende a necessidade de uma nova definição dos camponeses nos dias de hoje. Mesmo o próprio autor admitindo a riqueza conceitual dos estudos tradicionais que teorizavam o campesinato, ele é taxativo: “[...] a definição do camponês como um não (ou ainda não) empresário – ou como em fase de desaparecimento – é sem dúvida, deficitária” (PLOEG, 2008, p. 39).

O autor identifica basicamente quatro aspectos do que ele chama de “lacunas da literatura” existente para perceber esse novo enquadramento teórico dos camponeses na atualidade.

O primeiro estaria vinculado à forma com que os estudos camponeses tradicionais que fazem uma divisão do mundo em duas partes: o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. Nesta concepção, os camponeses são vistos como “obstáculos ao desenvolvimento” e como obstáculo à industrialização, ou seja, simbolizando o atraso numa sociedade. Em resumo, o campesinato predominava nas partes subdesenvolvidas do mundo. E

os dois conceitos – campesinato e subdesenvolvido – acabavam se definindo mutuamente de forma implícita.

Como segundo ponto levantado pelo autor, situa-se a negligência da tradição dos estudos camponeses em falar do *modo camponês de fazer agricultura*. Ele quer dizer com isso, que somente há na literatura a identificação do camponês pelo envolvimento na agricultura e nunca se destacou como estes praticam a agricultura e a distinção em relação a outros modos de praticar a mesma, no tocante aos processos de produção agrícola. E nisso os camponeses formulam e reformulam processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas.

Outra negligência também se configura como terceiro aspecto. É a de reconhecer a *condição de agente* dos camponeses. Ploeg (2008) exemplifica, a partir dos estudos de vertente marxista como os de Shanin (1980) que ressaltam a posição subordinada dos camponeses. Na verdade isto não significa dizer que há uma discordância com a posição de Shanin (1980), mas apenas que falta nestas perspectivas o lado dos atores, ou seja, mostrar a condição de agente destes na sua “capacidade de processar a experiência social e formas de lidar com a vida, mesmo sob formas de coerção extremas”, como definido por Long (1992, p. 22-23).

O quarto e último fator compreendem a não consideração do que ele chama *onda de modernização* que se espalhou pelo Terceiro Mundo, assim como ocorreu na Europa e no resto do mundo. Com isso, o projeto de modernização se transformou em novos padrões de diferenciação político-econômica tanto na periferia como nos centros da economia mundial. E este processo criou os já conhecidos camponeses, bem como empresários agrícolas. Gerou-se uma agricultura empresarial nos setores agrícolas do Terceiro Mundo, tal como na Europa e no resto do mundo. E, atualmente, já não existem apenas duas formas de delimitar o campesinato (camponês *versus* proletário) e (camponês *versus* agricultor capitalista). Haveria para o autor uma terceira - o empresário agrícola.

Sintetizando-se a argumentação do autor estes conceitos novos devem incluir estas novas categorias e precisa-se aprofundá-los, a fim de que se incluam graus, heterogeneidades e especificidades diferentes.

Chega-se a um conceito caro para Ploeg neste intuito de teorizar estes camponeses pós-modernos. Esta definição é o da *condição camponesa*, onde se reconhece a sua condição de agente como uma característica central. Deste conceito ele deriva para o *modo de*

*camponês de fazer agricultura*, o qual se centra nas formas múltiplas e internamente coerentes como os camponeses determinam o processo agrícola de produção.

As características fundamentais da condição camponesa são: 1) a luta por autonomia que se realiza em 2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em 3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite 4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que 5) interagem com o mercado, 6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e 7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, 8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser 9) fortalecidos através de outras atividades não-agrícolas. Finalmente, existem 10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

Entre estes se destaca o conceito de *co-produção*, entendida como a interação e transformação mútua constante entre o homem e a natureza viva. Trata-se da própria agricultura na criação de animais, silvicultura e também da transformação posterior dos produtos obtidos em outros mais elaborados com leite em queijo e até mesmo de fenômenos recentes como turismo rural.

A *produção agrícola* se reveste do principal campo de batalha que os camponeses têm para progredirem, ou seja, melhorarem a qualidade e produtividade dos recursos essenciais – terras, animais, culturas, instalações, conhecimentos, etc, que lhes dariam mais autonomia.

Derivada da co-produção e intimamente ligada a ela, compreende a *base de recursos auto-controlada*. A criação e o desenvolvimento desta base de recursos são condições cruciais e indispensáveis para a co-produção. O exemplo mais significativo aqui corresponde à própria terra, dada a importância desta para a autonomia do agricultor.

Neste elemento em particular a pesquisa pretende averiguar como se dá o acesso à terra no município de Praia Grande. Se predomina herança entre as famílias, ou a compra. Analisar até que ponto a mercantilização do meio rural do município tem dificultado o acesso a esse bem fundamental para a continuidades das unidades produtivas e a representatividade disso para explicar a redução de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários(principais objetivos do estudo).

Aqui também se deve sempre ter em mente a importância do processo de trabalho para o campesinato, pois é através dele que os atores constroem, reconstroem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada. Nisso, eles constroem *estilos*

*de agricultura*<sup>65</sup>, estabelecendo uma ligação específica entre estilo de agricultura e o mundo exterior.

Outro aspecto ainda dentro do conceito abrangente da *condição camponesa* são as relações mercantis específicas dos camponeses, ou seja, relações externas, as quais são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais que centram na questão da desconfiança<sup>66</sup> e que também levam a construção da autonomia.

A *luta constante por autonomia* mostra-se também como um dos principais elementos da condição camponesa, basta ver que ele aparece diluído nos demais elementos citados. Este especificadamente implica dois tipos de relações: um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre de relações agressivas de exploração e submissão, e outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade para agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos.

Ainda, os *padrões de cooperação* se constituem também como um elemento importante. Pois, são através destes que a luta por autonomia vai além da unidade agrícola individual. Exemplificam-se, desde sistemas de irrigação manejados por camponeses até a criação das próprias cooperativas de agricultores.

Para finalizar, ligado a base de recursos controlados viria a *pluriatividade* que se vincula diretamente a necessidade de renda e a redução da dependência e de certa forma ligada também a autonomia.

Não é propósito aqui abarcar todos os elementos que conformam este conceito abrangente da condição do camponês elaborado por Ploeg (2008). A apresentação destes tem como função contribuir a proposta deste estudo no que tange a analisar como estes elementos da *condição camponesa* estão presentes nas estratégias empregadas pelos agricultores familiares de Praia Grande. Tanto na decisão da gestão e alocação de trabalho entre os membros das famílias, e como se define as estratégias de produção agrícola (o que e como produzir), e até mesmo quando abandonar o meio rural.

---

<sup>65</sup> Estudos rurais recentes tem incorporado este conceito de *estilos de agricultura*. Na próxima seção este estudo tratará mais detidamente sobre esta temática.

<sup>66</sup> Neste caso o termo desconfiança é usado como reflexo de ambientes hostis ou como respostas a eles dado pelos camponeses.

## 4.2 MERCANTILIZAÇÃO E A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR – A ESTRATÉGIA DA PLURIATIVIDADE E OS ESTILOS DE AGRICULTURA

### 4.2.1 A Mercantilização do Espaço Rural

Para fins de que possa melhor compreender o desenvolvimento rural e as transformações no espaço rural no período contemporâneo, deve-se primeiramente se deter ao processo de transformação do capitalismo no período recente. Marsden (1989) trabalha o conceito de *reestruturação produtiva*, a qual desencadeia em três vertentes do pensamento científico. Para este estudo, importa-se analisar como estes arranjos configuram a reestruturação do espaço rural.

O debate em torno de fordismo, pós-fordismo, especialização flexível e as classes de prestadores de serviços alertam para as transformações nas relações entre produção e consumo. E o que o autor quer chamar a atenção é para *mercantilização do espaço rural*, como resultado das atividades de novas formas de capital, do redirecionamento das ações estatais e das mudanças nos interesses dos consumidores, além das disputas entre as forças de mercado e de alguns atores impondo-se como novos representantes do espaço rural.

Há o entendimento de que o processo de reestruturação afeta a estrutura agrária em quatro características centrais. A primeira refere-se à superprodução de produtos agrícolas devido à aceleração do progresso técnico na agricultura e de relativa estabilidade de preços decorrente de apoio e da intervenção do Estado na produção agropecuária dos países desenvolvidos. A segunda tem um caráter ambiental e decorre da superprodutividade da agricultura e as conseqüências para o meio ambiente e a paisagem rural. Já a terceira, está relacionada ao crescimento desigual da riqueza gerada pelos avanços tecnológicos entre os agricultores e entre as diferentes regiões. A última enfatizaria as mudanças no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere à emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural (SCHNEIDER, 2009, p. 120)<sup>67</sup>.

Especialmente nesta última, Marsden (1990) aponta como uma das mais amplas transformações estruturais das relações de trabalho das sociedades capitalistas do século XX e

---

<sup>67</sup> Esta citação contém os argumentos de Marsden e colaboradores (1986a, 1993b) e de Murdoch e Marsden (1994) citados por Schneider (2009).

é esta que será um dos enfoques a partir de agora, retomando-se o referencial teórico apresentado no segundo capítulo 2, do Novo Rural.

Então, nestas transformações no espaço rural constata-se o avanço da modernização agrícola e no surgimento de novas atividades no seu interior, dentro do escopo da nova ruralidade. Destacam-se dentro desse quadro: a) aumento da produtividade do trabalho a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda família passaram a ter caráter mais individualizado; b) integração da unidade produtiva às redes de produção; c) emergência de agências prestadoras de serviços como preparo do solo, colheita, pulverizações, etc., que antigamente faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais.

Um dos marcos principais destas transformações ocorrera entre as décadas de 1960 e 70, a *Revolução Verde*<sup>68</sup>, com alteração na estrutura da agricultura e na vida social do mundo rural em diversos países, a qual se incorpora os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial, como a mecanização e a utilização de insumos e defensivos agroquímicos conjuntamente com a articulação de um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças de animais, etc.

Sabe-se, que todo esse processo denominado *produtivismo*<sup>69</sup> resultou em: aumento na produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no campo e o crescimento extraordinário dos volumes de produção.

Sinteticamente, ainda dentro desse quadro macroeconômico de transformações estruturais, decorrentes da modernização das atividades produtivas, pode-se arrolar: a) ampliação do comércio mundial; b) liberalização dos mercados; c) internacionalização da produção agrícola que reduziu o caráter agrário de nossa sociedade; d) crescimento espetacular da produtividade; e) retração do nível de emprego na agricultura f) contínuo declínio nas rendas agrárias que obriga os produtores a um permanente estado de renovação tecnológica para aumentar a produtividade dos fatores; etc.

Do processo de mercantilização, temos no âmbito da produção agropecuária:

- a) *mercantilização* e *externalização* do processo produtivo (atividades agropecuárias da “porteira pra dentro” sendo contratadas por terceiros).
- b) individualização da gestão e execução da produção: (ex. o pai e um dos filhos encarregados das atividades, e os demais outras atividades fora da propriedade).

---

<sup>68</sup> Para maior aprofundamento, ver Goodmann, Sorj e Wilkinson. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional, 1990.

<sup>69</sup> Denominação dada pelos franceses, referindo-se a esse processo de reestruturação produtiva do capitalismo.

Como consequência deste processo: cria-se uma produção em grande escala, vinculada ao abastecimento de mercados globais que estaria levando além de uma redução nos índices de emprego e renda, uma pequena diversificação das atividades econômicas em seu entorno. Ou seja, novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural do país teriam origem urbana, impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas.

Nesse sentido, um dos enfoques para o estudo de caso consiste na análise do impacto da cadeia produtiva do arroz em Praia Grande, desde meados da década de 80 aos dias atuais, que tem induzido a um movimento de especializações produtivas entre os agricultores para determinar a redução dos índices de emprego e renda nos seus estabelecimentos agropecuários.

Disto, na perspectiva de Norder (2004), alinhada aos trabalhos de Ploeg (2003) e Long (1985), estabelece-se diferenciados balanços entre mercantilização e autonomia; e de criação de “espaços de manobra<sup>70</sup>” que permitem obter distanciamentos estratégicos em relação aos parâmetros de modernização agropecuária. Torna-se interessante observar em que medida a composição de cada processo produtivo revela a formulação de diferenciadas estratégias deliberadamente não-mercantis. Esta abordagem reforça a relevância da cuidadosa identificação e observação empírica das diversificadas práticas locais e endógenas de desenvolvimento rural (NORDER, 2004).

Claramente se observa na defesa do autor pela abordagem do desenvolvimento territorial, conforme apresentado ao longo do segundo capítulo, nas mudanças de enfoque das políticas públicas (de setorial para territorial). Esta concepção está ligada as estratégias de resistência a integrar-se à modernização agropecuária convencional, no intuito de reduzir a dependência, desde a utilização de insumos agropecuários aos saberes externos.

Tem-se que ter a compreensão do processo de modernização tecnológica, experimentado pelas atividades agropecuárias, e a crescente externalização de etapas do processo produtivo. As transformações mais significativas na agricultura foram mudanças na base técnico-produtiva, inseridas dentro de um quadro de mercantilização da agricultura. Resulta numa crescente externalização, que gera uma multiplicação das relações mercantis, em que as tarefas inicialmente coordenadas pelo próprio agricultor passam a ser coordenadas pelos intercâmbios mercantis, afetando não somente as atividades de produção como proporcionando uma transformação completa do processo de produção (PLOEG, 1992).

---

<sup>70</sup> Esta expressão foi cunhada originalmente por Long (1985).

Como exemplos citam-se: aquisição de sementes, adubos químicos, herbicidas e serviços de máquinas, etc.

Pode-se, ainda, para um melhor entendimento desse processo, valer-se do conceito de *Império*, “[...] a essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas específicas” (PLOEG, 2008, p. 255), “[...] o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e auto-governados” (PLOEG, 2008, p. 255).

#### **4.2.2 Transformações Recentes no Mercado de Trabalho: a consolidação da pluriatividade**

A pluriatividade, de acordo com Schneider (2009), associa-se essencialmente à disponibilização de mão-de-obra familiar causada pela mecanização dos processos produtivos, da terceirização dela gerada, além da necessidade de rendas complementares em função da queda das rendas agrícolas, diretamente relacionada à baixa nos preços das commodities agrícolas e do aumento dos custos de produção.

Relaciona-se também a maior diversificação, em consonância com as políticas públicas, além das próprias mudanças no mercado de trabalho não-agrícola, oriunda do processo de descentralização industrial, e de certa forma, ao maior reconhecimento da agricultura familiar, principalmente a partir do início da década de 1990.

Das transformações no que tange ao impacto nos estabelecimentos agropecuários houve modificações na dinâmica interna das famílias dos agricultores, na gestão, execução e alocação de trabalho, fundamentalmente. Dessas, destacam-se:

- a) Nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades alheias a sua unidade produtiva.
- b) Os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Numa definição que dê conta dessas transformações, entende-se o fenômeno da pluriatividade neste estudo, da seguinte forma:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER apud SCHNEIDER, 2009, p.85).

Na perspectiva de Schneider (2009), a pluriatividade é considerada como uma estratégia referida à família e não ao indivíduo. E esta é considerada pluriativa, quando pelo menos um dos membros combinarem atividades agrícolas, pára-agrícolas e não-agrícolas.

Para se compreender o fenômeno da pluriatividade deve-se lançar mão de alguns elementos teóricos principalmente do referencial da obra de Chayanov (1974). Este dá todo o suporte para entender a dinâmica intra-familiar das unidades agrícolas, e ajuda a explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores em relação ao contexto no qual se insere sua propriedade e a disposição dos fatores de produção.

Na caracterização de Chayanov (1974), o núcleo familiar apresenta relativa autonomia no processo de tomada de decisões, entre as opções de investir, gastar ou poupar (de fato uma autonomia na definição do balanço entre trabalho e consumo), e o trabalho assalariado é ausente, ou tem pouca importância<sup>71</sup>.

Observa-se nesta passagem a preocupação do autor, diante de um dos pressupostos de sua obra: o balanço entre trabalho e consumo, na ótica das famílias camponesas:

---

<sup>71</sup>Devem-se fazer algumas ressalvas deste aporte para melhor entender as recentes estratégias de trabalho pluriativas. Quanto à família como unidade indivisível entre trabalho e produção, premissa de Chayanov, ocorre-se em muitos casos, uma cisão desse processo, com o crescimento das atividades não-agrícolas, principalmente pelos filhos que passam a trabalhar fora da propriedade e individualizam a renda, negando seu pressuposto. Em outro postulado Chayanoviano, a relação da diferenciação demográfica interna da unidade econômica com o crescimento da produtividade do trabalho, também não está sendo verificada em estudos atuais que focalizam a pluriatividade. Pois, os membros das famílias estão se empregando fora da propriedade em idade ativa mais produtiva. Ou seja, não coincidindo com os períodos de maior exploração da terra e desempenho produtivo na unidade, também negando o referencial do autor. Todavia, isso não é uma regra, e tem que se levar em conta toda a diversidade da agricultura familiar, os contextos históricos, etc. Isto também, não se reduz em hipótese alguma todo o aporte chayanoviano para os estudos das dinâmicas familiares nos estudos rurais.

Por lo tanto, atendiendo a nuestro cuadro debemos expresar su composición con respecto a unidades de consumidores y de trabajadores en las diferentes fases del desarrollo familiar. Debemos tratar de explicar cómo se modifica la relación entre la fuerza de trabajo y las necesidades de consumo al ir desarrollándose la familia, y hasta qué punto es posible, en diferentes fases de su desarrollo, aplicar el principio de la cooperación compleja, ya que son precisamente estos elementos de su carácter los que importan en la organización de su actividad económica (CHAYANOV, 1974, p. 54).

Decorrentes do processo de modernização são identificados os tipos de pluriatividade<sup>72</sup>. Entre as mais observadas, a pluriatividade de base agrária, consiste na combinação de atividades agrícolas dentro e fora da unidade de produção, diretamente relacionada à maior terceirização dos serviços agrícolas. Com isso, gerou-se um crescimento neste mercado de trabalho, geralmente constituído de serviços precários e que mobiliza um contingente de agricultores em determinados cultivos.

Outro tipo freqüente é a pluriatividade intersetorial, onde há a combinação nas famílias de agricultores, de trabalho nas atividades nos setores industrial, comercial e de serviços urbanos. Estas ocupações têm revelado empregos precários e de baixa qualificação, os quais são os que mais absorvem os membros destas famílias, conforme demonstrado nas pesquisas do Projeto Rurbano.

No contexto histórico em relação à pluriatividade, os estudos internacionais ganharam fôlego a partir de 1975, nas discussões da Política Agrícola Comum (PAC), o qual o fenômeno passou a ser visto como alternativa para fixar populações rurais, ou seja, a preocupação naquele momento era combater o êxodo rural, que neste período se consolidava como prioridade entre a academia e os formuladores de políticas públicas, devido às proporções das migrações urbano-rurais.

Foi entre as décadas de 1970 e 1990 que com maior proeminência, fortaleceu-se o debate acadêmico e sócio-político sobre o tema da agricultura a tempo parcial e, posteriormente, da pluriatividade nos países capitalistas centrais. Na América Latina<sup>73</sup>, esta discussão fora fortalecida a partir da década de 1990. Nestes países fundamentalmente, o tema foi ligado ao combate à pobreza e a exclusão social no campo, dada a importância neste contexto que devia ser dada as rendas não-agrícolas, e também porque estas rendas já faziam parte da realidade rural da região.

---

<sup>72</sup> Schneider (2009) aponta cinco tipos basicamente: 1) intersetorial; 2) de base agrária; 3) sazonal ou informal; 4) pára-agrícola; 5) tradicional ou camponesa.

<sup>73</sup> Para um aprofundamento maior dos estudos da América Latina, ver Klein (1992) e Weller (1997).

Estudos de Berdegú, Reardon e Escobar (2001)<sup>74</sup>, já apontavam que o emprego rural não-agrícola era responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais nesta região, com indícios de maior crescimento para os próximos anos. E salientavam, entre outros aspectos, a importância da renda monetária para as populações rurais mais pobres destes países, muitas vezes segundo os autores, representando a única renda em dinheiro para os mesmos.

Em trabalho mais recente, Dirven (1997) mostra que a participação da PEA agrícola no conjunto da PEA rural, na maioria dos países latino-americanos, é inferior a 70%. Segundo a autora, nos próximos anos, as projeções indicam que o emprego na agricultura tende a reduzir-se ainda mais em relação à PEA total da região (o que significa em torno de 40 milhões de pessoas), mesmo sem afetar os índices de produtividade e o volume da produção agrícola total. Ao mesmo tempo, no entanto, esse progresso técnico tenderá a ser seletivo e beneficiar uma parcela pequena dos agricultores da região, fazendo com que muitos tenham de abandonar o meio rural e outros tantos precisem aceitar uma remuneração cada vez menor para seu trabalho, o que pode implicar o aumento da pobreza rural, que já atinge cerca de 60% da população latino-americana que vive da agricultura (DIRVEN<sup>75</sup>, 1997 apud SCHNEIDER, 2009).

Atendo-se especificamente a relação entre ocupações não-agrícolas e o emprego agrícola, é possível afirmar que o crescimento daquelas se deve muito também à deterioração deste emprego agrícola. Há algumas argumentações que reforçam que a tecnificação agricultura possa gerar uma demanda de mão-de-obra superior à proporção crescente de pessoas expulsas da produção agropecuária, no que Klein (1992) denomina de “indústrias rurais”. Por outro lado, nos ramos onde predomina as *commodities* (soja, café, arroz irrigado, trigo), a modernização parece desmentir esta assertiva, pois há uma progressiva redução da mão-de-obra empregada em todas as etapas do processo produtivo.

Este parece ser o quadro que se forma em Praia Grande, a qual se consolidou principalmente a cadeia produtiva do arroz que tem mostrado uma redução significativa do emprego agrícola ao longo das últimas décadas.

Não obstante, a pluriatividade constitui uma estratégia familiar que insurge envolvida em um amplo processo de mercantilização da agricultura e dos espaços rurais como um todo,

---

<sup>74</sup> Autores citados na obra de Schneider (2009).

<sup>75</sup> DIRVEN, M. *El Empleo Agrícola em America Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas*. Santiago de Chile: Desarrollo Productivo, CEPAL, 1997. (Documento de trabajo n.43)

acelerado pelas mudanças da base técnica da produção agrícola que se processaram principalmente a partir dos anos 1970 (PLOEG, 1990; MARSDEN, 1995).

Sabe-se que o tema pluriatividade é sujeito a muita controvérsia, e geralmente se polariza a sua compreensão em dois pólos: a defesa de que a pluriatividade constitui estratégia determinada pelas condições inerentes à família, e a outra com a idéia de um fenômeno exclusivamente determinado pelo processo de reestruturação capitalista na agricultura. A fim de avançar mais a esta questão para um melhor entendimento do fenômeno, novos estudos incorporam a diversidade da agricultura familiar, assunto a ser tratado no próximo item.

Contudo, a pluriatividade deve ser entendida como estratégia específica de reprodução social em unidades familiares de produção tanto a pressões internas (ciclo vital, demandas sociais de consumo), quanto externas (queda nos preços agrícolas, elevação nos custos de produção), bem como à existência de um mercado de trabalho dinâmico, como o que atualmente se consolida.

É nesse sentido que o aporte teórico da pluriatividade pretende ser utilizado nesta pesquisa. Com o intuito de investigar qual a participação do fenômeno ao longo dos últimos anos em Praia Grande nestes novos arranjos do mercado de trabalho. Que tipo de pluriatividade predomina na região? Qual a abrangência da prática da pluriatividade entre os membros das famílias de agricultores? Enfim, qual o impacto da pluriatividade na diminuição de pessoas empregadas nas atividades agropecuárias e na decisão de residir no meio rural?

#### **4.2.3 Diversidade da Agricultura Familiar, a Estratégia da Pluriatividade e os Estilos de Agricultura**

Conforme adiantado, no item anterior, os estudos acerca da pluriatividade estão demonstrando que existem várias compreensões do fenômeno. Contudo, Schneider (2009) alerta que ganha força a idéia de que não existe uma forma única e universal de pluriatividade, mas várias configurações multi-ocupacionais, com características e implicações diversas (não raro, contraditórias) e, que estão essencialmente associadas à própria diversidade da agricultura.

Uma forma de melhor de entender, porque se estreita a associação entre a pluriatividade e a diversidade da agricultura familiar, pode ser vista na argumentação de Ploeg et al. (2000), quando estes trazem ao debate as transformações sustentadas pelas políticas de

modernização da agricultura das quais foram apresentadas nos capítulos precedentes. Estas geraram um crescente *squeeze* (aperto) entre o valor da produção agropecuária e seus custos, aumentando a precariedade econômica e a vulnerabilidade social das famílias rurais e colocando em risco sua reprodução. Nisso, insurge-se como resposta, novas atividades produtivas e fontes de renda, e essa diversificação tem sido responsável por incrementar a diversidade da agricultura, consolidando, então, o que o autor denomina de distintos *estilos de agricultura* (PLOEG, 2003).

Este conceito foi originalmente cunhado por Hofstee (1946), e buscado por Ploeg (1990), a fim de dar suporte ao entendimento de alguns elementos da diversidade da agricultura.

Para se chegar à perspectiva que se tem hoje, referente aos *estilos de agricultura*, o termo sofreu algumas adaptações. Na idéia inicial estava relacionado às dimensões da cultura e da localidade. Dizia respeito a “[...] um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc, portados por um grupo de agricultores em uma região específica” (PLOEG, 1994, p. 17).

Essa visão dava sustentação à compreensão das diferentes dinâmicas locais de desenvolvimento observadas no meio rural europeu. Avançou-se a partir deste ponto, para ver que não havia só uma diversidade entre as comunidades rurais, mas sim, que na mesma comunidade se convivia com esta heterogeneidade. Com isso, a abordagem, retirou o enfoque do território e direcionou-se mais especificadamente à lógica produtiva e social dos agricultores e suas famílias, alinhando-se a perspectiva de Ploeg (2003) de priorizar os atores, seus projetos e suas estratégias, ou seja, a POA<sup>76</sup>, tratada na seção anterior (3.1).

A definição de *estilo* atualmente conta com três dimensões fundamentais: 1) um conjunto de noções estratégicas, valores e percepções que um grupo particular de agricultores utiliza para organizar sua unidade de produção em um determinado caminho; 2) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde à noção estratégica de repertório cultural; 3) um conjunto específico de inter-relações entre a empresa agrícola e os mercados.

Pelo seu caráter multidimensional estudos de Vanclay et al. (2006) levaram a noção de estilo a ser vinculada ao conceito de estratégias: “[...] estilos existem como um conjunto de estratégias para a agricultura (cursos de ação para sobreviver) onde uma estratégia refere-se a um conjunto de guias práticos e/ou racionalidades para tomar decisões de acordo com uma situação em particular” (VANCLAY et al., 2006. p 73).

---

<sup>76</sup> Perspectiva orientada aos atores.

Schneider (2009) diante disso, assevera:

É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente (SCHNEIDER, 2009, p. 115).

Todavia, é importante ressaltar que Long e Ploeg (1994) mesmo adeptos à ótica dos atores sociais, em que agricultores formulam seus projetos estrategicamente, não desconsideram que estilos de agricultura são igualmente definidos em meio às possibilidades pelas estruturas sociais, os mercados. Nesse sentido, Vanclay e colaboradores (2006) afirmam que os estilos são formulados não somente através de dinâmicas sócio-culturais, mas também como resposta às forças estruturais. Embora estes mercados não determinem o desenvolvimento de diferentes estilos de forma linear, ou seja, não ocorre uma tendência de causa e efeito unilinear.

Os novos estilos de agricultura, de acordo com Ploeg (2003), surgem da capacidade de resistência da agricultura familiar, cujos agricultores utilizam a maleabilidade do processo de produção e espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante da modernização.

Não obstante, dá pra se dizer que alguns estilos se caracterizam pelo afastamento ao projeto de modernização, enquanto outros podem internalizar as relações desse projeto. E são o conjunto de estratégias que determinam qual o caminho que a unidade familiar de produção irá seguir<sup>77</sup>.

Estas estratégias correspondem: às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar e mesmo as relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência dos mercados.

---

<sup>77</sup> No próximo capítulo, especialmente na pesquisa de campo, são formuladas questões que procuram identificar estas estratégias entre os agricultores familiares de Praia Grande.

Quando o caminho segue a corrida tecnológica da modernização, geralmente se acentua a especialização produtiva fundada em recursos externos, bem como a dependência às flutuações dos preços internacionais e os custos de produção e transação.

Se outro caminho for seguido, atrás de mais autonomia, na busca de liberdade para se livrar das obrigações impostas pelos mercados, bancos, comerciantes, agroindústrias, etc. Esta procura organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades, destacando-se as estratégias de internalização de recursos produtivos e des-mercantilização, aumento da produção para autoconsumo familiar, inserção em novos mercados, produção agroecológica e alguns tipos de pluriatividade.

Embora não haja uma ligação direta entre cada unidade familiar e uma única estratégia, assim como em relação aos estilos de agricultura, os quais se sobrepõem. Aqui fica clara a importância da diversidade da agricultura familiar, conforme atesta Vanclay et al. (2006), pois as estratégias se interconectam, podendo cada unidade apresentar um conjunto variado delas. E os agricultores migram de um estilo para o outro e, com o tempo, o repertório de estratégias da unidade familiar vai sendo substituído por outro, a partir das modificações nas condições internas da família e do contexto social.

De acordo com Ellis (1998), as famílias rurais se organizam num repertório de estratégias e, de certa forma, elas obedecem a uma seqüência. Primeiro, a unidade familiar diversifica as fontes de renda e atividades. Em segundo, amplia as suas relações sociais de reciprocidade baseadas no parentesco e na comunidade (capital social). Já, em terceiro, provoca a diminuição da família através da migração temporária de seus membros. Em quarto lugar, a estratégia trata de vender alguns ativos da propriedade como equipamentos agrícolas, implementos, animais, etc. E a última, diante da crise, vende sua propriedade e os demais ativos abandonando, muitas vezes, a atividade agrícola.

Enfim, disso chega-se ao entendimento que muitas destas estratégias vão além da dimensão estritamente produtiva e se configuram num conceito que é chave para tal compreensão, trata-se das estratégias de diversificação dos modos de vida (*livelihood diversification*), nos estudos de Ellis (1998). O que o autor quer chamar a atenção, são justamente os meios que as unidades familiares utilizam para diversificar suas condições de reprodução, a qual se insere a pluriatividade, que se apresenta como uma estratégia organizada com o objetivo da reprodução social, econômica e cultural das famílias de agricultores, e esta se relaciona aos múltiplos estilos de agricultura.

Desta abordagem, emergem-se algumas questões. Quais as estratégias estão sendo construídas pelos agricultores de Praia Grande neste cenário de queda de emprego agrícola? Haveria um predomínio de estilos de agricultura mais inseridos no mercado que explicariam a redução de pessoas nas atividades agropecuárias? Ou haveria um crescimento de estratégias de des-mercantilização, aumento da produção para autoconsumo, etc?

## **5 TENDÊNCIAS E REAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR: O AVANÇO DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS EM PRAIA GRANDE**

Neste último capítulo analisa-se a partir do método estudo de caso o município de Praia Grande, focalizando-se as dinâmicas demográficas e de ocupações da agricultura familiar. O que se pretende aqui é verificar as tendências e reações gestadas e que estão se formando no contexto do avanço da modernização do campo. Pretende-se com base no apresentado no primeiro capítulo, verificar como se insere o município eminentemente rural como Praia Grande no padrão de desenvolvimento rural/agrícola brasileiro no contexto da modernização conservadora, identificando-se os caminhos seguidos, e os arranjos formados. Ou seja, na tendência de um padrão de desenvolvimento que reduz emprego e renda agrícola, como se articulam as estratégias reprodutivas dos agricultores familiares.

Além disso, objetiva-se identificar se os elementos que conformam o “Novo Rural”, discorridos no segundo capítulo, principalmente no tocante as suas características principais, em que medida atua na conformação do cenário rural do município em questão. Analisa-se o comportamento das atividades agropecuárias (*commodities*) ligadas às agroindústrias, o crescimento de atividades não-agrícolas e se o fenômeno da pluriatividade aparece como estratégia dos agricultores familiares, e qual a abrangência de “novas” atividades em nichos de mercado, etc. Ainda, investiga-se se há tendências de envelhecimento e masculinização da população rural, discutem-se questões de âmbito interno às famílias, quanto aos aspectos de sucessão das unidades familiares, individualização da gestão das atividades produtivas, entre outras.

Almeja-se também ainda dentro das concepções teóricas apresentadas ao longo dos capítulos anteriores compreender como avança o processo de mercantilização da agricultura no município, assim como descrito no terceiro capítulo, a partir da sua relação com o ambiente social e econômico, através dos vínculos mercantis, da especialização produtiva, da necessidade de crédito, da estrutura fundiária, da evolução da base tecnológica, etc.

Procura-se explorar os conceitos de autonomia, externalização, poder de agência, entre outros anteriormente expostos, bem como, as estratégias adotadas pelos agricultores familiares quanto à busca de renda e ocupação, estratégias de migrações, analisando-se o modo de viver e morar do agricultor familiar, que se consolidam para sua reprodução social.

Este capítulo está estruturado em duas seções, da seguinte forma: na primeira seção (5.1) faz-se a caracterização geral da região de estudo composta das características físico-geográficas do município, os aspectos gerais de povoamento, colonização e a formação histórico-econômica. E, ainda, uma breve síntese do contexto atual de Praia Grande, a fim de que o leitor tenha uma visão geral do mesmo, destacando-se: população, composição do PIB municipal por setores, estrutura fundiária, principais produtos agropecuários, condições de propriedade da terra, questões ambientais, turismo rural, agroecologia, etc.

Já, a segunda seção (5.2) está dividida em dez tópicos: no primeiro tópico problematiza-se as questões-chaves do problema de pesquisa proposto, as evoluções demográficas e de ocupações da população do município, além do movimento de especialização produtiva no campo. No segundo tópico desta seção, detalha-se a *metodologia da pesquisa de campo* para posteriormente nos próximos apresentar os resultados da mesma.

A partir do terceiro tópico, apresentam-se as tendências e reações observadas com base na pesquisa de campo propriamente dita, destacando-se os seguintes temas: evolução e caracterização sócio-demográfica; estrutura fundiária; evolução das principais atividades de produção vegetal, animal e agroindústrias; base tecnológica e a utilização do crédito rural; redução do emprego agrícola e a questão da mão-de-obra; a tendência de crescimento da pluriatividade; as estratégias reprodutivas do agricultor familiar e as rendas do agricultor familiar Praia-grandense.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

### 5.1.1 Características Físico-Geográficas do Extremo-Sul de Santa Catarina e do Município de Praia Grande-SC

O município de Praia Grande-SC está localizado no extremo-sul catarinense, na microrregião de Araranguá. Esta microrregião está dividida em quinze municípios e conta com uma população recenseada pelo IBGE<sup>1</sup> de 180.877 habitantes e com uma área de 2.962.214 Km<sup>2</sup>. O município se situa entre as coordenadas geográficas de 29°11'48" de latitude sul e 49°57'01" de longitude oeste. A área territorial é de 295 km<sup>2</sup> e tem como limites

---

<sup>1</sup> Conforme Censo Demográfico 2010 – IBGE.

ao norte os municípios de Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul; ao sul o rio Mampituba e o Estado do Rio Grande do Sul; a leste o município de São João do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul e, a oeste, além deste, as bordas da Serra geral.

O nome Praia Grande originou-se da paisagem característica local, onde o movimento das águas dos rios é responsável por formar grandes praias de seixos rolados, provenientes das paredes dos cânions da Serra Geral.



**Figura 1:** Localização do município de Praia Grande – SC

**Fonte:** IBGE (não paginado)

A região do extremo-sul catarinense possui uma cobertura vegetal variada, devido a sua posição geográfica, com diversificação de relevo, solo e aspectos climáticos. Basicamente são quatro formações vegetais distintas: vegetação litorânea, floresta tropical de planície, floresta tropical de encosta e floresta nebulosa. No município de Praia Grande predominam as duas últimas. A floresta tropical de encosta ou também conhecida como Mata Atlântica, ocupa a maior extensão da região - o território do extremo-sul de Santa Catarina. Já, a vegetação nebulosa ocorre ao longo dos Aparados ou Contrafortes da Serra Geral.

As áreas do município de Praia Grande e do município de Cambará do Sul-RS abrangem o Parque Nacional dos Aparados da Serra (PNAS), criado em 1959 pelo então

presidente da república Juscelino Kubitschek, e pelo Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), criado em 1992, pelo presidente Fernando Collor. Este último, com o intuito de ampliar a área de proteção e prevendo a necessidade de se conservar a biodiversidade existente na região, conforme intervenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Os dois parques juntos somam uma área de 27 mil ha, entre os municípios de Praia Grande, Jacinto Machado (RS) e Cambará do Sul (RS) e compreendem duas Unidades de Conservação (UCs) classificadas como áreas de proteção integral. Somente são permitidas pesquisas científicas e desenvolvimento de ações de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo.

Em relação à geologia, Praia Grande é composta por dois tipos de formações: a formação Botucatu<sup>2</sup> (rochas sedimentares, representadas por arenitos eólicos de ambiente desértico) e a formação Serra Geral<sup>3</sup> (rochas de origem vulcânica representadas principalmente por basalto e diabásios). Sobre estas litologias os processos erosivos esculpíram relevos intensamente dissecados, com formas aguçadas e escarpadas, cujos desníveis (topo/base) podem alcançar 800m ou mais. Da base da escarpa em direção a leste, destacam-se depósitos alúvio-coluvionares do quaternário, com declividade fraca. No fundo dos vales encontram-se planícies e terraços de constituição areno-argilosa e argilosa, sendo comum a presença de cascalho (Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina - DNPM, 1986)<sup>4</sup>.

Já, em relação aos solos, Praia Grande possui três tipos: Litólicos, Terra Roxa Estruturada e Cambissolo. Em geral, estes têm baixa fertilidade natural e são ácidos, exigindo muitas vezes a correção para o uso agrícola. Entre eles a Terra Roxa Estruturada é o que possui a melhor aptidão para a lavoura (Adaptado pelo autor a partir do Atlas de Santa Catarina - GAPLAN, 1986).

Em termos de relevo, a maior parte das terras agrícolas do município da pesquisa localiza-se na várzea e apresentam aptidão para culturas de ciclo curto, possibilitando emprego de tecnologia. Destaca-se nestas áreas o cultivo de arroz irrigado, conforme será mostrado posteriormente. Nas encostas, o relevo impõe limites ao uso de tecnologia e, nestas

---

<sup>2</sup> Este tipo de rocha vem sendo muito explorada na região, sendo empregada na construção civil.

<sup>3</sup> Nesta formação são explorados os seixos rolados encontrados ao longo dos principais rios da região, utilizados como brita na construção civil e como cascalhos na manutenção das estradas.

<sup>4</sup> Adaptado pelo autor a partir do site da AMESC (2011). Disponível em < <http://www.amesc.com.br>>

áreas planta-se principalmente banana. Estes dois cultivos conjuntamente com o fumo são a base agrícola do município de Praia Grande.

O clima do Extremo Sul de Santa Catarina é classificado como subtropical úmido. Possui uma precipitação total anual entre 1.500 e 1.900 mm e uma temperatura média no verão de 24°C e no inverno a média fica entre 12 e 14°C (GAPLAN, 1986). Este clima possibilita uma grande diversidade de culturas tanto as de clima temperado como para clima tropical. Além disso, cultivos de ciclo curto também são adaptáveis a este clima, como: trigo, milho, soja, arroz, fumo, fumo, mandioca, etc. (SANTA CATARINA, 1986).

A rede hidrográfica da região pertence ao sistema da vertente do atlântico e insere-se em duas bacias hidrográficas, a do rio Araranguá e a bacia do rio Mampituba. O Município de Praia Grande é banhado pelo rio Mampituba, o qual serve de divisor natural entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e os rios do Sertão e Canoas, afluentes do Mampituba, entre outros (SANTA CATARINA, 1986).

### **5.1.2 Aspectos Gerais de Povoamento, Colonização e a Formação Histórico-Econômica da Região**

No século XIX, Praia Grande era conhecida como Roça da Estância, nome este dado pelos fazendeiros estabelecidos no planalto gaúcho (divisa com Praia Grande). Eles cultivavam nas áreas agricultáveis do município alguns produtos como hortaliças, mandioca e feijão, os quais não se adaptavam ao clima da serra gaúcha. Na verdade estes estancieiros enviavam escravos para abrirem pequenas áreas de cultivos. A localidade de Pedra Branca foi pioneira dessa prática, dando origem à primeira comunidade do município.

Com o passar dos anos com a redução da mão-de-obra escrava, iniciava a troca de produtos entre as regiões de “cima da serra” e na localidade de Praia Grande. Era a fase do tropeirismo, na segunda metade do século XIX, onde através dos caminhos abertos pelos escravos, deslocavam-se tropas de animais e de alimentos. Praia Grande fazia parte de uma das rotas dos caminhos das tropas que ligava a Serra gaúcha aos municípios catarinenses de Araranguá e Torres.

No documento (filme produzido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município/2010) vemos relatos dos moradores mais velhos da comunidade Vila Rosa,

antiga localidade de Molha Côco, como o senhor Jose Cardoso, que assim relata aquele tempo:

*Naquela época...meu pai criava gado...e fazia queijo...queijo caseiro... e vendia um pouco de charque às vezes. Eu me lembro que eu fui com oito anos madrinheiro de tropa de cargueiro quando acontecia de levar as mercadorias aqui de Praia Grande pra lá pra cima...farinha de mandioca, açúcar, rapadura, aguardente...naquele tempo tinha as tropas de mulas e a égua madrinha que ia na frente pra mulas acompanhar...não tinha estrada...tinha só um “carreiro” para as tropas passarem. (Relato verbal de Jose Cardoso, 74 anos, morador da comunidade Vila Rosa em Praia Grande).*

Já, no início do século XX, aumentavam-se as relações entre a serra gaúcha e a localidade de Praia Grande (planície do Mampituba). O chamado “pé da serra”, na comunidade Molha Côco, (hoje Vila Rosa) pela localização privilegiada, contava com engenhos de cana de açúcar, de mandioca, quatro serrarias, etc. Era considerada como o Porto Seco da região. O comércio agitava o local, pois os tropeiros desciam a serra trazendo pinhão, charque, queijo, animais, etc, e voltavam com os produtos produzidos nas terras de Praia Grande tais como: açúcar, farinha de mandioca, cachaça, feijão, entre outros.

Por volta de 1917, os descendentes de açorianos, grande maioria comerciantes, provindos do litoral próximo, começavam a chegar. Eram os colonizadores pioneiros, porém mais tarde com certa prosperidade o município viria a atrair famílias de colonos alemães e italianos. A maior parte destes imigrantes cultivava pequenas áreas, muitas arrendadas. Houve uma expansão considerável da agricultura local o que fez prosperar alguns deles, inclusive a tornarem-se proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, armazéns, etc.

Observa-se nesta passagem do historiador Gilberto Ronsani (2000), a realidade daquela época:

[...] por se encontrar mais próximo a serra lá pelos anos de 1917 o comércio terminou passando todo para o nosso município, onde era bastante forte em Vila Rosa na época “Molha Côco”. A partir de 1920 por estar mais próximo ao Pé da serra, o comércio ficou sendo totalmente dominado por Praia Grande, havendo então dezenas de casas comerciais de todos os gêneros, curtumes, selarias, lojas de secos e molhados, bodegas e o moinho do café Rosenda fundado em 1922, casas de carne e um bom hotel (RONSANI, 2000, p.59).

E ainda, conforme este historiador no início do século XX, Praia Grande teve um rápido surto de progresso com a passagem dos tropeiros. Segundo ele, a população da época era de aproximadamente 1.000 habitantes e até a década de 1950 eram plantados enormes canaviais, havia também grandes plantações de milho, trigo, feijão e arroz do seco. E as encostas dos morros principalmente (na atual comunidade da Pintada) eram cobertas de plantação de alfafa e alguns bananais. Ainda havia na época uma importante atividade, a criação de suínos. Cercavam-se muitos hectares de terras nas matas das subidas da serra para aí criarem porcos. Estes animais tornavam-se animais praticamente selvagens alimentando-se de frutas silvestres e brotações de plantas. Após a engorda, estes suínos eram vendidos para fábricas de banha (RONSANI, 2000).

Em 31 de março de 1938, conforme decreto estadual foi dado à localidade (de hoje Praia Grande) a categoria de Vila, para anos mais tarde em 31 de dezembro de 1943, após abertura da estrada geral Nereu Ramos até o centro, ser declarada sede o novo distrito de Praia Grande, pertencente à Araranguá. E em 1958, o distrito foi emancipado politicamente<sup>5</sup> com terras desmembradas de Turvo e instalou-se o município em 19 de julho deste mesmo ano.

Resumidamente, pode-se dizer que a primeira metade do século XX começa a gerar certa acumulação de capital. Já eram sentidos os efeitos do desenvolvimento do município e criava-se assim certa diferenciação social. As atividades de beneficiamento, transformação e o comércio de alimentos começava a formar uma classe de proprietários rurais que já controlavam a maior parte do excedente, com aquisição de terras, máquinas e capital comercial. Constituíam-se assim a elite política e econômica do município, conforme observa Reitz (1948).

### **5.1.3 O Município de Praia Grande no Contexto Atual**

Neste item apresenta-se uma visão geral do município através de uma breve síntese quanto aos aspectos: econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Praia Grande é um município que teve tradição no comércio fundamentalmente pela sua localização, iniciada pelo tropeirismo. Com o desenvolvimento do município e da região como um todo, gerou-se uma diversificação de suas atividades econômicas aliada ao processo de urbanização. Houve uma maior oferta de produtos e serviços, aliada ao crescimento das

---

<sup>5</sup> A emancipação deveu-se conforme a Lei número 248, de 21 de junho.

atividades que agregam valor à produção primária e mais recentemente pelo turismo, em função das belezas naturais do município.

O município conta atualmente com uma população de 7.267 pessoas assim divididas: 4.297 residem na zona urbana e 2.970 residem na zona rural. Possui uma densidade demográfica de 26,09 (hab/Km<sup>2</sup>) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Observa-se acima que mesmo o município dividindo o seu território em 22 comunidades rurais<sup>6</sup>, está havendo certa concentração urbana da população<sup>7</sup>. Há um considerável número de estabelecimentos comerciais e de serviços gerando emprego urbano, assim como a presença da indústria de transformação, aliada ao crescimento de moradias na zona urbana, (centro da cidade) e um “transbordamento” para bairros próximos “invadindo” as comunidades rurais.

O setor industrial de Praia Grande conta predominantemente com indústrias de fibras de vidro e esquadrias de madeira. O comércio local tem um peso importante, pois também abastece as cidades vizinhas de São João do Sul, Mampituba e Cambará do Sul. (PRAIA GRANDE, 2011).

Quanto à participação das diferentes atividades, veja-se como se compõe o PIB (Produto interno bruto) do município:

**Tabela 11:** Produto Interno Bruto 2008 – Praia Grande – SC

<b>Atividade</b>	<b>Valor R\$ (em mil)</b>	<b>Participação(%)</b>
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	14.922	21,67
Valor adicionado da indústria a preços correntes	12.605	18,30
Valor adicionado bruto dos serviços <sup>8</sup> a preços correntes	38.015	55,21
Imposto sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	3.321	4,82
PIB a preços correntes	68.863	100,00
PIB per capita a preços correntes	9.406	-

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de IBGE – Cidades (2008)<sup>9</sup>

Mais recentemente, o turismo vem despontando como alternativa para o desenvolvimento do município, principalmente a partir de 2004, principalmente a partir do

<sup>6</sup> A discriminação destas comunidades será apresentada posteriormente.

<sup>7</sup> No próximo item trata-se disso com mais profundidade, na apresentação da evolução da agricultura, comércio, indústria e do movimento populacional.

<sup>8</sup> O setor de serviços por essa metodologia (IBGE), inclui-se o comércio.

<sup>9</sup> Fonte: IBGE, 2008 – Cidades. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jun. 2011.

reconhecimento como a capital catarinense dos Canyons<sup>10</sup>. Este se deveu muito à posição geográfica privilegiada do município dentre os municípios que compõem a região Caminho dos Canyons no Estado de Santa Catarina. A localização da cidade está no trecho mais abrupto da serra, onde os paredões são quase verticais e ficam alguns dos canyons mais conhecidos: o Itaimbezinho e Malacara. Para se ter uma noção a cidade está a 27Km da sede e centro de visitantes do Parque Nacional Aparados da Serra, que se constitui no terceiro parque mais visitado do Brasil na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Além disso, da cidade dos Canyons, é possível vislumbrar os cânions protegidos por ambos os parques nacionais. Há, ainda: cachoeiras, piscinas naturais e trilhas no interior dos cânions. E cresce a atividade de ecoturismo e de prática de esportes radicais.

De uma forma geral nos últimos anos há um movimento de promoção da cidade como roteiro turístico através de ações dos governos nas diferentes esferas<sup>11</sup>. Entretanto, ainda, o turismo é muito incipiente apesar do crescimento do número de visitantes. Há uma precariedade na infra-estrutura básica e baixa qualidade dos serviços<sup>12</sup>. Por outro lado, já há iniciativas de turismo rural, entendido aqui como “[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valores a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.11).

Nesse sentido, alguns avanços já foram feitos dentro do contexto de criar novas alternativas para manutenção da família no meio rural, através do turismo, adequando os cultivos à realidade dos parques nacionais e à preservação dos recursos naturais através de práticas como a agroecologia<sup>13</sup>. A partir disso difunde-se a prática de agroecoturismo, onde se valoriza os recursos naturais da região, assim como a valorização do patrimônio cultural através da vivência da realidade rural pelos turistas, abrindo oportunidades para os agricultores familiares, ou seja, a atividade turística dentro das propriedades rurais.

O município de Praia Grande conta com 481 estabelecimentos agropecuários. Estes compõem uma área de 10.615 hectares. No ano de 2008, os dados mostram que o somatório

---

<sup>10</sup> A cidade recebeu este reconhecimento (título) através da Lei Estadual nº 12.876 em 22 de janeiro de 2004.

<sup>11</sup> Exemplo disto compreende o projeto de roteirização turística que faz parte do Plano nacional de Turismo, dentro do Programa de Regionalização Roteiros do Brasil que trata da estruturação de roteiros intermunicipais, nas regiões turísticas brasileiras. Em todo o País, foram escolhidos cinco roteiros, dentre eles o Aparados da Serra. Através de um convênio firmado entre o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e as Secretarias de Turismo dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o roteiro vai integrar sete municípios, sendo quatro catarinenses: Praia Grande, Bom Jardim da Serra, São Joaquim e Urubici e três no lado do RS: São José os Ausentes, Cambará do Sul e São Francisco de Paula (Prefeitura Municipal de Praia Grande).

<sup>12</sup> Uma boa referência para o estudo do turismo no município, ver Nunes (2008).

<sup>13</sup> No próximo item, mostra-se algumas iniciativas neste sentido.

das lavouras temporárias perfaz 4.106 hectares, gerando valor da produção de R\$ 16.056.000,00, e para as lavouras permanentes o total é de 350 hectares, com valor da produção de R\$ 1.490.000,00 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA..., 2011).

Segundo a EPAGRI<sup>14</sup>, atualmente, não há conflitos por posse de terra no município e 84% dos produtores rurais são proprietários e outros 16% são basicamente produtores de fumo que trabalham em parceria. Há, ainda, 27 famílias remanescentes de quilombos, já com reconhecimento pelos órgãos responsáveis, e 10 agricultores assentados. (SANTA CATARINA, 2010)

Observa-se no quadro abaixo, como há a predominância da pequena propriedade no município, principalmente em três estratos de 5ha a 10ha; 10ha a 20ha e 20 a 50ha, os quais estão a maioria dos estabelecimentos agropecuários<sup>15</sup>.

<b>TOTAL</b>	<b>481</b>
Mais de 0 a menos de 10 ha	218
<b>De 10 a menos de 20 ha</b>	<b>112</b>
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	<b>108</b>
De 50 a menos de 100 ha	27
De 100 a menos de 200 ha	9
De 200 a menos de 500 ha	3
De 500 a menos de 1000 ha	2
De 1000 a menos de 2500 ha	-
De 2500 ha e mais	-
Produtor sem área	2

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

**Quadro 1:** Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos no município de Praia Grande - SC

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de IBGE/SIDRA, Censo Agropecuário (2006)

Em relação à condição do produtor em relação à posse da terra, tem-se o seguinte quadro conforme último Censo Agropecuário realizado (2006), onde se destacam que mais de 84% dos produtores são proprietários.

<b>Condição do produtor</b>	
<b>Total</b>	481
Proprietário	405
Assentado sem titulação definitiva	-

<sup>14</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

<sup>15</sup> No próximo tópico farei uma análise da evolução do número de estabelecimentos e suas respectivas áreas conforme os últimos Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970, 1985, 1995-1996.

Arrendatário	38
Parceiro	15
Ocupante	21
Produtor sem área	2

**Nota:** 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

**Quadro 2:** Número de estabelecimentos agropecuários e condição produtor em relação às terras no município de Praia Grande - SC

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de IBGE/SIDRA, Censo Agropecuário (2006)

Em se tratando do uso do solo, o município de Praia Grande possui uma grande área de solo com restrições de uso tais como: declividade acentuada, solos litólicos, áreas inseridas dentro ou na área de entorno do parque aparados da serra, conforme descrito anteriormente. (SANTA CATARINA, 2010).

O quadro abaixo ilustra as principais atividades agrícolas existentes no município:

Atividades	Área plantada(ha)	Quant. Produzida (ton, metro cúbico)	Valor da produção (mil reais)
<b>a) Lavoura temporária</b>			
Arroz (em casca)	3.300	21.450 t	12.012
Fumo (em folha)	455	950 t	5.497
Milho	380	1.365 t	505
Cana-de-açúcar	120	3.600 t	144
Feijão (em grão)	40	33 t	33
Mandioca	14	210 t	32
<b>b) Lavoura permanente</b>			
Banana (cacho)	350	2.586 t	1.034
<b>c) Extração vegetal e silvicultura</b>			
Lenha	-	1.650 m <sup>3</sup>	33
Madeira em tora	-	900 m <sup>3</sup>	65

Nota 1: Atribui-se zeros aos valores onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

**Quadro 3:** Atividades agrícolas, de extração vegetal e silvicultura em Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2010)

Em relação às atividades pecuárias, o município tem o seguinte plantel, conforme quadro abaixo:

Pecuária	Quantidade (em cabeças)
Bovinos – efetivo dos rebanhos	6.512

Equinos	150
Suínos	671
Caprinos	63
Ovinos	100
Galos, frangos, frangas e pintos	74.800
Galinhas	6.300
Vacas ordenhadas	140
Ovinos tosqueados	65

**Nota 1:** Atribui-se zeros aos valores onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

**Quadro 4:** Atividades Pecuárias em Praia Grande – SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE, 2010)

Analisando-se os quadros acima, pode-se dizer quanto à produção agropecuária do município, os cultivos principais<sup>16</sup> são: arroz, fumo, milho e banana e que a pecuária tem pouca representatividade econômica. Em termos de área agricultável predomina a região de várzea onde o solo favorece a implantação de cultivos de ciclo curto, com tecnologia intensiva. De acordo com o quadro, a produção de arroz irrigado é de 21.450 toneladas de arroz, o que ocupa uma área de praticamente 80% da área agricultável do município correspondendo segundo o IBGE (2006) a 2% da produção estadual catarinense.

Ainda em relação aos cultivos temporários destaca-se o fumo, apesar deste ter tido uma produção bem superior, então substituída pelos arrozais<sup>17</sup>. Além deste em menor grau tem-se o milho, cana-de-açúcar, feijão e a mandioca, conforme ilustrado acima<sup>18</sup>.

Em relação ainda às áreas agricultáveis deve-se considerar que na região das encostas predominam lavouras permanentes com destaque para o cultivo de banana. Nestas, diferentemente da várzea, o relevo impõe certos limites ao uso de tecnologias intensivas. E esta lavoura representa em muitas comunidades o cultivo principal para comercialização e conseqüentemente o provedor principal de renda destas famílias.

Apesar do município de Praia Grande não ter muito destaque no volume de produção do Estado de Santa Catarina, ele está inserido no contexto da região Sul do Estado e sofre forte influência de uma rede estabelecida de interesses políticos e econômicos regionais. A região do extremo Sul Catarinense destacava-se em 2005 como primeira produtora de arroz

<sup>16</sup> Considera-se principais em termos de área plantada e quantidade produzida.

<sup>17</sup> No próximo tópico, detalha-se mais a evolução das principais culturas agrícolas do município ao longo dos últimos anos.

<sup>18</sup> Nas tabelas acima foram considerados somente os cultivos com maior representatividade em termos de área plantada e valor da produção, mas deve-se considerar que na pauta agrícola há outros cultivos na região.

(31,8%), terceira produtora de banana (10,0%) e também como terceira produtora de fumo (12,8%)<sup>19</sup>.

Por outro lado, estas principais culturas (arroz, banana e fumo) exercem forte impacto sobre aos ecossistemas locais. Quanto às atividades de rizicultura e bananicultura, de acordo com o Plano de Manejo dos Parques (Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, 2003), dada a grande demanda da rizicultura por água observa-se alterações ambientais resultantes das modificações na drenagem natural e na configuração hidrográfica local, representadas, principalmente, por barramentos e desvios de cursos d'água, abertura de canais de drenagem e irrigação, e bombeamento de água dos rios para as áreas agricultáveis.

Já, a bananicultura gera como impactos imediatos, principalmente sobre a formação Submontana da Floresta Ombrófila Densa, a supressão de áreas florestais para ampliação das áreas de cultivo, resultando em expressiva fragmentação destes ambientes. Esta fragmentação pode se tornar especialmente prejudicial quando analisada sob o ponto de vista da perda de conectividade entre as áreas florestais, uma vez que se trata de partes de um conjunto que se configura num importante corredor florestal estabelecido em sentido norte-sul. Além disso, há graves problemas pelo uso de herbicidas e inseticidas nestes cultivos aliados à utilização de sacos plásticos para armazenamento dos frutos, os quais são deixados de maneira irrestrita no Ambiente<sup>20</sup> (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2004).

Quanto ao cultivo de fumo, está o problema histórico do uso de agrotóxicos, além do custo e da dificuldade em atender a demanda energética das estufas de secagem das folhas de fumo, pois para este processo são utilizados basicamente eucaliptos. E estimativas apontam que para secar 200 ha de fumo são necessários 1.200 ha de eucalipto. E nisso como a demanda é alta, leva muitas vezes à utilização da mata nativa já bastante degradada.

Contudo, conforme os dados anteriormente expostos denotam-se a grande participação da cultura do arroz em termos de área cultivada e de valor da produção obtidos. Todavia, há um crescente aumento do cultivo de produtos orgânicos (ecológicos), como a banana e o próprio arroz, como opção estratégica de atividade econômica de algumas famílias.

---

<sup>19</sup> Fonte destes dados de acordo com a AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. Esta microrregião é composta por 15 municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

<sup>20</sup> Para maior aprofundamento destes conflitos ambientais, ver Brightwell (2006).

Em relação a esta produção agroecológica no município, em 2010, de acordo com a ACEVAM<sup>21</sup> – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba – chegou-se a um total de 85 ha de área cultivada de banana orgânica, perfazendo 300 toneladas de banana comercializada<sup>22</sup>, diante de um total de 25 famílias de agricultores associadas<sup>23</sup>. Ainda conta-se atualmente (ano de 2010) com a produção de 40 ha de arroz orgânico certificado, produzido de forma sustentável, com uma produtividade de 100 sacas por ha, conforme afirma a EPAGRI local.

Resumidamente, no município, de acordo com o diagnóstico do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), através do Planejamento participativo elaborado por este Conselho no ano de 2010, aponta-se uma baixa diversificação agrícola e carência de políticas públicas que melhor valorizassem a agricultura familiar.

Destaca-se, entre os problemas: o êxodo rural, apoio técnico deficiente, pouca informação, fracas lideranças, baixo apoio à produção orgânica, enfim, uma desestruturação social das comunidades. Há carência na zona rural de infra-estrutura de transporte, saúde, habitação e, principalmente educação, pois não existem escolas na área rural. Elas foram abandonadas e há a necessidade de os alunos transportar-se para o centro da cidade.

Ademais, as entrevistas com os técnicos da EPAGRI demonstraram que não há uma educação específica que qualifique para a vida rural, ou seja, há uma deficiência na educação para a agricultura familiar.<sup>24</sup> Observa-se como “árvore de problemas” nas comunidades rurais: baixa auto-estima dos agricultores em função da desvalorização da profissão do agricultor, fraca participação comunitária, falta de informação, êxodo rural principalmente dos jovens, abandono da população idosa no campo e desemprego.

---

<sup>21</sup> A ACEVAM foi fundada em 1994 e é integrante do núcleo Regional Litoral Solidário da Rede ECOVIDA de Agroecologia – formada por pessoas e organizações da Região Sul do Brasil que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica; É integrante do MAELA – Movimento Agroecológico de América Latina y el Caribe; Compõe o Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral; Fórum catarinense de Economia Solidária; O Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense; A Câmara Temática de Turismo; O Conselho Municipal de Turismo;

<sup>22</sup> Conforme a própria ACEVAM em determinados meses nesta safra houveram excedentes de produção que não foram comercializados pela Associação, por dificuldades de escoamento fazendo com que os agricultores comercializem com atravessadores ou até mesmo perdessem a produção.

<sup>23</sup> Importante dizer que a grande maioria que produz banana orgânica no município é associado da ACEVAM e são certificados como produtores agroecológicos. Mas existem famílias que produzem banana orgânica com menor produtividade, pois não fazem o manejo adequado e não são associadas. A exceção são dois produtores não associados que obtém uma boa produtividade numa área cultivada de 15 ha.

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que o presente estudo não contempla de maneira plena o tema da educação. Apenas aqui foi referenciado conforme visão de alguns informantes entrevistados.

De uma forma geral, as questões levantadas aqui serão tratadas ao longo dos próximos itens e fundamentalmente na pesquisa de campo propriamente dita. Tais como: diversificação das atividades, exodo rural, desemprego, educação, auto-estima dos agricultores.

## 5.2 AS TENDÊNCIAS E REAÇÕES OBSERVADAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL DE PRAIA GRANDE

### 5.2.1 A Inserção de Praia Grande no Padrão de Desenvolvimento Agrícola Brasileiro: dinâmicas demográficas e de ocupações e a especialização produtiva

Como Praia Grande se insere no padrão de desenvolvimento agrícola? Como foram os movimentos de sua população em relação ao local de moradia e a partir disso, como se configurou o seu mercado de trabalho?

Primeiramente, veja-se a evolução da população rural e urbana desde a década de 1970 aos dias atuais:

Zonas	Anos				
	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Urbana</b>	1.466	1.876	3.321	3.937	4.300
<b>Rural</b>	6.674	5.732	4.258	3.349	2.970
<b>Total</b>	8.140	7.608	7.579	7.286	7.270

**Quadro 5:** Evolução da população no município de Praia Grande – SC por residência em zona rural e zona urbana de 1970 a 2010.

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

Observa-se no quadro acima que no período de 40 anos a população rural de Praia Grande reduziu-se mais da metade (56%), aliado ao forte crescimento da população residente urbana, além de uma perda absoluta de população no município como um todo.

Por estes dados muitos questionamentos surgem, dado sua abrangência, bem como os enfoques a serem utilizados. Mas diante dos objetivos deste estudo, quais as principais causas desta importante mudança na distribuição da população? Obviamente que a análise deve ser cuidadosa e estar alicerçada no cenário econômico social de cada década.

Primeiramente temos que ter presente que o êxodo rural no Brasil esteve presente na década de 70 em praticamente todas as regiões do território nacional como resultado do processo de modernização da agricultura, conforme já exposto ao longo deste estudo.

Outro ponto importante do quadro acima reside no fato de que estancou a perda de população total na última década. A população total estabilizou-se em torno de 7.200 habitantes. De certa forma, o êxodo rural continua, mas com redução significativa, se comparado à década anterior. Detendo-se no período 1991-2000, tem-se que aproximadamente 900 pessoas deixaram o campo, comparando-se com o período 2000-2010, cujo número cai para 380 pessoas.

E quais seriam as causas do arrefecimento do êxodo rural? Poderia este fenômeno ser explicado por um novo surto de crescimento do emprego no campo? Pelo aumento da pluriatividade entre as famílias nos últimos 10 anos? Como resultado de políticas públicas como aposentadoria rural, bolsa família, que estariam retendo mais estas pessoas? Alinhando-se aos objetivos deste estudo são respostas a serem esclarecidas no decorrer deste capítulo.

Antes de tudo, cabe salientar que o êxodo rural das primeiras décadas, de certa forma, está associado à modernização tecnológica difundida na agricultura que liberou uma parcela da população rural. De acordo com o exposto no primeiro capítulo, a política macroeconômica baseada no desenvolvimento urbano-industrial intensificada a partir dos anos 70 produziu estas mudanças sócio-demográficas nas populações de muitos municípios com características como Praia Grande.

Também cabe salientar que o estado de Santa Catarina foi pródigo neste intento, conforme já comprovaram estudos anteriores de perda de população de municípios tradicionalmente rurais, para municípios maiores, atraídos pela urbanização crescente. Exemplo disto são as migrações da população de Praia Grande para Caxias do Sul (RS) e Porto Alegre (RS) e outras cidades, conforme observado ao longo das entrevistas com os informantes-chaves<sup>25</sup>. Mas também estas migrações foram direcionadas para a zona urbana da cidade, transformando estes agricultores familiares em outros profissionais da indústria e comércio do município.

Vejam-se os dados mais gerais englobando os setores primário, secundário e terciário no município:

Setor	1970	1980	1991
-------	------	------	------

<sup>25</sup> No próximo item o estudo apresenta a relação de informantes-chaves, os quais compõe-se de parte da pesquisa de campo.

	%	%	%
Primário	75,93	71,36	49,22
Secundário	6,56	9,35	20,97
Terciário	17,51	19,29	29,81
TOTAL	100,00	100,00	100,00

**Quadro 6:** Ocupação da população economicamente ativa<sup>26</sup> em Praia Grande em termos percentuais no período 1970 – 1991

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1970; 1980; 1991)

Claramente observam-se no quadro que, na década de 70, a grande massa da mão-de-obra estava concentrada no setor primário (agropecuária), dados estes em conformidade com o quadro anterior que mostrava que a maioria da população residia no meio rural. Mas, no decorrer das outras décadas o movimento é de queda do setor primário com conseqüente aumento da população economicamente ativa nos setores secundário (indústrias de pequeno porte) e terciário (comércio e serviços).

Quando se comparam os dados de Praia Grande com os dados regionais agrupados pela AMESC, para o conjunto dos 15 municípios do extremo sul catarinense, para a década de 80, prevalece a atividade primária. Segundo Censo Demográfico de 1980, 48,73% da população da AMESC exercia atividades primárias, 32,02% terciária e 17,52% secundária. Todavia, Praia Grande teria uma concentração primária bem superior, denotando o seu caráter eminentemente rural.

A modernização tecnológica no campo teve um grande impacto no meio rural de Praia Grande entre as décadas de 1970 e 1980, assim como toda a região sul catarinense, afetadas por projetos de desenvolvimento como o programa PROVARZEAS<sup>27</sup>. A pauta produtiva do município nesse período tinha como principais cultivos: o arroz, a banana e o fumo. Destacou-se, contudo a partir desse momento, com um incremento significativo, as lavouras de arroz irrigado, principal objetivo do projeto.

A partir da implementação do PROVÁRZEAS, regionalmente com o apoio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina, houve altos investimentos em tecnologia agropecuária (sistematização das várzeas, mecanização, uso intensivo de fertilizantes e outros insumos químicos). Além disso, outros investimentos importantes na

<sup>26</sup> A população economicamente ativa que é considerada pelo IBGE compreende as pessoas com mais de 10 anos de idade que, durante os doze meses anteriores ao encerramento do censo, tenham exercido trabalho remunerado em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, incluindo as pessoas licenciadas com ou sem remuneração, que trabalham habitualmente 15 ou mais horas por semana em uma atividade econômica. (Fonte: IBGE, 2011)

<sup>27</sup> Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVÁRZEA) concebido em 1978 no Governo João Figueiredo. Atualmente este tem como entidade executora o IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

infra-estrutura da região Sul Catarinense como melhoramento em estradas, ampliação da rede elétrica, telefonia, entre outros<sup>28</sup>.

De acordo com Silva e Scheibe (2006), as lavouras de arroz, altamente qualificadas e integradas aos mercados nacionais e internacionais, expandiram-se muito nas últimas três décadas se constituindo num fenômeno que transformou a paisagem de toda região sul catarinense. Os autores a esse respeito argumentam:

[...] a inserção do arroz no comércio agrícola como uma “commodity” foi o fator de pressão para que a paisagem na planície experimentasse uma homogeneização crescente. A dinâmica territorializadora da rizicultura irrigada não só exclui outras alternativas de uso, mas também impôs uma produção a grande escala de um grão o mais uniforme possível e padronizado segundo os grandes mercados nacionais e internacionais. Cultivares que eram tradicionalmente utilizados pelas famílias da região em pequenas áreas – como os de arroz de “cateto”, por exemplo – foram quase que totalmente abandonados para darem lugar aos de elevada produtividade e preferidos pelos grandes mercados (SILVA; SCHEIBE, 2006).

Em relação ao mercado de trabalho no meio rural, observam-se os dados de ocupação, conforme tipologia do IBGE, a qual considera como unidade de análise, os estabelecimentos agropecuários, já considerando o período mais recente, dado pelo Censo Agropecuário de 2006.

	ANOS		
	1985	1995	2006
Total de pessoas ocupadas	3.734	2.258	1.272

**Quadro 7:** Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Praia Grande – SC, de acordo com Censos Agropecuários 1985, 1995 e 2006 – IBGE

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de Censo Agropecuário (1985; 1995/1996; 2006)

Os dados acima, extraídos dos três últimos Censos Agropecuários enfatizam a queda do pessoal ocupado em atividades agropecuárias no município, que de forma geral, tem sido consequência do avanço da modernização agrícola.

Contudo, precisa-se uma avaliação mais aprofundada do comportamento desta mão-de-obra, a fim de se verificar o perfil deste trabalhador. Qual a composição desta população (sexo, idade, etc.) que exerce atividades agropecuárias? E por outro lado, quem predomina nesta saída das atividades agropecuárias e quais os seus destinos e/ou estratégias?

Alguns indicativos podem ser visualizados no quadro abaixo que mostra as pessoas ocupadas por atividade principal para o município de Praia Grande. Consideram-se as

<sup>28</sup> No final da década de 1960 realizou-se o asfaltamento da rodovia BR 101, que teve impacto econômico importante na região como um todo, facilitando o escoamento da produção.

atividades rurais e urbanas, totalizando a população economicamente do município, compreendendo agricultura, indústria, comércio e serviços, correspondente ao ano 2000.

Observa-se que são 3.331 pessoas (população economicamente ativa). Dentre este universo, estavam ocupadas em atividades agropecuárias 1.232 pessoas, no ano 2000, montante este próximo ao observado no Censo Agropecuário de 2006, onde são 1.272 pessoas (quadro anterior).

<b>Total</b>	<b>3.331</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.232
Pesca	6
Indústria extrativa	70
Indústria de transformação	525
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	36
Construção	161
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	395
Alojamento e alimentação	102
Transporte, armazenagem e comunicação	104
Intermediação financeira	3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	60
Administração pública, defesa e seguridade social	249
Educação	99
Total	3.331
Saúde e serviços sociais	31
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	88
Serviços domésticos	160
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-
Atividades mal especificadas	8

**Notas:** 1 - Os dados são dos Primeiros resultados da amostra. 2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

3 - A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

**Quadro 8:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, sexo e seção de atividade do trabalho principal no ano 2000, em Praia Grande – SC.

**Fonte:** Adaptado pelo autor a partir de IBGE/SIDRA (2000)

Diante desses dados, como interpretar-se essa distribuição da população economicamente ativa de Praia Grande, para o ano de 2000. Esta estratificação pode dar indícios da dinâmica demográfica e de ocupação formada ao longo desses últimos anos, demonstrando-se de certa forma o fenômeno da “desagrarização” (diminuição da importância da agricultura), referida no segundo capítulo. Todavia, pode representar também o avanço da pluriatividade entre as famílias rurais residentes no município, aqui entendida no sentido de uma divisão da família com alguns membros ocupados na agricultura e outros em ocupações “urbanas”.

Observa-se que um peso importante do emprego na *indústria de transformação*, totalizando 525 pessoas, seguido pelo estrato do *comércio e alguns serviços específicos* (grupamento do IBGE) com 395 pessoas. Ainda as ocupações no setor *Administração pública, defesa e seguridade social* com mão-de-obra de 249 trabalhadores, além do estrato

construção com 161 pessoas e ainda destacam-se também os *serviços domésticos*, contando com 160 empregos.

Para se ter mais elementos explicativos destas dinâmicas, segue um conjunto de dados que mostram a evolução recente (década de 1990 em diante), dos principais atividades agropecuárias, que evidenciam a tendência de baixa diversificação da pauta produtiva no município, ou seja, especializações de cultivos avançando ao longo dos últimos anos e que tem impacto direto no emprego rural e, de certa forma, demonstrando-se o resultado das políticas públicas como o PROVÁRZEA, citado anteriormente.

Atividade	ANOS							
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>TOTAL(ha)</b>	5.157	4861	4048	4000	4000	3791	3736	3682
<b>Arroz(ha)</b>	2.400	2600	2400	2400	2400	2500	2650	2750

continuação

ATIV.	ANOS						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>TOTAL</b>	3621	3794	3894	4.163	4.161	4.124	4.106
<b>Arroz(há)</b>	2800	2900	3000	3.300	3.300	3.320	3.300

**Quadro 9:** Participação da área plantada em hectares (ha) da lavoura de arroz em relação à área total da lavoura temporária (ha) do município, para o período de 1994 a 2008

**Fonte:** Elaborado pelo autor dos dados do SIDRA/IBGE (1994 a 2008)

Observam-se nos dados o aumento da participação do arroz na área plantada/colhida no município, cujos últimos quatro anos (2004 a 2008), chega a ocupar 80% da lavoura temporária. Ao passo que em 1994, por exemplo, o arroz ocupava 46% da lavoura temporária total do município<sup>29</sup>.

Este arranjo evidencia uma das características do “Novo Rural” – uma agroecúria baseada em *commodities* ligada às agroindústrias, de que falava Graziano (1999), de acordo com o exposto no segundo capítulo, com esse domínio da produção de arroz no município.

Atenta-se abaixo para outro cultivo, a banana, que devido à grande área de encosta, é considerado de grande importância no município, sendo a cultura principal de algumas comunidades da região, como será demonstrado mais adiante nos dados da pesquisa de campo.

ATIV.	ANOS							
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>TOTAL</b>	580	580	360	360	360	420	375	375
<b>Banana</b>	580	580	350	350	350	350	350	350

<sup>29</sup> O objetivo da construção deste Quadro 9 (arroz) e dos dois próximos (Quadros 10 e 11) (banana e fumo) é de mostrar a tendência que ocorreu a partir dos últimos anos de forte especialização produtiva, decorrentes da modernização do campo. Iniciei os dados a partir do ano de 1994 para o arroz e banana, e 1990 para o fumo, apenas com o intuito de visualizar essa tendência.

(há)								
------	--	--	--	--	--	--	--	--

continuação

	ANOS							
ATIV.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
<b>TOTAL</b>	375	380	360	360	350	350	350	
<b>Banana (há)</b>	350	350	350	350	350	350	350	

**Quadro 10:** Participação da área plantada em hectares (ha) da lavoura de banana em relação à área total (ha) da lavoura permanente do município de Praia Grande/SC, para o período de 1994 a 2008

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIDRA/IBGE (1994 a 2008)

A partir dos dados acima, pode-se afirmar que praticamente a lavoura permanente do município é utilizada para plantio de banana, sendo que as demais culturas possuem pouca representação econômica na região, demonstrando-se claramente a baixa diversificação da pauta produtiva no município, principalmente para comercialização.

	Anos									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Área plantada(ha)</b>	622	740	797	809	257	131	350	340	340	221

continuação

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	176	172	191	244	270	289	307	250	252	455

**Quadro 11:** Área plantada da lavoura de fumo (em folha) no município de Praia Grande – SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1990 a 2009)

A terceira principal cultura do município, o fumo, conforme quadro acima, sofreu oscilações na área plantada, mas predomina-se um forte recuo na sua produção ao longo dos últimos anos, muito desta, sendo substituída pelo arroz. Todavia, para o ano de 2009, recupera-se sua área cultivada, explicada pela conjuntura favorável em termos de preço do produto.

Ainda, um ponto importante nesta análise, é verificar a evolução da estrutura fundiária. Em primeiro lugar, observa-se a diminuição da quantidade de unidades produtivas, o longo das últimas décadas:

	ANOS		
	1985	1995	2006
Nº de estabelecimentos agropecuários	757	594	481
Área ocupada (ha)	12.948	12.209	10.615

**Quadro 12:** Evolução do número de estabelecimentos agropecuários em Praia Grande e a área total ocupada, segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados dos Censos Agropecuários (1985; 1995; 2006)

Os números acima evidenciam uma redução do número de estabelecimentos agropecuários no município, que pode ter várias causas. Um ponto de se destacar é em primeiro lugar a perda de área ocupada de praticamente 1.600 ha. Uma das explicações são as desapropriações de terras para ampliar as áreas de preservação permanente com a criação do Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), a partir de 1992.

Isto fez com que reduzisse a população e se desestruturasse algumas comunidades ao entorno do Parque, restando poucos moradores, o que contribuiu também para diminuir o número de estabelecimentos agropecuários. Muitos destes tinham como base a extração da madeira<sup>30</sup>, além de outros cultivos, mas com a proibição do corte, muitos desses agricultores migraram para zona urbana, explicando uma parte do intenso êxodo rural do período.

Uma forma de aprofundar mais nessa questão é a análise da evolução dos estabelecimentos por estratos de áreas.

Estratos de Área(ha)	1970		1985		1995	
	Nº estabel.	Área	Nº estabel.	Área	Nº estabel.	Área
Até 10	34,77	9,61	44,91	13,00	42,77	10,23
10 a 20	30,60	21,05	27,09	21,22	30,13	19,95
21 a 50	26,84	39,15	22,46	39,33	20,03	29,23
51 a 100	6,58	21,33	4,22	16,60	5,21	16,98
101 a 200	1,08	6,85	1,32	9,85	1,35	9,11
201 a 500	0,13	2,01	-	-	0,34	6,30
Mais de 500	-	-	-	-	0,17	8,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Quadro 13:** Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais (%) – Praia grande: 1970 – 1995/1996

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados da Fundação IBGE (1970; 1985; 1995-1996)

Observa-se no quadro acima a representatividade dos estabelecimentos de até 50 ha. Ou seja, a realidade deste município catarinense ao longo destes 25 anos foi a permanência de um grande número de pequenos estabelecimentos. Pelo quadro, como exemplo, a faixa de 10 a 20ha que representava 30% dos estabelecimentos em 1970, e chega-se ao ano de 1995, praticamente com o mesmo percentual, acompanhando com certo grau a estrutura fundiária de muitos municípios do Estado de Santa Catarina.

Já no estrato de 21 a 50ha, houve uma perda de área considerável, passando em 1970, de 39,15% de participação na área total para 29,03% em 1995. O interessante aqui é notar que este decréscimo não fez aumentar aqueles com mais de 50 ha. Isto pode revelar o êxodo rural nesta faixa, pois na década de 1980 este movimento foi expressivo e mostra a dificuldade e até certo ponto a inviabilidade econômica de muitas propriedades que não conseguiram acompanhar o avanço tecnológico da agricultura. Está também associado ao avanço dos

<sup>30</sup> Em comunidades como a Zona Nova existiam três serrarias e uma população bem superior a hoje existente.

monocultivos como o arroz nos últimos anos, conforme demonstrado anteriormente, contribuindo na redução do número de estabelecimentos.

Considerando-se agora os últimos dados disponíveis, conforme Censo Agropecuário 2006:

Grupos de área total	Variável		
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Mais de 0 a menos de 10 ha	218	45,33	9,6
De 10 a menos de 20 ha	112	23,28	14,04
De 20 a menos de 50 ha	108	22,45	29,96
De 50 a menos de 100 ha	27	5,61	16,59
De 100 a menos de 200 ha	9	1,87	11,59
De 200 a menos de 500 ha	3	0,62	7,53
De 500 a menos de 1000 ha	2	0,42	X
De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-
De 2500 ha e mais	-	-	-
Produtor sem área	2	0,42	X

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caractere X.

**Quadro 14:** Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos no município de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo Agropecuário - IBGE (2006)

Desta tabela, se comparada à anterior através dos estratos onde se concentra a grande maioria dos estabelecimentos, observa-se que na faixa de até 10 ha em 1970, contava-se com uma participação de 9,61% da área total, e em 2006, para a mesma faixa somando-se os estratos até 10 ha, chega-se a praticamente ao mesmo percentual 9,62%. Já no estrato de 10 a 20ha teve-se uma relativa perda de área, pois em 1970 era de 21,05% de participação na área, e, em 2006, passou-se a 14,04%. E no estrato de 21 a 50, teve-se uma perda até 1995, mas ao longo destes últimos 10 anos se manteve na faixa de aproximadamente 30% de participação.

Nos estratos maiores ocorreu certo aumento de participação na área total, pois se tinha 6,85% no estrato (101 a 200) e passou-se a 11,59%. E no de (201 a 500) de 2,01% de participação chega-se a 7,53%, revelando um crescimento nesta grande propriedade.

Voltando-se aos dados populacionais, e na tentativa de estratificar melhor sua composição, temos conforme Censos Demográficos, que a média de moradores por domicílio

em Praia Grande também acompanha a redução da natalidade do país. Para o ano de 1991 eram 3,87 moradores por domicílio, enquanto no ano 2000, este número cai para 3,37 moradores por domicílio pesquisado, considerando a população geral do município. E se considerarmos a situação do domicílio, constatamos que na zona rural em 1991 a média era de 4,02 moradores por domicílio, ao passo que no ano de 2000, a média caiu para 3,51 residentes por domicílio.

Veja-se agora considerando a diferenciação da população por gênero, no município com sua evolução da década de 1970 à 2010:

**Tabela 12:** População residente por sexo, situação e grupos de idade em Praia Grande – SC – 1970 a 2010

Sexo	Situação do domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Total	Total	8.140	7.608	7.579	7.286	7.267
	Urbana	1.466	1.876	3.321	3.937	4.297
	Rural	6.674	5.732	4.258	3.349	2.970
Homens	Total	4.135	3.809	3.834	3.685	3.658
	Urbana	708	886	1.622	1.924	2.104
	Rural	3.427	2.923	2.212	1.761	1.554
Mulheres	Total	4.005	3.799	3.745	3.601	3.609
	Urbana	758	990	1.699	2.013	2.193
	Rural	3.247	2.809	2.046	1.588	1.416

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

Constata-se nos dados acima que no meio rural, a população masculina prevalece sobre a feminina ao longo das décadas em Praia Grande. Já na zona urbana, observa-se uma sobreposição da população feminina em todo o período analisado.

Para finalizar as dinâmicas demográficas e de ocupações, atenta-se ao quadro abaixo:

Censos Agropecuários	Homens	%	Mulheres	%	Total do Pessoal ocupado
1985	2.131	57,07	1.603	42,93	3.734
1995	1.360	60,23	898	39,77	2.258
2006	866	68,08	406	31,92	1.272

**Quadro 15:** Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1985; 1995; 2006)

Visualiza-se neste quadro o processo de masculinização da mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários em Praia Grande, demonstrada pela participação das mulheres que de 42,93% em 1985, conforme Censo Agropecuário cai para 31,92% no ano de 2006. Corrobora-se esse comportamento com a idéia de diminuição do trabalho feminino, que

parece estar alinhado ao processo de especialização produtiva, principalmente no arroz, retirando paulatinamente o papel da mulher no mercado de trabalho agrícola no município.

### 5.2.2 A Metodologia da Pesquisa de Campo

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, descreve-se neste item o detalhamento da metodologia da pesquisa de campo, já adiantado na introdução desta dissertação. Foram empregadas a abordagem quantitativa e qualitativa.

Após a escolha da região de estudo (descrita na introdução) e análise de dados secundários (Censos Demográficos e Censos Agropecuários – IBGE) que delimitaram o problema de pesquisa, possibilitou-se a organização das três fases da pesquisa de campo, as quais novamente reproduz-se:

- a) 1ª etapa: Pesquisa de campo exploratória aplicada *com informantes-chaves e agricultores familiares* – entrevistas semi-abertas - junho/2010;
- b) 2ª etapa: Pesquisa de campo aplicada somente com *informantes-chaves* - questionários semi-estruturados - fevereiro/2011;
- c) 3ª etapa: Pesquisa de campo aplicada somente com *agricultores familiares* - questionários semi-estruturados - Abril/2011;

Na primeira fase, na pesquisa de campo exploratória, fez-se no mês de junho de 2010 08 (oito) entrevistas, a saber: com dois técnicos da EPAGRI local, três representantes da ACEVAM<sup>31</sup>, um engenheiro agrônomo<sup>32</sup> e dois agricultores de comunidades diferentes. Além disso, tomou-se conhecimento do planejamento participativo, documento elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural<sup>33</sup>, onde consta uma síntese dos desafios, ações, problemas concretos do município para o ano de 2010.

Na segunda fase aplicaram-se, em duas semanas, em fevereiro de 2011, 11 (onze) questionários semi-estruturados (Apêndice A) com os informantes-chaves. A amostra dos informantes-chaves foi discutida previamente com os professores orientadores, bem como,

---

<sup>31</sup> Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba.

<sup>32</sup> Este informante trata-se de um “antigo” morador do município considerado na cidade uma das pessoas que mais conhece a realidade rural do local. Possui um escritório particular no centro da cidade, responsável pela elaboração da maioria dos projetos agropecuários dos agricultores. Trabalha vinculado diretamente com o Bancos do Brasil e Sicredi e na assessoria ao crédito rural e agrônômica em todas as comunidades.

<sup>33</sup> Já reproduzido no tópico anterior os pontos principais deste documento.

esta procurou constituir-se de forma heterogênea abrangendo os principais órgãos de governo, organizações sociais, instituições financeiras e de prestações de serviços da área rural do município.

Órgão/Entidade/Organização	Informantes/Representantes	Quantidade de entrevistas
Prefeitura Municipal de Praia Grande - SC	<b>Informante 1:</b> Agrônomo e Mestre em Agronomia e representante responsável pela secretaria da Agricultura <sup>34</sup> .	01
EPAGRI/ Empresa de assistência técnica e extensão rural de Praia Grande	- <b>Informante 2:</b> Economista doméstica e Técnica da EPAGRI - <b>Informante 3:</b> Agrônomo e Técnico da EPAGRI	02
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Grande - SC	- <b>Informante 4:</b> Presidenta	01
CMDR/Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Praia Grande.	- <b>Informante 5:</b> Presidente e vereador do município.	01
EPAGRI / Empresa de assistência técnica e extensão rural de São João do Sul - SC	- <b>Informante 6:</b> Agrônomo, ex-técnico da EPAGRI de Praia Grande e atual técnico da Epagri de São João do Sul	01
ACEVAM/Associação dos colonos ecologistas do Vale do Mampituba	- <b>Informante 7:</b> Ex-agricultor, estudante de Geografia, guia de turismo de Praia Grande e membro da ACEVAM. - <b>Informante 8:</b> Agricultor, ex-prefeito e membro da ACEVAM.	02
Banco do Brasil	- <b>Informante 9:</b> Ex gerente do SICREDI e gerente de módulo do Banco do Brasil;	01
COOPERJA/Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado	- <b>Informante 10:</b> Gerente da loja de insumos de Praia Grande	01
Escritório particular de assistência técnica em projetos agropecuários	- <b>Informante 11:</b> Engenheiro Agrônomo	01
<b>Total</b>	<b>11(onze) informantes</b>	<b>11</b>

**Quadro 16:** Amostra de informantes-chaves do município de Praia Grande

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Previamente à terceira fase, buscou-se informações da quantidade de agricultores familiares do município e por comunidade rural, excluindo demais residentes no meio rural, a fim de se calcular a partir destes dados uma amostra. Esta informação foi obtida através dos técnicos da EPAGRI local, enquanto que o número de residentes total por comunidade rural foi conseguida através da Secretaria da Saúde de Praia Grande por seus agentes de saúde, a qual se reproduz abaixo:

**Tabela 13:** Amostragem de agricultores familiares de Praia Grande - Santa Catarina

Comunidades	Número de famílias de agricultores familiares (EPAGRI)	Número de famílias residentes (Secretaria da saúde municipal)	%	Amostra calculada (n)	Amostra realizada
-------------	--	---	---	-----------------------	-------------------

<sup>34</sup> Informante responde pela função de secretário da agricultura, visto que na estrutura organizacional da administração municipal não existe formalmente uma secretaria da agricultura.

Cachoeira	35	104	3,5402	3	3
Vila Capitão	25	26	2,5287	3	2
Aparecida	13	13	1,5172	1	1
Sanga da Ripa	35	60	3,5402	4	2
Passo da Cachoeira	20	20	2,5287	2	2
Pedra Branca	10	29	1,0114	1	1
Alto da Esperança	18	21	1,8206	2	1
Zona Nova	20	27	2,0229	2	1
Costão Novo	07	07	1,0114	1	1
Vista Alegre	22	27	2,2252	2	2
Três Irmãos	23	32	2,3264	2	2
Figueira	15	47	1,5172	2	1
Fortaleza	20	40	2,0229	2	2
Mãe dos Homens	45	50	4,5517	5	4
Passo Fundo	12	21	1,2137	1	1
Pintada	30	55	3,0344	3	2
Rio do Boi	23	48	2,3264	2	2
Vila Glória	10	25	1,0114	1	1
Rio Canoas	10	35	1,0114	1	1
Vila Rosa	15	46	1,5172	1	1
Alvorada	12	76	1,2137	1	1
Pé da Serra	5	119	0,5057	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>425</b>	<b>928</b>	<b>43,9986</b>	<b>43</b>	<b>35</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria da Saúde e da EPAGRI de Praia Grande – SC

A relação acima mostra na primeira coluna um total de 22 comunidades rurais do município de Praia Grande. Na segunda coluna consta a quantidade de famílias de agricultores familiares<sup>35</sup> segundo a EPAGRI local, totalizando 425 famílias. Ao passo que, na terceira coluna são mostradas as 928 famílias residentes nas respectivas comunidades considerando: agricultores familiares, não-familiares e demais moradores em geral que vivem na zona rural, mas não exercem atividades agropecuárias.

<sup>35</sup> O conceito utilizado para a formação da amostra levou em consideração os três elementos básicos que são chave para a delimitação do que sejam agricultores familiares. São eles: a) família: mínimo duas pessoas (matrimônio, parentesco, etc); b) terra: acesso à terra; c) trabalho: elo de ligação entre as duas dimensões anteriores. Além destes, o estudo alinha-se ao conceito de *condição camponesa* de Ploeg(2008), conforme já referido. Mais adiante, discrimina-se a unidade de análise novamente.

Demonstrou-se pela disparidade dos números que o meio rural do município, comporta novos residentes, em consonância com o referencial teórico abordado no segundo capítulo o “Novo Rural”.



**Fotografia 1:** Rural como um “continuum” do urbano – O “Novo Rural”

Foto da comunidade da Cachoeira – Praia Grande – SC

**Fonte:** Registrado pelo autor durante pesquisa de campo (2011)

Já, na quarta e quinta coluna apresenta-se o cálculo da amostra<sup>36</sup> que projetou um percentual de 10% de estabelecimentos a serem realizados os questionários. O método empregado foi a Amostragem Sistemática por comunidade. A vantagem deste método é que ele necessariamente abrange todas as comunidades do município, pois são calculados percentuais sobre a população de cada uma que irá compor a amostra total. Evita-se assim de alguma comunidade ficar de fora o que incorreria em problemas de validação da mesma, pois a pesquisa de campo almeja representar o município como um todo. Cabe salientar que este parâmetro foi utilizado com base em outras pesquisas estatísticas e também em função de custos e pela dificuldade de tempo para visitar todos os estabelecimentos do município. Ou seja, foram calculados 43 estabelecimentos para pesquisa.

<sup>36</sup> Primeiro, dividiu-se o município em comunidades conforme as informações próprias dos técnicos da EPAGRI que residem no município, e cada comunidade entrou na amostra com o peso proporcional ao seu número de famílias. A partir disso, chegou-se a um número  $x$  de questionários máximos estipulados a serem feitos em cada uma. Depois, dividiu-se este  $x$  ( $n$ ) pelo número de famílias rurais totais do município ( $N$ ), gerando um número percentual. Este percentual foi utilizado para obter quantas famílias seriam entrevistadas em cada comunidade. O percentual encontrado ( $n$ ) foi arredondado.

Formulado o tamanho da amostra, executou-se a 3ª etapa da pesquisa de campo, no mês de abril de 2011, através da aplicação de questionários semi-estruturados (Apêndice B) com os agricultores das 22 comunidades. Privilegiou-se cobrir toda a amostra, em todas as comunidades. Foram aplicados 35 questionários e não 43 como previsto, dado que adotou-se o critério da saturação, o que significa dizer que quando as respostas começaram a se repetir, encerrou-se a pesquisa.

Conforme demonstrado na tabela anterior (6ª coluna) aplicou-se os questionários em todas as 22 comunidades. Na elaboração do questionário também se procurou que algumas perguntas retratassem a realidade daquela comunidade, a fim de se gerar um diagnóstico mais abrangente tentando-se fugir das exceções. Muitas vezes nestas entrevistas foi possível, pois se interpelou muitos chefes de família que eram “antigos” moradores do município e que conseguiram dar valiosas informações históricas sobre vários aspectos. Também em algumas entrevistas foi possível o diálogo com toda família, o que possibilitou algumas vezes nas respostas, o “olhar” dos mais jovens. Aplicaram-se os questionários de forma aleatória visando à maior independência possível da amostra. Não se fez sorteio das casas, apenas identificaram-se os agricultores familiares em cada comunidade visitada.

Segue a partir de agora então os resultados encontrados na 2ª e 3ª etapas da pesquisa de campo, através dos questionários semi-estruturados aplicados com os informantes-chaves e agricultores familiares (amostra), divididos por tema, por questões didáticas, além de dados secundários (IBGE), para fins de comparações.

Antes de tudo, apresenta-se algumas definições operacionais utilizadas na amostra. Foram considerados membros da família os indivíduos que habitam em um mesmo estabelecimento (propriedade rural), mas não necessariamente sob o mesmo teto. Na maioria dos casos estes indivíduos possuem laços de consangüinidade e de parentesco, mas há alguns casos isolados que mesmo não os tendo são considerados da família.

Não foram consideradas aquelas famílias que não tinham propriedade e que moram em um pequeno terreno, como os exemplos mais emblemáticos das comunidades do Pé da Serra<sup>37</sup>, onde há 119 famílias, mas apenas 5 famílias são de agricultores familiares e na comunidade da Cachoeira onde moram 104 famílias e apenas 35 são consideradas agricultores familiares. Geralmente, estas famílias adquirem os terrenos a partir dos lotes dos agricultores

---

<sup>37</sup> A comunidade Pé da Serra está localizada bem próxima do centro da cidade razão pela qual concentra um contingente populacional que trabalha nas indústrias, comércio e serviços da cidade. Também é considerável nesta comunidade conforme apontou os entrevistados de muitas famílias que migraram de outras comunidades, principalmente da Pedra Branca procura de emprego.

e possuem atividades não-agrícolas. Também não foram consideradas as chácaras de finais de semana.

Reforçando-se então que a amostra contou com 35 famílias de agricultores das 22 comunidades do município, que servirão de base para as tabelas e análises abaixo. As questões referentes ao modelo de questionário aplicado aos agricultores estão em anexo (Apêndice B) e o modelo de questionário aplicado aos informantes chaves está em anexo (Apêndice A).

### 5.2.3 Evolução e Caracterização Sócio-Demográfica de Praia Grande

Neste item, faz-se uma breve caracterização sócio-demográfica do município, complementando o já exposto no tópico (4.2.1), privilegiando-se os aspectos que influem diretamente no problema de pesquisa proposto, mas agora com base na pesquisa de campo (amostra). Analisa-se a composição familiar quanto à: idade dos chefes das famílias, quantidade de membros das famílias, escolaridade dos chefes e discute-se a evolução demográfica, a partir da década de 1970 aos dias de hoje, conforme tendências já apontadas. Utilizam-se os questionários junto aos: informantes-chaves, os agricultores familiares e também dados secundários do IBGE.

**Tabela 14:** Idade do chefe do estabelecimento no município de Praia Grande

Estratos	Quantidade(n°)	Percentual(%)	Perc. Acumulado(%)
25 a 40 anos	1	2,86	2,86
41 a 50 anos	10	28,57	31,43
51 a 60 anos	10	28,57	60,00
>61 anos	14	40,00	100,00
Total	35	100,00	100,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

Observando-se a tabela acima, chama a atenção na amostra que 68,57% dos chefes dos estabelecimentos estão acima de 51 anos de idade, sendo que a maioria destes ainda possui mais de 61 anos, como indicam 14 chefes de famílias entrevistadas. Infere-se diante disso que ao longo destas últimas décadas ocorreram intensas migrações principalmente da população mais jovem, restando no meio rural uma população envelhecida na gestão das propriedades rurais.

Em resumo, se observa o envelhecimento da população rural do município. As entrevistas com os informantes-chaves de uma forma geral ratificam essa tendência ao longo dos últimos anos, inclusive despertando como preocupação dos extensionistas da EPAGRI e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, através do Planejamento Participativo 2010, onde o êxodo jovem figura como problema a ser enfrentado.



**Fotografia 2:** O envelhecimento e a masculinização na agricultura familiar de Praia Grande/SC

**Fonte:** Registrado pelo autor durante a pesquisa de campo (2011)

Os resultados da amostra também estão em consonância com os estudos já desenvolvidos para o estado de Santa Catarina, apresentados no segundo capítulo desta dissertação, onde o *envelhecimento da população rural* emerge com uma grande preocupação e passa a aparecer nas agendas de pesquisa dos estudos rurais.

Passa-se agora a outro indicador neste diagnóstico no âmbito familiar, o número de pessoas que compõe estas famílias, no meio rural de hoje.

**Tabela 15:** Número de pessoas residentes por estabelecimento no município de Praia Grande - SC

Nº de pessoas por família	Nº de famílias	%	% Acumulado
Somente 1 pessoa	1	2,86	2,86
2 pessoas	9	25,71	28,57
3 pessoas	12	34,29	62,86
4 pessoas	9	25,71	88,57

5 pessoas	2	5,71	94,28
6 pessoas	2	5,71	99,99
7 pessoas	0	0,00	99,99
Mais de 7 pessoas	0	0,00	99,99
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00*</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

\* valores arredondados

Analisando os dados acima, obteve-se que 62,86% dos estabelecimentos entrevistados têm somente até 3 (três) membros na família residindo no meio rural. Observa-se na tabela ainda que em 9 (nove) famílias entrevistadas (25,71%) compõem-se de somente 2 pessoas, predominando em quase 100% destes, chefe e seu cônjuge, geralmente aposentados.

Isto vai ao encontro com o analisado na tabela anterior, a presença forte do envelhecimento da população, pois nas entrevistas foi considerável o número de famílias com chefes mais velhos que se constituíam famílias numerosas<sup>38</sup>, onde os filhos já deixaram o meio rural, constituíram novas famílias e no geral vivem de profissões “urbanas”.

É sabido que no período mais recente, a taxa de natalidade no país caiu sensivelmente em comparação com décadas anteriores, mesmo no meio rural, conforme já referido no segundo capítulo. E a realidade de hoje se apresenta com famílias bem menores, mas o fato é que isto tem gerado preocupações no tocante à *sucessão familiar* das propriedades rurais, já que no êxodo rural do passado, as grandes famílias (elevado número de filhos), compensavam essa perda.

Observa-se na tabela abaixo o exemplo desse fenômeno, aonde, no meio rural, vêm caindo a média de moradores por domicílio de 4,02 para 3,51 pessoas no município.

**Tabela 16:** Média de moradores por domicílio por situação em Praia Grande - SC

<b>Situação do domicílio</b>	<b>Ano</b>	
<b>Urbana</b>	<b>1991</b>	3,69
	<b>2000</b>	3,26
<b>Rural</b>	<b>1991</b>	4,02
	<b>2000</b>	3,51

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE/SIDRA (1991; 2000)

Ainda em relação à sucessão familiar no campo, na questão: Quais as medidas que poderiam ser tomadas no município para estimular os jovens a permanecer no campo?

<sup>38</sup> Cabe lembrar que o critério adotado pela amostra não foram considerados os filhos casados destas famílias e que constituíram outra família, muitas delas residindo no meio urbano.

(formulada para os informantes-chaves, elencando as alternativas - ver Apêndice B). Obteve-se como resposta o incentivo à pluriatividade e ainda políticas públicas que possibilitassem a garantia de renda, com o intuito de estimular estes jovens às atividades na agricultura, mas vinculadas às atividades “urbanas”. Um dos exemplos seria o incentivo à criação de agroindústrias (de açúcar mascavo<sup>39</sup>) ou outras para a continuidade da profissão de agricultor possibilitando a sucessão das propriedades.

Outra característica que pode ser extraída da tabela anterior (Tabela 16) acima, advém do retratado no terceiro capítulo, como consequência do avanço do processo de mercantilização no meio rural, reduzindo-se emprego e renda na agricultura, acarretando o que alguns estudiosos chamam de individualização da gestão da produção. Esta se consolida como tendência em Praia Grande, onde os pais ficam encarregados das atividades agropecuárias e os filhos em atividades fora da propriedade.

Outra tendência já trabalhada no primeiro tópico desta seção (4.2.1), também verificada compreende o fenômeno da masculinização. Na amostra houve uma ligeira diferença do sexo masculino para o feminino, em maior número no primeiro, confirmando de certa forma os dados de predomínio do homem no meio rural, sem considerar as faixas etárias.

Mas, o que mais chamou atenção foi o predomínio masculino nas ocupações agrícolas, principalmente entre os agricultores que tem no arroz, sua principal atividade. Apesar de também incidir-se em outras atividades (cultivos). Enquadra-se aqui o entendimento de Anjos e Caldas(2005) como consequência da modernização da agricultura, naquilo que estes denominam de processo de “desagravização” do rural brasileiro, onde há um crescente masculinização nos processos de trabalho. Enfim, há um crescimento da masculinização da força de trabalho no meio rural do município, corroborando com as pesquisas referidas no segundo capítulo, ou seja, o fenômeno da masculinização presente com intensidade nas faixas de idade ativa para o trabalho.

**Tabela 17:** Escolaridade do chefe do estabelecimento no município de Praia Grande - SC

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
Analfabeto	4	11,43	11,43

<sup>39</sup> Recentemente foi criada uma agroindústria de açúcar mascavo na comunidade Mãe dos Homens com auxílio de políticas públicas no âmbito federal que está obtendo relativo sucesso. Trata-se de um bananicultor tradicional da comunidade, que também contou com o auxílio técnico da EPAGRI. A gestão da agroindústria é de responsabilidade de um de seus filhos. Para se ter uma idéia, este mesmo produtor tem mais três filhos que já abandonaram o meio rural e foram “tentar a sorte” na cidade. Este é um dos exemplos exitosos de práticas que combinariam a atividade da agricultura (cana-de-açúcar) com agroindústria (açúcar mascavo e outros), ou seja pluriatividade na família e ainda com apoio de políticas públicas que propiciam renda.

Fundamental incompleto	23	65,71	77,13
Fundamental completo	3	8,57	85,70
Ensino médio incompleto	2	5,71	91,42
Ensino médio completo	3	8,57	99,99
Ensino superior ou mais	0	0,00	99,99
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00*</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

\* valores arredondados

Constata-se que o agricultor de Praia Grande possui baixa escolaridade, concentrando-se no extrato de ensino fundamental incompleto (na sua maioria, até a antiga 4ª série), conforme demonstrado por até 65,71% da amostra. Considera-se também o fato de que em 04 (quatro) entrevistas correspondendo a 11,43% da amostra, os chefes dos estabelecimentos eram analfabetos.

Quando comparados os dados desta amostra com os dados secundários para o ano de 2006, conforme IBGE obtêm um quadro bastante similar. Observa-se na tabela abaixo (Censo Agropecuário 2006), o município conta com um total de 481 estabelecimentos agropecuários. Destes, os dados abaixo demonstram que 327 estabelecimentos possuem o dirigente com escolaridade igual ao ensino fundamental incompleto, perfazendo o percentual de 67,98%, número este que se aproxima do observado na amostra, 65,71% neste ano de 2011.

<b>Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)</b>	
<b>Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento = Ensino fundamental incompleto (1º grau)</b>	
<b>Ano = 2006</b>	
<b>Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município</b>	
Brasil	2.192.000
Sul	641.858
Santa Catarina	128.339
Praia Grande - SC	327

**Quadro 17:** Número de estabelecimentos agropecuários e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento no ano de 2006.

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2006)

Isso de certa forma revela as dificuldades que existiam no passado para conseguir estudar e também corrobora com a tendência observada no período atual de êxodo rural mais “seletivo”, que está fazendo com que os jovens migrem do meio rural para o meio urbano,

atrás de um maior nível de estudos, a fim de seguirem profissões “urbanas”, deixando à frente das propriedades chefes de família envelhecidos e com pouco estudo.

Também se conforma como uma estratégia das famílias<sup>40</sup>, dadas as dificuldades de viver da agricultura, conforme se pode perceber pelas entrevistas e também pelas ocupações<sup>41</sup> dos membros mais jovens. Tudo isso também ajuda a explicar de uma forma geral o crescimento da população urbana e diminuição da população rural em Praia Grande.

Remete-se com isso tratar mais especificadamente o êxodo rural, diante dos interlocutores: os informantes-chaves e os próprios agricultores. Para a maioria dos informantes-chaves, uma conjunção de fatores explica o êxodo rural no município, com destaque para a busca de renda. Em praticamente todas as entrevistas o fator renda apareceu em primeiro lugar dentre os principais apurados.

Alguns diagnósticos chamaram a atenção. Ilustra-se um destes a partir de um dos entrevistados:

*Enquanto em anos atrás o arrozeiro de Praia Grande trabalhava “em cima” de 10 ha, com a sistematização das áreas hoje ele trabalha “em cima” de 100 ha. Já os fumicultores, a natureza do solo, muito argiloso, doenças e pragas, dificuldades de manejo, o pessoal foi embora para as “areias”<sup>42</sup>. Já na banana, o problema foi o mal do panamá, o fator climático .... perseguido de vento, onde só permaneceram as áreas onde as condições são melhores (Informante-chave nº 11).*

Neste trecho pode-se perceber as várias causas do processo de êxodo no município como um todo, onde o aumento do cultivo de arroz no município aliado a toda tecnologia empregada neste reduziu o emprego agrícola, o que fez com que muitos agricultores migrassem do meio rural do município. Outra causa viria das dificuldades impostas pelo clima, condições do solo, entre outras, para os cultivos de fumo e banana. No caso dos produtores de fumo, onde a migração ocorreu em função de melhores condições para produzir, assim como ocorrido com a banana.

Conforme já apontado anteriormente, incentivo à prática da pluriatividade e políticas de garantia de renda foram as receitas mais citadas para estancar o êxodo rural, numa segunda pergunta proposta. Disseminar políticas como a de alimentação escolar fornecida por

<sup>40</sup> Mais adiante, especifica-se estas estratégias de ocupações entre os agricultores familiares.

<sup>41</sup> Em relação ao aspecto das ocupações corresponde a um dos temas tratados no decorrer deste tópico, a qual indica poucos jovens exercendo atividades agrícolas nas propriedades rurais.

<sup>42</sup> “As areias”, referem-se às terras arenosas dos municípios vizinhos, como São João do Sul, melhores para o cultivo de fumo.

agricultores familiares do município foram umas das alternativas citadas entre alguns entrevistados e a criação de mais agroindústrias familiares.

Mais precisamente, através da questão nº 1.3 (Apêndice A) – A maior perda de população rural ocorreu na década de 80, seguida pela década de 90. Já, a última (anos 2000), o Censo Demográfico 2010, aponta ainda um êxodo rural, mas bem menor. Para você, a que se deve este estancamento na última década?

Dessa questão obteve-se um somatório de fatores como: aumento e disseminação do crédito rural nos últimos anos, a abrangência da aposentadoria rural, o aumento da prática da pluriatividade nas famílias, o término das áreas de sistematização da várzea pelo arroz, entre outras. Resultou-se segundo os informantes, uma população mais envelhecida que tem bem menos propensão a sair do meio rural, pois se identifica mais como o modo de vida no campo.

Vejam-se como os agricultores entrevistados reage à pergunta: **O senhor percebe entre as famílias de agricultores um abandono do campo aqui na comunidade?**

<b>Alternativas</b>	<b>Respostas</b>
SIM	32
NÃO	02
Não sabe/ Não respondeu	01
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

**Quadro 18:** Percepção Frente ao Êxodo Rural dos Agricultores Familiares de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

Nesse sentido, percebe-se na visita às 22 comunidades, o intenso processo de êxodo rural ao longo das últimas décadas. Exemplifica-se mesmo em comunidades bem díspares. Tanto na Pedra Branca, a mais antiga e distante do centro da cidade, onde vivem quilombolas<sup>43</sup>, numa região mais acidentada de difícil acesso, no entorno e até dentro da área de preservação permanente do Parque Nacional, para outra, como a comunidade Sanga da Ripa, de relativo fácil acesso, região que tinha o fumo como principal cultivo e hoje é típica produtora de arroz. Em ambas teve-se um forte êxodo rural, conforme relatos transcritos literalmente:

<sup>43</sup> Na comunidade Pedra Branca vivem 27 famílias de quilombolas. Recentemente no ano de 2004 estas famílias foram reconhecidas como remanescentes dos quilombos. Suas áreas de terras já estão certificadas mas ainda não tituladas. Importante dizer que com uma grande enchente ocorrida em 1974 que afetou o município como um todo, especificamente nesta comunidade, o impacto da tragédia foi bastante vigoroso, visto que muitas moradias ficavam a beira do rio, o que acarretou além de mortes, o abandono de muitos quilombolas pelas perdas de suas casas, lavouras, etc, e muitos destes, acabaram migrando para as cidades próximas (Fonte: Informações obtidas através de entrevista diretamente com líder comunitário quilombola).

*Metade dos quilombolas saíram. E hoje a maioria dos quilombolas são diaristas nas estufas de fumo. Aqui hoje são 27 famílias de quilombolas (entrevistado da comunidade Pedra Branca).*

*Tinha há anos atrás aqui sete estufas de fumo. Hoje não tem mais. E a escola fechou. Acho que não ficou 5% (Entrevistado da comunidade Sanga da Ripa).*

Mas também se percebe que as causas das migrações muitas vezes apresentam-se de formas variadas. Na comunidade Sanga da Ripa a substituição do fumo pelo arroz parece ter expulsado bastante gente, visto que o fumo tem a característica de exigir muita mão-de-obra, principalmente na colheita e ainda tradicionalmente emprega bastantes mulheres, ao passo que o arroz exige bem menos pessoas. Obviamente que as duas culturas tiveram avanços tecnológicos consideráveis e hoje em dia não se gera tanto emprego nas lavouras de fumo como em anos atrás.

Mas, essa especialização no cultivo de arroz (que muitas áreas plantavam-se fumo) explica em grande parte o movimento da população e a redução do emprego no campo em muitas comunidades de Praia Grande, principalmente por predominar a várzea em grande parte do território do município. Esta dinâmica revela o caráter do êxodo rural pelo descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo de acordo com a concepção de Martine e Arias (1987).

Deste processo, cabe citar outros exemplos de comunidades hoje típicas produtoras de arroz. Observa-se na fala destes agricultores de outras comunidades, ainda a respeito da pergunta acima: “Aqui, dos 40 anos pra baixo são muito poucos, dois ou três irmãos tocam 100 ha de arroz” (entrevistado da comunidade Figueira).

Mas quando a pergunta foi dirigida às comunidades da região da encosta, onde predomina os bananicultores, pelas respostas pode-se ver que as migrações rurais-urbanas, também foram consideráveis:

*[...] sim. Mais de 60% saíram. Os velhos não podem sair. O Serafim tinha sete ou oito filhos aqui na agricultura. Hoje só tem um. O Raimundo tinha 12 filhos. Os filhos foram embora para a cidade (entrevistado da comunidade Mãe dos Homens). A maioria saiu do campo. Ficam bastantes aposentados aqui na comunidade (Entrevistado da comunidade Mãe dos homens).*

Quanto ao movimento de êxodo jovem na atualidade, questionaram-se os informantes-chaves se este tinha predominância de jovens do sexo feminino. Na sua maioria os entrevistados entendem que são ambos os sexos que migram, não prevalecendo mulheres.

Alguns relatos dos agricultores reforçam a idéia do êxodo jovem nos dias de hoje, quando questionados sobre o êxodo rural na comunidade.

*Sim. Os jovens trabalham fora. Só ficam os mais velhos (entrevistado da Cachoeira).*

*Os jovens aqui da comunidade estão todos trabalhando na cidade nas fábricas de pia, de cabine de caminhão. Não tem mais escolas nas comunidades (Entrevistado da comunidade Vista Alegre).*

#### **5.2.4 Evolução e Caracterização da Estrutura Fundiária: acesso, área e uso da terra em Praia Grande**

A pesquisa de campo comprovou o predomínio da pequena propriedade no município, conforme demonstrado no tópico anterior. A média de áreas próprias da amostra ficou em 17,12 ha. Destaca-se também o crescimento do número de arrendamentos (tabela abaixo). Dos 35 estabelecimentos, 11 deles arrendam terras de outros produtores, correspondendo a 31% do total de entrevistados. Isso pode demonstrar sinais da necessidade de mais terras para complementação de renda e um uso mais intensivo das mesmas. Percebe-se claramente isso ao longo das entrevistas principalmente nas comunidades que tem no arroz o principal cultivo como: Cachoeira, Passo da Cachoeira, Figueira, Três Irmãos, Sanga da Ripa, Vila Capitão, Rio Canoas e Alvorada, onde na questão pertinente ao uso da terra, a área produtiva possível se aproximou da área total da propriedade<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Este cálculo pode ser demonstrado a partir do SAU (Superfície Agrícola Útil) que corresponde à área em hectares do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, ou seja, a Superfície Total (ST) da unidade de produção agrícola menos as áreas improdutivas ou que na estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola.

**Tabela 18:** Estrutura fundiária dos estabelecimentos (amostra) de Praia Grande - SC

Nº de estabelecimentos	Área própria(há)	Arrenda de outros (ha)	Arrenda para outros (ha)	Total de área própria	Total da área utilizada*
1	9	-	12	21	9
2	-	12	-	0	12
3	6	-	-	6	6
4	25	-	-	25	25
5	15	-	-	15	15
6	2,5	-	-	2,5	2,5
7	10	-	-	10	10
8	-	-	36	36	0
9	30	90	-	30	120
10	13	-	-	13	13
11	6,7	-	-	6,7	6,7
12	-	22	-	0	22
13	21	-	-	21	21
14	17	9	1	17	26
15	70	30	-	70	100
16	32	-	-	32	32
17	10	26	-	10	36
18	1	-	-	1	1
19	10	-	-	10	10
20	19,5	-	-	19,5	19,5
21	14	-	-	14	14
22	18,5	-	-	18,5	18,5
23	-	12	-	0	12
24	75	-	-	75	75
25	25	-	-	25	25
26	2,5	-	-	2,5	2,5
27	-	3	-	0	3
28	6	-	-	6	6
29	30	24	-	30	54
30	1	5	-	1	6
31	5	-	-	5	5
32	29	-	-	29	29
33	6,5	10	-	6,5	16,5
34	24	-	-	24	24
35**	0	-	-	0	0

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

\*Refere-se à área disponível para utilização, mas não corresponde a superfície agrícola útil. \*\* Um dos entrevistados não possui terras, nem arrendamentos e trabalha como diarista nas estufas de fumo.

Quanto ao acesso à terra, na amostra, somente por herança chegou-se a 20%, número pouco expressivo se levarmos em conta que pela compra obteve-se em aproximadamente 45% dos estabelecimentos considerando-se: compra de parentes, terceiros e combinação das mesmas. E ainda que 11% dos entrevistados não possuem terra e necessitam arrendá-las.

Observa-se o crescente processo de mercantilização da agricultura familiar. Estes números comprovam a dificuldade no acesso à terra no município, e a queda da renda agrícola, além da dificuldade de sucessão nas propriedades, visto que a terra se consolida com

um dos meios de produção principais, garantindo-se por meio da família a reprodução social dos futuros agricultores. Pois é através da terra que se dão as condições de produção pelo acesso ao crédito rural, às novas tecnologias, entre outras. Enfim, refletindo-se também na queda no número de pessoas empregadas nos estabelecimentos agropecuários no município.

### **5.2.5 Evolução das Principais Atividades de Produção Vegetal, Animal e Agroindústrias**

Apresenta-se a partir de agora questões referentes à evolução das principais atividades dos agricultores familiares, com o objetivo de identificar a tendência as especializações produtivas, o perfil do agricultor de Praia Grande e também de suas estratégias produtivas.

No questionamento aos informantes-chaves a respeito do avanço das especializações produtivas no município, como o cultivo de arroz, em praticamente todas as entrevistas citou-se como fator principal que impulsionou esse movimento, o programa Provárzea, implantado na região sul de Santa Catarina. Salientou-se a abrangência do projeto, como pacote tecnológico na sistematização das áreas de terras para o cultivo de arroz, criação de todo um sistema de comercialização, armazenamento, facilidades de crédito, criação de cooperativas, etc., aliado as condições propícias do meio ambiente para esta cultura.

Em resumo, este programa dinamizou todo um conjunto de fatores que propiciaram um mercado favorável ao longo de anos também com condições de preço e custo do produto, que estimularam uma massa de agricultores a especializar-se neste cultivo para a venda no município. Neste sentido, teve como fundamental a iniciativa do Estado, na qual estas políticas públicas visavam modificar os processos de produção tradicionais, pelo aumento do uso de insumos de origem industrial, evidenciado aqui através do Provárzea. Consolidava-se então com isso, o mercado de produtos agrícolas orientados para o consumo urbano e de insumos industriais à destinação das empresas agropecuárias. Além do aumento do uso de máquinas e equipamentos agrícolas.

De acordo com o enfatizado no primeiro capítulo, este modelo de desenvolvimento se enquadrava dentro da “concepção desenvolvimentista”, na qual aumentaria-se a produtividade e renda das populações do campo. E, conforme Graziano (1982) produzira um padrão de viabilidade econômica que passava a ser referência a todos os estabelecimentos agrícolas que o tenham ou não atingido.

Segue abaixo a produção agropecuária apurada na pesquisa de campo, junto aos agricultores familiares, a fim de verificar no período mais atual se confirma a tendência de especialização produtiva mostrada no item (4.2.1), a qual se apresentou a produção até o ano agrícola de 2008.

**Tabela 19:** Principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares para comercialização no ano agrícola Julho de 2010 à Junho de 2011

<b>Produtos Agropecuários</b>	<b>Número de produtores* com produção para venda</b>	<b>Médias (área plantada) em ha</b>
Arroz	14	25,70
Fumo	6	4,83
Banana	9	3,62
Milho	7	4,50
eucalipto	4	4,25
mandioca	2	1,25

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril 2011

Observações: \* Foi considerado na amostra um total de 31 produtores e não os 35 agricultores familiares que corresponde à amostra total. Conforme considerações, a saber: 1) Três produtores das comunidades Vila Glória, Rio do Boi e Zona Nova produzem somente para autoconsumo e não foram considerados na relação acima. 2) Um agricultor da comunidade Vila Rosa mantém somente hortas e não foi considerado na relação. Atividade principal de turismo rural (hostel). 3) Um dos agricultores da comunidade Pedra Branca constou na relação acima somente com banana, mas o mesmo produz também para venda: pepino, morango, entre outros. Trata-se de um agricultor (líder comunitário quilombola) com produção orgânica diversificada. 4) Constaram também para a venda atividades: cana de açúcar, bovinocultura de corte, suínos e maracujá. Todos estes são cultivados somente por 4 produtores, sendo cada um com uma destas atividades.

De acordo com as tendências já antecipadas, a pauta produtiva dos agricultores familiares, apurada na pesquisa de campo, vem seguindo a mesma trajetória. Mas os dados mostraram pontos que exigem uma maior reflexão. A amostra que abrangeu os agricultores das 22 comunidades ratificou-se o predomínio nos principais cultivos para a comercialização: arroz, banana, fumo e milho. Revelou-se também que entre os produtores, há nitidamente uma concentração elevada nestes cultivos, o que significa dizer que o agricultor que planta arroz depende excessivamente da venda de praticamente só arroz, ou seja, se identifica como rizicultor, e em alguns casos, ele produz combinado com milho também para venda, ou outra cultura.

O agricultor que produz banana também tem na sua maioria o mesmo comportamento, só vende a banana. E com menor incidência produz outro cultivo para venda. Já o produtor que cultiva o fumo entre os anteriores é o que ainda geralmente tem na sua pauta outra cultura para comercialização, sendo predominante o milho. E também com a própria banana.

Obviamente que estes agricultores têm na sua propriedade os cultivos para autoconsumo, os quais também são contemplados no decorrer deste estudo. Conclui-se, porém desta análise, a excessiva especialização produtiva para venda, gerando-se uma vulnerabilidade econômico-social dos agricultores, visto que se aumentam os riscos tanto

ambientais, como eventos climáticos, frustrações de safra, além de econômicos conjunturais, pela excessiva dependência e concentração da renda. Ao longo do capítulo far-se-á a análise específica das rendas.

Isso prova como avançou o processo de mercantilização da agricultura no município e quão inserida está, no padrão agro-industrial formado. Há toda uma rede complexa de vínculos mercantis, integrando os agricultores ao ambiente social e econômico, identificadas na especialização nos cultivos para a venda. Este padrão também se observa pela ligação dos agricultores com as Cooperativas<sup>45</sup>, principalmente de produção, pelo escoamento do principal produto arroz e pela aquisição de produtos e insumos agroquímicos, além da assistência técnica.

Mesmo que se observe esta tendência fiel aos monocultivos para a venda, deve-se destacar que o autoconsumo se reveste de significativa importância nas comunidades. Deve se ter em mente que mesmo numa agricultura mercantilizada há sempre de se considerar que as unidades familiares têm na produção para o autoconsumo a busca de uma maior autonomia para sua reprodução social. Aqui, a autonomia entendida naquela dimensão enfatizada por Ploeg (2008), a qual considera a *produção agrícola*, o campo de batalha que permite o agricultor progredir e até mesmo resistir ao padrão mercantilizado dominante.

Analisando-se a pauta produtiva da amostra, estabelece-se uma tipologia com a finalidade didática, onde se divide os cultivos por comercialização (tabela acima) e autoconsumo<sup>46</sup>, mesmo que os mesmos se prestem as duas finalidades, obteve-se o seguinte:

**Tabela 20:** Participação de produtos agropecuários para autoconsumo entre os *tipos de* agricultores familiares de Praia Grande – SC

Tipologias	Produzem para autoconsumo		Somente produção para venda		Total
	Nº de produtores*	%	Nº de produtores	%	
Rizicultor	6	50,00	6	50,00	100,00
Bananicultor	7	77,78	2	22,22	100,00
Fumicultor	5	80,00	1	20,00	100,00
Demais produtores (diversificados,	4	100,00	0	0,00	100,00

<sup>45</sup> No município existe uma forte concentração da comercialização de arroz por uma grande empresa sediada no município vizinho de Jacinto Machado, mas que possui uma filial em Praia Grande. Trata-se da Cooperja, empresa que está entre as 400 maiores empresas de agronegócio do país, comercializando 10% do arroz catarinense, correspondendo a 2% do arroz consumido no Brasil.

<sup>46</sup> Entendido aqui nesta pesquisa numa dimensão ampla como os produtos agropecuários destinados ao abastecimento da família de no mínimo três cultivos, que esta não precisa adquirir via compra (gasto monetário) no mercado.

aposentados, outros)

Total	22	70,97	9	29,03	100,00
-------	----	-------	---	-------	--------

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

\*Considerado conforme amostra de 35 famílias de agricultores entrevistados

Observações: a) Dois “rizicultores” não foram considerados na relação, pois produzem além de arroz, somente mais leite (em um destes) e o outro, milho; b) Um produtor que só possui horta e trabalha com turismo não foi considerado; c) Outro produtor que abandonou a atividade de agricultor e aguarda benefício de doença também não foi considerado (somente hortas).

Diante do exposto acima, chega-se a alguns pontos importantes, diante da proposta da tabela. Do total, praticamente 30% dos agricultores não produzem nenhum cultivo para o provimento alimentar da família. Se a comparação se der entre os *tipos* criados, observa-se que os fumicultores (80%) e os bananicultores (77,78%) mesmo especializados, cultivam alguns produtos para o autoconsumo de suas famílias. Ao passo que entre os rizicultores, apenas 50% mantêm alguns cultivos com o objetivo de autoprovimento alimentar de suas famílias.

No grupo – *demais* – aparecem os agricultores mais diversificados que têm no autoconsumo seu principal objetivo. Destacam-se, entre estes, os agricultores aposentados que diversificam bastante sua pauta produtiva, além de outros que seguem a estratégia de elevada diversificação de cultivos em suas propriedades, tais como: feijão, milho, batata, hortifrutigranjeiros, criações de suínos, gado de corte, leite, entre outros.

Importante ponto que fica desta análise justifica-se pelo entendimento que a produção para o autoconsumo traz consigo duas lógicas embutidas em termos de autonomia. A de caráter produtiva e reprodutiva do grupo doméstico e mantém interna a unidade produtiva a principal esfera responsável pela reprodução, diminuindo a dependência das condições externas do ambiente social e econômico, e especificamente das flutuações destas condições de troca no mercado.

No tocante à comercialização como o exemplo da banana, tem-se conforme Censo Agropecuário 2006, o seguinte quadro:

<b>Município = Praia Grande - SC</b>	
<b>Variável = Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 (Toneladas)</b>	
<b>Produtos da lavoura permanente = Banana</b>	
<b>Ano = 2006</b>	
<b>Destino da produção vendida ou entregue a terceiros</b>	
<b>Total</b>	<b>3.276</b>
Vendida ou entregue a cooperativas	250
Vendida diretamente para indústrias	1.134

Entregue à empresa integradora	43
Vendida diretamente a intermediários	1.751
Vendida, entregue ou doada ao governo (federal, estadual ou municipal)	X
Vendida diretamente ao consumidor	84
Vendida como semente	-
Exportada	-
Não vendeu	4

Nota: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caractere X.

**Quadro 19:** Quantidade produzida e destino da produção de banana nos estabelecimentos agropecuários de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE/SIDRA (2006)

Notam-se nos dados acima que no município predomina a comercialização da banana aos intermediários, correspondendo a mais da metade de toda produção (53,45%), esta composta basicamente de banana convencional. Ao passo que, a entregue às Cooperativas (no caso destaca-se a ACEVAM), compõem-se de banana orgânica contando com 250 toneladas em 2006.

Os intermediários são basicamente caminhoneiros filiados às empresas ou particulares, os quais classificam a banana pela qualidade e determinam o preço a ser pago. Em geral são três tipos de bananas<sup>47</sup> que são vendidas pelos produtores diretamente nas suas propriedades a estes atravessadores. Percebe-se nas entrevistas que os agricultores muitas vezes se sentem coagidos por esta prática, pois não possuem autonomia frente ao que produzem pela dependência deste tipo de mercado.

Revela-se aquilo que Ploeg (1992) denomina de *externalização*, numa referência gradual, ou às vezes abrupta transferência do controle dos recursos produtivos e tarefas por atores externos. Além disso, os agricultores ainda sofrem com a concorrência da banana provida de São Paulo, o que faz em determinadas épocas de acordo com o preço, dos intermediários buscarem o produto lá, dificultando-se assim o escoamento da produção do bananicultor do município.

Em relação ao “perfil” do agricultor de Praia Grande, (tabela abaixo), os dados mostram que ele possui bastante experiência e conhecimento das práticas agrícolas na região. Predomina-se, conforme a amostra, 80% com 30 anos ou mais como agricultor no município. Número bem expressivo, mas ao mesmo tempo em que demonstra experiência e conhecimento tradicional acumulado para as práticas agrícolas e no enfrentamento das

<sup>47</sup> Os três tipos são: a banana de primeira qualidade, atualmente conta com preço pago ao produtor de R\$ 0,80/kg, a de segunda qualidade chega a R\$ 0,40/Kg e a de terceira é pago R\$ 3,00 a caixa. A caixa comercializada obedece ao padrão de 20Kg.

adversidades que a vida no campo traz. Por outro lado, ratifica-se o problema de uma agricultura familiar que depende excessivamente de uma população mais envelhecida que não está conseguindo repassar estes conhecimentos aos seus sucessores naturais.

**Tabela 21:** Experiência (perfil) do agricultor Praia Grandense

Nº de produtores		Nº de produtores	
Tempo como agricultor no município	%	Tempo aproximado que mantém a mesma pauta produtiva*	%
Menos de 5 anos	1	3	9,09
5 a 10 anos	-	8	24,24
10 a 20 anos	1	3	9,09
20 a 30 anos	5	8	24,24
30 ou mais	28	11	33,33
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>33**</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

\* Dois entrevistados vivem somente da aposentadoria. Abandonaram a atividade agrícola há pouco tempo e não foram considerados nesta estatística.

Este comportamento está de acordo com os estudos de Mello et al. (2003), os quais concluíram que na região oeste de Santa Catarina ainda nos anos 1960 haveria uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações individuais de seus membros, tendo a pressão moral tanto da família quanto da comunidade para a continuidade da profissão de agricultor. Todavia, recentemente em 2003, estes estudos comprovaram que estaria se rompendo a fusão que existia entre o destino da unidade produtiva e o da própria família e a profissão de agricultor passa a ser uma possibilidade entre outras de alternativa de trabalho. Ou seja, Praia Grande parece enquadrar-se nesta situação.

Já, em relação ao período de permanência com a mesma pauta produtiva para a venda (comercialização), denota-se que ela sofre poucas mudanças e acompanha o ritmo imposto principalmente pelos ciclos<sup>48</sup> de substituição das principais culturas, como o fumo pelo arroz, por exemplo, em grande parte das comunidades.

Na pesquisa de campo as respostas dos agricultores dão a dimensão que eles na sua grande maioria acompanharam um padrão de produção tendendo a especialização em poucos

<sup>48</sup> Refere-se aqui a predominância de determinados cultivos ao longo de determinados períodos como atividades agrícolas principais. Outro exemplo foi a mandioca que teve grande importância econômica no município à anos atrás. Assim como o ciclo da madeira, a qual foi a base econômica de algumas comunidades no passado como por exemplo a comunidade Zona Nova, onde haviam três serrarias que empregavam muitas pessoas, além de escolas, igrejas, enfim uma vida comunitária, mas que hoje não passa de algumas poucas casas com basicamente agricultores aposentados.

cultivos para a venda, destacando-se sempre: o arroz, a banana e o fumo. Relativizando-se um pouco as respostas devido à dificuldade de precisão do período para as respostas, pode-se dizer que mais de 57% dos estabelecimentos, mantêm o mesmo tipo de cultivo para a venda por mais de 20 anos, considerando-se a soma dos dois últimos estratos da tabela acima.

Pode-se inferir disso que a consolidação dos complexos agroindustriais (CAI's), é evidenciada no município fundamentalmente na cadeia produtiva do arroz que responde pela dinâmica das atividades agropecuárias e determinaram o desenvolvimento do município de uma forma geral, reduzindo o emprego nos estabelecimentos agropecuários e gerando um movimento populacional de busca de novas fontes de trabalho, renda e moradia.

Processo este dinamizado pela adaptação as condições do meio ambiente, como também culturais ao longo dos anos, ou seja, o conhecimento tradicional arraigado por determinado cultivo, como as de ordem econômica reveladas acima (ciclos) ou incentivadas por políticas agrícolas (Próvarzea), pelas dificuldades de apoio técnico para induzir o agricultor à inovação<sup>49</sup>, entre outras.

Por outro lado, está havendo certo crescimento, apesar de incipiente, de agricultores engajados na agroecologia, optando-se pela diversificação de suas pautas produtivas, conforme já destacado anteriormente. Muito por iniciativa da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM), incentivando o agricultor a adotar práticas mais sustentáveis, além de constituir-se num espaço de articulação e organização dos produtores ecológicos do município. O maior destaque hoje em dia é a produção de banana orgânica contando com 25 famílias. Além disso, existem também produtores de arroz orgânico e a prática de sistemas agroflorestais<sup>50</sup>.

Nesse sentido, estabelece-se a condição de agente, dentro do entendimento de Ploeg e Long (2009) na qual "(...) a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta, quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas". Evidencia-se este arranjo a partir da ação da ACEVAM (Associação dos colonos ecologistas), pois é esta que vem articulando os agricultores familiares para mudanças nos processos de trabalho, criando alternativas que diminuem o grau de dependência dos mercados. Incentivando-se as estratégias de internalização de

---

<sup>49</sup> Houve algumas tentativas em fruticultura como o maracujá no município em determinados anos que geraram um "pico" de produção incentivados pela EPAGRI local, mas que sofreram eventos climáticos (tempestade de vento) que devastaram este pomares.

<sup>50</sup> Trata-se de uma prática de combinação de vários cultivos de frutas, hortaliças e silvicultura geralmente em áreas de encostas de morros.

recursos produtivos e des-mercantilização, aumento da produção para autoconsumo familiar, inserção em novos mercados, através da produção agroecológica.

Contudo, destes “perfis” dos agricultores de Praia Grande, dá pra se dizer resgatando a perspectiva dos *estilos de agricultura* de Ploeg (2003), que um grande grupo deles está seguindo as estratégias de internalização das relações ditadas pelo projeto de modernização, enquanto este grupo menor, (agricultores agroecológicos) utilizam a estratégia de des-mercantilização.

Essas iniciativas conformariam também uma das características da Nova Ruralidade, assinaladas por Graziano (1999), de um crescimento de um conjunto de atividades localizadas em nichos de mercado, o que em certa medida se faz presente em Praia Grande.

### 5.2.6 Evolução da Base Tecnológica (Máquinas e Equipamentos) e a Utilização do Crédito Rural

Neste item específico apresenta-se a evolução de alguns indicadores que compõem a base tecnológica dos empreendimentos agropecuários em Praia Grande, tendo os Censos Agropecuários como fonte principal das informações, além da percepção deste autor na visita as propriedades. Após trata-se da utilização do crédito rural privilegiando-se a pesquisa de campo.

**Tabela 22:** Principais indicadores da base tecnológica de Praia Grande no período 1970 - 2006

Indicadores	1970	1985	1995	2006
Arados – tração mecânica	24	73	159	175
Área Irrigada (há)	1.224	864	2.333	#
Prática da irrigação (nº de estab.)	252	146	201	137
Uso de adubação química(nº de estabelecimentos)	188	583	467	#
Uso de defensivos (animal e vegetal) nº de estabelec.	-	678	551	287*
Uso de força mecânica(nº de estabelecimentos)	20	171	300	229
Tratores (nº)	28	85	166	113**

\*No Censo Agropecuário 2006 este dado aparece como número de estabelecimentos com o uso de agrotóxicos.

\*\* Dado retirado do SIDRA, Censo Agrop. 2006, o qual consta o número de estabelecimentos com trator.

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1970; 1985; 1995; 2006)

Dada certa dificuldade de comparar estes dados, devido aos critérios adotados<sup>51</sup> na forma das apurações, a maior contribuição destas informações revela-se o avanço do mercantilização da agricultura familiar como, por exemplo, no aumento da utilização de equipamentos agropecuários, como mostrada pelos arados de tração mecânica numa substituição dos arados de tração animal, assim como o crescimento da área irrigada, dada em função do crescimento da área plantada do arroz.

Em relação ao crédito rural, conforme pesquisa de campo obteve-se:

**Tabela 23:** Utilização de crédito rural entre os agricultores familiares de Praia Grande - SC

	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>
Utiliza crédito rural atualmente?	23	65,71	12	34,29
Utilizou crédito rural em anos anteriores frequentemente?	18	51,43	17	48,57
Total	35	100,00	35	100,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011

A primeira constatação da amostragem mostra-se significativa a utilização do crédito rural no município, chegando à ordem de 65,71%, entre custeio e investimento. Predomina atualmente o custeio rural, principalmente para o cultivo de arroz. Mas o investimento também tem importante participação, dado que o sistema de produção do arroz é intensivo em tecnologia, e financiamentos de trator, colheitadeiras e demais equipamentos agrícolas são disseminados. No fumo há o financiamento de estufas.

Chama-se atenção também no quadro acima, o crescimento do crédito ao longo dos anos. Importante também ressaltar que ao longo das questões junto aos informantes-chaves, o crédito rural parece não configurar em uma dificuldade de acesso no município. Prova-se também que este não exercera impacto importante na retenção de agricultores na atividade agrícola na última década.

Destaca-se recentemente entre as linhas de crédito o PRONAF Mais Alimentos que gerou um crescimento no financiamento de tratores, utilizado principalmente no cultivo de

<sup>51</sup> Atentar que os indicadores listados pelo número de estabelecimentos, deve-se ter cuidado na sua análise, pois o município de Praia Grande teve uma diminuição considerável neste indicador, conforme revelado pelos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, respectivamente contando com 757, 594 e 481.

arroz e os microtratores<sup>52</sup>, específicos para os bananais, conforme se pode perceber pelas entrevistas e pelos dados que tive acesso<sup>53</sup>.

### 5.2.7 A Redução do Emprego Agrícola e a Questão da Mão-de-Obra

O aspecto mais citado pelos informantes-chaves para a redução do emprego agrícola nos estabelecimentos rurais em Praia Grande foi à especialização no cultivo de arroz por ter a característica de exigir pouca mão-de-obra, devido ao fato dele representar a maior ocupação em área agrícola no município, conforme já frisado anteriormente e aliado ao também já citado programa de sistematização de várzeas. Nesse questionamento teve-se a intenção de tratar o problema de forma mais abrangente e ao longo dos últimos anos.

Vejam-se agora como os próprios agricultores familiares vêem a necessidade de mão-de-obra para suas atividades agropecuárias.

	Pouca	Suficiente	Prejudicado*	Total
Mão-de-obra	13	18	4	35

\*Respostas prejudicadas. Observações: a) entrevistado abandonou a agricultura e atualmente trabalha com turismo rural (hostel) e possui somente hortas e pomares. b) entrevistado está doente e não possui mais terras. Trabalhava como diarista no fumo. c) entrevistado se aposentou há 5 anos e não trabalha mais na agricultura. d) entrevistado aposentou-se recentemente.

**Quadro 20:** Questão nº 3a (Apêndice B) - Como está a questão da mão-de-obra na sua propriedade hoje em dia?

**Fonte:** Elaborado pelo autor

	Regularmente	Poucas vezes	Raramente	Não contrata	Prejudicado*	TOTAL
Mão-de-obra	4	3	10	13	5	35

\*Respostas prejudicadas. Observações: a) entrevistado abandonou a agricultura e atualmente trabalha com turismo rural (hostel) e possui somente hortas e pomares. b) entrevistado está doente e não possui mais terras. Trabalhava como diarista no fumo. c) entrevistado se aposentou há 5 anos e não trabalha mais na agricultura. d) entrevistado aposentou-se recentemente. e) Entrevistado contratava, mas agora somente arrenda terras para outros para cultivo de arroz.

**Quadro 21:** Questão nº 3b (Apêndice B) - O senhor necessita contratar mão-de-obra para as atividades?

**Fonte:** Elaborado pelo autor

<sup>52</sup> Estes microtratores vêm substituindo a carreta de tração animal, utilizada nos bananais principalmente na colheita da banana. Eles tem a vantagem de diminuir o tempo de trabalho (aumento da produtividade do trabalho) e também evitam perdas, melhorando a qualidade da banana, pois diminuem os choques da fruta no transporte da lavoura ao depósito/galpão.

<sup>53</sup> Obteve-se dados junto ao Banco do Brasil por intermédio do principal engenheiro agrônomo responsável pelos projetos de investimento rural e de assessoria técnica do município.

No primeiro quadro, sem considerar as respostas prejudicadas, 58% dos entrevistados considera a mão-de-obra suficiente, contra 42% que necessitariam mais força de trabalho. Percebe-se que as respostas levam a uma menor preocupação dos agricultores com a questão da mão-de-obra para a execução das atividades nas suas propriedades<sup>54</sup>.

Já, no segundo quadro, complementando o primeiro, constata-se que em 13 estabelecimentos pesquisados não se contrata mão-de-obra, perfazendo 43,33% das entrevistas efetivas<sup>55</sup>. Neste estrato entram a maioria dos bananicultores que usam fundamentalmente a mão-de-obra da família, mas também arroteiros com área de terras menores. Já, no estrato *raramente*, estariam fundamentalmente fumicultores, onde nos meses de colheita se contrata mão-de-obra devido ao excesso de serviço que o cultivo exige e também parte dos arroteiros<sup>56</sup>.

O impacto das tecnologias de produção nos principais cultivos do município reduziu o trabalho nos estabelecimentos agropecuários. Este processo, ou padrão agrícola, conforme visto no referencial teórico da modernização da agricultura, afetou amplamente as regiões rurais do país como um todo.

Mas, atendo-se às peculiaridades de Praia Grande pode-se dizer que a mão-de-obra no arroz é fundamentalmente masculina, ao passo que fumo e a banana absorvem a mão-de-obra da mulher, ainda que se diagnosticou pelas entrevistas com os informantes-chaves, nas entrevistas diretamente com os produtores, entre outras, uma tendência de queda. Disso depreende-se que há uma masculinização crescente nos processos de trabalho no município, deixando as mulheres do campo com as atividades domésticas nas faixas etárias mais elevadas e as mais jovens migrando para ocupações urbanas.

O pressuposto desta análise especifica os cultivos de arroz, banana e fumo como principais, pois estes possuem maior representatividade econômica e são mais direcionados à comercialização. Mas, tem que se ter presente uma complexidade maior na pauta produtiva dos agricultores familiares do município.

Exemplo destas estratégias produtivas visualiza-se pelos próprios fumicultores. Pois estes trabalham muitas vezes consorciando fumo com milho (mais comum) ou, com

---

<sup>54</sup> Cabe dizer que nas respostas os agricultores queixavam-se do excesso de trabalho. Portanto, subentende-se que neste parâmetro estatístico devem-se relativizar as afirmações, pois nota-se que eles às vezes desejam demonstrar ao entrevistador que consegue dar conta de suas atividades, tendo dificuldade de admitir que a mão-de-obra seja pouca.

<sup>55</sup> Considerando somente os estabelecimentos que a questão obteve respostas nas alternativas disponíveis.

<sup>56</sup> Esta generalização dos *tipos de agricultores* tem o intuito de apenas identificar algumas tendências, mas não pode ser considerada como regra, dada tamanha diversidade de estratégias de alocação de trabalho que exigiria um estudo mais minucioso.

bovinocultura, com arroz, com banana, etc. Ainda, pode-se diferenciá-los em dois tipos: o *fumicultor forte* (proprietário da terra, usa mais tecnologia e contrata mão-de-obra na colheita) do *fumicultor migrante* (não tem terras e costuma arrendar terras diferentes em cada safra). Além disso, o cultivo do fumo exige dois a três dias por semana de trabalho permitindo muitas vezes outras atividades, como a prestação de serviços em outras atividades agrícolas de diarista ou atividades não-agrícolas. Somente na colheita, durante dois meses a mão-de-obra é intensiva e geralmente ainda as famílias necessitam contratar mais mão-de-obra.

Convém também aqui reforçar que a individualização na gestão da produção demonstra-se como tendência forte, dado que os filhos jovens não estão sucedendo os pais nas propriedades e na sua grande maioria seguem atividades não-agrícolas como neste próximo item será evidenciado.

### 5.2.8 A Tendência de Crescimento da Pluriatividade em Praia Grande

De acordo com o exposto anteriormente, quando o estudo referiu-se aos dados que refletem o recrudescimento do êxodo rural na última década em Praia Grande, a pesquisa de campo teve também o objetivo de verificar a abrangência da prática da pluriatividade.

Importante dizer que a definição de pluriatividade utilizada na pesquisa é de que famílias pluriativas são aquelas em que alguns dos membros que compõem o núcleo familiar exercem um tipo de atividade considerada não-agrícola. Para efeitos desta pesquisa atividades não-agrícolas<sup>57</sup> são aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal.

Comprovou-se na quase totalidade dos informantes-chaves de que houve um crescimento da pluriatividade entre as famílias de agricultores do município, nos moldes do critério adotado (citado acima), onde pelo menos um dos filhos exerce atividades não-agrícolas. Questionados sobre a causa deste fenômeno, os interlocutores apontaram com frequência a busca de renda como principal, mais especificadamente para 8 (oito) dos 11 (onze) entrevistados, esta diminuição da renda agrícola que tem levado a busca de outras

---

<sup>57</sup> Para um maior esclarecimento de atividades não-agrícolas o caso de beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (agregação de valor ao produto) enquadram-se como não-agrícolas. Exemplo: produção de açúcar mascavo na propriedade. Trabalho temporário em colheitas, limpeza e plantio fora da propriedade não é considerado como atividade não-agrícola.

fontes de renda pela família. Assinalado também em primeiro lugar, mas somente por 02 (dois) entrevistados, que a causa para o aumento da pluriatividade viria do crescimento de oportunidades/empregos no meio urbano (indústria, comércio e serviços).

Ainda dentro do tema da pluriatividade, observam-se a questão proposta para os informantes chaves:

Questão 6.3 (Apêndice A) - *Você acha que a prática da pluriatividade pode ser o “remédio” para estancar o êxodo rural no município?*

Alternativas	Respostas (Informantes chaves)
Sim	07
Não	01
Não sabe/ não respondeu	03

**Quadro 22:** Percepção dos Informantes-chaves diante da Pluriatividade como Inibidora do Êxodo Rural

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Sete (07) entrevistados consideram a prática da pluriatividade um dos meios que evitam o êxodo rural entre os agricultores familiares. Ressalva-se, porém no sentido de que muitos deles reforçam o caráter de se ter políticas e/ou meios de aumentar a renda gerada das atividades agrícolas propriamente ditas.

Passa-se agora a pesquisa de campo aplicada diretamente aos agricultores familiares, a fim de se ter uma idéia mais precisa desta prática.

Em relação ao trabalho das famílias de agricultores observamos uma divisão entre atividades agrícolas e não-agrícolas, entre os membros. Das 35 famílias pesquisadas, obtiveram-se os seguintes resultados:

Divisão entre atividades agrícolas e não-agrícolas	Quantidade de famílias
Famílias que exercem somente atividades agropecuárias	20
Famílias pluriativas*	14
Prejudicado	1
TOTAL	35

\*Pelo menos 01(um) membro exerce atividades não-agrícolas.

Observações: Um dos entrevistados não exerce mais atividades agrícolas e tornou-se empresário de turismo rural. Montou um albergue na zona rural, comunidade Vila Rosa, situado no pé da serra, caminho para um dos *Canyons*.

**Quadro 23:** Participação da pluriatividade entre os agricultores familiares de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Tem-se conforme mostrado no quadro acima, 40% de famílias pluriativas, ou seja, em 14 famílias, pelo menos (01) um membro exerce atividades não-agrícolas. Entretanto, a amostra conta com a maioria das famílias (57%) ocupando-se somente em atividades agrícolas. Contudo, algumas tendências foram observadas.

Diante das motivações para o exercício de atividades não-agrícolas, das 14 famílias que um dos membros trabalha em atividades não-agrícolas, sem dar alternativas de respostas<sup>58</sup>, obteve-se:

Motivações para o trabalho em atividades não-agrícolas	Respostas
Busca de renda complementar	11
Ter garantia de renda	3

**Quadro 24:** Motivações para a busca de atividades não-agrícolas entre os membros das famílias de agricultores de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/Abril de 2011

Nas duas motivações nota-se a preocupação dos entrevistados com o fator renda, sempre presente na fala dos agricultores, demonstrando a instabilidade da renda na manutenção das famílias e por isso muitas vezes o direcionamento dos filhos para outras atividades estranhas à agricultura. Na resposta *busca de renda complementar* alguns agricultores também se referem à busca de renda para fins de consumo doméstico tais como: eletrodomésticos, eletroeletrônicos e para consumo dos filhos, ou seja, bens para aumentar o conforto da casa e da família.

Discriminando-se os dados retirados da pesquisa de campo, (amostra), referentes à composição familiar e às ocupações dos filhos (membros), obteve-se:

- famílias que têm filhos em atividades não-agrícolas ..... 13
- famílias sem filhos ou filhos casados ..... 08
- famílias com filhos menores de 14 anos (estudantes) ..... 09
- famílias com filhos exercendo atividades agropecuárias parciais ..... 03
- famílias com filhos exercendo atividades agropecuárias integrais ..... 04
- famílias com filhos fazem serviços de auxílio na propriedade ..... 06

Uma das características da pluriatividade é que ela ocorre basicamente com os filhos exercendo as atividades não-agrícolas, pois das 14(quatorze) famílias pluriativas, 13 (treze)

<sup>58</sup> A pergunta aplicada foi: “O que tem levado a família a buscar trabalho em atividades não-agrícolas?”

famílias são pluriativas em função dos filhos, conforme listagem acima. Somente em 01 (uma) o chefe da família concilia atividades agrícolas e não-agrícolas, o que nos estudos rurais conhece-se pelo conceito de *part-time farmer*<sup>59</sup>.

Já quanto às famílias que possuem filhos nas atividades agropecuárias observa-se que apenas 4 (quatro) famílias possuem filhos exercendo atividades agrícolas em tempo integral. Esta se configura com uma tendência preocupante em relação à sucessão da propriedade familiar, os futuros agricultores familiares de Praia Grande, corroborando-se com o já discutido anteriormente.

Outra observação importante é que isso pode indicar uma tendência para as demais famílias que não exercem atualmente atividades não-agrícolas, pois 09(nove) delas (listagem acima) têm filhos menores de 14 anos e estes apenas estudam. Ou seja, mesmo não tendo todos os elementos suficientes para afirmar, pode-se no atual quadro dar indícios de que estes filhos possam vir a se ocupar em atividades não-agrícolas.

Outra tendência que se observa no município é a pluriatividade intersetorial, de acordo com a classificação vislumbrada por Schneider (2009), onde há a combinação nas famílias de agricultores de trabalho agrícola com atividades não-agrícolas nos setores comercial, industrial e de serviços urbanos. E que no caso de Praia Grande parece se consolidar numa divisão familiar onde os pais exercem as atividades agropecuárias e os filhos prevalecem nas atividades não-agrícolas, essencialmente “urbanas”.

Além disso, outras 08 (oito) famílias entrevistadas não têm filhos ou possuem filhos casados (que não residem mais no estabelecimento pesquisado e não participam com a renda da família entrevistada). Ou seja, muitas destas famílias somente de agricultores constituem-se de chefe e cônjuge e ainda “vivem” da agricultura, mas complementam renda com as aposentadorias rurais, devido ao fato já visto, que muitos já têm idade avançada.

Na pesquisa também se investigou a presença de benefícios de aposentadorias rurais<sup>60</sup> entre os membros das famílias, demonstrando-se uma elevada participação, e novamente comprovando o envelhecimento da população rural, aliada também à importância desta renda no meio rural do município. Destas 12 famílias o chefe ainda exerce atividades agropecuárias, e nas 4 restantes estes chefes deixaram de trabalhar na agricultura, mas continuam residindo no meio rural.

---

<sup>59</sup> Expressão refere-se ao agricultor em tempo parcial, ou seja, combina atividade agrícola como atividade não-agrícola, dividindo seu tempo de trabalho entre ambas.

<sup>60</sup> Comenta-se mais a esse respeito a seguir quando analisa-se a composição das rendas entre as famílias.

Em relação às atividades não-agrícolas que os membros das famílias de agricultores se ocupam, tem-se o seguinte quadro:

Ocupações não-agrícolas	Quantidade de membros das famílias
Secretária	1
Industriário	9
Professora	3
Vigilante	1
Empresário (turismo rural)	1
Operador de retro escavadeira	1
Gerente de agropecuária	1
Músico	1
Serviços domésticos	3
Manicure	1
Serviços gerais em pedreira	1
Marceneiro	1
Funcionária pública(faxineira)	1
Guia de turismo	1
TOTAL	26

**Quadro 25:** Distribuição em ocupações não-agrícolas dos membros das famílias de agricultores, inclusive chefes, no município de Praia Grande - SC

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011

Observações: Em uma das famílias um dos membros estava desempregado e procurava emprego em atividades não-agrícolas.

Nesta apuração conclui-se tratarem-se geralmente de atividades de baixa remuneração e com nível baixo de qualificação, correspondendo as pesquisas do Projeto Rurbano, apresentadas no segundo capítulo<sup>61</sup>.

### 5.2.9 As Estratégias Reprodutivas do Agricultor Familiar PraiaGrandense

Passa-se neste item a investigar mais especificadamente as estratégias dos agricultores familiares aproximando-se a pesquisa de campo a esta perspectiva teórica apresentada no terceiro capítulo.

<sup>61</sup> No item 4.2.10 – *As Rendas do Agricultor Familiar Praia Grandense* - o estudo apresentará exemplos de remunerações destas profissões.

Na interpelação aos informantes-chaves a respeito da necessidade da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para permanência no meio rural do município. Das 11 entrevistas, 07(sete) deles indicaram que é preciso ambas as atividades combinadas entre os membros das famílias, 01(um) dos entrevistados se absteve da resposta, enquanto que 03(três), não vêem esta condição como necessária.

Na mesma questão acima proposta para os agricultores familiares obteve-se como resultado a necessidade de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas na sua grande maioria, e de certa forma coerente com as respostas dos informantes-chaves.

Na questão 3.2c (Apêndice B): *Você acha necessária a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas hoje em dia para a permanência no meio rural de Praia Grande?*

Alternativas	Respostas
SIM	28
NÃO	05
Não sabe/ Não respondeu	02
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

**Quadro 26:** Percepção da Necessidade da Prática da Pluriatividade entre os Agricultores

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011

Maciçamente as respostas na maioria das vezes dadas pelo chefe da família foram da necessidade de ter outras fontes de renda, denotando novamente a grave e preocupante dificuldade de renda agrícola entre as famílias, tanto os arroteiros, como bananicultores e fumicultores. Importante observar também que esta combinação é referida pelos interlocutores no âmbito da família, ou seja, uns trabalham na agricultura e outros em atividades não-agrícolas.

Aqui está embutida a concepção de pluriatividade como uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências), conforme definição ampla adotada por Fuller (1990).

Reproduz-se abaixo o que pensam alguns entrevistados:

*Só da agricultura não se mantém com 8 ha. Tem que ter salário mensal (Entrevistado da comunidade Vila Glória).*

*Hoje em dia não se pode envolver muita gente num a atividade só (entrevistado da comunidade da Pintada).*

*É obrigado no mínimo um sair (entrevistado da comunidade Rio do Boi).*

Numa tipologia dos agricultores do município, a partir dos principais cultivos percebem-se as estratégias predominantes. (apuradas diretamente com os próprios e através dos informantes-chaves). Tem-se que a estratégia do arroteiro é a de aumentar a área plantada em busca de mais renda, geralmente, arrendando-se mais terras (prática comum no arroz). Já grande parte dos bananicultores diversifica poucos cultivos para venda, devido na sua maioria pelas poucas áreas de terras que dispõem. Enquanto que o fumicultor também diversifica poucos cultivos para a venda. Na safra do fumo há o problema da mão-de-obra, devido ao fato da exigência intensiva desta, fato que faz muitos agricultores contratar principalmente na colheita, mas fora deste período se consegue fazer outros serviços combinando atividades não-agrícolas.

Depreende-se disso que estes agricultores estariam adotando *estilos de agricultura* de acordo com o referido no final do terceiro capítulo, ou seja, um conjunto de noções estratégicas que eles desenvolvem acerca do que consideram o melhor modo de organizar suas unidades de produção e a vida social.

Basicamente, os possíveis estilos de agricultura<sup>62</sup> estariam conformados entre o: a) estilo com produção de arroz especializada (rizicultor); b) estilo com produção de banana especializado; c) estilo com produção de fumo semi-especializado<sup>63</sup>; d) estilo com produção agrícola diversificada. Um ponto importante que mereceria um aprofundamento maior é que estes estilos também seriam caracterizados pelo fato comum de ser compostos por rendas não-agrícolas, entre alguns dos membros das famílias, pela importância que esta fonte de renda de certa forma aparece entre estes estilos.

Mas de forma geral o que se observa em todas as comunidades, como estratégia familiar é que os mais jovens (geralmente filhos) se ocupam predominantemente em atividades não-agrícolas. As exceções ficam mais restritas aos chamados “colonos fortes” (geralmente arroteiros), mais capitalizados onde os filhos normalmente estão sucedendo os pais na profissão de agricultor. Também há um surto de ocupações de jovens na colheita do fumo, devido a neste período de mais ou menos dois meses, haver uma demanda de muita mão-de-obra com diárias próximas de R\$ 100,00, o que atrai um número significativo de jovens para as lavouras, muitos destes até chegam a abandonar empregos urbanos no centro

---

<sup>62</sup> Forçosamente possa-se intuir a presença de determinadas estratégias comuns que conformariam alguns estilos de agricultura no município de Praia Grande, conforme já adiantado, quando tratou-se do autoconsumo entre as famílias. Porém considera-se que haja a necessidade de um aprofundamento maior na investigação de campo, acerca do processo produtivo e das relações com o mercado.

<sup>63</sup> Neste estilo provavelmente desmembrariam-se outros na combinação de produção de fumo com milho e fumo com banana.

da cidade. Mas isto tem um caráter muito conjuntural e parece muito mais uma estratégia paliativa e sem consistência, que possa determinar uma abrangência maior.

Outro componente ainda em relação às estratégias familiares é que com a aposentadoria rural criou-se novas possibilidades para as famílias principalmente pela garantia de uma renda mínima como a opção pela moradia no meio rural. No tópico específico sobre *rendas*, o estudo voltará a este tema.

Na tentativa de aprofundar mais as estratégias produtivas dos agricultores familiares, foram propostas duas questões para verificar as reações dos informantes-chaves, conforme se reproduz. São questões constantes no Apêndice A:

Questão 7.2 (Apêndice A): ***Que estratégia de ocupação e renda você considera melhor hoje em dia para a reprodução social dos agricultores familiares no meio rural de Praia Grande?***

A pergunta propôs-se algumas alternativas de respostas (ver Apêndice A). Não houve predominância maciça de nenhuma alternativa, das 11(onze) entrevistas.

Obtiveram-se respostas bem variadas, a que mais se repetiu pelo teor da fala dos entrevistados foi a estratégia somente de diversificação das atividades agropecuárias, citada por 4 (quatro) entrevistados. Para 2 (dois) deles, dever-se-ia combinar atividades agrícolas (diversificação) e atividades não-agrícolas (diversificação). Ainda foram citadas por outros 2 (dois) entrevistados: combinar atividades agrícolas com agroindústria familiar e explorar novos nichos de mercado em atividades agropecuárias, para um e combinar atividades agrícolas (principais cultivos do município de fácil comercialização) e não-agrícolas diversas, para o outro. As demais respostas destoaram bastante das alternativas propostas às quais elegeram: o turismo rural como alternativa; “achar” comércio seria a solução mais segura; e por último foi sugerida como estratégia a dedicação aos cultivos de subsistência combinado com atividades não-agrícolas.

Na segunda questão extraem-se alguns exemplos de estratégias produtivas, complementando a questão acima:

Questão 7.3 (Apêndice A): ***Que atividades agrícolas específicas<sup>64</sup> em termos de geração de emprego e renda você considera melhor hoje em dia para o agricultor familiar exercer no meio rural de Praia Grande?***

---

<sup>64</sup> Aqui a pergunta solicitou no mínimo 2(dois) cultivos, um mais específico para a região da várzea e outro para as encostas.

Nas atividades agrícolas que os informantes-chaves mais visualizam como alternativas para a agricultura familiar em Praia Grande obteve-se também respostas variadas, onde a aglutinação das respostas de certa forma ficou prejudicada<sup>65</sup>.

Foram bastante citados os cultivos de arroz orgânico e banana orgânica, utilizando-se de argumentos em favor destes terem menor custo de produção que o arroz e a banana convencionais, principalmente devido ao fato destes últimos utilizarem muitos insumos num mercado cada vez mais caro. Substituir o arroz convencional pelo orgânico, com o objetivo de reduzir o custo de produção, devido ao alto custo dos insumos, que segundo um dos entrevistados “[...] seria um dos vilões, pois “sugam” toda a renda do agricultor [...]”.

Alegou-se também a vantagem dos orgânicos que gerariam lucro maior e mais ocupações, fazendo aumentar o emprego agrícola. Ainda citou-se para os bananicultores em especial o cultivo da banana combinada com sistemas agroflorestais, principalmente porque as terras onde predominam os bananais são nas regiões de encosta. Outra possibilidade levantada seria combinar a banana com atividades pecuárias. Também foi proposto o *sistema de piqueteamento* nas várzeas que não tem cultivo de arroz. A fruticultura também se figurou como uma possibilidade no município, a fim de diversificar os produtos para a venda, destacando-se o maracujá, que já teve experiência anterior na região. Outros cultivos como aipim, pepino, moranga, café foram falados na defesa da diversificação das atividades agrícolas, como um meio de diminuir risco e melhorar a renda.

Também houve argumentos que defendem os cultivos de arroz convencional e banana convencional, mas em menor grau, pois estes teriam as facilidades de crédito e comercialização que garantiriam renda. A silvicultura surgiu como proposta, pois teria a vantagem de exigir pouca mão-de-obra e se encaixaria justamente para os agricultores já aposentados, famílias aquelas que conforme visto representa um contingente considerável na zona rural do município.

Outra alternativa seria a diversificação das atividades agrícolas em cultivos de subsistência, combinada com artesanato entre as famílias de agricultores. Incentivar a utilização principalmente da fibra da bananeira para a produção de bolsas, chapéus, etc., seria uma boa forma de complementar a renda e um exemplo de pluriatividade. O incentivo ao turismo rural com o intuito de trazer o turista diretamente nas propriedades rurais, no sistema

---

<sup>65</sup> A intenção da pesquisa não era a *priori* estabelecer que as respostas ficassem restritas as alternativas, pois as mesmas eram a título de exemplo para estimular as possíveis estratégias produtivas.

“colhe e pague” de produtos coloniais e orgânicos, para um dos entrevistados, traria bons resultados, mas alertado por este, deveria ter incentivo dos governos.



**Fotografia 3:** As estratégias produtivas de “des-mercantilização” – a produção agroecológica (Foto consórcio de lavoura de arroz orgânico e piscicultura/carpas)

**Fonte:** Registrado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2011)

Contudo, o estudo propôs saber também as estratégias produtivas diretamente aos agricultores. Questão nº 2.4f (Apêndice B): **O senhor pretende continuar com os mesmos cultivos?** Chegou-se aos seguintes resultados:

Alternativas	Respostas	%
Sim*	29	82,84
Não**	1	2,86
Não sabe/Não respondeu***	1	2,86
Respostas prejudicadas****	4	11,44
TOTAL	35	100,00

**Quadro 27:** Estratégias produtivas dos agricultores PraiaGrandenses

**Fonte:** Pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011

**Observações:** \*Respostas afirmativas: Dois entrevistados fizeram ressalvas mesmo afirmando que irão continuar. Um deles pretende continuar, mas no futuro pretende trabalhar com turismo rural. Outro possui dois cultivos: fumo e arroz, mas vai continuar somente com o arroz.

\*\*Respostas negativas: Entrevistado está pensando em parar de plantar e somente “viver” da aposentadoria.

\*\*\* Não sabe/não respondeu: Entrevistado está decidindo. Alegou que do jeito que tá não dá pra continuar.

\*\*\*\*Respostas prejudicadas: Um dos entrevistados se aposentou e não planta a mais de 5 anos; outro entrevistado também se aposentou e não planta já há mais tempo; um está doente e aguarda aposentadoria por invalidez; outro tem a atividade principal com turismo e só possui pomares.

Na leitura do quadro acima a grande maioria, 29 agricultores, pretendem continuar com a mesma pauta produtiva. Observa-se que mesmo num quadro desfavorável como o período atual, os agricultores manterão concentrados nos mesmos cultivos. Contudo avaliando-se qualitativamente as respostas nota-se certa imobilidade (engessamento) na busca por outras alternativas e no estabelecimento de estratégias de produção agrícola.

Nisso parece evidenciar a dificuldade do agricultor familiar de Praia Grande em criar aquilo de Long (1985) denomina de “espaços de manobra” que permitiriam distanciamentos estratégicos aos parâmetros de modernização agropecuários gestados ao longo destes anos.

No caso dos arrozeiros, muitos argumentam que houve um “estrago” nas terras, o que não permitiria utilizá-la para outros cultivos. Além disso, há o fato destes produtores estarem bastante endividados, por serem produtores tomadores de crédito contumazes, tanto para custeio como pra investimento, num ciclo vicioso de pegar dinheiro “novo” a cada safra para pagar dívidas anteriores, ou seja, o agricultor fica refém de suas dívidas e não consegue vislumbrar outras alternativas, mesmo quando obtém prejuízos sucessivos em determinada atividade. Aqui a explicação reside no que os estudos rurais se conhecem por *treadmill* tecnológico (esteira rolante) da modernização, onde o agricultor precisa correr atrás do incremento tecnológico todo o tempo e perde a sua autonomia.

Também se alegou que tal cultivo escolhido é o que sabem trabalhar pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos. E a maioria reclama da falta de apoio por parte dos governos federal, estadual, municipal na condução de políticas públicas de apoio aos agricultores.

Reproduz-se abaixo, o que alguns dizem:

*Sou obrigado, a terra é própria para isso (agricultor da comunidade Vila Capitão)*  
*Estragou a terra com arroz. É difícil mudar (agricultor da comunidade Cachoeira)*  
*Não tem saída. Tô velho (agricultor da comunidade Passo da Cachoeira).*  
*Verdura não dá em Praia Grande. Não tem comércio (agricultor da comunidade Passo Fundo).*  
*Tenho plano de fazer um engenho, mas quero continuar com a banana e o morango (agricultor quilombola da comunidade Pedra Branca).*  
*Sim, tenho estufa financiada (Fumicultor da comunidade Rio Canoas).*

### 5.2.10 As Rendas do Agricultor Familiar PraiaGrandense

Objetiva-se na captação das rendas dos agricultores familiares verificarem suas origens (agrícola, não-agrícola ou outra) a fim de se ter a participação de cada uma na renda total no âmbito da família, ou seja, identificar como esta se compõe dentre os membros das mesmas, a fim de ligá-las as estratégias estabelecidas.

Aqui, parte-se do pressuposto de que diminuiu a importância da renda agrícola no meio rural brasileiro nos últimos anos, de acordo com o apresentado no segundo capítulo, e a investigação pretende averiguar através da pesquisa de campo se este comportamento das rendas se confirma<sup>66</sup>.

Na avaliação da evolução das rendas das famílias de agricultores, quando se questionou de uma forma geral um comparativo entre as rendas de hoje em dia com as mesmas de anos atrás, somente para captar a percepção dos mesmos ao longo do tempo, obteve-se o seguinte quadro:

Questão nº 3.2a (Apêndice B): *Como você avalia a renda agrícola ao longo dos últimos anos? Hoje é mais difícil ou mais fácil de “viver da agricultura” do que 20 anos atrás?*

Para 27 (vinte e sete) famílias “viver” da agricultura “antigamente” era mais fácil, ao passo que 8 (oito) famílias consideram os dias de hoje melhor a renda da agricultura.

O estudo revelou que a renda na atividade agrícola vem caindo conforme demonstrado através das pesquisas do Projeto Urbano e a realidade dessa nova ruralidade em Praia Grande não foge a regra. As rendas dos agricultores familiares da região indicam essa tendência de diminuição da participação das rendas agrícolas conjuntamente com o emprego agrícola, em detrimento da participação das rendas não-agrícolas, bem como dos benefícios sociais com destaque para as aposentadorias, conforme já chamado atenção anteriormente.

Em termos de renda agrícola, os agricultores nestas respostas evidenciam enfaticamente a conjuntura de crise nos preços do arroz, nos últimos anos na região como um todo. Nesse último ano agrícola 2010/2011, em particular, os preços da saca de arroz não

---

<sup>66</sup> No estudo analisou-se as rendas sob o enfoque mais estrutural do que conjuntural, a fim desta não ficar restrita ao período de captação pela pesquisa de campo. Justifica-se também pelo problema de pesquisa que versa sobre a evolução abrangendo as últimas décadas. Objetiva-se na captação das rendas agrícolas verificar as tendências e analisá-las em termos proporcionais em relação às demais fontes de rendas (não-agrícolas, de aposentadorias, entre outras) e não calculá-las no momento da pesquisa

cobriram seus custos de produção<sup>67</sup>, conforme levantado ao longo das entrevistas nas comunidades e também pelos órgãos competentes.

Observem-se as manifestações dos agricultores quando o assunto é renda agrícola:

*Não tem mais condições!* (entrevistado produtor de arroz).

*Os filhos não querem, mas se quisesse não daria renda* (entrevistado da comunidade Vila Capitão).

*Colono fraco não se mantém só com a agricultura* (entrevistado da comunidade Cachoeira).

Em termos de composição de renda a pesquisa de campo apontou que do total de 35 famílias entrevistadas, 18 destas, perfazendo mais de 51% recebem benefícios previdenciários pelo chefe do estabelecimento. Resgata-se destes resultados o que alertava Brandt(2001) na importância destes benefícios, os quais representam um autêntico programa de renda mínima para os idosos residentes na área rural.

Além disso, destas 18 famílias, tem-se que 10 delas ainda contam com o benefício para o cônjuge também, possibilitando-se uma garantia maior de renda mensal. Em relação aos valores dos benefícios, são na sua quase totalidade salário mínimos por beneficiário. Ainda em 01(uma) família entrevistada, a renda ainda é complementada com 02(dois) benefícios do programa Bolsa família. Já, em relação às rendas não-agrícolas das 35 famílias, 15 delas têm alguma fonte de renda não-agrícola. Predominam-se, entre estas rendas, conforme já comentado anteriormente, quando se discutiu mais especificamente a pluriatividade, que são provenientes de ocupações “urbanas” exercidas pelos filhos em 13 das mesmas.

Ainda, no que concerne as rendas não-agrícolas, são essencialmente empregos com remunerações baixas que exigem pouca qualificação. Como exemplo, os salários nas indústrias de Praia Grande têm remuneração pouco acima de um salário mínimo, situando-se na faixa dos R\$ 600,00 à R\$ 700,00 nas funções de auxiliares de produções, o que conforme tabela de ocupações mostradas anteriormente, corresponde-se ao maior percentual de emprego entre os membros das famílias rurais.

Importante também assinalar que estas rendas não-agrícolas que no caso do município, incidem mais sobre os filhos (jovens), tem um papel importante para a complementação de

---

<sup>67</sup> Neste último ano agrícola o preço da saca de arroz de 50Kg está cotada em R\$ 20,50 e o custo de produção da mesma saca está próximo dos R\$ 26,00, gerando prejuízo.

renda das famílias. Mesmo que estas se constituem cada vez mais como se pode perceber nas entrevistas, numa renda individualizada (neste caso dos membros filhos), constituindo-se um grave problema a ser enfrentado, pois tem ligação direta com a continuidade da profissão de agricultor e a sucessão nas propriedades. O que conforme Woortmann (1994) já alertava em pesquisas da agricultura familiar na região Sul do país, onde a posição de sucessor é vista pelo jovem como prisão.

Ainda, na pesquisa de campo auferiram-se as dificuldades que os agricultores familiares alegam para exercer somente atividades agropecuárias na região e obteve-se o seguinte escore:

<b>Principais dificuldades</b>	<b>Quantidade de famílias (amostra)</b>
Condições de produção (preço e custo)	20
Geração de renda baixa	4
Infraestrutura no meio rural (estradas, escolas, etc.).	1
Condições climáticas	1
Acesso ao crédito rural	0
Dificuldades de comercialização	2
Restrições do IBAMA	3
Falta de apoio, incentivo do governo pra agricultura	1
Não tem dificuldades	1
<b>TOTAL</b>	<b>33*</b>

**Quadro 28:** Principais dificuldades atuais para a família exercer somente atividades agropecuárias em Praia Grande – SC

**Fonte:** Pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011

\*Observações: a) Numa entrevista foi apontado renda, comercialização e crédito no mesmo grau de importância. b) Em outra se indicou renda, preço e comercialização.

Analisando-se os resultados acima, nota-se claramente que as principais dificuldades para o agricultor no município são as condições de produção assinaladas por 20 famílias entrevistadas. Em segundo aparece a preocupação com a geração de renda baixa na agricultura. Neste diagnóstico devem-se relativizar as respostas, visto que estas duas estão imbricadas e para os agricultores esta se demonstrou significar a mesma coisa. Ou seja, as dificuldades para a grande maioria são as condições de produção como um todo: preço, custo e renda obtida na agricultura.

Em terceiro, figura-se as restrições do IBAMA, apontado por 3 famílias. Estas respostas retratam especificamente as famílias das comunidades de Pedra Branca, Aparecida e

Mãe dos Homens, as quais as duas primeiras possuem áreas dentro e no entorno do Parque Nacional Aparados da Serra, onde a fiscalização deste órgão ambiental é mais atuante.

No tocante ainda a renda agrícola, conforme já discutido, a dependência de poucos cultivos para a venda é a tônica em Praia Grande. Nesse sentido, atualmente o cenário é ruim, em função basicamente da crise nos preços do arroz em nível nacional e com reflexos diretos nesta tradicional região produtora do extremo sul catarinense, onde se insere Praia Grande. Em função disso, como a maioria dos agricultores familiares cultivam arroz no município, este ponto esteve sempre presente na fala dos mesmos.

Enfim, de uma forma geral, a queda das rendas nas atividades agrícolas foram também muito reclamadas pelos bananicultores, fumicultores e os demais agricultores familiares, muitas vezes sobrepondo outras questões, ou seja, ratificando-se, a perspectiva teórica utilizada ao longo deste estudo, de tendência de queda de emprego e renda agrícola, nesta nova ruralidade.

Disto tudo, observou-se uma tendência de continuidade de baixa rentabilidade no setor agrícola que interfere nas estratégias familiares como um todo e também na decisão do jovem continuar ou não no meio rural, combinando-se ou não atividades agrícolas e não-agrícolas entre os membros. Desse processo entende-se a exigência de elaboração de políticas públicas que contemplem o novo “ambiente” gerado nesta nova ruralidade, no desenho de políticas que contemplem essas novas dinâmicas de ocupações, a presença da pluriatividade, entre outras. Deriva-se que as políticas setoriais, como exemplo, do PRONAF parecem não dar conta em manter empregos agrícolas e manutenções de rendas, pois ainda visualizam-se os agricultores e suas famílias em tempo integral nas lavouras e o meio rural desintegrado do meio urbano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se a partir deste estudo, resgatando-se alguns conceitos aqui apresentados, a complexidade de questões derivadas quando se envolve o tema do desenvolvimento rural. Compreender a reprodução social da agricultura familiar exige uma constante re-conceituação do termo, conforme o estudo propôs-se a mostrar. Do desenvolvimento agrário à nova ruralidade, novos arranjos se formaram, tanto na organização dos mercados, no desenvolvimento tecnológico e na legislação. De um Estado intervencionista nas décadas de 70 e 80 ao começo de uma nova institucionalidade iniciada na década de 90, com fortalecimento da sociedade civil. Das políticas setoriais às primeiras experiências em políticas territoriais, a partir do território como nova unidade de referência para atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Estas que podem ensejar novas tendências para o futuro, principalmente entendendo este rural pelo fenômeno da multifuncionalidade.

De uma agricultura colonial a uma agricultura mercantilizada. De uma pauta produtiva diversificada às especializações produtivas, exemplificadas aqui, a partir do arroz em Praia Grande. De um êxodo rural intenso em que famílias buscavam nas cidades emprego e renda, à urbanização do que se entendia como espaço rural, onde os empregos urbanos invadem esta nova configuração de espaço. Dentro desse cenário as famílias rurais procuram definir suas escolhas.

Optou-se nesta dissertação por uma análise que pudesse enfatizar os processos históricos desse desenvolvimento, partindo-se do pressuposto de que este resgate seria um dos eixos principais para responder a questão. Toda a complexidade que envolveu a modernização agrícola no país, o padrão de desenvolvimento seguido e as suas concepções, contribuíram para explicar o caso de Praia Grande. Tanto na interpretação dos resultados de campo, assim como no intuito de compreender a diversidade da agricultura familiar. Exemplificou-se nas suas estratégias e reações. Sem contar ainda as contribuições apresentadas no tocante aos mercados, que foram de suma importância para entender a relação desta estrutura social com a agricultura familiar.

A combinação da perspectiva estrutural com o enfoque orientado aos atores, presentes na pesquisa, teve a pretensão de procurar compreender as inter-relações estabelecidas entre os agricultores e seu ambiente econômico e institucional, a fim de explicar as tendências de queda de emprego e renda agrícola e ao mesmo tempo investigar que respostas os agricultores estabelecem diante deste processo.

Diante do exposto, passa-se agora a interpretação dos resultados, partindo dos objetivos propostos:

Em relação ao primeiro objetivo, observou-se que o padrão de desenvolvimento agrícola seguido no município teve acentuada especialização produtiva, (confirmada na pesquisa de campo), principalmente pelo cultivo de arroz, e toda cadeia produtiva formada resultou na redução do emprego rural no período analisado (década de 1970 a 2010). O avanço do processo de mercantilização através do aumento do crédito rural, a evolução da base tecnológica, o crescimento do uso de insumos industriais e os canais de comercialização criados, etc., proporcionaram este processo. Corresponde àquilo que Kageyama (1990) entende que ocorre neste padrão de desenvolvimento quando a mudança da base técnica se torna irreversível, pela reorganização do processo de trabalho nas unidades produtivas pela divisão técnica e especialização.

Considera-se também o papel das políticas públicas implementadas através de programas de desenvolvimento como o Provárzea. Com este, gerou-se grande dinamismo em sua fase inicial, criando renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural, através da especialização em uma *commodity* (arroz), num processo de acumulação primitiva. Por outro lado, os agricultores tornaram-se “reféns” desse processo, pois a economia do município passou a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária. E o que se viu foram reduções crescentes dos empregos e rendas rurais ao longo dos últimos anos.

Ainda, no que tange a este objetivo deve-se atentar para a evolução da estrutura fundiária no município, ao longo destas últimas décadas, correlacionando-se às tendências de especializações produtivas. Constatou-se uma concentração da propriedade, dado que as propriedades com mais de 100 ha foram as que tiveram maior ganho de área. Porém, ainda predomina um quadro que mostra que a grande maioria das unidades produtivas são pequenas situando-se na faixa de 5 a 50 ha, correspondendo a 330 estabelecimentos agropecuários de um total de 481, conforme Censo Agropecuário 2006. A partir dos anos 80, o grande impulso para a especialização na rizicultura dadas as expectativas de rendimentos, fez-se a substituição do cultivo de fumo pelo arroz. Este movimento teve uma abrangência importante, refletindo na redução do emprego agrícola, devido ao fato do fumo exigir mais mão-de-obra do que o arroz. Além disso, no arroz cresceu a prática do arrendamento, devido à necessidade crescente de se ter ganhos de escala nesta cultura, através do aumento da área plantada. Gerou-se um ciclo vicioso onde os agricultores com lotes menores se viram obrigados a

arrendar suas terras para aqueles mais capitalizados, inviabilizando-se muitas unidades produtivas e conseqüentemente levando muitas famílias a abandonar o meio rural, comprovadas também na pesquisa, pelo maior acesso à terra via compra.

Em relação aos estabelecimentos agropecuários que cultivam banana para comercialização, as condições de mercado (preço, custo e baixa rentabilidade), além da dificuldade imposta pelas pequenas áreas de terras, característica que predomina nestas unidades produtivas, inviabilizou-se a sucessão nestas propriedades. Renda baixa, não geração de emprego que absorva a mão-de-obra dos filhos, estímulo a muitos jovens de não seguir a profissão de agricultor, são tendências que se moldam, contribuindo para redução do emprego rural.

Quanto ao segundo objetivo, no tocante ao exame às dinâmicas demográficas, principalmente no que concerne ao êxodo rural no período (1970 a 2000), expulsou-se generalizadamente um vasto contingente de população do campo, pois houve um aprofundamento do processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar. As estratégias de reprodução social da população rural do município inseriram-se neste modelo mercantilizado e de baixa absorção de mão-de-obra.

Já, nos últimos anos, houve um arrefecimento do êxodo rural, explicado pelo predomínio de um êxodo mais seletivo. A característica desta última década confirma esta tendência, pois a redução do número de pessoas migrantes está indicando a saída de mais jovens (população em idade ativa) diferenciando-se do êxodo anterior das últimas décadas, onde a família toda deixava a zona rural. Quanto ao gênero, ambos os jovens saem, mas como a mão-de-obra no meio rural é predominantemente masculina, infere-se que há um abandono maior da jovem feminina, embora considere-se necessária uma investigação maior que caracterize as ocupações urbanas e um estudo mais dirigido que privilegie somente os jovens do meio rural.

De acordo com o terceiro objetivo, na pesquisa identificaram-se tendências de crescimento da pluriatividade entre as famílias rurais, enquadrando-se na perspectiva de PLOEG, (1990); MARSDEN, (1995), os quais concebem a pluriatividade como uma estratégia familiar que surge envolvida em um amplo processo de mercantilização da agricultura e dos espaços rurais como um todo. Basicamente, prevalece a pluriatividade intersetorial, naquela classificação de Schneider (2009) tendo como característica os filhos exercendo atividades não-agrícolas. Destacam-se na pesquisa de campo (amostra), as ocupações na indústria de transformação, porém os dados secundários também apontaram a

relevância de ocupações no comércio e serviços, na sua grande maioria trabalhos precários de baixa qualificação, corroborando com as pesquisas do projeto Rurbano e de acordo com o defendido por Graziano (1999).

Como causa e motivações sobressaem-se a busca de renda, revelando-se a baixa rentabilidade das atividades agrícolas, confirmando um dos pressupostos da pesquisa. Ainda em relação às fontes de rendas, no estudo comprovou-se a importância dos benefícios previdenciários para as famílias, numa garantia de renda monetária, que de certa forma está imersa em várias estratégias tomadas pelas mesmas.

Considera-se também que esta estratégia dos filhos em atividades não-agrícolas tem reduzido a mão-de-obra no campo, pois a pesquisa revelou uma séria preocupação com a sucessão nas propriedades, visto que são poucos os filhos que estão seguindo a profissão de agricultor. Na análise da participação desse tipo de pluriatividade para diminuir o êxodo rural, a pesquisa não tem todos os elementos para afirmar, exigindo-se um maior aprofundamento da mesma. Porém, conclui-se que esta alternativa de renda em atividades não-agrícolas aos filhos com possibilidade de residir no meio rural desestimulou aquelas migrações tradicionais do passado onde a família toda abandonava o campo.

No que concerne ao quarto objetivo, a pesquisa comprovou através dos dados secundários e também da pesquisa de campo as transformações demográficas importantes que acompanham o desenvolvimento do município. Demonstrou-se que a redução da mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários pode ser explicada também pela masculinização dos processos de trabalho, que vem configurando-se na diminuição da participação do trabalho feminino ao longo dos últimos anos. No cultivo de arroz é onde o fenômeno é mais acentuado, mas de uma forma geral, predominam muito mais homens ocupados no meio rural de Praia Grande.

Constatou-se o envelhecimento da população rural, contribuindo para a redução das pessoas empregadas na agricultura, conforme apontado nos estudos de Camarano e Abramovay (1999), Anjos e Caldas (2005). A garantia de uma renda de aposentadoria influencia também na tendência de redução da mão-de-obra observada. E também se considera que este crescimento relativo de uma população envelhecida tem influenciado o estancamento do êxodo rural da última década pela baixa propensão a migrar, dada pela garantia de renda dos benefícios previdenciários e pelo maior arraigamento cultural destes com a vida no campo. Há, ainda, uma forte “cisão” das famílias, inclusive com forte individualização da gestão nas propriedades, conforme identificado na composição familiar.

Analisando-se o quinto e último objetivo, o estudo mostrou que existe um movimento, ainda incipiente de novas estratégias de ocupações no município capitaneado em grande parte pelas práticas agroecológicas, mas que tem dificuldades de se expandir. A pesquisa indicou que este movimento não tem representatividade que impacte na recomposição do emprego agrícola e redução do êxodo rural. Todavia, pelo perfil deste agricultor “ecológico” e o engajamento que esta prática possibilita e da ligação cultural ao meio rural, isto pode indicar no futuro novas tendências que amenizem o quadro atual, o que de alguma forma as experiências com banana orgânica, estão demonstrando. Considera-se em particular o papel de ator na condição de *agente*, conforme conceito de Ploeg e Long(2009) exemplificado pela organização de agricultores (ACEVAM), a qual tem mobilizado estratégias de *desmercantilização*, junto aos agricultores através da prática da agroecologia. Para isso, considera-se importante um avanço maior de políticas territoriais que privilegiassem este foco.

Processo este de acordo com a argumentação de Ploeg (2008), onde a *produção agrícola* se reveste do principal campo de batalha que os agricultores têm para progredir, aumentando-se sua autonomia. Ainda, conforme Long (1985), no que ele denomina de *espaços de manobra*, que permitiriam distanciamentos estratégicos aos parâmetros de modernização agropecuários gestados ao longo destes anos.

Enfim, conclui-se a partir do problema de pesquisa proposto, ao longo do período analisado que diferentes fatores compõem-se para explicá-lo. Seguiu-se um padrão de especialização produtiva em que a grande massa de agricultores familiares engajaram-se, mesmo com diferentes estilos de agricultura, estimulados fortemente por políticas públicas setoriais. E, destes, prevaleceram na sua grande maioria os estilos fortemente ligados aos mercados, conforme se pode constatar. Aprofundou-se neste período a mercantilização da agricultura familiar, que contribuiu para a redução do emprego rural e o abandono maciço de um contingente elevado de famílias rurais.

Ao mesmo tempo, ao longo dos anos novas reações se formaram. Pluriatividade, êxodo seletivo, individualização da gestão nas propriedades, foram algumas das tendências que também explicam a redução da mão-de-obra empregada no meio rural do município. Além disso, novos fenômenos demográficos apareceram, masculinização e envelhecimento da população rural. Tendências estas que demonstram a queda do emprego feminino no campo e conseqüentemente a redução no emprego rural total. Já, do envelhecimento, demonstra-se a menor participação destas pessoas no mercado de trabalho, garantidos pelo crescimento dos

benefícios previdenciários que propiciaram garantia de renda e conseguiram arrefecer o êxodo rural.

Conclui-se, também, novas tendências a partir de estratégias que apesar de hoje com pouca representatividade para recompor emprego e impedir as migrações rurais-urbanas, possam trazer novas configurações para a reprodução social dos agricultores familiares de Praia Grande, ao longo dos próximos anos. Desse processo entende-se a exigência de elaboração de políticas públicas neste “ambiente” de uma nova ruralidade, que contemplem essas novas dinâmicas de ocupações, a presença da pluriatividade, a prática da agroecologia, entre outras, assim como políticas territoriais e as emergentes noções de sustentabilidade para as regiões rurais.

## REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA e a cultura do povo da agricultura. **A história e a cultura do povo da agricultura**. Direção: Filmagem amadora - Produzida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Praia Grande em conjunto com a EPAGRI – Praia Grande, Santa Catarina, jul. 2010.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. Entre deus e o diabo: mercado e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.35-64, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guilherme; LATTUADA, Mario. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.

ABRAMOVAY, R. et al. **Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil**. Brasília, DF: CEPAL, 2003.

AMITRANO, C. R. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. **Boletim Política Econômica em Foco**, Campinas, v. 7, p. 206-249, 2006.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

\_\_\_\_\_; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S.. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1034).

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília, DF: IPEA, 2000.

BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. **Journal of Peasant Studies**, London, v.6, n.4, p. 420-444, 1979.

BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis. The International Journal of Cultural and Social Practice*, New York, n.20, p.11-28, 1986.

BOURDIEU, P. Reproduction interdite – la dimension symbolique de la domination économique. *Études Rurales*, Paris, n.113-114, p.14-36, 1979.

BRANDT, R. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil. *Conjuntura Social*, Brasília, v.12, n.2, p. 7-64, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. set./2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

BRESSER PEREIRA, L. C. O caráter cíclico da intervenção estatal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 115-130, jul./set., 1989.

BRIGHTWELL, M. G. S. L. **Os parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande- SC, dimensões escalares e conflitos**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IBASE, 1999.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Campinas: EMBRAPA/UNICAMP, 2000.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Acesso à terra e condições sociais de gênero**: reflexões a partir da realidade brasileira. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, jan./abr. 2001.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Escritório da CEPAL em Brasília**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/brasil/>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.  
**Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: CONDRAF, 2006.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, 2002.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, N. G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **Development Policy Review**, London, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, London, v. 35, n.1, p. 1-38, Oct. 1998.

ERBER, F. Desenvolvimento industrial e tecnológico na década de 90: uma nova política para um novo padrão de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 13, n. 1, p. 9-42, 1992.

FILIPPI, E. E.; RAMBO, A. G. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **G&DR**, Taubaté, v. 5, n.1, p. 121-148, jan./abr. 2009.

FIORI, J. L. Existe um Estado pós-fordista? Reforma e funções do Estado brasileiro no novo paradigma. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 16, n.1, p. 345-355, 1995.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of the markets.** New Jersey: Princeton University Press. 2001. Parte I.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política.** São Paulo, v. 15, n. 2, (26), p. 225-256, 2004.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

FURTADO, C. M. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. da UNICAMP; Instituto de Economia, 1999.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: GRAZIANO, J.; MARC, J.; BIANCHINI, V. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento, 2001. p. 5-52. (Textos para Discussão; 2).

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2010-2011.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo dos Parques Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral**. Brasília: IBAMA, 2004.

KAGEYAMA, A. **O sub-emprego agrícola nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1997. (Texto para Discussão).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da C. et al. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 157-72.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LEITE, S. P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 280-332, 2005.

LONG, N. Globalización y localización: nuevos retos para la investigación rural. In: GRAMONT, H. C.; GAONA, H. T. (Comp.). **La sociedad rural mexicana frente al nuevo milenio**. México: Unam, 1996.

\_\_\_\_\_. Cambio rural, neoliberalismo y mercantilización: el valor social desde una perspectiva centrada en el actor. In: ZENDEJAS, S. Y.; VRIES, P. (Eds). **Las disputas por el México rural**: Transformaciones de practicas, identidades y proyectos El Colegio de Michoacán. Zamora, 1998.

\_\_\_\_\_. **Development sociology**: actor e perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor; presentación de Guillermo de la Peña; traducción del inglés: Horacio Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez – México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

\_\_\_\_\_; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. Tradução por Daniela Garcez, Leandro Krug Wivese Rita Pereira. Revisão Técnica Sérgio Schneider (Versão para circulação interna 2009). In: BOOTH, D. (Ed). **Rethinking Social Development**: theory, research and practice. England: Longman, 1994. p. 62-90.

MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (Ed.). **Rural restructuring**: global process and their responses. London: David Fulton Publishers, 1990.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 3, n. 11, p. 285-296, 1995.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. Mercado e democracia: a relação perversa. Tempo Social. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-22, 1º Sem. 1990.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, 1863/1989).

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

NAVARRO, Z. **Do ‘mundo da roça’ ao mercado**: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no sul do Brasil. Brasília: NEAD, Relatório de pesquisa, 2002.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NOGUEIRA, J. P. **Reformas do Estado e políticas neoliberais**. Rio de Janeiro: IRI/PUC, 1993.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 57-81.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAIM, G. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

PLOEG, J. D. van der. **Labor, markets, an agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, Jan Douwe van der; LONG, Ann. **Born from within**: practices and perspectives of endogenous rural development. Assent: Van Gorcum, 1994. p.7-30.

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer**: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: Van Gorcum, 2003.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. et al. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMANN, E. S.; MOLINA, M.G. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madri: Las ediciones de la piqueta, 1992. p. 153-195.

PLOEG, J. D. van der. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRAIA GRANDE. **Prefeitura Municipal**. 2011. Disponível em: <<http://www.praia grande.sc.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

REDCLIFT, M. R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. Tradução de Lemuel Guerra. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p.124-136, jan./jun. 2002.

REITZ, R. **Paróquia de Sombrio**. Brusque: [s. n.], 1948.

RETHINKING petty commodity production. **Journal of Cultural and Social Practice**. New York, n. 20, Dec. 1986. Número Especial.

RONSANI, G. **Praia Grande**: cidade dos canyons: 180 anos de história. Praia Grande: Ed. do Autor, 2000.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não- comunista). 5. ed. aum. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN/SUEGI, 1986.

SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Programa para o aproveitamento racional das várzeas irrigáveis de Santa Catarina – PROVÁRZEAS/SC.** Florianópolis: ACARESC, 1980.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado e da Agricultura e Desenvolvimento rural. **Plano anual de trabalho ano 2010.** Praia Grande, SC: EPAGRI, 2011.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p.88-125.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Do território ao desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o crescente uso do conceito território frente às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003. p.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008; SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO, 9., 2008, Planaltina, DF. **Anais...** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** Wageningen, Holanda, p. 20-24, ago. 2007. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v.21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.26, p. 41-80, 1980.

SILVA, C. A.; SCHEIBE, L. F. A dinâmica territorializadora da rizicultura na bacia do rio Araranguá – SC. In: **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.2, jul./dez. 2006.

STEDILE, J. P. (Coord.); GORENDER, J. et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Projeto Rurbano**. [2011]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/nea>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

VANCLAY, F. et.al. The social and intellectual constructing of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 46, n. 1, p.61-82, jan. 2006.

VAZQUEZ, A. B. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, J. Eli. A face territorial do Desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., Belém, PA. **Anais ...** Belém, PA: ANPEC, 1999. p. 1301-1318.

\_\_\_\_\_. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: NEAD, 2001. (Texto para Discussão; 1).

\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002a.

\_\_\_\_\_. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002b.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009a.

WANDERLEY, M. de N. B. Os estudos rurais no Brasil: as ciências sociais e a questões da sociedade. in: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, **Grupo de Trabalho**, Ruralidade, território e ambiente. Caxambu, out. 2009b.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1991. Volume 1.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.7, n.1, p.35-53, jan./jun. 1990.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA APLICAÇÃO AOS INFORMANTES-CHAVES

### 1-TEMA: ÊXODO RURAL

1.1-Quais os fatores principais que fizeram ou que estão fazendo com que os agricultores familiares abandonem o meio rural de Praia Grande?

Principais fatores	Enumere em ordem de importância (os três principais fatores)
Busca de melhores condições de renda para família	
Melhores condições de moradia, saúde e educação, etc.(infra-estrutura)	
Necessidade de emprego para toda família.	
Dificuldades para acompanhar o progresso tecnológico na agricultura.	
Dificuldades de comercializar a produção.	
Dificuldades de produção pelas condições do meio ambiente.	
Fatores de mercado: preço, custo, etc.	
Crescimento da cidade, urbanização, tem atraído os agricultores como novas ofertas de emprego;	
Outros	

1.2 -Qual a “receita” ou as principais medidas que podem ser tomadas para reduzir e/ou estancar o êxodo rural em Praia Grande?

Principais medidas	Assinale em ordem de importância (3 principais medidas)
Melhorar via políticas públicas à infra-estrutura do meio rural (habitação, saneamento, educação, saúde e transportes).	
Aumentar o crédito rural a fim de estimular o plantio dos principais cultivos convencionais da região (arroz e banana)	
Aumentar e disseminar o crédito rural para outros cultivos (nichos de mercado como produtos orgânicos)	
Políticas específicas para a permanência dos jovens no meio rural	
Incentivar a prática da pluriatividade entre os agricultores familiares	
Outras medidas não especificadas	

1.3 -A maior perda de população rural ocorreu na década de 80, seguida pela década de 90. Já, a última década(anos 2000), o Censo Demográfico 2010, divulgado neste mês de novembro, aponta ainda um êxodo rural, mas bem menor. Para você, a que se deve este estancamento na última década?

<b>Principais causas do estancamento do êxodo rural</b>	<b>Assinale em ordem de importância (3 principais causas)</b>
Melhorou a infra-estrutura do meio rural (habitação, saneamento, educação, saúde e transportes).	
Expansão do crédito rural que estimulou o plantio dos principais cultivos convencionais da região (arroz e banana)	
Aumento e disseminação do crédito rural para outros cultivos (nichos de mercado como produtos orgânicos)	
Houveram políticas específicas para a permanência dos jovens no meio rural	
Aumento e disseminação de aposentadoria rural retiveram os idosos no meio rural	
Aumento da prática da pluriatividade entre os agricultores familiares	
Aumento de empregos no meio urbano com residência no meio rural(maior integração)	
Outras medidas não especificadas	

1.4-Você considera que exista um movimento de êxodo rural nos últimos anos que tem principalmente o predomínio de mulheres jovens?

<b>Alternativas</b>	<b>Assinalar a resposta</b>
SIM	( )
NÃO	( )
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	

1.5 -Em caso positivo da questão anterior. A que se deve este fenômeno?

<b>Causas do êxodo jovem feminino</b>	<b>Assinale em ordem de importância</b>
Desinteresse das mulheres pela atividade agrícola;	
Desvalorização do trabalho da mulher jovem pela família rural;	
Expansão dos serviços urbanos gerando um atrativo para as mulheres jovens;	
Relação com a formação educacional	
Modernização agrícola diminui o emprego da mulher	
Outros motivos	

## 2 -TEMA: ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

2.1- Quais os fatores principais que podem explicar o avanço do cultivo de arroz no município de Praia Grande nos últimos anos?

Principais fatores	Assinale em ordem de importância (3 principais fatores)
Condições do ambiente propícias: solo, clima, etc.	
Fatores de mercado favoráveis ao longo dos últimos anos: preço, custo, etc.	
Facilidades na comercialização do produto	
Facilidades de crédito rural	
Outros	

2.2. Você considera que o avanço das monoculturas no município tem levado ao aumento da prática da pluriatividade entre os agricultores familiares?

Alternativas	Justifique a resposta
SIM ( )	
NÃO ( )	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU ( )	

## 3-TEMA: EMPREGO RURAL

3.1-Quais as razões que você apontaria para a redução de pessoas exercendo atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais em Praia Grande?

Fatores de redução de pessoas empregadas em estabelecimentos rurais	Assinale em ordem de importância (3 principais fatores)
Especialização em culturas de pouca mão-de-obra	
Diminuição do emprego devido ao aumento da produtividade agrícola via expansão de máquinas e equipamentos nas atividades agrícolas;	
Redução da diversificação agrícola;	
Migração da mão-de-obra para atividades não-agrícolas (pluriatividade)	
Maior integração cidade-campo criando novas oportunidades de emprego;	
Redução da mão-de-obra pelo elevado envelhecimento da população rural (inatividade)	
Escassez de mão-de-obra pelo abandono do campo pelos jovens	
Outros fatores:	

#### 4-TEMA: MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

4.1-Você concorda que houve mudanças no campo e que atualmente diminuiu o trabalho feminino nas atividades agrícolas? Justifique.

Alternativas	Assinale a resposta
SIM	( )
NÃO	( )
NÃO SABE / NÃO RESPONDEU	( )

4.2-Comparando com anos atrás, a que se deve a diminuição do trabalho das mulheres no campo?

Fatores principais	Assinale em ordem de importância (3 principais)
Diminuição da produção agrícola	
Diminuição dos cultivos agrícolas (baixa diversificação)	
Mudanças nos cultivos (emprego específico para homens)	
Desinteresse das mulheres pela atividade agrícola	
Migração para novas atividades não agrícolas, mas com residência no meio rural	
Migração para novas atividades não agrícolas, mas com residência no meio urbano (êxodo rural)	
Outros motivos não especificados	

#### 5-TEMA: SUCESSÃO FAMILIAR

5.1- Quais as principais medidas que poderiam ser tomadas no município para estimular os jovens a permanecer no campo?

Principais medidas	Assinale em ordem de importância (3 principais medidas)
Políticas de educação voltadas para agricultura	
Incentivar a prática da pluriatividade de forma geral	
Incentivar a criação de agroindústrias integradas ao meio urbano	
Incentivar os jovens a novas ocupações como turismo rural	
Estimular a produção de produtos orgânicos de maior valor agregado	
Aumentar o crédito rural para investimentos (máquinas e equipamentos agrícolas)	
Melhorar a infra-estrutura do meio rural do município	
Outros	

## 6- TEMA: TRABALHO/PLURIATIVIDADE

6.1- Você acha que tem crescido a prática da pluriatividade entre os agricultores familiares de Praia Grande, ou seja, a combinação de atividades não-agrícolas com atividades agrícolas entre os membros das famílias?

Alternativas	Assinale a opção escolhida
SIM	
NÃO	
NÃO SABE / NÃO RESPONDEU	

6.2- Caso positivo (questão anterior). A que se deve o crescimento da pluriatividade entre os agricultores familiares de Praia Grande?

Fatores de crescimento da pluriatividade	Assinale em ordem de importância (3 fatores principais)
Crescimento de oportunidades/empregos no meio urbano(indústria, comércio e serviços)	
A diminuição da renda agrícola tem levado a busca de outras fontes de renda	
Desestímulo do agricultor pela atividade agrícola tem propiciado outras ocupações não-agrícolas	
Sobra de tempo pelo aumento da produtividade agrícola tem levado às ocupações não-agrícolas	
Falta de mão-de-obra familiar tem direcionado o agricultor a atividades não-agrícolas	
Dificuldades de acompanhar o progresso tecnológico na agricultura	
Outros motivos não especificados	

6.3- Você acha que a prática da pluriatividade pode ser o “remédio” para estancar o êxodo rural no município?

Alternativas	Assinale a opção escolhida
SIM	
NÃO	
NÃO SABE / NÃO RESPONDEU	

6.4- Qual as principais dificuldades hoje em dia para exercer somente atividades agropecuárias em Praia Grande?

<b>Principais dificuldades</b>	<b>Marque as três principais dificuldades em ordem de importância</b>
Geração de renda baixa	
Falta de emprego para toda família	
Condições climáticas	
Condições de produção (preço, custo, etc)	
Dificuldades de comercialização	
Concorrência com agricultores mais capitalizados	
Falta de crédito rural	
Falta de incentivo, acompanhamento técnico	
Desinteresse por parte dos filhos para sucessão na propriedade	

6.5- Qual as principais dificuldades para diversificar a pauta produtiva em atividades agropecuárias em Praia Grande?

<b>Principais dificuldades</b>	<b>Marque as três principais dificuldades em ordem de importância</b>
Geração de renda baixa	
Falta de mão-de-obra na família (falta de jovens no meio rural)	
Condições climáticas	
Condições de produção (preço, custo, etc)	
Dificuldades de comercialização	
Concorrência com agricultores mais capitalizados	
Falta de crédito rural	
Falta de incentivo, acompanhamento técnico;	
Desinteresse por parte dos filhos pelas atividades agrícolas	
Condições do meio (solo, etc)	

## 7- TEMA: ESTRATÉGIAS

7.1- Você acha necessária a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas hoje em dia para a permanência no meio rural de Praia Grande?

<b>Alternativas</b>	<b>Assinale a opção escolhida</b>
SIM	
NÃO	
NÃO SABE / NÃO RESPONDEU	

7.2- Que estratégia de ocupação e renda você considera melhor hoje em dia para a reprodução social das famílias de agricultores familiares no meio rural de Praia Grande?

<b>Estratégias</b>	<b>Marque a opção escolhida</b>
Produzir e ocupar-se somente em atividades agrícolas	
Combinar atividades agrícolas(principais cultivos do município de fácil comercialização) e não-agrícolas diversas;	
Combinar atividades agrícolas(diversificação) e atividades não-agrícolas(diversificação)	
Combinar atividades agrícolas com agroindústria familiar.	
Explorar novos nichos de mercado em atividades agropecuárias	
Produzir o mínimo para subsistência(ativ.agrícolas diversificadas) e ocupar-se a maior parte do tempo com atividades não-agropecuárias	
Outra estratégia não especificada.	

7.3- Que atividade agrícola específica em termos de geração de emprego e renda você considera melhor hoje em dia para o agricultor familiar exercer no meio rural de Praia Grande?

<b>Atividade</b>	
Cultivo de arroz convencional	
Cultivo de banana convencional	
Cultivo de fumo	
Cultivo de banana orgânica	
Cultivo de arroz orgânico	
Outros cultivos convencionais	
Outros cultivos orgânicos(não-convencionais)	
Atividades pecuárias(discriminar)	
Silvicultura	
Outras não especificadas	
Não sabe/não respondeu	

7.4- Que atividade não-agrícola em termos de geração de emprego e renda você considera melhor hoje em dia para o agricultor familiar exercer no meio rural de praia grande?

<b>Elencar atividade não-agrícolas apontadas em ordem de importância</b>	
1-	
2-	
3-	
4-	

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA APLICAÇÃO AOS AGRICULTORES FAMILIARES

COMUNIDADE: \_\_\_\_\_

### 1- CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

- identificar a família pelo chefe: \_\_\_\_\_

Quantidade de membros\*(inclusive chefe): \_\_\_\_\_

\*indivíduos que habitam em um mesmo estabelecimento(propriedade rural), mas não necessariamente sob o mesmo teto.

FAMILIA	Nomes	Idades (anos)	Escolaridade	Estado civil
Chefe				
Cônjuge				
Filho 1				
Filho 2				

### 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - área, uso e acesso à terra

2.1 - Estratificações das áreas das propriedades rurais dos agricultores familiares

a) Qual a área total de sua propriedade rural? \_\_\_\_\_

b) São terras próprias ou arrendadas? Próprias: \_\_\_\_\_ Arrendadas: \_\_\_\_\_ Total \_\_\_\_\_

c) O senhor adquiriu ou vendeu mais terras nos últimos anos? ( ) sim ( ) não

Arrenda terras para outros? ( ) sim \_\_\_\_\_ ha ( ) não

Estratos de área em hectares	Área ATUAL total da propriedade (assinalar a faixa de área correspondente)
	PERÍODO ATUAL
Até 3	
3 a 5	
5 a 10	
10 a 15	
15 a 20	
20 a 30	
30 a 50	
50 e mais	

## 2.2 - Formas de acesso à terra pelos agricultores familiares nas comunidades selecionadas

d) Como o senhor adquiriu as terras?

Acesso à terra	Assinalar a opção correspondente
Somente herança	
Herança e compra de parentes	
Herança e compra de terceiros	
Herança, compra de parentes e compra de terceiros	
Compra de parentes	
Compra de parentes e compra de terceiros	
Compra de terceiros	

## 2.3- Uso da terra entre agricultores familiares nas comunidades selecionadas

e) Como é a área de sua propriedade em quantidade de lavouras, matas, benfeitorias?

USO DA TERRA	ÁREA ATUAL EM (ha)
Superfície agrícola útil total(SAU TOTAL)	
Matas e florestas naturais	
Benfeitorias(casa, estábulo, etc).	
Terras inaproveitáveis	
ÁREA TOTAL	

## 2.4 – Evolução das principais atividades de produção vegetal, animal e agroindústrias

a) Faz quantos anos que o senhor trabalha como agricultor em Praia Grande? \_\_\_\_\_

Que atividades agropecuárias o senhor produziu na propriedade neste último ano? (colocar direto na tabela abaixo)

b) O senhor tem mantido essa produção agropecuária(cultivos) nos últimos anos?

( ) sim ( ) não Por quantos anos? \_\_\_\_\_

c) A produção “antigamente” era mais diversificada ou mais especializada do que hoje em dia?

( ) mais diversificada ( ) mais especializada ( ) mesma diversificação com cultivos diferentes

\* Conforme o caso colocar produção anterior na tabela. E nestes anos atrás o que o senhor produzia basicamente? (colocar na tabela)

d) O senhor utiliza crédito rural(custeio, comercialização e investimento)? ( ) sim

Quais? \_\_\_\_\_ ( ) não

e) E nestes anos atrás utilizava crédito rural? ( ) sim Quais?

\_\_\_\_\_ ( ) não

f) O senhor pretende continuar com esses mesmos cultivos? ( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_



3.1 – Ocupações principais dos membros das famílias de agricultores, segundo sua posição na família nas comunidades selecionadas

ATIVIDADES	POSIÇÃO NA FAMÍLIA								
	OCUPAÇÕES/PROFISSÕES ATUAIS								
	Chefe	Cônjuge	Filho	Filho	Filho	Filho	Avô	Avó	Outros
Agrícolas									
Não-agrícolas*									
*ESPECIFICAR OCUPAÇÃO									
Serviços domésticos									
Ajuda em atividades não-agrícolas que geram rendas									
Aposentado									
Não trabalha									
Desempregado									
Serviços de auxílio na propriedade									
outros									
estudante									
Total									

3.2- Evolução e composição das rendas das famílias de agricultores familiares

a) Como você avalia a renda agrícola ao longo dos últimos anos? Hoje é mais difícil ou mais fácil de “viver da agricultura” do que 20 anos atrás?

renda agrícola maior: ( ) hoje em dia ( ) anos atrás

b) Qual as principais dificuldades hoje em dia e “antigamente” para a família exercer somente atividades agropecuárias em Praia Grande?

Principais dificuldades	Principais dificuldades HOJE EM DIA	Principais dificuldades “antigamente”(anos atrás)
Geração de renda baixa		
Falta de emprego para toda família		
Condições climáticas		
Condições de produção (preço, custo, etc)		
Dificuldades de comercialização		
Concorrência com agricultores mais capitalizados		
Falta de crédito rural		
Falta de incentivo, acompanhamento técnico		
Desinteresse por parte dos filhos para sucessão na propriedade		
Não tem dificuldades		

c) Você acha necessária a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas hoje em dia para a permanência no meio rural de Praia Grande?

Alternativas	Assinale a opção escolhida
SIM	
NÃO	
NÃO SABE / NÃO RESPONDEU	

d) Como se compõem a renda familiar hoje? Qual a proporção entre renda agrícola, não-agrícola, aposentadoria e outras?

Qual a sua renda total da agricultura neste último ano? (exemplos: Quantos sacos de arroz o senhor produziu no último ano? Quantas caixas de banana por mês? E qual o valor médio o senhor conseguiu vender?) E qual o valor das outras rendas da família?

FONTE DE RENDA	ENTRADAS MONETÁRIAS	COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR ATUAL
Renda Agrícola		
Renda de Aposentadorias e pensões		
Rendas de outras fontes		
Outras rendas do trabalho		
Rendas de atividades não-agrícolas		
Aluguéis de imóveis		
Aluguéis de máquina e equipamentos		
Remessas de dinheiro de familiares(periodicamente)		
Juros de poupança e/ou aplicações financeiras		
Outras rendas		
RENDA TOTAL		